



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**“AQUI É KALUNGA!”  
ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E SINTÁTICOS DA GRAMÁTICA KALUNGA E  
A EMERGÊNCIA DE SUJEITOS LOCATIVOS COM INTERPRETAÇÃO DE  
PESSOA DO DISCURSO (DEFINIDA E REFERENCIAL) NO PORTUGUÊS DO  
BRASIL**

**FRANCIMÁRIA LACERDA NOGUEIRA BERGAMO**

BRASÍLIA/DF

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Francimária Lacerda Nogueira Bergamo

**“AQUI É KALUNGA!”  
ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E SINTÁTICOS DA GRAMÁTICA KALUNGA E  
A EMERGÊNCIA DE SUJEITOS LOCATIVOS COM INTERPRETAÇÃO DE  
PESSOA DO DISCURSO (DEFINIDA E REFERENCIAL) NO PORTUGUÊS DO  
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eloisa Nascimento Silva Pilati

Brasília/DF

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB494a Bergamo, Francimária Lacerda Nogueira  
Aqui é kalunga! aspectos sócio-históricos e sintáticos da gramática Kalunga e a emergência de sujeitos locativos com interpretação de pessoa do discurso (definida e referencial) no português do Brasil / Francimária Lacerda Nogueira Bergamo; orientador Eloisa Nascimento Silva Pilati. -- Brasília, 2023.  
208 p.

Tese(Doutorado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Quilombo Kalunga, Vão de Almas. 2. Programa Minimalista. 3. Cisão pronominal. 4. Sócio-história do português do Brasil. 5. Sujeito locativo pronominal. I. Pilati, Eloisa Nascimento Silva, orient. II. Título.

Francimária Lacerda Nogueira Bergamo

**“AQUI É KALUNGA!”**  
**ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E SINTÁTICOS DA GRAMÁTICA KALUNGA E**  
**A EMERGÊNCIA DE SUJEITOS LOCATIVOS COM INTERPRETAÇÃO DE**  
**PESSOA DO DISCURSO (DEFINIDA E REFERENCIAL) NO PORTUGUÊS DO**  
**BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística.

**Área de Concentração:** Teoria e Análise Linguística

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eloisa Nascimento Silva Pilati

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eloisa Nascimento Silva Pilati (UnB) – presidenta e orientadora  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles (UnB) - membro interno  
Prof. Dr. Júlio William Curvelo Barbosa (UNESPAR) - membro externo  
Prof. Dr<sup>ª</sup> Aline Peixoto Gravina (UFFS) - membro externo  
Prof. Dr. Rafael Dias Minussi (UNIFESP) - suplente

Brasília, 22 de agosto de 2023.

Ao povo Kalunga por resistir e insistir.

À minha mãe por tudo.

Ao Ed por tanto.

À memória de Jacira M. Lima (1951-2020)  
e de todos que perderam a vida para a  
COVID-19.

## AGRADECIMENTOS

Umberto Eco escreveu o livro *Como se faz uma tese* e nunca sugeriu que seria um processo fácil. E como se elabora uma tese em meio a uma pandemia? Sabemos quão difícil e complexo é desenvolver um doutoramento. É uma tarefa que nos exige um esforço tão grande, uma entrega total. Muitos não conseguiram realizar tal travessia e ficaram pelo caminho, especialmente em razão da COVID-19; outros tantos perderam a própria vida, em muitos casos por conta da negligência do poder público. Adoeceram, perderam a paz, o emprego, a vontade de viver e agir nesse cenário desolador. A pandemia assombrou a todos, destacadamente as comunidades tradicionais, como a dos Kalunga, que eram mais vulneráveis, já que muitos territórios não contavam com serviços de saúde e precisavam de atenção específica diante desse contexto aterrorizador. Era urgente. Mais uma vez, os Kalunga foram abandonados e contaram apenas com a própria solidariedade, por falta de políticas públicas consistentes e duradouras. Os quilombolas Kalunga, como sabiam que não podiam contar com apoio externo, e diante da falta de infraestrutura em relação aos serviços de saúde nas comunidades e cidades vizinhas, acertadamente, resolveram fechar durante um longo período seus espaços para pessoas de fora da comunidade, inclusive o acesso às belas cachoeiras do seu território. Isso resultou em menos renda para as famílias, mas foi uma forma de se preservarem e proteger especialmente a vida dos idosos. Isolados, sem renda, a comunidade se organizou e implementou várias ações em benefício dos que não podiam mais trabalhar e a cooperação coletiva mais uma vez se fez sentir.

Esta tese foi gestada sob o signo do medo e da dor devido à pandemia que assolou o mundo. Estar viva, ter finalizado esta pesquisa e ter passado por mais essa “triste página da nossa história” é quase um milagre e um privilégio.

Gostaria de expressar minha imensa gratidão ao povo Kalunga pelo caloroso acolhimento em seu território ancestral e aos participantes da pesquisa da comunidade de Vão de Almas pela receptividade em seus lares e por me ofertarem as suas histórias. Ao compartilharem generosamente comigo suas vidas, suas lutas e desejos, os Kalunga revelaram uma riqueza de saberes, sabores, memórias e experiências e foi um privilégio aprender com eles, conhecer as suas roças, suas práticas coletivas de resistir e insistir em permanecer em seus territórios. Esta tese, ainda que seja um trabalho acadêmico, também pretende revelar o meu profundo respeito pela comunidade Kalunga, pela sua gramática e pelos seus modos de ver o mundo.

Um agradecimento especial ao Vilmar Souza Costa, à época presidente da Associação Quilombo Kalunga, e hoje prefeito de Cavalcante/GO, o primeiro prefeito quilombola do Brasil, e a Maria Lúcia Martins Gudinho (Malu), na altura da pesquisa presidenta da EPOTECAMPO, que permitiram minha entrada no território Kalunga, e a Wanderleia Rosa pelas primeiras conversas que tivemos sobre minha pesquisa, em Cavalcante/GO. Aos queridos Santa e João, pela acolhida e por permitirem que eu morasse por alguns dias em sua casa e pudesse conhecer um pouco da rotina e do trabalho deles. Ao Adão, por ter me conduzido pelos vãos e serras, impressionantes e lindas paisagens que envolvem e escondem Vão de Almas dos forasteiros, e que, gentilmente, me levou a casa dos moradores, parentes e amigos para que eu pudesse entrevistá-los, inclusive a casa dos seus pais. E a sua esposa, a Sueli, por ter generosamente me recebido em sua casa na ocasião da Festa de Nossa Senhora D'Abadia; e aos professores da Escola de Vão de Almas, que me receberam e eu pude apresentar o meu projeto de tese a eles

À minha querida orientadora, Eloisa Pilati, por ter me proporcionado um novo reencontro com o gerativismo e pela oportunidade de analisar a língua numa visão tão acurada, profunda e que se tornou um desafio empolgante e um grande prazer em poder mergulhar na fascinante teoria gerativa e também por ter me deixado muito livre para circular por outros estudos que contribuíram para a minha pesquisa. Obrigada pela força, orientação segura, compreensão, generosidade, pelo entusiasmo com o tema da pesquisa, pela condução firme dos rumos da tese, por incentivar o desenvolvimento de um trabalho que contribuí efetivamente para os estudos sócio-históricos e linguísticos no Brasil. Grata, Elô, por você não ter desistido de mim e pela imensa paciência que você teve ao longo desse meu longo processo! Além de ser uma pesquisadora incrível e uma orientadora especial, você ainda é uma mulher de luta e de compromisso com a educação e a cultura desse país. Só admiração e gratidão por você, Elô!

Ao Ministério da Cultura pela licença remunerada para a realização desta pesquisa, a qual espero contribuir diretamente para as políticas públicas relacionadas à área. Aos colegas servidores públicos do MinC, com os quais compartilho trabalho e a convicção de que a nossa atuação é decisiva na vida das pessoas, e àqueles que contribuem para fomentar políticas públicas que impactam as comunidades quilombolas tão historicamente negligenciadas pelo Estado Brasileiro. À Isabela Lopes e Gilvânia Holanda pela amizade, pela atenção e preciosa ajuda relacionada às infinitas e complexas questões burocráticas desde sempre. À Karina Vasconcellos Silva, da Coordenação de Gestão de Pessoas, pela presteza e incentivo à qualificação dos servidores. Às minhas chefas Roseane Guimarães e Mariana Lacerda que

fizeram parte de meu caminho na reta final desta pesquisa e me deram apoio indispensável para que eu finalizasse a escrita da tese.

Um agradecimento especial às professoras Heloisa M. M. Lima de Almeida Salles e Aline Peixoto Gravina que participaram da minha banca de qualificação pelas sugestões valiosas, contribuições, questionamentos deveras relevantes para o aperfeiçoamento e finalização do trabalho, bem como por aceitarem compor a banca de defesa junto aos professores Júlio Curvelo Barbosa e Rafael Dias Minussi. Agradeço pela leitura atenta e contribuições à minha pesquisa.

Agradeço imenso:

Aos meus professores que eu muito admiro e contribuíram para minha formação acadêmica e humana e, em especial, aos da Unesp/Assis. Mais do que especial, à professora Sandra A. Ferreira, um exemplo de professora e pesquisadora, e hoje uma grande e querida amiga, pelas poéticas aulas de sintaxe no 2º ano de Letras, meu primeiro contato com o fascinante e temido esquema arbóreo da teoria gerativa, mas que só me traz boas memórias dos desenhos das nossas árvores e suas estruturas profundas. Obrigada, Sandra, pelo carinho, aprendizado e incentivo ao longo de todo meu percurso acadêmico.

Aos funcionários do PPGL, pelos auxílios em diversas circunstâncias, e aos professores que fazem a Universidade de Brasília (UnB) mais pública e plena de futuro, um patrimônio do nosso povo, que vem abrindo suas portas cada vez mais àqueles que antes não tinham acesso ao ensino superior. À querida Marina Nunes, companheira de doutorado, pelas trocas gerativas, apoio e pela ajuda sempre que eu precisava.

Aos familiares que me ajudaram de alguma maneira nesse denso e tenso processo, com uma pandemia mundial de permeio.

Aos amigos e amigas que me acompanharam nessa longa travessia rumo à defesa da tese e que deixaram alguma palavra ou ação de incentivo e de creditação em minha capacidade intelectual.



*Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.*

Frantz Fanon

## RESUMO

Esta tese concentra-se no estudo de construções inovadoras do português brasileiro em que pronomes locativos definidos e são licenciados na posição pré-verbal, tal como “Aqui é Kalunga!” Os dados em apreciação foram recolhidos prioritariamente na comunidade quilombola rural Kalunga do Vão de Almas, localizada no estado de Goiás. O objetivo da pesquisa foi analisar aspectos da sintaxe da gramática Kalunga, comparando-os com outros falares de comunidades rurais negras, para compreender com mais nitidez a tipologia dessa variedade linguística do português do Brasil, além de descrever e explicar o comportamento sintático e semântico desse tipo específico de construção com locativo em posição pré-verbal, que apresenta sujeitos locativos (aqui e aí) com interpretação definida e referencial, recuperada contextualmente, por se tratar de um tipo de construção ainda não atestada nem analisada na literatura sobre a sintaxe do sujeito no PB. Nos casos em análise, o locativo satisfaz as propriedades argumentais do predicado, em que o referente é marcado pelo traço [+ humano], adquirindo, assim, nesta pesquisa, uma nova interpretabilidade, visto que tal locativo é realizado na posição de sujeito, na estrutura oracional. A análise proposta baseia-se no quadro teórico da Gramática Gerativa, em seu Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 2000), e amplia as hipóteses elencadas por Pilati, Naves e Salles (2017a) relativas à cisão do paradigma flexional e à emergência de pronomes locativos na posição de sujeito pré-verbal no PB, devido ao processo de mudança linguística relativa à perda de sujeitos nulos (Duarte, 1995). Em virtude das características sócio-históricas e culturais que permeiam a aludida comunidade, outros objetivos também são contemplados nesta investigação, a saber: discutir aspectos da sócio-história Kalunga e seus contatos linguísticos e realizar um panorama de fenômenos linguísticos presentes na fala Kalunga, cotejando-os com outras variedades do português do Brasil. O que se pôde demonstrar a partir dessas análises é que a fala Kalunga não apresentou vestígios de um total isolamento linguístico, o que vai de encontro à tese de que os eles permaneceram isolados por quase 300 anos até serem “descobertos” pela antropóloga Mari Baiocchi, na década de 1980. O isolamento geográfico do povo Kalunga foi relativo, seguido de abandono e negligência por parte do Estado Brasileiro.

Palavras-chave: Quilombo Kalunga; Comunidade Vão de Almas; Programa Minimalista; Cisão pronominal; Sócio-história do português do Brasil; Sujeito locativo pronominal.

## ABSTRACT

This thesis focuses on the study of innovative constructions in Brazilian Portuguese where defined locative pronouns are licensed in pre-verbal positions, as exemplified by "Aqui é Kalunga!" (Here is Kalunga!). The data under consideration were primarily collected in the rural quilombola community of Kalunga do Vão de Almas, located in the state of Goiás. The research aimed to analyze aspects of the syntax of the Kalunga community, comparing them with other speech varieties of Afro-descendant rural communities, to gain a clearer understanding of the typology of this linguistic variety of Brazilian Portuguese. Additionally, the goal was to describe and explain the syntactic and semantic behavior of this specific type of locative construction in pré-verbal position, which features locative subjects (here and there) with definite and referential interpretation, contextually recovered. This type of construction has not been attested or analyzed in the literature on subject syntax in Brazilian Portuguese. In the cases under analysis, the locative satisfies the argumental properties of the predicate, where the referent is marked by the feature [+human], acquiring a new interpretability in this research since this locative is realized in the subject position within the sentence structure. The proposed analysis is based on the theoretical framework of Generative Grammar in its Minimalist Program (Chomsky, 1995, 2000) and expands on the hypotheses put forth by Pilati, Naves, and Salles (2017a) regarding the split of the inflectional paradigm and the emergence of locative pronouns in the pre-verbal subject position in Brazilian Portuguese due to the linguistic change process related to the loss of null subjects (Duarte, 1995). Given the socio-historical and cultural characteristics that permeate the aforementioned community, other objectives are also considered in this investigation, namely: discussing aspects of Kalunga's socio-history and its linguistic contacts and providing an overview of linguistic phenomena present in Kalunga speech, comparing them with other varieties of Brazilian Portuguese. Contrary to the thesis that they remained isolated for almost 300 years until being "discovered" by anthropologist Mari Baiocchi in the 1980s, what could be demonstrated from these analyses is that Kalunga speech did not exhibit traces of total linguistic isolation. The geographical isolation of the Kalunga people was relative, followed by abandonment and neglect by the Brazilian State.

**Keywords:** Quilombo Kalunga; Vão de Almas Community; Minimalist Program; Pronominal split; Socio-history of Brazilian Portuguese; Pronominal locative subject.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- Agree – Concordância à longa distância (*Long Distance Agreement*)
- Agr – Concordância
- Comp – Complementizador
- CP – Sintagma complementizador (*Complementizer Phrase*)
- D – Determinante
- D/NP – Sintagma nominal que projeta sempre uma categoria funcional
- DP – Sintagma determinante (*Determiner Phrase*)
- e* – Categoria vazia
- EPP – Princípio de projeção estendida (*Extended Projection Principle*)
- FL – Faculdade da linguagem (*Faculty of Language*)
- GU – Gramática Universal
- Infl – Flexão
- IM – Merge interno (*Internal Merge*)
- IP – Sintagma flexional
- LF – Forma lógica (*Logical Form*)
- Nom – Nominativo
- NP – Sintagma nominal (*Noun Phrase*)
- PB – Português Brasileiro
- PE – Português Europeu
- P&P – Teoria de Princípios e Parâmetros
- PF – Forma fonológica (*Phonological Form*)
- PP – Sintagma Preposicional (*Prepositional Phrase*)
- pro* – Categoria vazia pronominal
- SM – Sistema sensório-motor
- SO – Objeto sintático (*Syntactic object*)
- SP – Sintagma preposicional
- Spec – Posição de especificador
- Spec-TP – Posição de especificador do sintagma de tempo
- uD* – Traço ininterpretável de determinante
- uP* – Traço ininterpretável P (=phonological)

*t* – Vestígio (*trace*)

T – Núcleo do sintagma de tempo

TP – Sintagma de tempo (*Tense Phrase*)

UG – Gramática Universal (*Universal Grammar*)

V – Verbo

VS – Ordem Verbo-Sujeito

vP – Sintagma verbal que tem como núcleo um verbo leve

VP – Sintagma verbal que tem como núcleo um verbo lexical (*Verbal Phrase*)

XP – Sintagma de qualquer natureza semântica

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 — Vista da estrada que leva à comunidade de Vão de Almas.....	22
Foto 2 — Casa tradicional Kalunga em Vão de Almas.....	38
Foto 3 — Referência à comunidade Kalunga (com K).....	69
Foto 4 — Formatura de alunos Kalunga.....	71
Foto 5 — Dona Procópio dos Santos.....	73
Foto 6 — Mulher Kalunga.....	100
Foto 7 — Festa de Nossa Senhora D'Abadia em Vão de Almas.....	126
Foto 8 — Exemplos com os locativos Aqui e Aí.....	132
Foto 9 — Exemplos com os locativos Aqui e Aí.....	133

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Mapa de Goiás, estados vizinhos, algumas cidades goianas e comunidades Kalunga.....	48
Figura 2 — Mapa de Vão de Almas, Vão do Moleque e outras áreas Kalunga.....	49
Figura 3 — Mapa do nordeste goiano.....	50
Figura 4 — <i>Continuum</i> dialetal do português proposto por Campos (2014, p. 182) com adição da variedade Kalunga.....	93
Figura 5 — Gráfico dividido de Neighbor-Joining Tree de 47 características dialetais morfossintáticas em 15 variedades de idiomas.....	94

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Registro da unidade léxica <i>calunga</i> em dicionários etimológicos.....	63
Quadro 2 — Registro da unidade léxica <i>calunga</i> em dicionários gerais (séc. XX e XXI).....	65
Quadro 3 — Registro da unidade léxica <i>calunga</i> em dicionário específico.....	67
Quadro 4 — Continuum de variedades do PB.....	97
Quadro 5 — Comparação do paradigma sujeito.....	115
Quadro 6 — Comparação do paradigma de concordância.....	118
Quadro 7 — Tipo de verbos.....	130
Quadro 8 — Diferenças entre línguas [+ <i>pro-drop</i> ] e [- <i>pro-drop</i> ].....	162
Quadro 9 — Compilação de dados apresentados no Capítulo 4.....	178
Quadro 10 — Comparação entre usos do locativo <i>aqui</i> .....	183



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Demografia histórica, Brasil, 1538-1890.....	76
Tabela 2 — Frequência do sujeito pronominal nulo no português brasileiro urbano culto e no português rural afro-brasileiro.....	112
Tabela 3 — Relação entre a nacionalidade e a percepção da sentença A.....	140
Tabela 4 — Testes quiquadrado de independência (percepção da sentença A).....	141
Tabela 5 — Relação entre a nacionalidade e a avaliação da sentença A.....	142
Tabela 6 — Testes quiquadrado de independência (avaliação da sentença A).....	143
Tabela 7 — Relação entre a nacionalidade e a percepção da sentença B.....	144
Tabela 8 — Testes quiquadrado de independência (percepção da sentença B).....	146
Tabela 9 — Relação entre a nacionalidade e a avaliação da sentença B.....	147
Tabela 10 — Relação entre a nacionalidade e a percepção da sentença D.....	148
Tabela 11 — Testes quiquadrado de independência (percepção da sentença D).....	149
Tabela 12 — Relação entre a nacionalidade e a avaliação da sentença D.....	150
Tabela 13 — Testes quiquadrado de independência (avaliação da sentença D).....	150
Tabela 14 — Relação entre a região do Brasil e as avaliações das sentenças, em geral.....	151
Tabela 15 — Ordem SV/VS com verbos inacusativos no PB.....	170
Tabela 16 — Ordem SV/VS com verbos inacusativos no PE.....	170
Tabela 17 — Proporção de cada tipo de inversão no português brasileiro.....	171
Tabela 18 — Proporção de cada tipo de inversão no português europeu.....	171

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Percepção da sentença A, por nacionalidade.....	139
Gráfico 2 — Percepção da sentença A, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade.....	141
Gráfico 3 — Avaliação de aceitabilidade da sentença A, por nacionalidade.....	142
Gráfico 4 — Avaliação de aceitabilidade da sentença A, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade.....	143
Gráfico 5 — Percepção da sentença B, por nacionalidade.....	144
Gráfico 6 — Percepção da sentença B, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade.....	145
Gráfico 7 — Avaliação de aceitabilidade da sentença B, por nacionalidade.....	146
Gráfico 8 — Percepção da sentença D, por nacionalidade.....	147
Gráfico 9 — Percepção da sentença D, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade.....	148
Gráfico 10 — Avaliação de aceitabilidade da sentença D, por nacionalidade.....	149
Gráfico 11 — Avaliação de aceitabilidade da sentença D, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade.....	150
Gráfico 12 — Avaliação de aceitabilidade das sentenças A, B e D, por região do Brasil.....	151
Gráfico 13 — A perda do sujeito nulo referencial.....	167
Gráfico 14 — Distribuição entre sujeitos pronominais e sujeitos nulos, total.....	168
Gráfico 15 — Distribuição entre sujeitos pronominais e sujeitos nulos, por pessoas gramaticais.....	168

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>A comunidade quilombola Kalunga.....</b>	<b>23</b>
<b>Sobre a linguagem/língua.....</b>	<b>26</b>
<b>Objetivos.....</b>	<b>31</b>
<b>Questões de pesquisa.....</b>	<b>32</b>
<b>Hipóteses.....</b>	<b>32</b>
<b>Motivação para o tema da pesquisa.....</b>	<b>34</b>
<b>Organização da tese.....</b>	<b>35</b>
<b>1 COMUNIDADE KALUNGA: O MAIOR REMANESCENTE DE QUILOMBO DO BRASIL.....</b>	<b>37</b>
1.1 Quilombo: resistência e permanência.....	39
1.2 Quilombo Kalunga: isolamento <i>versus</i> abandono.....	52
1.3 Variação e preconceito: a fala Kalunga e a questão sociorracial.....	55
1.4 Os Calunga ontem e os Kalunga hoje.....	60
1.4.1 Calunga-Kalunga nas obras lexicográficas.....	63
1.4.2 Dicionários etimológicos.....	63
1.4.3 Dicionários contemporâneos.....	64
1.4.4 Dicionário banto.....	67
1.5 “Nós, os Kalunga”: mudança lexical, pertencimento e coletividade.....	69
<b>2 ORIGEM DO PB E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL CENTRAL.....</b>	<b>72</b>
2.1 Multilinguismo na Colônia.....	74
2.2 Ciclo do ouro.....	79
2.3 Goiás na rota do ouro.....	80
2.4 Contatos, confrontos linguísticos e seus efeitos.....	83
2.5 Transmissão linguística irregular.....	84
2.6 Deriva secular.....	86
2.7 Ecologia do contato.....	87
2.8 Como falam os Kalunga do Nordeste de Goiás.....	90

<b>3</b>	<b>AMPLIANDO OS DADOS E PANORAMA LINGUÍSTICO KALUNGA.....</b>	<b>99</b>
3.1	Metodologia e organização do <i>corpus</i> da pesquisa.....	101
3.1.1	Vão de/das Almas.....	102
3.1.2	Trabalho de campo.....	104
3.1.3	Entrevistas.....	105
3.2	Panorama linguístico Kalunga.....	106
3.2.1	Estruturas de tópico.....	108
3.2.1.1	Topicalização de objeto direto.....	109
3.2.1.2	Tópico com cópia pronominal ou duplo sujeito.....	110
3.2.1.4	Tópico locativo.....	111
3.2.2	Realização do sujeito pronominal.....	112
3.2.2.1	Primeira pessoa do singular.....	113
3.2.2.2	Primeira pessoa do plural.....	114
3.2.2.3	Terceira pessoa do plural.....	114
3.2.2.4	Terceira pessoa do singular.....	114
3.2.3	Negação sentencial.....	116
3.2.4	Concordância verbal.....	117
3.2.5	Representação da 1ª pessoa do plural (nós/a gente).....	119
3.2.6	Sistema de expressão de posse.....	120
3.2.7	Concordância de gênero.....	122
<b>4</b>	<b>O USO INOVADOR DOS LOCATIVOS AQUI E AÍ NA GRAMÁTICA KALUNGA: ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>125</b>
4.1	<i>Aqui</i> e <i>aí</i> na fala Kalunga e nas redes sociais brasileiras.....	127
4.2	Testes sintáticos com construções com locativo em referência às pessoas do discurso.....	134
4.3	Percepção de falantes brasileiros e portugueses sobre sujeito locativo definido e referencial.....	137
4.3.1	Resultados.....	138
4.3.1.1	Bloco 1.....	139
4.3.1.2	Bloco 2.....	144
4.3.1.3	Bloco 3.....	147
4.3.1.4	Análise regional.....	151

<b>5</b>	<b>PROPOSTA DE ANÁLISE.....</b>	<b>153</b>
5.1	Termos <i>aqui</i> e <i>aí</i> nas gramáticas tradicionais e de usos.....	154
5.2	Sintaxe dos sujeitos nulos e preenchidos no PB.....	161
5.2.1	Breve histórico do parâmetro de sujeito nulo.....	161
5.2.2	Sujeito nulo no PB.....	165
5.2.3	Sujeitos nulos e inversão do sujeito — fenômenos de mudança na gramática do PB.....	169
5.3	Sujeitos locativos na posição pré-verbal no PB.....	173
5.3.1	Cisão do sistema pronominal — proposta de Pilati, Naves e Salles (2017a).....	176
5.4	A Proposta de análise.....	180
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>190</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>198</b>

## INTRODUÇÃO

*Aí eu dei pá contá a minha história, eu fico feliz que eu mesmo sei contá minha história<sup>1</sup>.*

---

<sup>1</sup> Este e outros textos ao longo da tese que não estão identificados, exigência do Comitê de Ética em Pesquisa, foram proferidos pelos moradores da comunidade de Vão de Almas quando foram entrevistados pela autora desta pesquisa.

Foto 1 — Vista da estrada que leva à comunidade de Vão de Almas.



Fonte: acervo pessoal.

Esta tese, ao adotar o quadro teórico da Gramática Gerativa, concentra-se na análise dos sujeitos locativos com interpretação de pessoa do discurso (definida e referencial) na posição pré-verbal presentes na variedade linguística da comunidade quilombola Kalunga do Vão de Almas, localizada em Goiás. Em virtude das características sócio-históricas e culturais que permeiam a aludida coletividade, outros objetivos também são contemplados nesta investigação.

Serão apresentadas, a seguir, considerações sucintas para situar historicamente o povo Kalunga, figura central desta tese, enfatizando a formação do seu território, como um gesto de respeito e reconhecimento, com o propósito de evidenciá-lo já desde o início deste estudo.

### **A comunidade quilombola Kalunga**

Localizado na região nordeste do estado de Goiás, a cerca de 300 km de Brasília/DF, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga compreende os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, sendo formado por mais de 20 comunidades rurais e 42 localidades, onde vivem mais de duas mil famílias, cerca de oito mil pessoas. O território Kalunga é considerado atualmente o maior remanescente de quilombo do Brasil e está situado em uma região de cerrado que abriga uma das maiores biodiversidades do país. A comunidade de Vão de Almas, onde foram realizadas as entrevistas que compõem o *corpus* desta tese, situa-se nesse espaço geográfico e faz parte do município de Cavalcante/GO.

As terras Kalunga constituem-se de vãos, serras e morros, cânions, depressões e vales estreitos, rios, vegetações variadas de cerrado em meio à Chapada dos Veadeiros, na qual se encontra o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, sendo que o território Kalunga abriga cerca de 60% da área total do referido Parque.

Esse território começou a ser habitado em meados do século XVIII (PALACÍN; MORAES, 2001) quando africanos escravizados insurgiram contra a submissão e os castigos sofridos na exploração das minas de ouro e fugiram em busca de liberdade, formando em terras de difícil acesso comunidades rurais negras, denominadas de quilombos. Até hoje, a algumas comunidades, a exemplo da Kalunga, só se pode chegar por meio de carros traçados e, preferencialmente, durante o período de seca, devido à dificuldade de acesso causada pela falta de pontes e as precárias estradas de terra transformam-se em rios durante o período chuvoso, obrigando os moradores ao isolamento e cerceando-lhes o direito de ir e vir. O descaso do estado de Goiás, em particular, para com essas comunidades é gritante.



Os Kalunga estão inseridos no contexto da colonização da região de Goiás no período do Ciclo do Ouro e desde então eles representam um povo que lutou e ainda luta pela posse legítima do seu território e pela sua liberdade, tendo o agronegócio e a mineração como grandes ameaças na atualidade. A necessidade vital de permanecerem em seu território os une, do ponto de vista político, em torno de uma identificação quilombola Kalunga.

A epígrafe *Aí eu dei pá contá a minha história, eu fico feliz que eu mesmo sei contá minha história* foi proferida por<sup>2</sup> uma matriarca Kalunga, muito respeitada em toda a comunidade, que, após tanto ouvir os pesquisadores se apropriarem da sua história e da história de sua comunidade, assumiu a sua narrativa e, hoje, ela é convidada para contar suas memórias em vários eventos organizados pelas universidades de Brasília e de Goiás, por exemplo, e sua voz tem sido recuperada e ouvida. Assim, ela desencadeou um movimento importante na comunidade, ao incentivar os Kalunga a também contarem a sua história, sem dependerem apenas da voz do outro de fora. E esse movimento só cresce devido ao recente acesso dos alunos quilombolas ao ensino superior, os novos pesquisadores Kalunga, egressos das Licenciaturas em Educação no Campo, Ledoc<sup>3</sup>, que têm contribuído para registrar as vivências e experiências do seu povo, por meio de seus trabalhos acadêmicos, e para colaborar na luta em defesa do território. O papel da universidade pública, como a Universidade de Brasília, na formação desses pesquisadores tem sido significativo e transformador.

A escolha dessa epígrafe na Introdução, desse modo, tem uma razão de ser: é preciso dizer que a intenção com esta tese não é dar voz aos moradores da comunidade Kalunga, como se eles não tivessem voz ou como se não fossem capazes de contar a própria história — muitas vezes, essas vozes são silenciadas.

É como bem diz a historiadora Beatriz Nascimento, ao enfatizar a necessidade de que a história do povo negro seja contada e escrita também pelos negros:

Não podemos aceitar que a História do Negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou

---

<sup>2</sup> Relato extraído de entrevista feita pela autora da tese. Os nomes dos entrevistados não são citados para atender às exigências do Comitê de Ética.

<sup>3</sup> Fundada a partir da Política de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), a Ledoc está enquadrada no rol do decreto n.º 7.352/2010. O curso de Licenciatura em Educação no Campo (Ledoc) da UnB completou 15 anos em 2023. Hoje, 33 instituições estão com ofertas ativas do curso, que oferece uma experiência universitária ímpar a residentes do campo, indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhos, gerapeiros e membros de outras comunidades.

africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática. (RATTS, 2006, p. 38-39).

Destaca-se tal questão porque o propósito da presente pesquisa foi ouvir a comunidade Kalunga e contribuir para ampliar a voz desses sujeitos participantes deste estudo. Os Kalunga não são objetos ou informantes desta tese e muito colaboraram para que esta se concretizasse, sendo também protagonistas nesta investigação. Assim, esta pesquisa desenvolvida neste espaço acadêmico contribui para articular a minha voz com as vozes deles como forma de valorizar a comunidade quilombola Kalunga, do ponto de vista social e linguístico, e contribuir para a inserção de seus falares, muitas vezes alvos de preconceito, no mapa linguístico brasileiro.

Como se sabe, muitas comunidades rurais, hoje denominadas remanescentes de quilombo, ficaram isoladas geograficamente durante longos períodos, como forma de se protegerem do trabalho escravo a que era submetido o seu povo, e, mesmo após a abolição, continuaram num relativo isolamento e abandono durante séculos pelo poder público, como os Kalunga.

Nesse sentido, descrever alguns aspectos sintáticos e sócio-históricos dessa comunidade quilombola é uma maneira de reforçar a tese de que o povo Kalunga tem o direito ancestral ao território que habita e também de reconhecer a sua contribuição para a formação do país, do português do Centro-Oeste e do português do Brasil (doravante PB). Além disso, é uma oportunidade de refletir sobre o papel das línguas africanas no Brasil e entender qual o impacto dos contatos linguísticos nas comunidades negras do estado de Goiás, ainda que este não seja um dos objetivos principais desta pesquisa.

Como bem perguntam Bonvini e Petter (1998, p. 74): “o que realmente sabemos sobre as línguas faladas pelos africanos no Brasil?”. Os estudiosos citados respondem que a falta de dados sobre as línguas africanas no Brasil é bastante surpreendente: mesmo que os estudos sobre a formação do PB sejam abundantes, as línguas africanas não aparecem em destaque nessas pesquisas. Inspirado nos autores, pergunta-se: O que sabemos sobre as línguas faladas pelas comunidades afro-brasileiras e afro-indígenas?

Com isto em mente, a presente tese é uma tentativa de fornecer uma visão, ainda que geral, sobre alguns aspectos linguísticos e sócio-históricos dos Kalunga e discutir como eles se encaixam numa visão mais ampla do legado africano no Brasil em termos de língua e cultura. Vale dizer que não é assumida, nesta tese, uma visão idealizada, que busca encontrar uma “África” nas comunidades remanescentes de quilombo, o que acabaria por reforçar uma visão

essencialista dos processos que coloca o “ser quilombola” como uma essência a ser “perseguida” a todo custo. Tal abordagem é frequente em pesquisas sobre as ditas comunidades tradicionais e, muitas vezes, desconsideram que “ser quilombola” é também uma identificação política, como bem observa Itamar Vieira Jr. (2017, p. 31) ao se referir aos quilombolas de Iuna, comunidade localizada no estado da Bahia: “A necessidade vital de permanecerem na terra os une, politicamente, em torno de identificação quilombola”, o que entendemos ser pertinente para os quilombolas Kalunga.

Ainda segundo o referido autor, os grupos sociais desenvolvem suas identidades de maneira prática, considerando as consequências de suas ações no dia a dia e a formação dessas identidades não apenas permite que esses grupos existam no mundo, mas também possibilita que eles se tornem visíveis na interação com as instituições sociais. Além disso, a construção dessa identidade é vista como uma maneira de se projetar no tempo e na história.

Em consonância com Vieira Jr. (2017), consideramos que os Kalunga também fazem parte dessa dinâmica no processo de construção de identidades e acreditamos que a visão essencialista é redutora e reproduz um olhar cristalizado para esses grupos sociais.

Descrever a fala Kalunga e narrar a sócio-história das famílias que compõem o território denominado como o maior remanescentes de quilombo do Brasil abre espaços para refletir sobre identidades, etnicidade e também a luta quilombola por direitos, que nos últimos anos ganhou força graças à luta dessas comunidades. Mesmo que se autoidentificam como povo ou comunidade Kalunga, ou quilombolas, cada morador tem a sua voz individual ao contar a sua história e esta foi somada a tantas outras histórias e vidas, passando a ser história do povo Kalunga naquilo que os unem, como a luta pela posse definitiva do seu território, uma demanda coletiva que se apresentou por força dos dispositivos legais. E é a partir dessas histórias que eles constroem uma noção nova e política de território, apropriam-se dos conceitos produzidos por tal política e me permitiram conhecer um pouco de suas vidas, como chegaram à Chapada dos Veadeiros, se estabeleceram e se organizaram politicamente para lutarem, uma vez que são os detentores legítimos do território que habitam.

Assim, após a breve apresentação dos Kalunga (retomaremos no Capítulo 1), seguiremos com outros aspectos importantes, que devem estar nesta Introdução.

### **Sobre a linguagem/língua**

Estudar a linguagem humana é sempre um grande desafio e um momento de fazer escolhas, recortes e abstrações, uma vez que a linguagem é multifacetada, plural e admite vários

olhares para descrever os fenômenos linguísticos. Sabe-se que a linguagem humana transforma-se no tempo e diversifica-se no espaço e, ainda assim, é passível de sistematização e de formulação de princípios gerais, como preza a teoria gerativa, e nesta tese, língua é concebida como parte da dotação biológica dos seres humanos, isto é, antes de se tornar um fenômeno sócio-histórico e cultural, as línguas humanas são manifestação de uma capacidade universal da espécie humana, uma faculdade da linguagem que se apresenta na forma de uma Gramática Universal (GU), conforme discutiremos posteriormente.

O entendimento da língua como objeto de análise científica foi um longo percurso por conta da multiplicidade de abordagens, que vão das abordagens filosóficas e históricas às construções teóricas e formalizadas. No entanto, quando se deseja dar um tratamento científico à linguagem, faz-se necessário lançar mão de um enquadramento teórico que permita, entre outros, formular hipóteses explicativas dos fenômenos estudados, procedendo à verificação da validade das hipóteses formuladas. É nessa perspectiva que a teoria gerativa propõe investigar a linguagem, dispendo-se a realizar um percurso científico semelhante ao de um físico ao estudar o mundo natural.

A teoria gerativa foi formulada pelo norte-americano Noam Chomsky nos anos 50, com a publicação de *Syntact Structures* (CHOMSKY, 1957) e, desde então, tem dado respostas satisfatórias e produtivas às pesquisas envolvendo a linguagem humana, especialmente no âmbito da aquisição da linguagem e da mudança linguística, transformando-se numa teoria complexa e multifacetada.

A famosa frase *Colorless green ideas sleep furiously*, formulada por Noam Chomsky<sup>4</sup> nos anos 50, mudou o objeto de estudo da linguística e inaugurou um modelo de análise dos fenômenos da língua. Ela está gramaticalmente correta, mas não faz sentido do ponto de vista semântico, e representa a tese de que qualquer falante reconhece frases mesmo sem sentido, o que seria uma prova da qualidade inata da linguagem.

---

<sup>4</sup> O fundador dos estudos gerativistas, Noam Chomsky, tem 92 anos, com vitalidade e lucidez impressionantes, e continua refletindo sobre os problemas e desafios da humanidade. É professor aposentado do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e um dos maiores pensadores da atualidade, um dos principais nomes das ciências humanas. Ele é reconhecido pela sua postura crítica e ativa diante das barbaridades geradas pelo capitalismo e pelas relações selvagens e violentas estabelecidas pelo seu país, os Estados Unidos, com o resto do mundo. No ano de 2020, Chomsky recebeu o *Honoris Causa* pela UnB e, por conta da pandemia, a cerimônia foi realizada de forma remota. Certamente, se o contexto fosse outro, Chomsky viria à UnB receber mais um título e as homenagens tanto da Linguística como das outras ciências. A UnB tem uma relação muito próxima a ele em razão também por conta da atuação docente da saudosa professora Lúcia Lobato, uma das maiores expoentes gerativistas do país, havendo um diálogo muito profícuo entre Chomsky e os pesquisadores gerativistas desta universidade. O grupo de pesquisa gerativista no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), do Instituto de Letras, um dos legados de Lobato, é um dos mais fortes e relevantes do país.

Na verdade, com essa frase, Chomsky queria refutar algumas teorias relativas à linguagem dominantes da época, sobre o que torna significativas as frases gramaticais, e indicar que a sintaxe era autônoma em relação à semântica, bem como evidenciar que as línguas não devem ser entendidas como um comportamento socialmente condicionado. Nesse ponto, o referido linguista contesta as teorias vigentes à época: o estruturalismo de Ferdinand de Saussure e o behaviorismo de Skinner. Desse modo, a teoria gerativa elegeu como seu objeto de estudo a língua interna, em oposição à língua externa, mudando radicalmente o objeto de estudo da linguística.

Para o fundador dessa abordagem científica, a linguagem humana pode ser estudada no âmbito das ciências naturais, ou seja, a linguagem é um objeto do mundo natural, e as línguas, sendo manifestações de uma condição inata, devem guardar características universais, marcas de sua origem comum no cérebro humano, capacidade inata, específica e transmitida geneticamente a todos os seres humanos. É essa a visão axial que vai orientar todo o aparato teórico-metodológico do projeto gerativo, mesmo que, ao longo do tempo, Chomsky tenha feito revisões de alguns postulados — o que é natural e salutar em todo projeto científico — e tenha redirecionado percursos, trazendo, assim, novas questões para o debate.

Isso mostra a linguagem/língua como um fenômeno complexo, como bem explica Chomsky (1997):

Tem havido muita controvérsia apaixonada a respeito da resposta correta para esta pergunta, e, de maneira mais geral, para a pergunta sobre como deveriam ser estudadas as línguas. A controvérsia não tem razão de ser, porque a resposta correta não existe. Se tivermos interesse em compreender como se comunicam as abelhas, tentaremos apreender algo sobre a natureza interna das abelhas, suas organizações sociais, e seu meio ambiente físico. Estas abordagens não são conflitantes; são reciprocamente comprovantes. O mesmo se dá com o estudo da linguagem humana: pode ser investigado de um ponto de vista biológico, e de inúmeros outros: o sociolinguístico, o de língua e cultura, o histórico e assim por diante. Cada uma dessas abordagens define o objeto de sua investigação sob a luz de seus próprios interesses; e, se for racional, cada uma tentará apreender o que puder do que vem das outras abordagens. Por que razão estas são matérias que despertam muita paixão no estudo dos seres humanos seja talvez uma pergunta interessante, mas por ora vou pô-la de lado. (CHOMSKY, 1997, p. 51-52)

Conforme a citação acima, Chomsky (1997) considera a língua como um fenômeno humano complexo, multifacetado, que pode ser abordado e estudado a partir de várias perspectivas diferentes, específicas e não há uma perspectiva superior ou mais correta.

Para Chomsky (1995), a dimensão estrutural do fenômeno linguístico situa-se na sua

dimensão individual, psíquica e biológica e não tem conexão com aspectos socioculturais, portanto é por meio da faculdade humana da linguagem que o fenômeno linguístico se estabelece e se estrutura. Isso significa que todo indivíduo já nasce equipado com uma Gramática Universal, constituindo o estado inicial da faculdade da linguagem.

Na perspectiva de rever direções e reavaliar postulados cada vez que eles se mostram inadequados para analisar os dados das línguas naturais, Chomsky inaugurou o Modelo de Princípios e Parâmetros, em que concebe as línguas humanas como um conjunto de princípios universais linguísticos definidos e certos parâmetros de variação, os quais são os responsáveis pelas mudanças que as línguas ostentam.

Com base nesses postulados chomskianos, a criança, ao adquirir um sistema linguístico específico, já traz algumas informações gerais acerca da natureza da linguagem. Investigar quais são os valores inatos são um modo de entender o nosso processo de aquisição da linguagem oral, bem como de compreender o funcionamento da mudança linguística, que, para o gerativismo, ocorrerá de forma interna a cada indivíduo, e não na comunidade. Isso significa que os fenômenos de variação e mudança linguística serão tratados em termos de propriedades internas ao sistema linguístico, sendo preciso determinar os princípios de organização das partes da língua para então estabelecer as relações entre elas e seus usos. O Programa Minimalista (PM), (CHOMSKY, 1995), em desenvolvimento desde o início da década de 90 até os dias atuais, é uma das fases do Modelo de Princípios e Parâmetros.

Consoante o PM, as línguas então devem consistir em sistemas perfeitos, com estrutura ótima que permita satisfazer condições impostas por outros sistemas cognitivos com os quais a Faculdade de Linguagem deve interagir. Como isso funciona na prática?

Para o Gerativismo, como já mencionado, a linguagem humana pode ser estudada no âmbito das ciências naturais, ou seja, a linguagem é um objeto do mundo natural e sendo manifestação de uma condição inata, as línguas guardam características universais, específicas e são transmitidas geneticamente a todos os seres humanos.

Ou como diz Noam Chomsky: “Quando falamos uma língua sabemos muito mais do que aquilo que aprendemos”. Isso torna evidente que nascemos com algum mecanismo mental, fornecido pela genética, que torna a tarefa de adquirir uma língua possível. Do contrário, seria impossível aprender uma língua e a favor do inatismo existem vários argumentos: São eles: a) apenas os seres humanos têm a capacidade de adquirir uma língua; b) a aquisição da linguagem ocorre de forma compulsória e involuntária; c) as etapas de aquisição são relativamente uniformes em todo o mundo; d) a aquisição da linguagem não depende de outras habilidades

cognitivas; e) ninguém ensina efetivamente a criança a falar, e o *input* linguístico é incompleto e imperfeito.

A partir de operações mentais, transformamos a Gramática Universal (GU) na gramática da nossa língua materna e a GU é constituída de princípios universais e parâmetros específicos de cada língua. Assim, Chomsky nos faz um convite para refletirmos sobre a linguagem, considerada um dos temas centrais da filosofia, que tem sido discutida desde a época de Platão. Movimentar-se com segurança no mundo misterioso e emaranhado da linguagem humana é um desejo de todos nós. E essa nossa notável habilidade para adquirir qualquer linguagem humana há tempos levanta questões biológicas, tais como: qual é a natureza da linguagem? a) O que constitui o conhecimento da linguagem? b) Como esse conhecimento é adquirido?; e c) como esse conhecimento é posto em uso? É a partir dessas respostas a essas perguntas que Chomsky questionou toda a arquitetura do programa behaviorista no que diz respeito a sua relação com a linguagem.

Essas e outras questões vão nortear as reflexões sobre a linguagem nesta pesquisa que abordará os aspectos sintáticos e semânticos referentes ao uso dos locativos em posição pré-verbal, que têm exibido na sentença novos traços, sendo definidos como sujeitos locativos pronominais com interpretação definida na fala da comunidade quilombola Kalunga, Vão e Almas, localizada no município de Cavalcante no nordeste de Goiás, sob os pressupostos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, 2000).

Dentro do quadro gerativista, a proposta principal desta pesquisa é descrever e explicar o comportamento sintático e semântico de um tipo específico de construção com locativo em posição pré-verbal, que apresenta sujeitos locativos (*aqui* e *aí*) com interpretação definida e referencial, recuperada contextualmente, e verbos que selecionam sujeitos com traços (+humanos, + definidos). Esse recorte dialoga com a hipótese de que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial, em que se constata um tipo de cisão na expressão das propriedades formais da flexão verbal e do sistema pronominal, ampliando, dessa forma, as hipóteses elencadas por Pilati, Naves e Salles (2017a) relativas a essa cisão do paradigma flexional e ao aparecimento de locativos como uma tendência de preenchimento do sujeito pré-verbal no PB, considerado, assim, mais uma inovação, conforme Pilati e Naves (2018). Com isso, intentamos confrontar a tese de que os Kalunga permaneceram isolados até serem “descobertos” pela antropóloga Mari Baiocchi na década de 1980, tema que será discutido posteriormente, uma vez que, caso tenham permanecido em total isolamento geográfico e linguístico, sua variedade linguística apresentaria vestígios ou marcas que os diferenciariam dos falares de outras comunidades rurais remanescentes de quilombos ou não.

Ademais, será feito um panorama de alguns fenômenos linguísticos presentes na fala Kalunga como o uso de *nós* e *a gente*; o preenchimento do sujeito nas sentenças, o sistema de expressão de posse; as estruturas de tópicos, entre outros, para comparar com outros falares de comunidades rurais quilombolas, que apresentam formação sócio-histórica muito próximas à Kalunga, e do PB urbano, como forma de verificar uma das hipóteses de trabalho: a fala Kalunga exibe vestígios de uma língua que permaneceu isolada por 300 anos?

## Objetivos

Os objetivos gerais desta tese são:

- a) Discutir aspectos da sócio-história Kalunga e seus contatos linguísticos;
- b) Realizar um panorama de fenômenos linguísticos presentes na fala Kalunga, cotejando-os com outras variedades do PB;
- c) Analisar, do ponto de vista teórico, o estatuto dos sujeitos locativos com interpretação de pessoa do discurso (definida e referencial) na posição pré-verbal e apresentar uma proposta teórica acerca desse fenômeno vigente na fala Kalunga e em outras variedades do português do Brasil.

São objetivos específicos:

- a) Colaborar na sistematização e ampliação da documentação a respeito da formação do PB no contexto do projeto *O Centro-Oeste na história do português brasileiro*<sup>5</sup>;
- b) Contribuir para as discussões sobre as mudanças na sintaxe dos sujeitos;
- c) Discutir o lugar da variedade linguística Kalunga no contexto do *continuum* do português do Brasil e do Centro-Oeste;
- d) Contribuir para o debate sobre as inovações do PB no que diz respeito às construções com sujeitos locativos definidos na posição de sujeito;

---

<sup>5</sup> O grupo de pesquisa *O Centro-Oeste na história do português brasileiro* é coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eloisa Pilati, do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL/UnB), e está cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



- e) Comparar o uso e a aceitabilidade de sentenças com locativos definidos na posição de sujeito entre falantes de português do Brasil (PB) e falantes de português de Portugal (doravante PE, para português europeu).

Para esses objetivos serem alcançados, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: apresentar dados provenientes de fontes diversas — *internet*, conversas informais, entrevistas com moradores da comunidade Kalunga e dados com base na intuição, tal como amplamente utilizado na teoria gerativa; revisar a bibliografia sobre as questões abordadas; e, por fim, analisar os dados e fazer uma proposta de análise.

### **Questões de pesquisa**

- a) Como é possível caracterizar a variedade do português falado pela comunidade Kalunga?
- b) Quais as semelhanças e diferenças do falar Kalunga em relação a outras variedades do PB rural?
- c) Qual o estatuto dos locativos na posição pré-verbal que ocupam a posição de sujeito tendo em vista os dados desta pesquisa?
- d) Quais os contextos em que esses locativos aparecem e junto a quais tipos de verbos?

### **Hipóteses**

Uma das hipóteses desta tese foi construída com base nas observações iniciais sobre a formação sócio-histórica da comunidade Kalunga no que se refere à narrativa ou mito dos 300 anos de isolamento geográfico pelos quais a comunidade passou desde que seus antepassados chegaram à Chapada dos Veadeiros fugidos da escravidão. Tendo em vista esse pretense e longo isolamento, seria importante descrever a fala Kalunga visando a identificar ou não marcas linguísticas peculiares, elementos sintáticos próprios que caracterizam uma variedade conservadora, ou até mesmo observar se há esse conservadorismo em relação ao português falado atualmente em outras variedades rurais. Ainda: o que esse isolamento e, depois, o abandono por parte do Estado, produziram em termos sintáticos na gramática Kalunga?

É possível reconhecer uma fala conservadora<sup>6</sup> ou faz-se necessário relativizar esse isolamento geográfico e linguístico e assumir que a fala Kalunga guarda traços semelhantes aos do falar rural goiano ou até mesmo àqueles não padrão urbano de outras comunidades que tiveram pouco ou nenhum acesso à escolarização?

Outra questão que será avaliada mais detidamente nesta tese são as propriedades sintáticas e semânticas de um tipo específico de construção, com sujeitos locativos, tal como a sentença encontrada na fala Kalunga: “Aqui é Kalunga!”. Como se observará posteriormente, tal construção parece exibir propriedades específicas que até então não haviam sido descritas na literatura sobre o tema, principalmente, no que diz respeito à interpretação do sujeito definido e específico, recuperado no discurso, o que indica que há inovação no falar Kalunga.

Enfim, se a comunidade ficou isolada tantos anos — para alguns, em torno de 300 anos — e só foi “descoberta” pela antropóloga Mari Baiocchi em 1985, há achados linguísticos que diferenciam essa comunidade rural quilombola de outras que passaram por processos históricos semelhantes?

Por que é importante estudar a fala Kalunga do ponto de vista linguístico e social? Sob a ótica linguística, é fundamental inserir a fala Kalunga no mapa linguístico do português do Brasil e, sob a ótica social, faz-se necessária uma divulgação desse falar, tão legítimo quanto outro qualquer, para desconstruir o preconceito do qual muitas vezes os falantes Kalunga são vítimas. Como dizem alguns moradores da cidade de Cavalcante/GO, os Kalunga falam “diferente”, e esse discurso da diferença é geralmente carregado de preconceito linguístico ligado à classe social e à raça.

A discussão desta tese pretende contribuir também para a minimização do preconceito contra os falares rurais e, especificamente, contra o Kalunga. Como será visto no capítulo 1, os alunos Kalunga<sup>7</sup>, ao mudarem para a cidade e frequentarem a escola, são alvos de preconceito, chacota e discriminação por parte dos colegas de sala e mesmo de alguns professores, que, na sua grande maioria, também são oriundos da zona rural e, certamente, conservam em seu falar algumas marcas de uma gramática rural. Segundo Bortoni-Ricardo (2004), esse fato tem a ver com os movimentos das populações do campo para a cidade, que oscilam entre seu falar de origem e o de chegada, o que a autora denomina *continuum* do rural para o urbano<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Ver Rezende-Santos (2008) sobre conservadorismo gramatical das comunidades rurais isoladas.

<sup>7</sup> Ver os trabalhos dos pesquisadores da comunidade quilombola Kalunga como Silva (2015) e Nascimento (2017) sobre essa questão.

<sup>8</sup> Bortoni-Ricardo (2004) propõe uma distinção entre comunidades rurais, urbanas e rururbanas e explica um pouco como as comunidades no Brasil se formaram e como as marcas linguísticas rurais podem permanecer na cidade.

## Motivação para o tema da pesquisa

A ocorrência de pronomes locativos na posição pré-verbal tem sido atestada no português do Brasil desde os trabalhos pioneiros de Pilati (2002, 2006), os quais identificaram as construções com ordem (X)V(O)S como contextos de “inversões locativas”.

A partir de então, vários estudos investigam a ocorrência de termos locativos na posição pré-verbal no português do Brasil (PB) em diferentes tipos de estruturas sintáticas, conforme Pereira (2011), Munhoz e Naves (2012), Pilati, Salles e Naves (2017a) e Pilati e Naves (2018), entre muitos outros.

Uma das motivações para o tema desta tese foi a intenção de contribuir com essas pesquisas, que vêm apontando a emergência dos locativos na posição de sujeito, como na sentença: “Aqui é Kalunga!”<sup>9</sup>, e propor uma nova interpretabilidade e análise para esse tipo específico de construção, que apresenta, nos dados desta tese, interpretação definida e referencial, recuperada contextualmente, e verbos que selecionam sujeitos com traços (+humanos), conforme será discutido no Capítulo 4.

Além disso, esta pesquisa observará como esse fenômeno, já descrito como uma inovação do PB, apresenta-se na gramática Kalunga, considerando o relativo isolamento geográfico que impactou e impacta na mobilidade social dessa comunidade. Nesse sentido, torna-se importante para o debate sobre mudanças do PB investigar e descrever como essas mudanças têm afetado a gramática dos seus falantes, ainda que a grande maioria não teve acesso à educação formal, como os entrevistados desta pesquisa.

Há também outras motivações. Entre os diversos estudos sobre o território Kalunga, ainda são poucas as análises que enfatizam aspectos teóricos da gramática e o fato de tais comunidades terem vivido um relativo isolamento ao longo dos anos, como já enfatizado. Esse relativo isolamento social e geográfico, somado posteriormente ao abandono por parte do Estado, suscitou, portanto, o interesse em descrever as características sintáticas da fala da comunidade e analisar como esta se constituiu tendo em vista os contatos linguísticos e a sua denominação de comunidade remanescente de quilombo, como é atualmente conhecida, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Uma questão de fundo é discutir se os Kalunga viviam em isolamento absoluto, como dizem alguns pesquisadores, e, caso tenha havido tal isolamento, investigar se há marcas na em sua variedade linguística que atestem o mito do isolamento, ou seja, pretendemos analisar se é

---

<sup>9</sup> Sentença proferida por um falante da comunidade Kalunga de Vão de Almas, onde foram realizadas as entrevistas que compõem o corpus desta pesquisa, e significava: Eu sou Kalunga!

uma variedade conservadora ou se está mais próxima dos falares de outras comunidades quilombolas rurais.

Além dessas questões sintáticas e históricas, há um interesse pessoal relacionado ao meu trabalho. Sou servidora pública do Ministério da Cultura (MinC) e pesquisar, analisar e descrever aspectos linguísticos, sociais, históricos e culturais presentes em uma comunidade tradicional é uma forma de valorizar a gramática e a história dos Kalunga, de modo a contribuir, no âmbito do meu trabalho, para a formulação e implementação de políticas públicas que estão a cargo do MinC e estão relacionadas às comunidades tradicionais, em especial às quilombolas, como a Kalunga, objeto desta tese.

Assim, com esta pesquisa, aliam-se os temas de meu interesse linguístico, como: sintaxe, língua e linguagem, com os temas de interesse do meu setor de trabalho: cultura, formulação de políticas públicas para a promoção do bem-estar social e a valorização da memória coletiva formadora da nação brasileira.

### **Organização da tese**

Considerando os objetivos e o quadro teórico escolhido, esta tese está dividida em cinco capítulos, somados à introdução e às considerações finais.

No primeiro capítulo, situamos a comunidade Kalunga em vários contextos, sua formação e suas atuais demandas.

No segundo capítulo, são exibidos os estudos prévios sobre a história e formação do português do Brasil e sua influência na sócia-história da comunidade de fala dos Kalunga, os contatos existentes à época do Ciclo do Ouro no estado de Goiás e como esse cenário possa ter afetado a variedade linguística da comunidade Kalunga.

O terceiro capítulo é dedicado à metodologia de coleta de dados e à constituição do *corpus* da pesquisa. São apresentados os dados colhidos na comunidade quilombola de Vão de Almas, as ferramentas teóricas usadas na tese, bem como uma descrição, de forma panorâmica, de alguns fenômenos linguísticos encontrados na fala Kalunga para em seguida compará-los com os observados em outras variedades rurais quilombolas de outros estados do Brasil.

No quarto capítulo, analisam-se os dados das construções com pronomes locativos (*aqui* e *aí*) pré-verbais assumindo a posição de sujeito definido com base na fundamentação teórica que sustenta a proposta da tese.

No quinto capítulo, é apresentada uma proposta de análise inovadora dos locativos *aqui* e *aí* em posição pré-verbal. Por fim, são compartilhadas as considerações finais sobre a pesquisa.

Os dados que aparecem em cada capítulo apresentam uma numeração independente.

## **CAPÍTULO 1**

### **COMUNIDADE KALUNGA: O MAIOR REMANESCENTE DE QUILOMBO DO BRASIL**

*A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo.  
Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.*

Beatriz Nascimento

Foto 2 — Casa tradicional Kalunga em Vão de Almas



Fonte: acervo pessoal.

Neste capítulo, pretende-se apresentar algumas características do povo Kalunga, realizar um panorama sobre o conceito de quilombo e abordar a sócio-história acerca das comunidades quilombolas Kalunga do nordeste de Goiás, suas lutas, suas memórias e os interesses da comunidade na atualidade. Serão apresentadas as características demográficas do território escolhido para a pesquisa, a comunidade de Vão de Almas, localizada no município de Cavalcante/GO.

### **1.1 Quilombo: Resitência e permanência**

O território Kalunga<sup>10</sup>, conforme referido na Introdução, envolve três municípios goianos e reconhecido como o maior remanescente de quilombo do Brasil<sup>11</sup>. Esse reconhecimento veio com a Constituição Federal de 1988, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF), que garantiu: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Dentro desse contexto, muitas comunidades negras rurais, a exemplo da Kalunga, assumiram a categoria “povo”, “comunidade” e “quilombola.” Gomes (2011) assim explica:

Hoje, espalhadas por todo o Brasil, vemos surgir comunidades negras rurais (algumas já em áreas urbanas e suburbanas de grandes cidades) e remanescentes de quilombos. Elas são a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração dos libertos, se formaram. Não se trata de um passado imóvel, como aquilo que sobrou (posto nunca transformado) de um passado remoto. As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania. (GOMES, 2015, p. 7).

---

<sup>10</sup> O território Kalunga foi reconhecido, em 2022, pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o primeiro Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais (Ticca) do Brasil.

<sup>11</sup> Em 2022, pela primeira vez, o censo demográfico contabilizou a população quilombola. Segundo os dados do IBGE, são 1.327.802 quilombolas no país, distribuídos por 1.696 municípios, e 30.387 quilombolas vivem em Goiás



O conceito clássico de quilombo, no regime escravocrata brasileiro, eram “aquelas comunidades formadas por escravos fugidos, ou seja, escravos em condição ilegal porque apartados de seus proprietários” (REIS; GOMES, 1996).

Como lembra Oliveira (2007, p. 27), no período da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1985, o termo “quilombo” foi abandonado pelos acadêmicos, militantes dos movimentos sociais urbanos e intelectuais dedicados aos estudos desta temática, já que, segundo eles, a abolição teria retirado os negros aquilombados da ilegalidade, e “todos os quilombos e quilombolas deixaram de ser ilegais e, portanto, estes termos passariam a designar seus territórios e habitantes remanescentes”.

De acordo com Moura (2004, p. 335), quilombo é uma “palavra de origem banto, que, durante a escravidão no Brasil, significou ajuntamento de escravos fugidos”. Segundo o autor citado, o movimento da quilombagem iniciou-se no século XVI e há registros de quilombos em todo o território nacional, cada um com características próprias. Atualmente, os quilombos ou os remanescentes de quilombo são alvo de incessantes pesquisas no campo antropológico e, por conseguinte, tais estudos têm provocado uma discussão e atualização do seu conceito, de modo a evitar uma visão estática e estereotipada do termo.

Moura (2020) explica:

No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espalhava nacionalmente, a sua negação também surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade. Está havendo uma revisão na história social do Brasil, particularmente no que diz respeito à importância dos quilombos na dinâmica da sociedade brasileira. Por isso, eles manifestam-se nacionalmente como afirmação da luta contra o escravismo e as condições em que os escravos viviam pessoalmente (MOURA, 2020, p. 25).

Ainda no dizer de Moura (2020), assim como nos outros países nos quais o escravismo moderno existiu, como, por exemplo, Haiti, Colômbia, Guianas e Peru, a resistência dos escravizados foi intensa no Brasil, e a quilombagem foi uma das formas dessa resistência, sendo o Quilombo dos Palmares o exemplo máximo no país. Outras formas eram: “o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães do mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo” (MOURA, 2020, p. 24-25).

A formação de quilombos é de fato o marco da luta pela liberdade e pela vida e, em todas as regiões onde existiam escravizados, os quilombos surgiram, como bem lembra Moura

(2020, p. 25): “onde quer que o trabalho escravo se estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas [...]”. Nesse sentido, vê-se que o aquilombamento tinha um grande potencial de dinamismo, criava elementos de crises e desestruturava as forças produtivas da classe senhorial brasileira.

Para Kabengele Munanga (1996):

O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. (MUNANGA, 1996, p. 34).

Assim, o conceito de quilombo tem adquirido outros sentidos e vem se desligando de uma visão estática de organização, como bem explica O’Dwyer (2002):

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação territorial ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, constituem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um terreno próprio. (O’DWYER, 2002, p. 3).

Nesse sentido, “ser quilombola” na atualidade significa participar de um grupo vivo e dinâmico que prescinde de provas arqueológicas ou biológicas, uma vez que o que caracteriza um quilombo hoje não é o isolamento ou a história de fuga, e sim a luta coletiva, resistência e a busca por autonomia, pelas suas identidades e pela posse da terra, demanda que os unem (VIEIRA JR., 2027).

Para Beatriz Nascimento:

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo quando a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A

continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição. (NASCIMENTO, 2018, p. 7)

Como bem afirma Carvalho (2006, p. 1), “É preciso considerar a diversidade histórica e a especificidade de cada grupo e, ao mesmo tempo, o papel político desempenhado pelos grupos que reivindicam o reconhecimento como ‘remanescente de quilombo’”, visão que vai ao encontro do conceito da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que já se manifestou criticamente em relação a uma visão estática de quilombo.

O pensador, escritor e líder quilombola, Antonio Bispo dos Santos, ou apenas Nêgo Bispo, como é conhecido, trouxe-nos uma nova perspectiva no que diz respeito à interpretação do Brasil por meio de sua visão de quilombos, denominada por ele como um símbolo maior da luta dos povos contra a escravidão e o racismo, colonização e contracolonização, situando a luta quilombola do Brasil em um patamar mais amplo de reflexão e capacidade crítica contribuindo de forma decisiva para o debate na área. Ele lembra que:

o termo quilombo que antes era imposto como uma denominação de uma organização criminosa reaparece agora como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios sujeitos quilombolas. O mesmo ocorre com o termo povos indígenas, que também foi ressignificado por esses povos como uma categoria de reivindicação dos seus direitos. Ao acatarmos essas denominações, por reivindicação nossa, mesmo sabendo que no passado elas nos foram impostas, nós só o fizemos porque somos capazes de ressignificá-las. Tanto é que elas se transformaram do crime para o direito, do pejorativo para o afirmativo. Isso demonstra um refluxo filosófico que é um resultado direto da nossa capacidade de pensar e de elaborar conceitos circularmente. (SANTOS, 2017).

E, como já mencionado, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento oficial a se referir aos povos quilombolas como forma de reparação histórica, como enfatiza Vieira Jr. (2017):

É notório que o dispositivo legislativo que indica a regularização fundiária para as comunidades quilombolas é um importante passo para garantir sua autonomia, preservação e sustentabilidade, além do conteúdo de reparação histórica para populações que viviam - e ainda vivem - espoliações de toda ordem, sem que houvesse qualquer reparação por parte do Estado Brasileiro. Essa reparação visava o reconhecimento das comunidades negras, rurais e urbanas, que resistiram ao longo das décadas que sucederam o período pós-abolição. (VIEIRA JR., 2017, p. 26).

A partir desse dispositivo, as comunidades negras rurais tiveram de se reconhecerem como quilombolas para poderem acessar as políticas públicas do Estado e garantir o direito à terra em que já viviam. No entanto, só no final da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de modo incipiente, que se iniciou a regularização fundiária das terras quilombolas, sendo ampliada nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), ganhando destaque em outros poderes e setores da sociedade. Em 2004, o Programa Brasil Quilombola<sup>12</sup> foi fundamental para se dar visibilidade e acelerar a política relativa à regularização fundiária, uma das mais importantes do citado Programa.

Dois marcos legais foram fundamentais para a regulamentação do que estava previsto na Constituição Federal de 1988: a Convenção 169 da OIT, concernente à Organização Internacional do Trabalho dos Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Brasil, e o Decreto 4.887 de 23 de novembro de 2003.

A Convenção 169 da OIT, destacou com ênfase os anseios e os direitos territoriais desses povos ao afirmar que:

Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual”, diz em seu artigo 7º. A terra é condição primordial para a reprodução de grupos que, através do tempo, têm feito dela o mundo no qual habitam e produzem. A Convenção ressalta ainda a importância que deve ser conferida à regularização de suas terras; “terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. (OIT, 1989).

O texto da Convenção ainda sugere que “Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.”

Já o Decreto 4.887/2003, editado no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, regulamenta os procedimentos necessários à “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” e determina que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

---

<sup>12</sup> Em 21 de março de 2023, Decreto nº 11.447, foi lançado pelo governo federal o Programa Aquilomba Brasil, um aperfeiçoamento do Programa Brasil Quilombola, que tem como um dos eixos estruturantes o acesso à terra pelas comunidades.

(INCRA)<sup>13</sup>, execute todo o processo necessário para efetivar a titulação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados e Municípios.

Em seu art. 2º, o Decreto 4.887/2003 assim dispõe:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombo, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003)

O referido Decreto concede aos quilombolas o direito à autoatribuição como único critério para identificarem-se, coligarem-se com as suas comunidades e utiliza o termo território para caracterizar o espaço onde vivem, o que vai ao encontro da Convenção 169 da OIT, vale ressaltar.

No entanto, ainda hoje muitas comunidades aguardam a posse definitiva de suas terras, ou seja, em 34 anos, desde que o direito ao território foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, apenas 54<sup>14</sup> territórios foram titulados (parcial ou total) pelo Incra, o órgão federal responsável pela regularização fundiária quilombola, e 24 destes territórios possuem os títulos totais. Atualmente, 2.849<sup>15</sup> comunidades foram certificadas pela Fundação Palmares, importante etapa inicial do processo de autorreconhecimento pela comunidade. É fato que o Estado brasileiro tem sido moroso na regularização fundiária, um processo de titulação pelo INCRA costuma levar anos ou até mesmo décadas, violando, assim, os legítimos direitos dos quilombolas. Sem o título da terra, muitas políticas públicas não chegam aos territórios e ampliam o risco de invasão desses territórios tradicionais pelos empreendimentos, como garimpo e hidrelétricas, entre outros. As comunidades seguem na luta para que o Estado cumpra a Constituição Federal e tem destaque o papel e a atuação das mulheres quilombolas em seus territórios na manutenção dessas lutas, bem como na vida política e cultural do quilombo. (DEALDINA, 2020).

De alguma forma, esses dispositivos legais<sup>16</sup> ao longo do tempo forçaram os governos a implantarem políticas públicas voltadas para a causa dos afrodescendentes, e uma das medidas

---

<sup>13</sup> O INCRA é uma autarquia federal e desempenha um papel fundamental na implementação da política agrária e na promoção da reforma agrária no país.

<sup>14</sup> [www.incra.com.br](http://www.incra.com.br). Acesso: 15 de março de 2023.

<sup>15</sup> [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br). Acesso: 15 de março de 2023.

<sup>16</sup> Destacamos também outras políticas públicas como a importante Portaria nº 389 de 9 de maio de 2013, que criou o Programa de Bolsa Permanência no curso de graduação de instituições federais de ensino superior para

de grande impacto foi, sem dúvida, a instituição das cotas étnicas no acesso ao ensino superior, como as existentes na UnB, que significam um grande instrumento de inclusão social de populações historicamente marginalizadas, como os índios e os negros.

Com o alegado *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e nos anos seguintes em que o Brasil deu uma guinada à direita, houve um retrocesso em relação às políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas, como a maioria das outras ações voltadas para a área da educação e da cultura, por exemplo, e o orçamento destinado à titularidade das terras quilombolas foi cortado, os quilombolas foram negligenciados em seus direitos pelo Estado e a situação se agravou mais na época da pandemia<sup>17</sup>.

A própria Fundação Cultural Palmares, órgão do governo responsável pela emissão de Certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição no Cadastro Geral de Remanescente dos Quilombos, foi esvaziada em suas atribuições e não defendeu os interesses dos quilombolas, além de o governo da época ter burocratizado desnecessariamente o procedimento de expedição das certidões de autorreconhecimento, por meio da Portaria da Fundação Cultural Palmares<sup>18</sup> (FCP nº 57 de 2022). Essa Portaria foi revogada em 05 de abril de 2023, voltando a vigorar a Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, o que reavivou os movimentos ligados à causa quilombola.

Os quilombolas fazem parte dos povos e das comunidades tradicionais, isto é, são grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme se lê no Decreto n. 6.040/2007<sup>19</sup>.

Os povos e as comunidades tradicionais constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam 1/4 do território nacional<sup>20</sup>. Por seus processos históricos e suas condições específicas de pobreza e desigualdade, muitas comunidades acabaram vivendo em isolamento

---

estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas e a Portaria INCRA 175/2016, que reconhece os agricultores familiares remanescentes de quilombos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária- PNRA e dá outras providências.

<sup>17</sup> <https://conaq.org.br/noticias/stf-reconhece-omissao-do-governo-bolsonaro-na-protecao-dos-quilombolas/>

<sup>18</sup> Para dar início ao processo de titulação de terras quilombolas no INCRA faz-se necessária a Certidão de Autodefinição.

<sup>19</sup> São exemplos de povos e comunidades tradicionais: quilombolas, ciganos, povos indígenas, comunidades de terreiro e de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, extrativistas, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros.

<sup>20</sup> Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

geográfico, tendo pouco acesso às políticas públicas de cunho universal, o que lhes colocou em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, além de serem alvos de discriminação racial, étnica e religiosa.

As comunidades negras rurais, também conhecidas como comunidades afro-brasileiras, muitas provenientes de quilombos, são segmentos historicamente marginalizados e, mesmo tendo participado com seu trabalho decisivo na construção das riquezas materiais e imateriais do Brasil, têm sido privadas, ao longo dos séculos, dos seus direitos mais básicos e excluídas dos espaços de cidadania (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Além disso, são cotidianamente vítimas do racismo que impera no país há muito tempo e ainda precisam lutar pela posse definitiva das suas terras.

Essa é uma realidade das comunidades quilombolas Kalunga do nordeste de Goiás, formadas a partir do século XVIII<sup>21</sup>, com a migração de negros escravizados para a região, como será discutido posteriormente e, conforme já demonstrado, a comunidade Kalunga está dispersa, diferentemente da formação de outros quilombos, entre os municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás e está dividida em cinco subáreas: Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão de Almas, Contenda e Vão do Kalunga.

Cada subárea pode estar, por sua vez, dividida em inúmeras outras localidades, com denominações locais, como, por exemplo: Contenda, Barra, Riachão, Sucuriú, Curral de Taboca, Saco Grande, Tinguizal, Boa Sorte, Bom Jardim, Areia, São Pedro, Faina, Olho D'Água, Caiçara, Jataroba, Tarumã, Saco, Mochila, Boa Vista, Lagoa, Volta do Canto, Terra Vermelha, Congonha, Altamira, Vargem, Ema, Taboca, Fazendinha, Maiadinha, Morro, Choco, Buriti Comprido, Córrego Fundo, Vargem Grande, Borrachudo, Guarió, Limoeiro, Caldas, Sicuri, Vargem Redonda, Ouro Fino, Brejão, Cauçara ou Caiçara, Solidade, Raizama, Funil, Porcos, Prata, Maquiné, Capela, entre outras (BAIOCCHI, 1995/96). A denominação dessas localidades merecia um estudo à parte, por serem nomes ligados à natureza, provenientes da fauna e da flora, por exemplo, e significativos para os seus moradores.

De acordo com Lucchesi, Baxter e Ribeiro:

No panorama sociolinguístico do Brasil, as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas ocupam uma posição própria, em virtude de certas especificidades que as caracterizam, do ponto de vista histórico, étnico e socioeconômico. Em sua maioria, essas comunidades se originaram em antigos quilombos ou em populações de escravos que receberam doações de terra, com o fim dos empreendimentos agroexportadores escravistas. (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 75).

---

<sup>21</sup> Fonte: Baiocchi (1999).

Os autores citados asseveram que essas comunidades se definem pelos seguintes parâmetros:

(i) são compostas majoritariamente por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas no interior do país e de difícil acesso; (ii) mantiveram-se em relativo isolamento até a segunda metade do século XX; (iii) sua principal atividade econômica é a agricultura de subsistência. (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 76)

Os parâmetros elencados acima aplicam-se à comunidade Kalunga, como será apresentado a seguir, na descrição da comunidade rural quilombola Vão de Almas, foco desta pesquisa.

O estado de Goiás tem 246 municípios. Entre as três cidades que compõem o quilombo Kalunga — Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás —, a cidade de Cavalcante é a que tem o menor IDH do estado, enquanto Monte Alegre ocupa a sexta pior posição no *ranking* estadual e Teresina de Goiás está entre os 50 piores IDH do estado. Deveras, o IDH de Cavalcante é um dos piores do país, sendo que os piores indicadores estão na educação e na renda (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD])<sup>22</sup>.

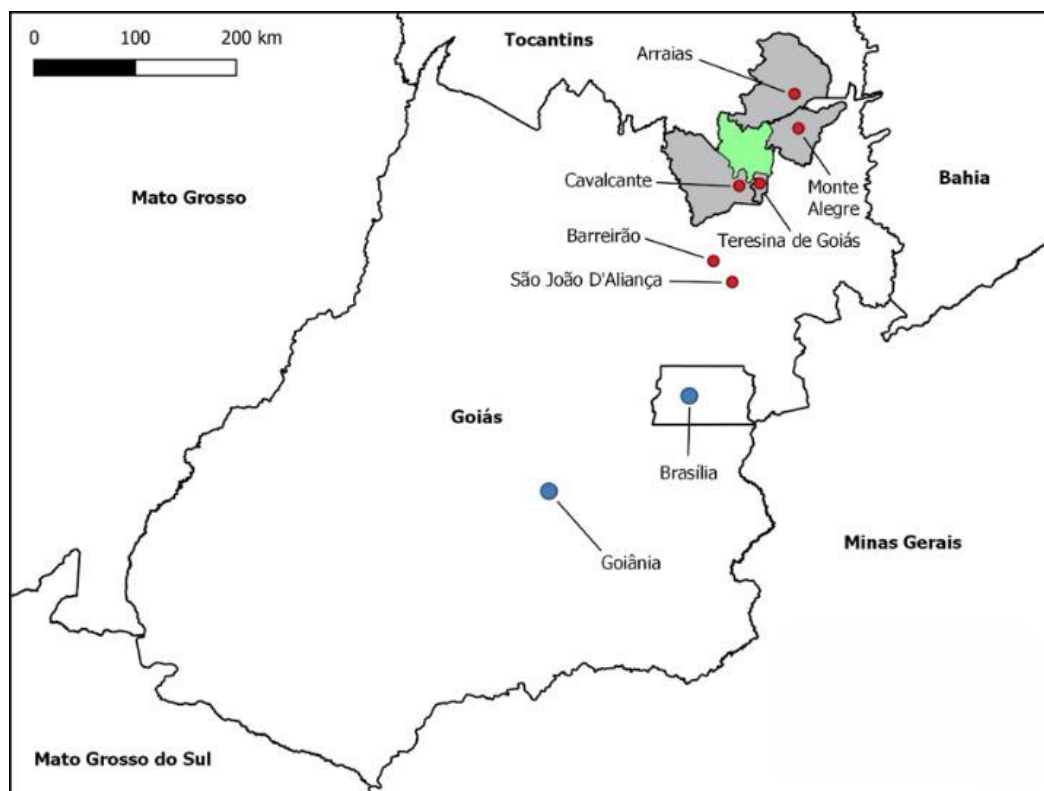
A seguir, os mapas das Figuras 1, 2 e 3 indicam a posição geográfica das comunidades Kalunga e dos municípios onde estão localizados.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 28 jun. 2023.



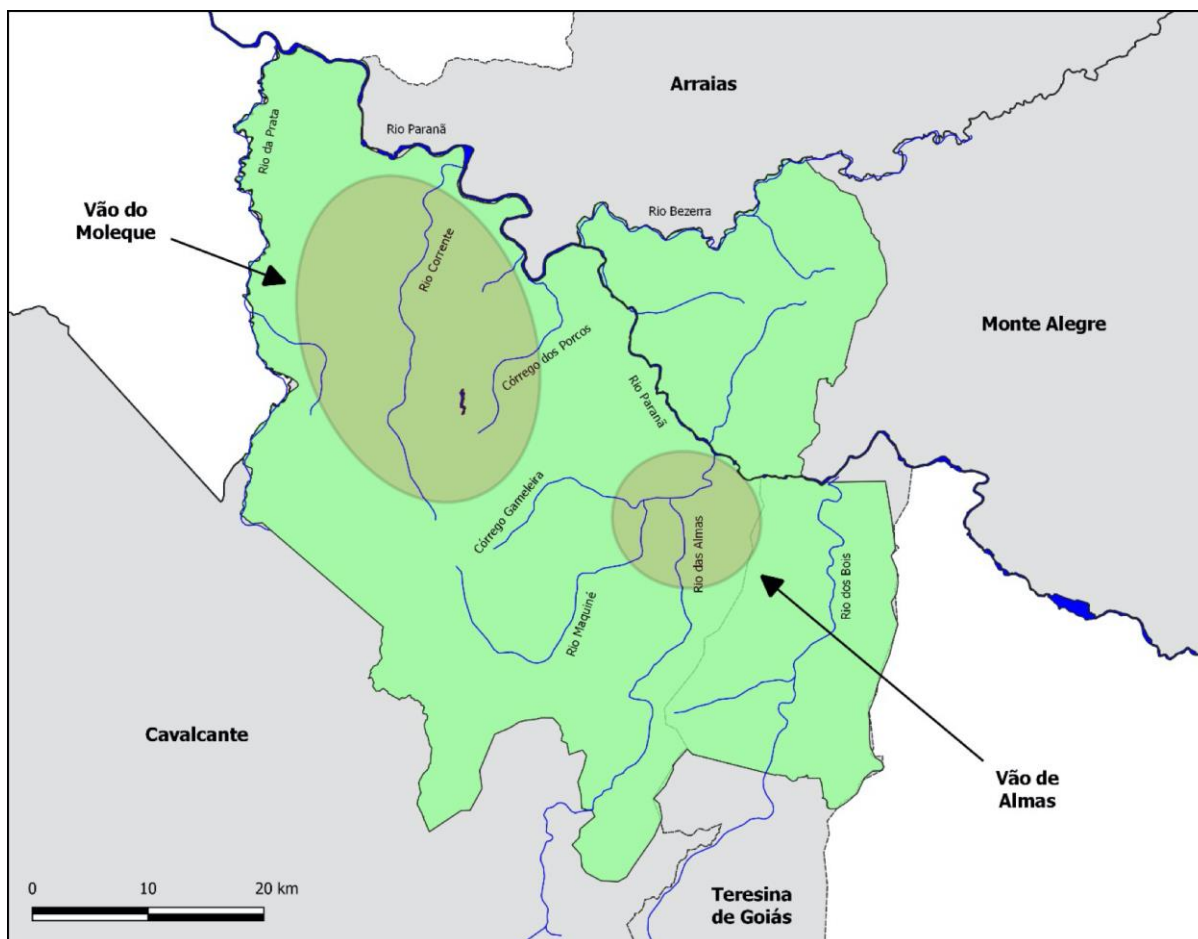
Figura 1 — Mapa de Goiás, estados vizinhos, algumas cidades goianas e comunidades Kalunga



Fonte: Mattos (2019)<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> Mapa elaborado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — base cartográfica BC250 —, que mostra o estado de Goiás na região Centro-Oeste do Brasil e seus estados vizinhos. São indicadas as localizações das seguintes áreas no estado de Goiás: Goiânia, capital do estado de Goiás; Brasília, capital do Brasil; o pequeno município rural de São João D'Aliança; a comunidade de Barreirão; os três municípios aos quais a comunidade Kalunga pertence em termos administrativos — Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre (em cinza); e Kalunga (em verde). O município de Arraias, no estado de Tocantins, também é indicado na Figura 2 por ser adjacente à comunidade Kalunga.

Figura 2 — Mapa de Vão de Almas, Vão do Moleque e outras áreas Kalunga



Fonte: Mattos (2019)<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Mapa elaborado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — base cartográfica BC250. Indica os três municípios (Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre), bem como a localização aproximada de Vão de Almas e Vão do Moleque em Kalunga, além de mostrar as localizações do município de Arraias e do rio Paraná. Outros pequenos rios e córregos também são indicados por serem importantes para a comunidade Kalunga.

Figura 3 — Mapa do nordeste goiano



Fonte: Governo de Goiás (2013).

A região onde vivem os quilombolas Kalunga também serviu de refúgio para diversos povos indígenas que fugiram de seus territórios com a chegada dos colonizadores, como os Acroá, Capepuxi, Xacriabá, Xavante, Kaiapó, Karajá e Avá-Canoeiro (PALACIN; MORAES, 2001), o que tornou a história Kalunga ainda mais rica e diversificada do ponto de vista linguístico e cultural, colocando em suspeição a ideia de total isolamento.

Vários fatores distinguem esse quilombo de outros, como o seu processo de formação e a distância do asfalto, mantida ao longo de muitos anos. Em nome da liberdade, os Kalunga permaneceram num longo e relativo isolamento, e não havia um levantamento sistemático sobre a organização de sua complexa sociedade até os anos 1980, após serem “descobertos” pela antropóloga Mari Baiocchi.

Foi com o trabalho de Baiocchi<sup>25</sup>, na década aludida, que o estado de Goiás voltou a sua atenção a esse povo, e os pesquisadores conheceram sua rica história e suas práticas culturais, o que acabou ampliando as informações e contribuindo para uma maior visibilidade da luta dessas comunidades pelo direito à terra. Foi a própria pesquisadora Mari Baiocchi que deu à comunidade a denominação de povo Kalunga (escrito com K, e não mais com C)<sup>26</sup>, com base em pesquisas. O contato da estudiosa com a comunidade também culminou no reconhecimento

<sup>25</sup> Para falar do povo Kalunga, sempre é necessário destacar a antropóloga Mari Baiocchi (1999), primeira pesquisadora a realizar trabalho de campo na região, com o apoio da Universidade Federal de Goiás, em 1982, que deu o nome de Kalunga aos moradores ao longo do rio Paranã. Nas décadas de 1980 e 1990, a autora liderou o Projeto Kalunga – Povo da Terra (1981-1996).

<sup>26</sup> Na seção 1.4.1 deste Capítulo, será apresentada a transformação do nome da comunidade.

desta em âmbito estatal por meio da Lei 11.409/1991, que instituiu a criação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga — a mencionada lei foi baseada num estudo desbravador da antropóloga e de sua equipe<sup>27</sup>.

Segundo Baiocchi (1999), o território Kalunga começou a ser habitado em meados do século XVIII, quando africanos insurgiram contra a submissão e os castigos sofridos na exploração das minas de ouro, fugiram em busca de liberdade e criaram seu quilombo em uma terra de difícil acesso, como apresentado na Introdução. Pode-se dizer assim que os Kalunga surgem, no período de colonização, da ocupação da região de Goiás, em busca do ouro.

Foi somente em 30 de junho de 2014 que a Associação Quilombo Kalunga recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), referente a 31 mil hectares do território tradicional onde vivem cerca de 600 famílias quilombolas Kalunga. Contudo, o que os Kalunga querem, na verdade, é a posse definitiva das terras quilombolas. Ressalta-se que o Quilombo Kalunga é uma terra coletiva. Foi pioneiro em todo o país na luta pelo reconhecimento legal do território quilombola, e a luta foi fortalecida em 10 de outubro de 1999, com a criação da Associação Quilombo Kalunga (AQK), constituída na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica, para representar os direitos do povo Kalunga, sendo responsável pela gestão do território e pela criação de iniciativas em prol da comunidade.

Como bem mostra Amorim:

Para os povos Kalunga, o direito ao território se firma, na maioria das vezes, fora da titulação cartorial. Estas pessoas reconhecem o seu direito sobre o território com base em uma ocupação contínua e secular, por terem recebido as terras de seus antepassados; bem como por estabelecer uma relação

---

<sup>27</sup> Seguem datas importantes para a comunidade Kalunga.

**1982** – Iniciaram-se os trabalhos de identificação dos Kalunga por antropólogos da Universidade Federal de Goiás, sob a coordenação da professora Mari Baiocchi.

**1991** – Lei Complementar 11.409, que cria o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

**2000** – Fundação Cultural Palmares, Portaria Interna n. 40, que emite título de reconhecimento outorgando o domínio do perímetro demarcado a favor da Associação Quilombo Kalunga.

**2004** – Programa Brasil Quilombola, que objetivava consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas.

**2009** – Assinados 30 decretos de regularização de territórios quilombolas, num total de 335 mil hectares de terra (272 mil hectares foram para os Kalunga), distribuídos em 14 estados.

**2011** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

**2013** – Lei 10.639, que altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências.

**2015** – Luz para todos. Chegada da luz elétrica à comunidade de Engenho II.

**2016** – Plano de Ações do Quilombo Kalunga. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

**2018** – STF garante posse de terras às comunidades quilombolas, declarando a validade do Decreto 4.887/2003.

histórica de pertencimento e por nela trabalhar e construir um modo de vida particular (AMORIM, 2015, p. 72).

Ser quilombola no Brasil é sinônimo de resistência e luta contra a opressão e a violência. Nos tempos da escravidão, essa luta se dava em relação ao regime escravista. Na atualidade, ela se dá em relação à posse indevida das terras quilombolas por grupos com poder político e econômico, resultando, inclusive, em assassinatos e outras formas de violência, mesmo que desde 1988 a Constituição Federal tenha reconhecido o direito à permanência na terra. E resistência define o viver Kalunga ao longo dos séculos e, neste sertão goiano, viver é também perigoso, mas os Kalunga seguem na luta em busca de sua liberdade e de seu direito à terra.

## 1.2 Quilombo Kalunga: isolamento *versus* abandono

No contexto do Movimento Migratório das Entradas (expedições oficiais) e das Bandeiras (expedições de particulares), em busca de ouro no estado de Goiás, Baiocchi (1999) defende, como já vimos, que a comunidade Kalunga é proveniente de quilombos formados no Ciclo do Ouro no Brasil Central (século XVIII), entendendo quilombo como lugar de resistência. Essa é a versão do mito fundacional mais aceita.

No entanto, há estudiosos que discordam dessa origem, como, por exemplo, Brito Neto (2002), que acredita que os moradores da localidade Kalunga chegaram à região em períodos históricos subsequentes à escravidão<sup>28</sup> e, para o estudioso, não há indícios de que houve quilombos no Centro-Oeste, já que não há registros oficiais de tais quilombos, com exceção de um relatório do governador João Manoel de Melo, indicando existirem alguns quilombos na região do rio Paranã, que as autoridades tiveram de conter. Pode-se pensar que este é um forte indicativo de que havia o movimento de quilombagem no Centro-Oeste e que os escravizados fugitivos que não foram encontrados pelas autoridades da época se esconderam nos rincões e vãos da Chapada dos Veadeiros, para não serem recapturados.

Como estavam em local de difícil acesso, surgiu o mito do total isolamento dos Kalunga, que alguns estudiosos ainda enfatizam, mas, na verdade, esse fato pode indicar também uma estratégia de invisibilidade proposital, uma maneira de sobreviver sem serem incomodados constantemente, conforme pontua José Jorge de Carvalho (1997, p. 6): “Tornar-se invisível foi, em inúmeros casos, uma posição política, uma atitude afirmativa dos negros fugidos que lhes

---

<sup>28</sup> Não entrarei no mérito desse debate antropológico porque não é objetivo desta tese.

permitiu, além da sobrevivência, um caminho próprio de subjetivação e tomada de consciência”.

Acerca desse isolamento, uma das moradoras entrevistada para esta pesquisa relata: “quando a chuva chuvia, que os rio enchia...a gente ficarra isolado mese, que nem canoa nos rio num tinha, tinha era umas conoinha que eles fazia de machado, era isso...Condo a pessoa aduecia no tempo das água era deixá morrê.

É fato que a região Centro-Oeste, em particular o estado de Goiás, mesmo durante o período aurífero, viveu um isolamento social e político, não havendo proximidade com a corte (CHAUL,1997). No que se refere aos Kalunga, é possível dizer que, no início, esse isolamento pode ter sido estratégico e não significava desconhecimento da sociedade que os cercava, visto que, antes de serem “descobertos” pela antropóloga Mari Baiocchi, circulavam pelas cidades vizinhas, mantendo relações sociais e econômicas com outras comunidades, como revelam as entrevistas. É o que relata uma das participantes desta pesquisa, moradora de Vão de Almas, sobre as relações que a comunidade exercia com outras cidades, no caso, Barreiras/BA, Belém/PA e outros municípios:

minha criação foi mutcho difício, aqui dento a gente tinha que fiá, tecê cuberta, fazê rôpa de vistir, com algodão, cortá, pegá o tingui pra fazê o sabão, cortá da merma madeira pra fazê a cinza, pra fazê o sabão, e era nas panelona de barro que tinha, que a panela de ferro era muito difício, mais hoje a gente tá compranu, e nalgum tempo passado, meu pai **levarra sabão pra vendê em Barreiras**. Tinha que ir comprá o sal em Barreiras, café, aí às veze aqui pru lado de São Jusé, São Domingu, comprava café, mar mais trazido de Barreiras, as panela vinha do Belém do Pará. (VA-1)<sup>29</sup>

Entretanto, atualmente, se há isolamento, é devido ao abandono por parte do poder público, e muitas comunidades rurais, inclusive a Kalunga, ainda sofrem com a falta de estradas, escolas, postos médicos, infraestrutura básica, meios de comunicação etc. Isso se soma ao fato de muitos moradores quase não conseguirem sair da própria comunidade por falta de acessibilidade, condição econômica e recursos materiais, de maneira que vivem de certa forma ainda isolados e abandonados.

O mito do isolamento acabou por gerar muitas pesquisas antropológicas e suscitou curiosidade e interesse da comunidade acadêmica, que o acolheu e o perpetuou em suas

---

<sup>29</sup> (VA-1) significa que o trecho faz parte das entrevistas feitas pela autora da tese. VA indica Vão de Almas e o número subsequente corresponde ao entrevistado (cada um recebeu um número, já que o Comitê de Ética sugere não informar o nome dos participantes da pesquisa).

dissertações e teses como um atrativo do povo Kalunga, afirmando que estes só entraram em contato com o asfalto e “o homem branco” na década de 1980.

Esse discurso é repetido pelos moradores e pela Associação Quilombo Kalunga, conforme a página da referida associação<sup>30</sup>:

Como nosso povo se formou?

Há quase quatro séculos, o interior do Brasil começou a ser colonizado, principalmente por causa da descoberta de minas de ouro nos estados de Minas Gerais e Goiás. Para esse trabalho, foram capturados índios, nativos das terras ainda não exploradas, e escravos negros trazidos da África. A vida era difícil, o trabalho era pesado e os castigos eram muitos. Por isso, esses escravos se organizavam e fugiam em busca de liberdade, indo cada vez mais longe e desbravando a mata ao redor das jazidas na região dos vales da Chapada dos Veadeiros.

A coragem e o desejo de liberdade eram tão grandes, que nossos quilombos foram surgindo em uma terra de difícil acesso, entre serras e vales que circundavam o Rio Paranã, local onde dificilmente nossos antepassados seriam recapturados. Esse povo cada vez mais afastado deu origem aos Kalungas.

Quando descobrimos o mundo ao nosso redor?

Formado há mais de 300 anos, **nosso povo só entrou em contato com o homem branco há aproximadamente 30 anos**. Até então, nem sabíamos que já havia acabado a escravidão no país, desconhecíamos o dinheiro e fazíamos escambo. (Grifos nossos)

Em outra direção, Vilmar Souza Costa, ex-presidente da AQK e atual prefeito de Cavalcante/GO, também assume uma posição crítica e de denúncia acerca do atual isolamento/abandono da comunidade:

Desde os tempos distantes de suas origens, o isolamento do povo Kalunga nos vãos do Rio Paranã, e vales de serras foi uma forma de defesa contra senhores e os jagunços eles tinham muito medo de que a escravidão poderia querer de novo que eles fossem escravizado e tirados de seus quilombos. Esse isolamento foi também sua força, que permitiu conservar seu modo de vida tradicional e sua identidade própria. Mas, com o tempo, o isolamento também acabou sendo o seu ponto fraco. Porque, quando foi abolida a escravidão, o povo Kalunga já não teria mais razão para se manter afastado do resto da sociedade brasileira. Mas, então, **foi a sociedade brasileira que se afastou do povo Kalunga**. A sociedade simplesmente deixou a gente viver “largado”, como dizem os mais velhos. (COSTA, 2013, grifo nosso).

Ainda que tenham sido afastadas do convívio com a sociedade brasileira — como se não fossem parte dessa sociedade —, como disse acima Vilmar Souza Costa, as comunidades

<sup>30</sup> Disponível em: <http://quilomboKalunga.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 15/03/2019.

Kalunga têm passado por momentos de ressignificação e empoderamento social. Desse modo, hoje, ser considerado quilombola e, mais especificamente, Kalunga, tem servido para unir os moradores na exigência dos seus direitos básicos de cidadania e das lutas em prol da posse definitiva de suas terras. Além disso, as políticas públicas afirmativas para quilombolas, obrigaram as comunidades a se autodeclararem pertencentes a esse grupo, para acessar tais políticas. Como diz Dona Dainda<sup>31</sup>: “hoje todo mundo quer ser Kalunga para poder estudar na faculdade”.

### 1.3 Variação e preconceito: a fala Kalunga e a questão sociorracial

Como vimos, os quilombolas Kalunga estão distribuídos em três municípios goianos: Cavalcante<sup>32</sup>, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Algumas das comunidades que integram esses três municípios possuem escolas de ensino fundamental, mas poucas Ensino Médio, o que significa que as crianças que concluem o ensino fundamental precisam se deslocar até um centro urbano caso queiram dar prosseguimento aos estudos. Pode-se imaginar o imenso problema que isso acarreta para o aluno e a sua família que diante das dificuldades de morar em outra cidade, muitos desistem.

Os estudantes que bravamente conseguem permanecer na escola da cidade enfrentam mais um obstáculo: o preconceito com a sua fala. Os seus relatos são alarmantes e dão uma ideia das dificuldades que passam em sala de aula. É o que explicitam diversas monografias apresentadas no curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, *campus* Planaltina. Muitos desses pesquisadores quilombolas Kalunga foram alunos que passaram por esse problema quando deixaram suas comunidades para avançar nos estudos em outras localidades. Eles tiveram de se deparar com comentários, chacotas e preconceitos em sala de aula por conta de sua variedade linguística e, ao entrarem na LEdoC, sentiram-se no dever de pesquisar esse tema e discutir soluções. É o que revela Ana Lina dos Santos Silva (2015), ao explicar as motivações para a sua pesquisa:

No decorrer deste trabalho de pesquisa houve uma indagação que ganhava certa inquietação: até que ponto a fala das Comunidades Quilombolas seriam erros de falas e de comunicação e/ou ainda variação linguística com cunho de identidade cultural a ser preservada? A resposta que se pôde dar ao longo da pesquisa é que as especificidades que englobam a fala e seus falantes

---

<sup>31</sup> Em entrevista para a autora desta tese.

<sup>32</sup> Dados do Censo 2022, apontam que dentre os municípios goianos, Cavalcante é o maior em número de pessoas quilombolas, com 57,08%, sendo o terceiro percentual maior do país.



quilombolas são resultados da história, da participação social, cultural e econômica dos mesmos na construção deste país, o Brasil. Não há indícios de que a fala seja, portanto, considerada erro, mas sim ajustes que resultam na variação linguística.(SILVA, 2015, p. 31).

Já Brito (2013, p. 14), que também pesquisou o tema e conviveu com o estigma de ser oriunda de uma comunidade rural, assim diz: “O interesse em trabalhar esse assunto veio através de minha experiência em ter de sair da comunidade São Domingos, por falta de escolas de ensino médio, para continuar meus estudos. Nessa mudança, deparei-me com o preconceito de ser do meio rural”.

A autora mencionada investigou alguns aspectos relacionados ao falar do povo Kalunga quando um aluno da comunidade rural frequenta uma escola de um centro urbano, como foi o caso da própria pesquisadora. É preciso destacar que é comum esse espaço ser uma pequena cidade do interior, como Cavalcante/GO, onde se localiza a comunidade de São Domingos, cuja população, em sua grande maioria, veio da zona rural e apresenta hábitos e costumes campestres, como bem lembra Brito (2013).

A seguir, algumas perguntas que a referida pesquisadora fez durante a sua pesquisa e as respostas dos alunos quilombolas.

**Pesquisadora:** Quando você mudou de escola, sentiu alguma diferença em relação aos alunos e professores na forma deles falarem em relação à sua? Por quê?

**Aluno:** Sim, apesar de todos falarem a mesma linguagem... Tinha medo.. Medo de tá errada... E por isso ficava mais afastada... Mais afastada deles. (22 anos).

**Pesquisadora:** Sofreu algum preconceito? E como era?

**Aluno:** Sim... Por causa de ser da comunidade mais afastada e da forma de se expressar... Ficou com piadinha... Os caras sempre gostam de fazer piadinha com a... Fazer chacota da pessoa... Sofri muito dessas chacotas. (19 anos).

**Aluno:** Sim, porque lá sempre tinha algumas piadinhas por eu ser de uma comunidade mais afastada... A mesma que localiza a 60 km... E por não ter recursos... Tipo como energia... Internet... Tipo assim... Porque... No sotaque, no jeito de falar e também por causa dos mais velhos, que antes tinha a linguagem diferente, aí eles falavam que só podiam ser de São Domingos mesmos. (22 anos).

Diante das respostas dos estudantes, fica visível como os falares rurais são estigmatizados e menosprezados, o que obriga os alunos a se calarem na sala de aula por medo do julgamento dos colegas, como afirma Brito:

Quando o aluno chega à escola, percebe que o seu modo de falar é rejeitado, por não seguir as normas gramaticais, sentindo-se assim excluído também. Isso faz com que ele se limite aos eventos de comunicação em sala de aula, devido ao receio de se tornar motivo de chacota entre os colegas de classe, e de ser constantemente corrigido pelo/a professor/a: “não se fala cê, e sim você”. (BRITO, 2013, p. 21).

Qual o papel da escola diante desse tema? Como a escola tem enfrentado essa questão? A pesquisadora Hérika Barbosa Nascimento nasceu na comunidade quilombola Kalunga e, em seu trabalho de conclusão de curso, apresentado também no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo, da UnB, examinou a situação e os desafios da inclusão de educandos de comunidades quilombolas em uma escola urbana na cidade de Teresina de Goiás. Seu objetivo era realizar um estudo da proposta pedagógica do Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes, buscando compreender como acontece o processo de inclusão dos educandos Kalunga nessa escola. A referida pesquisadora realizou estágio nesse colégio e presenciou várias situações de exclusão com os alunos quilombolas, tendo vindo daí seu interesse em realizar uma pesquisa sobre o tema, conforme relata:

Presenciei várias situações durante os estágios que me levaram a escolha do tema, mas a principal é que essa escola apesar de estar situada em uma região Kalunga, e ter aproximadamente 50% dos seus educandos oriundos dessas comunidades, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) não há nada que prevê um processo de ensino/aprendizagem e nenhuma proposta pedagógica que considere as questões trazidas por estes educandos. Os conteúdos aplicados não tem ligação com a realidade dos educandos, a metodologia usada em sala de aula pelos professores não viabiliza o entendimento, enfim, a escola não utiliza mecanismos para que haja êxito no processo de aquisição do conhecimento. (NASCIMENTO, 2017, p. 12).

Diante desse cenário de exclusão dos alunos quilombolas Kalunga, a despeito de a população quilombola ser significativa no município de Teresina, Nascimento (2017) empreendeu a sua pesquisa como forma de “contribuir com a formação de professores nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo que atuarão em escolas com grande número de educandos oriundos de comunidades quilombolas, podendo ofertar para estes uma educação com mais significado para sua realidade” (NASCIMENTO, 2017, p. 13).

Uma educação com mais significado para a realidade do aluno pertencente às comunidades quilombolas deve atender à Resolução n. 8 de 2012 do Conselho Nacional de Educação, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, publicadas pelo Ministério da Educação, visando a orientar as políticas públicas voltadas para a educação das comunidades quilombolas no Brasil.

Segundo o art. 6º do documento mencionado, os objetivos dessas diretrizes incluem:

[...]

III – assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

IV – assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;

[...]

VI – zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;

[...]

Esses objetivos são fundamentais para uma educação adequada às comunidades quilombolas e respeitosa com estas, por garantirem uma formação que valorize a cultura e a história desses povos, além de prepará-los para enfrentar os desafios da atualidade. Assim, as comunidades quilombolas devem ter voz ativa na gestão e organização das escolas, participando efetivamente de decisões relacionadas ao currículo e a outras questões que afetem a educação das crianças e dos jovens quilombolas.

Qual a relevância sócio-histórica e linguística do povo Kalunga? Reconhecida como uma comunidade tradicional que faz parte do patrimônio cultural imaterial brasileiro, os Kalunga, como já visto na Introdução, foram considerados um remanescente de quilombo situado no nordeste de Goiás, e a sua variedade linguística, do ponto de vista sócio-histórico, foi afetada pelo contato entre línguas indígenas, línguas africanas e a língua portuguesa do colonizador, como aconteceu com a maioria dos agrupamentos rurais afro-brasileiros. Assim, faz-se necessário conhecer melhor tal comunidade como forma de:

- a) Ampliar os estudos sobre os aspectos sintáticos da fala Kalunga;
- b) Entender se o relativo isolamento geográfico e linguístico da comunidade influenciou na formação de sua gramática;
- c) Contribuir para a inserção e consolidação da variedade Kalunga no mapa linguístico brasileiro;
- d) Valorizar os falares rurais e suas comunidades, que são alvo de preconceito linguístico e social;
- e) Colaborar para a discussão acerca da situação multilinguística do Brasil e a importância das línguas africanas na formação do PB.

Além disso, as comunidades rurais podem ser consideradas “verdadeiros sítios arqueológicos da história sociolinguística do Brasil (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 73). Os referidos autores ainda lembram que:

Formadas em situações de grande concentração de africanos com pouco acesso aos modelos de língua portuguesa no interior do país, essas variedades linguísticas podem ter sofrido uma erosão gramatical e passado por processos de reestruturação, em níveis superiores aos que afetaram outras variedades do português brasileiro” (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 73).

Outro ponto importante sinalizado pelos autores já citados é que as comunidades rurais quilombolas experimentaram um relativo isolamento, e isso pode ter permitido que os reflexos dos processos de variação e mudança tenham subsistido. Sob tal perspectiva, a fala desse grupo social pode revelar de que forma se deu o contato entre línguas, se se considerar que a variação e a mudança serão mais notáveis nas variedades linguísticas das localidades no interior do Brasil que ficaram relativamente isoladas do ponto de vista geográfico durante certo tempo.

Outrossim, a forma de falar dessas comunidades, inclusive da Kalunga, pode refletir contatos linguísticos que aconteceram no Brasil de forma mais intensa ao longo do Ciclo do Ouro, no século XVIII. Nesse contexto, pode-se estar diante de uma variedade do português que permite perceber, de maneira mais evidente, o efeito do contato massivo entre línguas que houve no Brasil, o que não aconteceria se somente fosse observado o português urbano atual.

Essas comunidades são reconhecidas como guardiãs da natureza, como as Kalunga, e muitas são responsáveis por abastecer as cidades com alimentos produzidos por elas no sistema de agricultura familiar, prática que respeita os ciclos da natureza.

É fato que o povo Kalunga ficou isolado geograficamente por longos anos como forma de sobreviver ao escravismo e ainda hoje nos territórios Kalunga, por conta do difícil acesso, da falta de infraestrutura e do descaso das autoridades, a mobilidade da comunidade é limitada. Contudo, isso não quer dizer que sempre houve isolamento social dos moradores e estes só entraram em contato com outros espaços sociais a partir da década de 1980.

De acordo com as entrevistas, há relatos de contato social entre os quilombolas e as cidades próximas, o que sugere que o conceito de comunidade completamente isolada não passa de um mito e só reforça o componente ideológico que remete ao período colonial e perdura até hoje: se é uma comunidade isolada, suas práticas são arcaicas, de modo que não faz parte do mundo do trabalho e, portanto, não precisa ter seus direitos reconhecidos. Na direção oposta, tudo que os Kalunga precisam e querem é participar ativamente da sociedade brasileira e ter seus direitos reconhecidos pelo Estado, bem como a posse definitiva de seus territórios.

#### **1.4 Os Calunga ontem e os Kalunga hoje**

Para conhecer melhor a comunidade pesquisada nesta tese, faz-se necessário revisitar a origem africana do seu nome que, segundo alguns dicionários, tem origem na língua banta. Apesar do seu inegável valor histórico e da sua indiscutível riqueza semântico-filológica, a bantuística foi pouco estudada ao longo dos tempos, ainda que a influência de tais línguas, entre elas o quimbundo, tenha sido marcante para a formação de incontáveis substantivos, verbos e adjetivos correntes na língua portuguesa do Brasil.

Até a década de 1980, o nome da comunidade era grafado com C e, para entender as motivações para a mudança de uso da grafia de C para K, esta seção expõe um breve estudo léxico-semântico acerca do nome da maior comunidade quilombola do Brasil e o ponto de partida serão as definições e reflexões apresentadas pelos próprios moradores da comunidade Kalunga, os estudos da antropóloga Mari Baiocchi (1999), a responsável pela mudança da grafia, e dados oriundos de dicionários da língua portuguesa — *Dicionário Aulete Digital*, *Dicionário Aurélio* e *Dicionário Houaiss*, em suas versões impressas —, de dicionários etimológicos de língua portuguesa e de um dicionário de banto.

Remete a diferentes fontes a origem do termo “Kalunga”, que com o tempo adquiriu acepções das mais diversas, como apontam as obras lexicográficas referenciadas a seguir. Na língua da família banto, de origem africana, traduz-se *Kalunga* como lugar sagrado, de proteção. No sentido dado pelos moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga,

significa “lugar sagrado que não pode pertencer a uma só pessoa ou família” ou “lugar onde nunca seca, arável, sendo bom para as horas de dificuldade” (BAIOCCHI, 1999, p. 25). Ou ainda, pode se referir a uma árvore da família das simarubáceas, *Simaba ferruginea*, comum na região, que os moradores sempre mencionam quando perguntados sobre a origem do termo “Kalunga”.

Rosa, moradora da comunidade Kalunga, assim informa:

Nas comunidades quilombolas de Cavalcante, Vão de Almas, Ribeirão do Bois, Vão do Moleque, dentre outras, tem uma planta chamada Calunga, planta medicinal amarga, muito usada pelos quilombolas no combate de verminoses. No município de Monte Alegre existe também um córrego que tem nome Calunga. Kalunga com “K” surgiu depois do reconhecimento do Sítio Histórico e Cultural Kalunga, ao ser feito resgate cultural da palavra Kalunga, que é de origem africana (ROSA, 2013, p. 17).

Como se sabe, foi a antropóloga Mari Baiocchi quem nomeou de Kalunga (com K) a comunidade “descoberta” por ela na década de 1980, que seria, posteriormente, considerada remanescente de quilombo. Antes disso, em seus levantamentos realizados nas cidades vizinhas do território, a pesquisadora constatou que as expressões “calunga” ou “calungueiro” eram usadas em referência aos moradores negros da região que iam à cidade vender ou trocar seus produtos — isso mostra que eles não eram tão isolados como alguns pesquisadores insistem em afirmar.

Uma vez na cidade, era comum acreditar que esses moradores negros tinham uma mesma origem e habitavam o mesmo espaço, e não se tinha ideia do número de negros que habitavam os vãos e as serras da Chapada dos Veadeiros (BAIOCCHI, 1999). Como lembra Baiocchi (1999), o termo “calunga” carregava um significado pejorativo e era comumente usado para discriminar e humilhar essa comunidade. Não é à toa que, segundo os *Dicionários Aurélio, Aulete e Houaiss*, “calunga” é sinônimo de camundongo, coisa pequena. Soma-se a isso que os moradores não costumavam se apresentar como Kalunga, e sim a partir de seu local de origem (Vão de Almas, Vão do Moleque, Contenda etc.).

Foi a partir do Projeto Kalunga – Povo da Terra, nos anos de 1980, de autoria de Mari Baiocchi, das reivindicações ao território quilombola e das intensas atividades acadêmicas e oficiais que a comunidade passou a se tratar com o termo unificador Kalunga. A escolha do nome com K foi realizada e idealizada pela referida antropóloga, na tentativa de desvincular o termo do seu uso pejorativo e de ajudar os moradores da região a se apoderarem de uma identidade forte que remetesse às suas origens africanas, bem como se adequarem ao art. 68 do

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que prevê o reconhecimento da propriedade e titulação das terras dos remanescentes de quilombos — esses grupos foram finalmente reconhecidos oficialmente pelo Estado e passaram a buscar de maneira mais efetiva seus direitos, o que garantiria a preservação de valores culturais e históricos relativos à contribuição do negro no processo de formação do povo brasileiro.

Ao serem indagados sobre o que significa “ser Kalunga”, os moradores da comunidade Kalunga de Vão de Almas assim se pronunciam:

Aí meu pai comprô uma terrinha pra nós virô um barulhu sobri um negóciu di terra, cum negóciu di escritura, né?! Comprô, pagô, cam cabô aí comprô otu aí, eli vei i troxe nois pra cá. Aí nós dizenu qui nozi somu dus Kalunga, qui a nega baiocchi foi essi negóciu dus kalungueru, né?! Du primeru uns falava: ah, calunguero é issu aquilu, tudu acharra ruim. Hoji quem não é Kalunga qué sê calunguero, né?!

Meu pai contarra que condo a gente ia na cidade eles chamava a gente era calungueiro do pé rachado, condo a gente ia levando as farinha pa vendê, eles falava assim “lá vem os calunguero, lá vem os calunguero”, só que eu queria entendê o que que significa a palavra calunga que eu não sei. Hoje os calungueiro tomo conta dos colégio da cidade, que es ninguém fala mar nada... Por mim pode me chama [de calungueiro], agora eu num ligo mar não... Antigamente ficarra chato, a gente ficarra com vergonha. Mais hoje eu falano, pode chamá de calunguero que tem é muitcha gente quereno tê o nome de calunga... Querendo sê calunga. Porque tem gente que nos sabe que num é daqui descendente daqui já tá assinano dizeno que é calunga (para entrar na universidade)... Mudô muitcho, aonde que calunguero tinha escola pá estudá, agora já té formano... Até advogado....

Ah, ieu.. esse nome Kalunga, eu acho assim, eu pra mim ele é um nome tudo. Eu fico mais empoderada ainda condo fala Kalunga. Eu fico.

Ao analisar esses dados e fatos, é visível a transformação pela qual passou o item lexical “calunga” ao longo do tempo até transformar-se em “Kalunga” (com K). Apesar da origem marginalizada, essa nova grafia passa agora a ser aceita e utilizada como estratégia de sobrevivência, de acesso às políticas públicas e valorização do grupo, consoante a fala da moradora no trecho acima, possibilitando a criação de novas identidades, como a identidade do povo Kalunga, que foi reinventada, ressignificada e assumiu novos sentidos na atualidade.

### 1.4.1 Calunga-Kalunga nas obras lexicográficas

O item lexical “calunga” figura no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)<sup>33</sup> e é classificado como substantivo masculino e feminino (s.m.f.). Não há registro da palavra grafada com K.

Para entender a origem do termo, foram escolhidos três dicionários gerais da língua portuguesa, três dicionários etimológicos, três dos séculos XVIII e XIX e um dicionário específico da língua banta para discutir como o conceito de calunga-Kalunga aparece em tais publicações. Com exceção dos dicionários dos séculos XVIII e XIX, nos demais o termo “calunga” está presente.

Nos dicionários<sup>34</sup> dos séculos XVIII e XIX, tais como em Bluteau (1712-1728), Silva Pinto (1832) e Moraes Silva (1813), nota-se a ausência do verbete *calunga*, como já dito. Há, no entanto, nesses dicionários, o termo *calumba*, definido como uma planta medicinal — provavelmente, o mesmo que *calunga*, segundo Lopes (2003).

Em *Houaiss* e no dicionário de Antonio Geraldo da Cunha, o ano de 1881 aparece no campo de datação do primeiro registro conhecido ou estimado da palavra, sem indicação de fonte, conforme se verá nos Quadros 1 e 2, na próxima seção, o que sugere que o termo não é muito antigo na língua portuguesa. Em todos os dicionários, as entradas do termo figuram com a grafia “calunga”, e não há referência ao termo com a letra “k”, a não ser dentro do verbete, em referência à origem banta da palavra.

### 1.4.2 Dicionários etimológicos

O quadro abaixo contém as acepções do item lexical “calunga” registradas nos dicionários etimológicos.

Quadro 1 — Registro da unidade léxica *calunga* em dicionários etimológicos:

Dicionários	Acepções
Francisco da Silveira Bueno (1964)	s.m. Boneco, figurinha, desenho, imagem do culto africano. Quimbundo Kalunga, propriamente, o mar.

<sup>33</sup> Consulta realizada no endereço eletrônico: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

<sup>34</sup> Os dicionários estão disponíveis em: <[www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br)>



<b>José Pedro Machado (1977)</b>	s. “M. Soares deriva do quimbundo <i>Kalunga</i> , mar, nome que os negros aplicaram ao deus incognoscível dos missionários e para eles vago como a extensão do mar. Representavam-no por figuras e bonecos”, Mendonça, p. 187, s.v.
<b>Antonio Geraldo da Cunha (2010)</b>	s.f ´divindade secundária do culto banto´ 1881. Do quimb. ka´luna ´mar´   calunAGEM XX    calunguEIRA sf. ´tipo de embarcação de pesca´1899    calunguEIRO XX

Fonte: elaboração própria.

Nota-se que, nos dicionários etimológicos, as acepções do item “calunga” estão relacionadas à sua origem africana, do quimbundo, uma língua banta da região do Congo – Angola, e a palavra *mar* aparece como significação nos três dicionários. Além disso, nos dicionários de Francisco da Silveira Bueno e José Pedro Machado, *calunga* é definida como boneco e figuras dos cultos, lembrando o sentido dado à boneca do maracatu, registrado nos dicionários *Aurélio*, *Aulete Digital*, *Houaiss* e no de Nei Lopes.

Nesses dicionários etimológicos, não figuram as inúmeras acepções do termo referentes às marcas dialetais e aos brasileirismos, provavelmente porque o termo ainda não havia adquirido tantos significados como mostram os dicionários contemporâneos. Percebe-se ainda que o termo é classificado gramaticalmente como substantivo, tanto feminino quanto masculino.

### 1.4.3 Dicionários contemporâneos

O Quadro 2, a seguir, registra as acepções de “calunga” em dicionários gerais contemporâneos.

Quadro 2 — Registro da unidade léxica *calunga* em dicionários gerais (séc. XX e XXI)

Dicionários	Acepções
<p><b>Houaiss (2009)</b></p>	<p>s.m. (1881) B</p> <p>1 REL entre bantos, entidade espiritual que se manifesta como força da natureza, esp. Associada ao mar, à morte ou ao inferno.</p> <p>2 REL cada uma das entidades de importância secundária que, na umbanda popular de influência banta, formam um conjunto subordinado a Iemanjá e são associadas ao mar e à água.</p> <p>3 <i>p.ext.</i> REL imagem ou fetiche de uma dessas entidades.</p> <p>4 MASTZOO m.q. CAMUNDONGO (<i>Mus musculus</i>).</p> <p>5 ICT RJ m.q. PARGO (<i>Pagrus pagrus</i>).</p> <p>6 ETN PE cada uma das figuras que passam, nos maracatus, pelas mãos da dama do paço e da rainha, e que encarnam a força dos antepassados do grupo.</p> <p>7 ANGIOS AM m.q. ANGELICO (<i>Aristolochia trilobata</i>)</p> <p>8 ANGIOS desig. comum a diversas árvores e arbustos do gên. Simaruba e Simaba, incluídos do gen. Quassia, da fam. Das simarubáceas. 8.1 ANGIOS árvore (Simaba ferrugínea) nativa do Brasil (PE a BA, MG, GO), de casca e raízes tônicas e flores em panículas terminais. 8.2 ANGIOS arbusto de até 5 m (Simaba glandulífera), nativo do Brasil (RJ), de casca tonica e anti-helmíntica, flores em panículas e frutos drupáceos; paraiba-mirim, simarubamirim</p> <p>9 Boneco, esp. De pequeno tamanho</p> <p>10 <i>p.ext.</i> qualquer objeto de pequeno tamanho</p> <p>11 joc. Indivíduo de baixa estatura</p> <p>12 companheiro (a) próximo (a) ou fiel</p> <p>13 pessoa de raça negra</p> <p>14 ENT B N.E: m.q. <i>LIBÉLULA</i></p> <p>C. de caminhão B infm. Aquele que trabalha em caminhões, carretas, ajudando em tarefas diversas, esp. Carga e descarga</p> <p>ETIM quim. Ka'lunga 'mar', nome com que os negros designaram o Deus dos missionários, por considerarem-no vago como a imensidão do mar.</p> <p>(De língua banta) <i>Substantivo feminino</i></p>
<p><b>Aurélio (2010)</b></p>	<p>01. <i>Bras. Rel.</i> Divindade secundária do culto banto.</p> <p>02. <i>Bras. P. ext.</i> O fetiche dessa divindade</p> <p>03. <i>Bras.</i> Coisa qualquer de tamanho reduzido.</p> <p>04. <i>Bras. BA MG Bot.</i> Arbusto simarubáceo (<i>simaba ferrugínea</i>) de folhas penadas que têm de quatro a oito folíolos coriáceos, pilosos, ferrugíneos e obovados, flores muito pequenas, rufas e agregadas em amplas panículas terminais, e frutos construídos de quatro a cinco carpídios drupáceos. Ocorre no cerrado e na caatinga.</p> <p>05. <i>Bras. N.E. Zool. V.</i> libélula (3).</p> <p>06. <i>Bras.</i> Boneco (1) pequeno.</p> <p>07. <i>Bras.</i> Figuras humanas, nos desenhos infantis.</p> <p>08. <i>Bras.</i> Pessoa de pouca estatura.</p> <p>09. <i>Bras.</i> Desenho sumário, representação da figura humana, que os arquitetos fazem para dar ideia de escala ou dimensão da obra que projetam.</p> <p>10. <i>Bras. GO SC</i> Indivíduo negro.</p> <p>11. <i>Bras. AL PE</i> Ajudante de caminhão de carga; calunga de caminhão.</p> <p>12. <i>Bras. PE Folcl.</i> Nos maracatus, cada uma das bonecas (Dom Henrique e Dona Clara) que vão nas mãos dançantes das negras, e que recebem as espórtulas dos admiradores.</p> <p>13. <i>Bras. Zool. V.</i> camundongo. (Var., nesta acepç.: calungo.)</p>

<b>Aulete Digital (2014)</b>	<p>14. Bras. RJ Zool. Pargo.</p> <p><b>Calunga de caminhão.</b> 01. Bras. AL PE Calunga (11).</p> <p><b>Calungueiro</b> (De calunga (11) + -eiro): Substantivo masculino 01. Bras. RJ Pescador de pargo.</p> <p>sm.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. PE Etnog. Boneco conduzido em cortejo de maracatu</li> <li>2. Bras. Qualquer coisa pequena</li> <li>3. Bras. Rel. Entidade espiritual cultuada pelos bantos, manifestada como força da natureza</li> <li>4. Bras. Rel. Cada uma de certas divindades secundárias da umbanda</li> <li>5. Bras. Rel. Imagem dessa divindade</li> <li>6. Bras. P.ext. Ilustração em matéria de jornal</li> <li>7. Zool. Camundongo</li> <li>8. Bras. Auxiliar de veículo de transporte de carga</li> <li>9. Bot. Nome comum a várias árvores e arbustos da fam. das simarubáceas. s2g.</li> <li>10. Pequena figura humana ou de animal, feita de pano, madeira etc.</li> <li>11. Bras. Joc. Indivíduo de pequena estatura</li> <li>12. Bras. Pessoa da raça negra [F.: do quimbundo <i>ka' lunga</i>.]</li> </ol> <p><b>Calunga de caminhão</b> 1 Calunga (8), ajudante de caminhão (aquele que acompanha o motorista, para auxiliá-lo)</p>
--------------------------------------	--

Fonte: elaboração própria.

As acepções que figuram nos dicionários acima citados são parecidas e mostram como o termo “calunga” adquiriu novos sentidos ao longo do tempo. Se, nos dicionários etimológicos, são apresentadas 4 acepções do termo, nos contemporâneos chegam a 16, com sentidos que vão de divindades, boneco pequeno, camundongo a ajudante de caminhão de carga.

A verificação desses dicionários permite tecer algumas considerações referentes às marcas de regionalismos presentes nas definições, diferentes acepções e nos seus usos, inclusive naqueles que expressam uso pejorativo (como a acepção “camundongo” que figura nos dicionários contemporâneos). Também é relevante observar a diferença entre a grafia “Kalunga” e “calunga”: enquanto esta (com C), no falar brasileiro, significa “qualquer coisa pequena”, sendo modo de dizer para pessoa negra, aquela (com K), de origem banto, revela-se ligada às crenças e ao culto dos antepassados africanos, sendo ainda uma palavra comum entre muitos povos africanos.

Isso sugere que a palavra “calunga”, no Brasil, nome que davam aos negros que chegavam da África, passou também a significar coisa pequena e insignificante, como camundongo. Assim, ser chamado de calunga significava ser caracterizado como um ser inferior, sem valor. Isso pode ser comprovado pelo modo como os colonizadores portugueses trataram os negros escravizados que chegaram ao Brasil.

Nesse ponto, é relevante lembrar que, durante muito tempo, a comunidade Kalunga, como já apontado, não queria ser chamada por estes nomes (calunga e calungueiro), como evidenciam os depoimentos dos moradores, porque tinham uma acepção pejorativa, bem ao gosto do branco descendente do colonizador, e significavam ser negro sem valor, inferior, como ratos dos quais todos preferem ficar longe, conforme visto. Não era à toa que os negros goianos dos vãos da Chapada dos Veadeiros não queriam ser chamados de calunga, e os dicionários são a prova dessas marcas de julgamento.

#### 1.4.4 Dicionário banto

Quadro 3 — Registro da unidade léxica *calunga* em dicionário específico:

Dicionário	Acepções
<p><b>Nei Lopes (2003)</b></p>	<p><b>Calunga (1)</b> s.m. 1 Na umbanda, cada um dos integrantes da falange de seres espirituais que vibram na linha de Iemanjá. 2 Boneco pequeno. 3 Figuras humanas nos desenhos infantis. 4 Camundongo. 5 Pessoa de pouca estatura, principalmente por ser aleijada da coluna vertebral. 6 Esboço da figura humana que os arquitetos fazem para dar ideia das dimensões da obra que projetam. 7 Pargo. 8 Indivíduo preto. 9 Ajudante de caminhão de carga. 10 Falar banto da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. ///s.f. 11 Cada uma das duas bonecas que fazem parte do cortejo de maracatu. ///s.2gên. 12 Mar. 13 Céu, morte. /// adj. 14 Cada um dos habitantes da comunidade de Calungas, em Goiás. Do termo multilinguístico Kalunga, que encerra ideia de grandeza, imensidão, designando Deus, o mar, a morte — “o vocábulo Kalunga (Deus), do verbo okulunga (ser esperto, inteligente), encontra-se no dialeto dos Ambós e em outros grupos vizinhos. O prefixo ka aparece aqui sem a função diminutiva usual, sua característica. Antes, pelo contrário, impõe-se como uma afirmação de coisa importante, grande, valiosa.” (Lima, 1977:152). Para os umbundos, “Ceú é céu, Kalunga é Kalunga (...). Céu é a morada de Nzambi, Kalunga o lugar para onde Kalung’a a Ngombe leva as pessoas que vem buscar.” (Manuel P. Pacavira, Nzinga Mbandi, Luanda, 1985, pág. 56). No Brasil o ícone antropomorfo (o iteque, a</p>

	<p>estatueta, representativa de qualquer entidade divinizada, passou a se chamar calunga). E daí o termo se estendeu às acepções de 2 a 10.</p> <p><b>Calunga (2), s.f.</b>          Árvore cuja raiz é indicada no tratamento de males do estômago, provavelmente o mesmo que calumba.</p>
--	---

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 3 baseia-se no *Novo Dicionário Banto do Brasil* (Lopes, 2003), provavelmente a mais completa obra abordando a cultura banto no país, cujo objetivo é resgatar e tornar visível a presença africana na formação do português do Brasil.

Lopes (2003) define *calunga* de forma semelhante àquela encontrada nos demais dicionários, embora não faça referência às áreas do conhecimento. O diferencial desse dicionário é que há remissão e destaque à origem africana do termo por meio de citações de autores e explicações gramaticais sobre a palavra. É o único dicionário que faz referência à comunidade Kalunga do nordeste de Goiás e inclui o vocábulo também em sua função adjetiva. Não obstante, a referência está grafada com C, o que pode ser atualizado numa próxima edição.

É visível a rica polissemia dessa palavra, já incorporada à fala brasileira, e fica mais evidente que “Kalunga”, com K, deriva do quimbundo e a grafia “calunga”, com C, é própria do falar brasileiro.

Quando a antropóloga Mari Baiocchi fez a troca do termo “calunga” por “Kalunga”, essa escolha não significou somente uma questão de grafia. A pesquisadora queria que a comunidade se ligasse à África e pudesse restabelecer os laços que até então estavam soltos, segundo a pesquisadora.

Nos anos de 1980, a palavra “Kalunga” apareceu em jornais para denominar a comunidade, o que coincidiu com o trabalho de pesquisa da antropóloga Mari Baiocchi na comunidade Kalunga e, segundo o que já vimos, foi ela quem “rebatizou” as comunidades quilombolas de Kalunga, trocando o C pelo K, para tirar o estigma do antigo nome. Mais adiante, o ano de 1988 é importante para a história do povo Kalunga e para as investigações da referida antropóloga, uma vez que, nesse ano, jornais já noticiam a futura construção de uma hidrelétrica na comunidade, momento em que a pesquisadora organizou com os moradores várias ações com o intuito de barrar a efetivação de tal projeto.

A partir do ano 1995, como se vê na foto abaixo, já apresenta referência ao Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e se consolida o uso da grafia “Kalunga”. Já não há mais resquício do uso com C, tampouco usos do termo para designar boneco e desenho, como era tão comum em décadas passadas.

Foto 3 — Referência à comunidade Kalunga (com K)

Ano 1995 | Edição 00137 (1)

# QUILOMBO VIVO

**Descendentes de escravos são tema de mostra**  
André Vilaron

Há mais de 250 anos sobrevive às margens do Rio Paraná, no nordeste de Goiás, o o maior quilombo vivo do país: **Kalunga**. São cerca de 3.500 descendentes de escravos, que sobrevivem da agricultura em harmonia com o meio ambiente e mantêm viva sua cultura.

O fotógrafo André Vilaron mergulhou neste universo e o resultado está na exposição *Kalunga* (à direita), no salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Centro. Com seu trabalho, Vilaron conquistou o aplauso de um dos mais importantes fotógrafos do Brasil, Walter Firmo: "Bacharel em Direito e filho de renomado cardiologista, poderia, se quisesse, embrenhar-se em outras florestas com garbo *yuppie*", define. Nesta mostra, os visitantes poderão perceber um



pouco da história iniciada no século 18, com a instalação do quilombo das *Mynas dos goyases*, estruturado a partir da mão-de-obra escrava. "Kalunga é um lugar

onde não existe a liberdade de passar fome, chorar sozinho e viver em solidão", descreve a professora Mari de Nazaré Baiocchi, da Fundação Palmares.

Fonte: Correio Brasiliense.

## 1.5 “Nós, os Kalunga”: mudança lexical, pertencimento e coletividade

A luta pela terra, o seu processo de reconhecimento e a Constituição de 1988 motivaram a criação de novos sentidos para a comunidade Kalunga, e houve, assim, a necessidade de inventar uma nova identidade quilombola que evocasse o coletivo.

Essa tarefa de unir os quilombolas em torno de uma identidade comum foi uma estratégia da pesquisadora Mari Baiocchi, e a escolha do nome grafado com K teve a intenção de desvincular o termo dos sentidos de outrora, na tentativa de ajudar os moradores a se apropriarem de uma nova identidade, mais forte, que remetesse às suas origens africanas, como já apontado.

Como visto, as comunidades Kalunga passaram a ter essa denominação a partir de pesquisas da antropóloga Mari Baiocchi e de sua equipe, que, ao longo de anos de trabalho investigativo, concluíram que as diversas famílias que habitavam as regiões do rio Paraná

tinham similaridades em vários aspectos, como o fato de serem remanescente de quilombos, e cultivavam experiências culturais muito próximas, de forma que poderiam ser agrupadas numa única denominação, numa grande comunidade. Eis que surgem os Kalunga no Centro-Oeste.

Durante muito tempo, ser chamado de Kalunga ou calungueiro era pejorativo, muitos não aceitavam tal denominação, e não havia nenhum sentimento de pertencimento, já que o termo era entendido como uma imposição vinda de fora, de um estudo antropológico de Baiocchi (1999) necessário para organizar as comunidades politicamente e poderem defender seus direitos.

Nesse cenário, quem são os Kalunga hoje? Como mantêm suas identidades e suas práticas culturais após serem “invadidos” pelos pesquisadores, bem como por curiosos e turistas de toda ordem?

Atualmente, principalmente os mais jovens assumiram essa nova identidade e sentem-se parte de um grupo que precisa permanecer unido para reivindicar seus direitos. “Nós, os Kalunga” pode ser ouvido por muitos, e dizem isso agora com orgulho do seu povo e de sua história. Já não se vê a grafia “calunga”, seja nos documentos oficiais, seja nos trabalhos acadêmicos, sendo que os moradores internalizaram essa mudança, o que significa pertencer a uma comunidade e lutar conjuntamente por espaços de cidadania e por manutenção de direitos. Assim, percebe-se que muitas comunidades criaram autonomamente esse sentimento de pertencimento, como pode ser observado nos trabalhos de conclusão de curso dos alunos Kalunga que estudam na LEdoC da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), bem como nas formas de associativismo que a comunidade está desenvolvendo e mantendo.

Os novos pesquisadores Kalunga assumem um papel importante na comunidade, e os trabalhos acadêmicos desenvolvidos por eles na FUP/UnB demonstram como estão conscientes da sua cultura e preocupados em preservar o rico patrimônio imaterial das comunidades, como, por exemplo, as danças, rezas, festas religiosas e profanas, suas identidades, sua língua, entendidas como manancial privilegiado de expressividade cultural dessa localidade rural, que apresenta fortes vínculos históricos com o legado africano no Brasil.

É inegável a importância do acesso dos Kalunga à universidade, em especial à FUP/UnB, bem como são incontestáveis os efeitos e benefícios que essa formação trouxe para a comunidade, uma verdadeira revolução do ponto de vista social e linguístico. Esforços têm sido envidados no sentido de fazer chegar aos Kalunga políticas e ações afirmativas que sejam vetores de um desenvolvimento econômico, partindo do reconhecimento e valorização da cultura local.

Foto 4 — Formatura de alunos Kalunga.



Fonte: Correio Braziliense.

A partir dessas reflexões do ponto de vista social relativo à origem da comunidade Kalunga, no próximo capítulo discutiremos sobre a constituição histórica e linguística do PB levando em conta tais reflexões.



## CAPÍTULO 2

### ORIGEM DO PB E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL CENTRAL

*Ah, esse nome Kalunga...eu acho assim,  
eu pra mim ele é um nome tudo. Eu fico  
mais empoderada ainda condo fala  
Kalunga. Eu fico.*

Foto 5 – Dona Procópio dos Santos Rosa<sup>35</sup>, matriarca quilombola Kalunga do Riachão/Monte Alegre, em frente ao Museu<sup>36</sup> Iaiá Procópio.



Fonte: <https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/agente/6646/>

---

<sup>35</sup> A Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 07/12/2022, entregou o título de Doutora Honoris Causa a líder Kalunga, Procópio dos Santos Rosa.

<sup>36</sup> O Museu Iaiá Procópio preserva memória da matriarca e o modo de viver Kalunga e em julho de 2023 foi certificado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) como Ponto de Memória.

Neste capítulo, será apresentado um apanhado da discussão acerca da origem e da formação do português do Brasil PB numa perspectiva do contato de línguas (ou confronto de línguas), revisitando as hipóteses interpretativas mais conhecidas para a formação do PB e suas implicações, bem como investigando de que forma esses contatos produziram efeitos na gramática do PB em Goiás no século XVIII. É também nosso intento entender como se deu a presença africana em Goiás, como forma de compreender as características da formação sócio-histórica e linguística da fala Kalunga, foco desta tese.

## 2.1 Multilinguismo na Colônia

Como sabemos, o Brasil integrou de modo efetivo a diáspora africana, quando houve a imigração forçada de africanos para serem escravizados no país, num regime escravagista, entre o século XVI e os anos finais do século XIX. Os escravizados chegavam ao Brasil, trazendo sua força de trabalho, suas memórias, suas línguas, como expressões importantes de suas culturas e por isso devem ser consideradas nas pesquisas que investigam a formação sócio-histórica, cultural e linguística do país.

Como bem aponta Okoudowa:

As relações, entre os continentes europeu, africano e americano, do século XV ao XIX, são marcadas pelo tráfico negreiro: um verdadeiro triângulo da mão de obra gratuita que consistia em raptar africanos para vendê-los como simples mercadorias para, em seguida, escravizá-los no continente americano recém-ocupado por europeus. Depois do tráfico negreiro, vieram a colonização e a ocupação do continente africano pelos europeus e seus descendentes. As línguas africanas passaram a interessar os estudiosos curiosos e religiosos que procuravam traduzir a Bíblia. A intenção dos religiosos, da época, não era a melhor, já que se tratava de converter os africanos que, segundo eles, não tinham religiões. Por isso, eram considerados animistas. Aliás, naquela época, nem eram vistos como pessoas. (OKOUDOWA, 2015, p. 137-138).

O referido autor sublinha que, no campo da Linguística, os africanos também sofreram um processo de aniquilamento de suas línguas. Os colonizadores diziam que os africanos falavam dialetos, por conta da sua tradição oral, já que o conceito de língua para o colonizador se restringia à escrita. Tudo isso era uma forma de menosprezar as línguas trazidas pelos africanos, que, como sabemos, eram tão complexas como qualquer outra língua falada na Europa.

Nessa perspectiva, ao chegarem ao Brasil, como fruto da dominação, os escravizados tendiam a perder seus laços sociais e culturais, inclusive o idioma, e eram obrigados a se

inserir em outro continente, aprenderem outra língua e passarem de uma condição social a outra: de livre para escravo. Ao deixar sua terra, o africano não era mais visto como cidadão que pertencia a uma família ou a uma aldeia, mas era reduzido a uma denominação genérica do tipo “negro da Guiné”, “de Angola”, conforme visto acima na citação de Okoudowa (2015). Buscar pontos de referência que pudessem recompor sua vida e construir novas comunidades era importante para a formação de novas identidades dos africanos. Era preciso (re)construir os laços destruídos pela dominação colonial, e os quilombos também tiveram esse papel.

Como bem assinala Melo e Souza (2007), os escravizados tinham de aprender o português para entenderem as ordens que lhes eram dadas. Esse era o primeiro passo que significava afastamento da África e proximidade com o Brasil, país que ia sendo pouco a pouco construído com a contribuição dos africanos escravizados.

A pesquisadora citada assinala que:

Os crioulos, nascidos no Brasil, podiam manter-se mais ou menos próximos do mundo de origem dos seus pais, respeitando as tradições que estes lhes ensinaram com maior ou menor rigor, mas de qualquer forma já eram resultado de mistura de culturas africanas com a lusitana, e frequentemente também ameríndia. (MELO; SOUZA, 2007, p. 104).

Os africanos tinham de aprender o português nas condições mais adversas, num contexto de dominação colonial. Para alguns estudiosos, esse conhecimento da língua que adquiriram do colonizador era desprovido de estrutura gramatical, reduzido a um vocabulário restrito. Para outros, havia um processo de transformação ou inovação nesse contato, e não de erosão ou perda gramatical.

A presença africana foi marcante na população do Brasil. Talvez por conta desse multilinguismo é que Eduardo Lourenço (2001, p. 132) tenha afirmado: “Da América à Ásia, cada povo que fala hoje o português o modelou, o recriou à sua imagem. Nenhum exemplo é mais relevante do que o do Brasil”. E como o Brasil modelou essa língua? Quais fatores sócio-históricos foram decisivos? Qual o papel dos negros escravizados na construção da nossa língua? E como esses fatores se refletem na gramática Kalunga?

Diante da complexidade da situação linguística do Brasil ao longo de sua história, o contato entre línguas que ocorreu nos períodos colonial e imperial do país ainda faz muitos estudiosos desenvolverem inúmeras pesquisas sobre o tema, de tal modo que o debate continua na ordem do dia.

Basta pensar que, do século XVI ao século XIX, os portugueses e seus descendentes constituíam cerca de um terço da população brasileira, ao passo que os outros dois terços eram constituídos por africanos, índios e seus descendentes. Por aqui, havia as inúmeras línguas indígenas, dizimadas ao longo dos tempos, a língua dos colonizadores, as línguas africanas e, mais tarde, as línguas dos imigrantes, as línguas europeias e asiáticas. Isso significou uma situação de contato linguístico de vários tipos e intensidades, como as línguas africanas, que tiveram papel fundamental na história da língua portuguesa. Um exemplo da tentativa de capturar a heterogeneidade do português afro-brasileiro como variedade linguística historicamente determinada é o objeto das pesquisas que vemos, por exemplo, em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

Segundo os autores:

A grande onda migratória vinda de Portugal com o ciclo do ouro certamente favoreceu a difusão da língua portuguesa no Brasil, aumentando o acesso dos escravos aos modelos da língua-alvo do segmento dominante e penetrando nas regiões do interior de São Paulo, Minas e Goiás, onde antes predominava a língua geral. Portanto, esses processos sociodemográficos podem explicar bem mais o retrocesso da língua geral no século XVIII, do que a tão propalada reforma pombalina e a expulsão dos jesuítas do Brasil, na década de 1750. (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 48).

A seguir, uma tabela para retratar a situação demográfica da época:

Tabela 1 — Demografia histórica, Brasil, 1538-1890.

	<b>1538-1600</b>	<b>1601-1700</b>	<b>1701-1800</b>	<b>1801-1850</b>	<b>1851-1890</b>
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branços brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 63).

Nessa tabela, vê-se a forte presença africana entre os séculos XVII e XIX, o decréscimo dos índios em razão do seu extermínio ao longo tempo e a elevação da presença de europeus e brancos brasileiros a partir do século XIX, quando da extinção do tráfico de escravos, em 1850, e em seguida com a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos ao Brasil.

Para Mattos e Silva (2004, p. 84), “a massa africana aqui chegada, a partir da 1ª metade do período colonial, é extremamente significativa na dinâmica da demografia colonial”. A referida autora menciona que teria sido essa significativa parcela de africanos o agente principal da difusão do português geral brasileiro, língua que antecede o português popular brasileiro, conforme denomina a autora.

Qual língua se falava nos quilombos? Os estudiosos que trataram do Quilombo dos Palmares se posicionam, e Funari informa:

Não sabemos que língua se falava em Palmares. Aparentemente, contudo, os palmarinos, como uma população de origem variada, congregando africanos de diferentes tribos, índios e europeus, deveriam usar uma espécie de língua comum, não necessariamente banto. (FUNARI, 1996, p. 49).

Mattos e Silva (2004) também acredita que cada quilombo teria tido a própria configuração linguística e essa realidade apontada pelos autores citados pode ser a realidade do quilombo Kalunga, já que os escravizados que aportaram em Goiás vieram de várias partes do Brasil e, como se sabe, os portugueses evitavam que os negros escravizados do mesmo grupo linguístico ou etnia se concentrassem nas mesmas regiões, o que garantia um enfraquecimento da sua cultura e dos seus laços e um fortalecimento do colonizador. Isso dificultou que houvesse no Brasil comunidades negras com uma base comum linguística e, como bem apontam Ilari e Basso (2006, p. 71), essa realidade “fez com que a preservação das raízes só fosse efetiva em regiões de grande concentração de afro-descendentes (como foi o caso da Bahia e, mais geralmente, do Nordeste)”.

É o que resume Mattoso (1990, p. 22): “A metrópole portuguesa adotou sempre a política de misturar as diferentes etnias africanas, para impedir a concentração de negros de uma mesma origem numa só capitania”. A Revolta dos Malês, em 1835, em Salvador, é um exemplo de como a concentração de negros com as mesmas características culturais podia afrontar os colonizadores e a ordem escravista. Tal revolta foi liderada por escravos muçulmanos, que sabiam ler e foram brutalmente reprimidos, sendo que muitos deles foram torturados, condenados e mortos.

A escravidão nas Américas contabilizou cerca de 15 milhões de africanos, homens e mulheres livres, brutalmente arrancados de suas terras e de sua cultura, obrigados a se reorganizarem e se unirem, por exemplo, em grupos linguísticos diferentes, no novo mundo estranho e hostil, numa espécie de recomposição identitária.

Os escravizados atravessavam o oceano Atlântico, e os que sobreviviam à viagem terrível e às péssimas condições dos porões dos navios eram vendidos e levados para o seu destino de trabalho forçado, onde seriam vigiados pelos feitores e diariamente castigados de forma violenta. Esse regime escravista marcou profundamente tanto o continente africano, quanto o americano. A escravidão parece passado, mas continua enraizada na vida cotidiana dos brasileiros. Afinal, foram três séculos de escravidão, e os efeitos ainda são sentidos hoje: os negros continuam sem serem plenamente ouvidos nos espaços de decisão e poder, apesar de grandes conquistas graças à sua luta e resistência.

O escravismo foi sem dúvida uma atividade muito rendosa para países como Inglaterra, Portugal, Espanha e França, por exemplo, que construíram seus impérios com a força do trabalho compulsório e a exploração das colônias. Em relação ao Brasil, o escravismo colonial “foi a principal forma de utilização do trabalho e esteve na base da organização da sociedade brasileira durante mais de trezentos anos” (MELO E SOUZA, p. 81), tendo continuado mesmo após ter sido declarado ilegal, em 1850. O tráfico de escravizados começou tão logo se iniciou a colonização do Brasil pelos portugueses. Mesmo depois da independência política de Portugal, a sociedade brasileira ainda explorava os africanos escravizados, e os efeitos disso ainda são vistos na realidade socioeconômica e cultural do Brasil. Basta lembrar que o Brasil foi o país que mais recebeu escravizados e o último a abolir legalmente a escravidão, portanto é um país com um passado escravocrata, que ainda repercute na vida contemporânea.

Não há um número exato do total de negros escravizados que chegaram ao Brasil. Fala-se em 13 milhões ou 3 milhões. O fato é que, em 1800, metade da população brasileira eram negros ou afro-descendentes (PALACÍN; MORAES, 2001), e isso certamente impactou na formação e construção da língua portuguesa falada no Brasil.

As rotas controladas pelos portugueses passavam principalmente pelo Golfo da Guiné e pela Costa de Angola (Luanda e Benguela), e as línguas trazidas ao Brasil pelos africanos eram as que se falavam nas regiões de onde partiam tais rotas, conforme resumo de Ilari e Basso:

Do Golfo da Guiné, vieram línguas da família CUA: o eve ou jeje (da região do atual Togo, Benin e Gana), o fon e o maí (do Benin e da Nigéria); de Angola, vieram as línguas da família BANTO: o quicongo e o quimbundo (República Democrática do Congo, Congo e Angola), e o ioruba (Togo, Benin e Nigéria). (ILARI; BASSO, 2006, p. 71).

A proeminência da língua banta no tráfico negreiro é de fato a mais consensual entre os especialistas, porém, como informa Okoudowa (2010), não há um consenso sobre o número total de línguas bantas, que varia entre 400 e 680 línguas.

## 2.2 Ciclo do Ouro

O século XVIII, conhecido como Ciclo do Ouro no Centro-Oeste ou Marcha para o Oeste, é o período histórico exemplar para compreender a dinâmica desses contatos devido ao processo de urbanização e ao crescimento do tráfico de escravizados, por exemplo.

Optamos por nos referir a esse complexo período de forma genérica ou até mesmo simplista, como Ciclo do Ouro, embora saibamos que esse momento histórico não estava baseado somente na mineração e que existiam outras práticas econômicas, como a pecuária e o comércio. No entanto, era a atividade mineradora majoritariamente que estava presente e era central na vida dos africanos escravizados, provocando mudanças sociais intensas e amplos movimentos populacionais, o que impactou nos contatos dessas populações, causando um elevado índice de contatos étnicos e linguísticos.

Um exemplo da centralidade dessa atividade e desses contatos é o surgimento da *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741), escrita por António da Costa Peixoto, “um documento de extrema relevância tanto para a história das línguas africanas quanto para a história do português brasileiro” (SILVA, 2020, p. 2).

Pensar na língua pelo viés do tempo é uma opção metodológica do pesquisador e, nesta pesquisa, faz-se necessário traçar esse percurso, de forma que alguns aspectos sócio-históricos serão relacionados neste capítulo visando a fortalecer a nossa análise de dados gramaticais presentes na variedade da comunidade Kalunga e relacioná-los com o espaço em que esses dados foram produzidos. Assim, o debate sobre o interesse linguístico pela história colonial do Brasil tem a ver com a formação do país, moldado pela exploração do trabalho escravizado africano e pela longa e trágica história colonial marcada a ferro, que deixou cicatrizes profundas em toda a sociedade.

De acordo com Mattos e Silva (2004), há alguns fatores sócio-históricos do período colonial brasileiro que foram determinantes para a emergência de uma gramática do PB: a mobilidade populacional e a hipótese de que foram os africanos e os afro-brasileiros que difundiram a língua portuguesa pelo território brasileiro, já que eles representavam a maioria da população. Esses são fatores que podem auxiliar o pesquisador nas suas análises linguísticas, e muitos estudiosos seguem esse caminho ao relacionarem as mudanças da gramática no PB a



esse componente sócio-histórico.

O fato de os Kalunga terem ficado, supostamente, certo tempos apartados de outras comunidades, primeiro pelas próprias condições geográficas e depois pelo descaso e abandono do poder público, pode dar pistas dos processos de formação da língua portuguesa no Centro-Oeste e permitir analisar se alguns processos linguísticos observados são exclusivos dessas comunidades rurais afro-brasileiras ou se se estendem a outras variedades da língua portuguesa, como aos falares rurais. Como sabemos, muitas comunidades quilombolas não têm memória alguma de línguas africanas (léxico, sobretudo) faladas por elas, ainda que esse fato não exclua a sua formação sócio-histórica como remanescentes de quilombos (PETTER; CUNHA, 2015, p. 247).

Como enfatiza Bonvini (2017), há diferentes facetas da relação nada simples entre línguas africanas e a língua portuguesa no Brasil: “ela desenvolve-se no Brasil num jogo de alternâncias e de contatos linguísticos em que as línguas africanas exerceram, sucessivamente, um papel cada vez menos determinante face daquele preenchido pela língua portuguesa” (BONVINI, 2017, p. 59). No entanto, essa língua portuguesa, mesmo após atingir a condição de língua oficial e hegemônica, também se viu em meio aos falares de uma maioria africana, o que revela que esse português foi submetido a um determinismo funcional que privilegiou a eficácia e a economia de esforço, e vieram daí a resistência e a inovação provocadas pelos falantes, chamados por Bonvini (2017) de aloglotas. Nesse sentido, não é relevante se as estruturas do português permaneceram ou foram modificadas. O que importa é que o português foi objeto de constantes reconstruções, e buscar influências ou vestígios de línguas africanas nas comunidades quilombolas hoje pode não ser produtivo.

### **2.3 Goiás na rota do ouro**

Após a queda das exportações do açúcar brasileiro produzido nos engenhos do Nordeste, no final do século XVII, Portugal precisou buscar novas fontes de renda na colônia. Foi nesse contexto que os bandeirantes começaram a ganhar relevância histórica, por encontrarem minas de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (PALACÍN; MORAES, 2001).

De acordo com Palacín e Moraes (2001), no primeiro século da colonização do Brasil, o que hoje é o território goiano teria sido alvo de diversas “entradas”, “descidas” e “bandeiras” com objetivo de buscar índios para o Norte e para o Sul. Contudo, não iam a Goiás criar povoações, o que só aconteceu no século XVIII:

Goiás era conhecido e percorrido pelas bandeiras quase desde os primeiros dias da colonização, mas seu povoamento só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII. Esse povoamento, como todo povoamento aurífero, foi irregular e instável. (PALACÍN; MORAES, 2001, p. 7).

Havia um desinteresse pelas terras goianas, o foco da atenção era Minas Gerais devido à sua grande concentração de ouro. À medida que vão sendo descobertas novas minas no interior, o território de Goiás entra também na rota do Ciclo do Ouro. Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, foi o primeiro a chegar a Goiás com a intenção de fixar-se. Ele imaginou que, se havia ouro em Minas e em Mato Grosso, por que não haveria em Goiás, território situado entre os dois espaços?

Em 1720, três paulistas da vila de Santana de Parnaíba, Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, escreveram ao Soberano oferecendo-se a organizar a sua custa uma bandeira ao sertão da capitania, destinada ao descobrimento de minas [...] (PALACÍN, 1979, p. 79).

A Coroa concedeu a licença para o Anhanguera realizar a sua bandeira até as longínquas e isoladas terras goianas, como eram vistas na época. Apesar da marcha sem rumo por anos, Anhanguera enfim encontrou ouro no rio Vermelho, atual cidade de Goiás, e voltou a São Paulo triunfante. Em seguida, nova expedição foi preparada e, em 1726, iniciou-se a mineração e o arraial de Sant’Ana foi fundado — depois seria chamado Vila Boa e, em seguida, cidade de Goiás. Assim, começou o Ciclo do Ouro no território goiano e, com ele, a saga do povo Kalunga, como parte do processo histórico.

Na sequência, foram surgindo outros arraiais em função do ouro. Segundo Palacín e Moraes (2001, p. 17), “a época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos, verificou-se a decadência rápida e completa da mineração”. Em 1736, dez anos após o início da mineração, já havia nas minas de Goiás 10.000 negros escravizados, conforme os autores citados.

Como ilustra a historiadora Ana Lúcia da Silva:

Quando em 1725 descobriram-se as minas dos goiases, construíram-se do sopé da Serra Dourada as instalações necessárias à administração das minas, no chamado arraial de Sant’Anna, em torno do qual se multiplicaram rapidamente os centros de garimpo: Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita. Ao sabor das novas descobertas, núcleos populacionais foram se espalhando pelo território goiano. (SILVA, 2005, p. 23).

As colônias deveriam se organizar e montar um sistema fiscal-administrativo necessário para responder à sua função histórica, que era primordialmente contribuir para o enriquecimento da metrópole. Para isso, a mão de obra escrava foi fundamental. Baiocchi (1999) lembra que, com os bandeirantes, foram trazidos negros escravizados, os quais se tornaram a principal mão de obra das minas:

O negro foi o elemento principal que possibilitou a colonização do vasto território goiano. Com seu trabalho nas minas, abarrotava os cofres da Coroa, permitia abastança dos senhores e deitava na terra as sementes da subsistência do homem, implantando a lavoura de subsistência, que mais tarde florescia. (BAIOCCHI, 1999, p. 28).

Sem dúvida, o negro impulsionou e fomentou a economia nacional, movimentando engenhos, fazendas, minas e cidades, entretanto, mesmo sendo o elemento principal, era tratado como mercadoria, desprovido de alma, um objeto, que existia para atender às necessidades dos colonizadores. Há uma dívida secular com essa população que precisa ser paga, e falar dos quilombolas no atual contexto é, portanto, falar de uma luta política. É necessário enfrentar e corrigir a grande dívida que o Estado brasileiro possui com a população negra, a qual enfrenta uma opressão dupla, tanto por ser camponesa quanto por fazer parte de um grupo racial inserido em uma sociedade pluriétnica, porém desigual (ARRUTI, 2006).

Na região Centro-Oeste, especificamente em Goiás, os africanos escravizados chegavam pelo porto de Salvador e Caminho do Sertão, dos Currais, ou da Bahia (LOIOLA, 2008). A partir de então, “os africanos foram escravizados para trabalhar nas minas de ouro por quase um século. O ouro foi descoberto nos anos de 1720, no rio Vermelho, e logo depois os portugueses fundaram a Vila Boa de Goiás, que mais tarde se transformou na capital da capitania de Goiás” (KARASCH, 1998, p. 129).

De acordo com Palacín e Moraes (2001), a partir de 1775, deixou-se de importar escravos para Goiás, época que coincide com a decadência das minas. Ao longo dos anos de mineração, o número de escravizados foi diminuindo, e as causas são várias, segundo Palacín e Moraes (2001), entre as quais estão a compra da liberdade feita por muitos negros escravizados e a própria decadência das minas. Ainda, uma das razões pode ter sido a fuga de muitos escravizados para formarem os quilombos. E, certamente, a criação do quilombo Kalunga parte dessa realidade complexa.

Em Cavalcante/GO, uma das cidades que abrigam as comunidades quilombolas Kalunga, estimava-se haver mais de 9 mil negros trabalhando nas minas. O trabalho pesado, os maus-tratos e a truculência a que eram submetidos ocasionaram revoltas, resistências em forma

de guerrilhas e constantes fugas para locais de difícil acesso, onde organizavam os mocambos ou quilombos (SOUZA SANTOS, 2013).

A fuga era a saída que os escravos tinham para escapar da servidão, dos castigos e da humilhação, e muitos que fugiram para lugares distantes e de difícil acesso formavam o quilombo, um agrupamento de algumas pessoas ou de milhares. Exemplo disso são o Quilombo dos Palmares, o maior que existiu no Brasil, assim como o quilombo Kalunga, atualmente o maior do Brasil, foco principal desta pesquisa.

#### **2.4 Contatos, confrontos linguísticos e seus efeitos**

O contato de línguas e de falantes tem como consequência a mudança linguística, e todas as línguas do mundo se transformam com o decorrer do tempo e do espaço em que estão inseridas. Hipóteses relacionadas ao contato de línguas, geralmente, são um fator determinante quando se pesquisa a origem do PB, idioma cujo protagonismo nesses estudos foi evidente, o que de certa forma lançou um olhar para as línguas africanas que aqui aportaram como se fossem acessórias, tendo sempre como referência para análise a língua nacional majoritária, como bem lembra Silva (2020).

Alguns estudiosos defendem que o contato linguístico assumiu um papel central na formação do PB, mas outros já não vêm tanta relevância a sua influência na formação da língua ou consideram outros fatores nesse processo de encontro/confronto de línguas.

O termo contato linguístico pode ser definido como um fator externo à língua e pode provocar diversos processos, os quais podem ser explicados por uma multiplicidade de enfoques teórico-metodológicos, muitas vezes conflitantes. A mudança sintática, segundo Kroch (2001), é um exemplo de como o contato linguístico atua de forma potente, o que talvez se possa comprovar nas análises dos nossos dados se essa premissa se confirmar. Thomason (2001) define que o contato linguístico é o uso de mais de uma língua em um mesmo lugar e tempo, o que pode gerar uma mudança que afetará de um modo ou de outro todas as línguas em situação de contato.

Diante dessas definições, inicialmente, parece que o conceito de contato linguístico é estático e natural. Porém, vale sempre recordar que o que aconteceu no Brasil não foi exatamente um processo tranquilo e de encontro de línguas entre o colonizador português e os povos originários que já habitavam o país e, posteriormente, os africanos escravizados trazidos pelo colonizador. Esse contato foi extremamente violento, muitas línguas indígenas, por exemplo, foram dizimadas e todas as línguas vindas com os africanos, cerca de 200,

desapareceram, demonstrando a violência e a vigilância da colonização, que tinha como objetivo a homogeneização da língua (LUCCHESI, 2015).

Por conta disso, é que se sabe tão pouco sobre as línguas africanas que aqui chegaram com os escravizados e, segundo, Silva (2020) os estudos não dão o espaço devido a essas línguas, o que seria fundamental para a compreensão da trajetória do país. Além disso, muitas vezes as línguas africanas são discutidas de maneira secundária e, apenas contemporaneamente, têm ganhado relevância no debate teórico da Linguística, conforme indica o autor citado, cuja pesquisa visa justamente a dar protagonismo a essas línguas e à sua ecologia.

De todo modo, há de se considerar que esse encontro/desencontro/confronto ou contato linguístico afetou a língua falada no país em todas as suas variedades. Portanto, pensar a formação do PB, a partir desses contatos, é fundamental para compreender “o que quer e o que pode esta língua” portuguesa dos trópicos em suas múltiplas variedades. Assim, ao trazer essas discussões nesta tese sobre as origens do PB, sob a perspectiva do contato das línguas, elas podem dar pistas para analisar a gramática Kalunga e compará-la com outras variedades da língua portuguesa.

A seguir, será construído um breve panorama dessas discussões, com base em Lucchesi (2009), Lucchesi e Baxter (2009), Naro e Scherre (2007), sem defender se tais hipóteses conseguem dar conta plenamente da interpretação dos complexos processos imbricados na formação do PB.

## **2.5 Transmissão linguística irregular**

Lucchesi e Baxter (2009) referem-se às situações de contato massivo entre línguas como processo de transmissão linguística irregular e negam a origem crioula estrita do PB. Para os autores, a transmissão linguística irregular indica os processos históricos de contato entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas entre os séculos XVI e XIX, em decorrência da ação do colonialismo europeu nos vários continentes. Segundo os autores, a língua do grupo dominante era imposta aos falantes das outras línguas, na maioria adultos, e sua aquisição dava-se de forma adversa, em função de sua sujeição e marginalização, formando uma segunda língua, a qual seria transmitida aos filhos<sup>37</sup>. Apesar de esse fenômeno conduzir à formação de

---

<sup>37</sup> Os autores comparam a aquisição da linguagem das crianças sob a perspectiva da fixação dos parâmetros delineados por Chomsky (1981) para se contraporem à hipótese da crioulação. Lembram que, em uma situação normal de aquisição de língua, uma geração de falantes fornece os dados linguísticos primários para o processo de aquisição da nova geração. Os parâmetros da gramática da criança são estabelecidos com base nesses dados, o que definirá a gramática específica adquirida naquele contexto. Já no cenário de crioulação, esse processo

uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que apresentava processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas, não chegava a constituir-se uma variedade linguística independente de sua língua-alvo, por isso os autores negam a origem crioula do PB. É nesse âmbito que a mudança linguística ocorre, e a transmissão linguística irregular, que pode ser leve, é um conceito mais amplo que o de pidginização/crioulização.

De acordo com os autores, a reestruturação gramatical provocada pelas situações de contato maciço entre línguas atua sobre a estrutura da variedade linguística que se forma em tais situações de três formas: na redução da morfologia flexional, alteração da marcação de parâmetros sintáticos em função de parâmetros marcados e na gramaticalização de itens lexicais para substituir os elementos gramaticais perdidos no estágio inicial do contato.

Apesar de também negarem a origem crioula estrita do PB, Lucchesi e Baxter (2009) admitem que a L2 gestada num contexto adverso e carregada de perdas pode ser considerada resultado de um processo de transmissão linguística irregular. Ainda, os processos que caracterizam a formação de uma variedade linguística numa situação de contato propícia à transmissão linguística irregular são fundamentalmente:

- (i) não aquisição/incorporação, ou variação no uso, de morfologia flexional e palavras gramaticais;
- (ii) gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura linguística;
- (iii) transferência funcional que acomoda itens lexicais do superstrato em funções gramaticais da(s) língua(s) de substrato; e
- (iv) alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 121).

Os autores enfatizam que a definição dessas características é crucial para poder avaliar “com mais precisão as reais consequências linguísticas dos processos históricos de contato entre línguas que não resultaram na formação de um crioulo, mas que nem por isso deixaram de interferir decisivamente na formação das variedades da LA que surgiram nesse tipo de situação” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 121).

As discussões e análises de Lucchesi (2009), Lucchesi e Baxter (2009) e Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) são importantes para esta tese, uma vez que os autores descreveram quatro comunidades quilombolas rurais tidas como isoladas, originárias de antigos quilombos, com características e processos sócio-históricos semelhantes aos das comunidades Kalunga,

---

não é possível, porque os dados linguísticos primários para a aquisição da língua materna são altamente variáveis e defectivos, limitando as capacidades do falante que adquire a L2.

foco desta pesquisa. Conforme os autores, nessas comunidades rurais afro-brasileiras, são mais notáveis os reflexos dos processos relativos ao contato de línguas pelo fato de terem permanecido relativamente isoladas. Nesse sentido, os pesquisadores do Projeto Vertentes do Português Popular do estado da Bahia, coordenado por Dante Lucchesi, formalizaram, por meio das análises e da sistematização dos dados dessas comunidades baianas, o conceito de português afro-brasileiro, para abarcar essas variedades linguísticas, já que a sigla PB não é suficiente para abrigar todos os falares.

Lucchesi (2009) assume que o processo de transmissão linguística irregular deu origem às variedades populares do PB, e isso se caracteriza, por exemplo, na ampla e massiva variação no uso das regras de concordância nominal e verbal na aquisição da L2. Como os falantes tinham pouco acesso aos modelos da LA, mantinham apenas as estruturas básicas de comunicação, ocasionando a erosão da gramática da língua. Dessa maneira, não há influência das línguas de substrato, ou seja, as línguas dos africanos escravizados não contribuíram para a mudança linguística. Essa visão de aquisição de L2 defendida por Lucchesi (2009) e por Lucchesi e Baxter (2009) é criticada por Silva (2020) e por Negrão e Viotti (2014a), entre outros estudiosos da emergência do PB.

Para os propósitos desta tese, será importante proceder a uma comparação entre os falares das comunidades analisadas pelos pesquisadores e os falares da comunidade Kalunga, para observar o nível de contato que os falantes Kalunga tiveram no passado e o grau de acesso aos modelos da língua portuguesa com que eles tiveram contato, para verificar se são comunidades linguisticamente próximas das comunidades baianas e, assim, formular hipóteses convincentes.

## 2.6 Deriva secular

Contrários à hipótese da transmissão linguística irregular e também à tese da origem crioula do PB (GUY, 1981)<sup>38</sup>, Naro e Scherre (2007) resgataram o conceito do linguista norte-americano Edward Sapir de deriva linguística e defenderam que as mudanças que ocorrem no PB seguem uma evolução da língua portuguesa desde suas origens latinas, de modo a refutar qualquer motivação de contato linguístico como forma única de explicar a origem do PB. Como

---

<sup>38</sup> Como nosso objetivo neste capítulo são as relações de contato, não nos aprofundaremos na questão crioula. Ao pesquisar a comunidade quilombola rural de Helvécia, na década de 80, Guy (1981) levantou a hipótese de que o PB era fruto de um processo de crioulação, que foi fortemente combatida por Tarallo (1996), que argumentou que, se o PB tivesse se originado de um crioulo de base lexical portuguesa, estaríamos no processo de descrioulização, isto é, o idioma estaria se aproximando do português europeu.

exemplo, citam processos de variação na concordância nominal e verbal que se observam hoje no português brasileiro como tendências seculares já presentes na língua portuguesa antes de se iniciar o processo de colonização do Brasil — o que será questionado por Lucchesi (2009).

Segundo Naro e Scherre (1993), nos primeiros momentos da história colonial brasileira, predominou no território uma língua geral indígena. Assim como Lucchesi e Baxter (2009), os autores também sugerem que os falantes não nativos de português teriam adquirido a língua de maneira imperfeita, ou seja, as várias línguas que dividiam o contexto influenciavam umas às outras, sobretudo devido ao “aprendizado imperfeito” que os falantes adultos protagonizavam (NARO; SCHERRE, 1993, p. 439).

Ao refutarem a hipótese da participação do contato entre línguas na formação do português brasileiro, os autores acreditam que há uma origem europeia para os fenômenos de perdas da concordância nominal e verbal, por exemplo, já observados em textos medievais portugueses, sem que tais fenômenos sejam influências externas ou do contatos com africanos e ameríndios.

Os autores ressaltam:

O português brasileiro não é o português simplificado ou o português com influência africana; é o português com as suas raízes originais, rurais e populares, transplantado para uma terra mais fértil e conseqüentemente com um desenvolvimento mais intenso. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 186).

Sendo assim, para os autores, há uma confluência de motivos, forças de diversas origens que explicam a formação do PB — o que não leva em conta o papel das línguas africanas nesse contexto de contato de línguas, é o que vai problematizar Silva (2020).

## 2.7 Ecologia de contato

Silva (2020) reconhece a importância das hipóteses e dos estudos vistos acima como forma de entender as origens do PB, mas alerta que, na maioria das vezes, tais estudos partem de visões excepcionalistas sobre o contato das línguas e que “as línguas africanas com as quais o português entrou em contato não foram investigadas em detalhe, levando muitos estudiosos a conclusões bastante gerais sobre os seus impactos na gramática do PB” (SILVA, 2020, p. 62). Diante dessa lacuna, o estudioso se dedicou ao estudo de uma das línguas africanas da colonização portuguesa no Brasil, a língua geral de Mina — segundo ele, pautando-se por uma investigação não excepcionalista sobre o contato linguístico e “buscando retratar os africanos



Mina como sujeitos históricos que, sob o jugo da escravidão, estabeleceram suas redes sociais, mantiveram suas tradições, constituíram novas práticas e, finalmente, contribuíram para a nossa formação nacional” (SILVA, 2020, p. 62).

O pesquisador ainda acrescenta que um dos principais argumentos que sustentam as hipóteses de excepcionalidade da mudança linguística induzida por contato “é a noção de que, nesses casos, não se tem uma transmissão geracional de língua, com todos os subsistemas, mas sim a aquisição imperfeita de L2, noção esta presente em vários trabalhos sobre a origem do PB” (SILVA, 2020, p. 87).

Como forma de se contrapor aos trabalhos de Lucchesi (2009), Lucchesi e Baxter (2009) e Naro e Scherre (1993), Silva (2020) traz para a discussão Negrão e Viotti (2014a) e Petter, Negrão e Viotti (2018) como exemplos de especialistas da emergência da gramática que seguem uma perspectiva de análise bastante distinta daquela encontrada nos trabalhos discutidos anteriormente. Silva (2020) comenta as pesquisas das autoras e enfatiza a importância e o protagonismo que dão às línguas africanas, bem como a ausência do “discurso da perda”, que muitos utilizam para se referirem ao contato do português com as línguas africanas, sugerindo que ocorreram perdas morfossintáticas, por exemplo, e que isso tornou a L2 uma língua simplificada, o que imputa aos falantes o fracasso no uso de certas estruturas dessa língua adquirida.

Silva (2020), Negrão e Viotti (2014a), Petter, Negrão e Viotti (2018), dentre outros, adotam teorias de mudança que vislumbram o contato de línguas não como um processo de rupturas, perdas, substituições, mas como o centro dos processos de evolução linguística, de inovação, seguindo assim a teoria de ecologia de contato de Mufwene (2001, 2008), que entende o contato como condicionante da emergência de uma estrutura inovadora no PB.

Em termos bastante gerais, a ecologia diz respeito ao ambiente social em que uma língua é falada, aos fatores de ordem socioeconômica que fundamentam as redes sociais de seus falantes, à história política e cultural dos povos envolvidos numa situação de contato, às línguas que efetivamente entram em contato em uma situação de multilinguismo, etc. Além disso, são entendidos como parte da ecologia linguística os traços característicos da gramática de uma dada língua, o grau de marcação de determinadas estruturas, a trajetória diacrônica de seu sistema etc., estes fatores relevantes para os processos de competição e seleção de traços atuantes sobre o *feature pool*, conforme será detalhado posteriormente (cf. MUFWENE, 2001, 2008). O contato linguístico pode ser considerado o centro dos processos da evolução linguística, como preconiza Mufwene (2008).

Ainda que não seja o tema desta tese, é importante fazer algumas ponderações em relação à hipótese do contato de línguas no Centro-Oeste e os indígenas: na discussão sobre esse tema sobressai-se o contato dos africanos com as línguas indígenas, como se pode verificar na comunidade Kalunga, e diz respeito a política colonial que incluiu os aldeamentos indígenas, citada em Pereira (2019). O referido autor enfatiza que a política dos aldeamentos gerou o confinamento de indígenas em determinados locais, mas, depois, com a interrupção da política, os indígenas ficaram dispersos e passaram a viver nas cidades, na zona rural, o que coincidiu com o ciclo econômico da pecuária na província de Goiás.

A similaridade das características presentes nos falares examinados nesta tese, torna-se aparente mediante a análise comparativa que será apresentada no Capítulo 3. Tal similaridade sugere que a língua utilizada pelos Kalunga compartilha propriedades que refletem um padrão de contato linguístico semelhante ao observado em outras comunidades rurais.

Em suma, no que concerne à natureza do conhecimento linguístico que se desenvolve no contexto de contato linguístico, particularmente quando a aquisição da língua predominante ocorre em adultos falantes aloglotas de outra língua, os quais a transmitem às gerações seguintes, podemos considerar as seguintes hipóteses:

- (a) A hipótese da deriva linguística;
- (b) A hipótese do contato: transmissão linguística irregular; ecologia de línguas; e
- (c) A hipótese gerativista: aquisição de L2 pelo ponto de vista do acesso (parcial/ total) à Gramática Universal (GU).

No que concerne ao cenário (a), como vimos, os defensores dessa abordagem não consideram relevante o contato linguístico para a mudança que se observa no PB e nem que tal mudança seja resultado de um processo de crioulização ou semicrioulização. Em (b), não se estabelece um compromisso com as condições de aquisição e com a Gramática Universal (GU), mas somente a afirmação de que a transmissão é irregular, devido a fatores socio-históricos. Quanto à teoria da ecologia de contato de Mufwene (2001, 2008), faz-se menção a propriedades que estão ausentes nas línguas em contato, bem como ao surgimento de novos traços. Contudo, não se apresenta uma teoria de aquisição formulada de maneira objetiva.

Já no caso (c), pode-se analisar sob a perspectiva da teoria do bilinguismo total, como proposta, por exemplo, por Roeper (1999) ou pela hipótese de Lobato (2004; 2005), que sugere que o aprendiz adulto não tem acesso ao nível estrutural do *merge* externo, ou seja, à estrutura argumental, mas apenas às estruturas geradas no nível do *merge* interno, que envolvem operações de checagem (*Agree*), pressupondo-se o licenciamento de traços formais na presença de categorias morfossintáticas.

Outra hipótese a considerar é a de Tsimpli (2003), segundo a qual o aprendiz adulto não tem acesso a traços não-interpretáveis, mas apenas a traços interpretáveis, o que implica um tipo de interferência. A análise baseia-se na hipótese de que a interpretabilidade dos traços formais que compõem o léxico funcional tem impacto na aquisição das propriedades morfossintáticas da língua-alvo. Isso resulta na transferência das escolhas paramétricas da L1 para a gramática da L2. Em particular, acredita-se, seguindo as contribuições de Tsimpli (2003), Lopes e Quadros (2005), que as diferenças na interpretação na Forma Lógica (LF, do inglês *Logical Form*) dos traços formais das categorias sintáticas envolvidas geram assimetria na aquisição da L2: traços não-interpretáveis na L1 resistem à refixação de seus valores, o que resulta em padrões de desenvolvimento distintos quando comparados a traços interpretáveis que foram gramaticalizados na L2, mas não na L1, ou a traços interpretáveis que apresentam uma gramaticalização diferente na L1 e na L2.

Esta pesquisa não contemplará essa questão e, por conta disso, não há necessidade de orientar a discussão para esses pontos acima citados, uma vez que o objetivo da tese é o estudo das estruturas inovadoras, em particular aquela em que ocorre a proforma ‘aqui?’ ‘aí’ na posição de sujeito. No entanto, a referência a essas hipóteses pode ser justificada por serem recorrentemente citadas nos estudos prévios dos falares de afro-brasileiros.

## 2.8 Como falam os Kalunga do Nordeste de Goiás

Não há dúvida de que a língua que se formou no Brasil difere do português europeu por conta do contato com as línguas indígenas e africanas que deixaram suas marcas — as mais visíveis são as lexicais — nas variedades do PB, como a fala Kalunga. Infelizmente, não há muitos estudos que analisam as línguas africanas que aqui aportaram e suas contribuições para o PB, em especial para os falares das comunidades quilombolas.

Como explicitado, há poucas pesquisas sobre a gramática Kalunga em seus aspectos formais, e uma das motivações desta tese é contribuir para esse debate sobre o falar Kalunga. A seguir, serão elencados alguns trabalhos relevantes na área da Linguística que se mostraram importantes para as análises dos fenômenos linguísticos a serem realizadas no Capítulo 3.

Um dos estudos pioneiros no âmbito da Linguística relacionados à comunidade Kalunga é a dissertação de Cinthia Carla Ferreira (2003), orientada pela sociolinguista Marta Scherre, intitulada *A variação do pronome sujeito na fala da comunidade Kalunga*, cujo objetivo era apresentar uma investigação empírica do sujeito pronominal, procurando identificar contextos

sintáticos e funcionais capazes de condicionar a escolha pela forma plena ou nula. A autora ainda comparou a variedade Kalunga com uma variedade urbana, como forma de evidenciar que a variação pronominal é influenciada por fatores linguísticos de natureza sintática e funcional, observando quais contextos são mais propícios à realização do sujeito nulo na variedade Kalunga. A pesquisa foi realizada na comunidade Vão de Almas, com cinco falantes — dois mais jovens, na faixa de 20 a 40 anos, e três mais idosos, acima de 60 anos, dos gêneros masculino e feminino, sendo que dois tinham entre 4 e 6 anos de escolarização e três eram não escolarizados —, o que gerou uma amostra de 1.301 dados. Como ferramentas teóricas, foram usados dois modelos de análise, a teoria gerativa e o funcionalismo, como estratégia de se ter uma melhor compreensão da variação pronominal, como explicita Ferreira (2003).

Segundo a autora, o comportamento do pronome sujeito é semelhante nas duas variedades estudadas, e a variável manutenção/mudança de referência se revelou o contexto mais significativo para explicar a escolha da forma pronominal plena e nula, bem como a oração também influenciou fortemente a opção pelo pronome pleno ou nulo, sendo que o ambiente mais favorável incontestemente foi a oração relativa de complemento e adjunta, em que já se figura como categórica a realização pronominal — diferentemente do PE, que nessa oração abriga o pronome pleno (cf. Duarte, 1995). De modo semelhante ao que ocorre na variedade urbana, também na variedade rural Kalunga a morfologia perdeu o papel de licenciar o sujeito nulo.

Conforme a pesquisadora:

A redução morfológica do paradigma verbal é notável, mas pode-se perceber que outros mecanismos possibilitam o licenciamento do sujeito nulo. Nesse sentido, a manutenção da referência tem sido o fator que mais contribui para a omissão pronominal. Num sistema em que a concordância se encontra enfraquecida, a identificação de *pro* realiza-se mais facilmente quando o referente é esperado, ou seja, quando, no discurso, a referência é previamente mencionada. Outros fatores, na sentença, contribuem para o licenciamento do sujeito nulo ao lado da referência. O núcleo de CP vazio e nenhum elemento em adjunção a IP também se revelaram contextos que propiciam maior omissão do sujeito. (FERREIRA, 2003, p.88).

A autora conclui que os resultados apresentados na pesquisa mostram que os condicionamentos internos, que figuram na variedade Kalunga e na urbana, unificam-nas em torno de uma mesma gramática brasileira. Apesar dessa conclusão, Ferreira (2003) não nega a influência de outros aspectos linguísticos no português do Brasil em consequência do contato entre línguas ocorrido no período colonial.

Mais recentemente, a pesquisa de Ana Paulla Braga Mattos (2019), intitulada *Kalunga — An Afro-Brazilian Portuguese Variety*, defendida na Universidade de Aarhus, Noruega, é uma pesquisa importante sobre a variedade Kalunga. A tese de Mattos é uma coletânea de artigos, constituída por um capítulo introdutório e três artigos, os quais se debruçam sobre: i) o contexto sócio-histórico e uma breve descrição da língua falada em Kalunga; ii) a relação entre Kalunga e outras variedades de português; e iii) uma análise de um fenômeno linguístico específico do português Kalunga, a saber, a negação.

A referida tese descreve e examina aspectos linguísticos gerais e específicos da variedade Kalunga, bem como a sua situação sociolinguística, tendo a linguística de contato e a tipologia funcionalista como abordagens teóricas, além de diferentes campos da linguística, incluindo linguística histórica, tipologia, estudos de línguas crioulas/crioulística, sociolinguística e linguística descritiva. O estudo compara o português Kalunga com outras variedades de português faladas no Brasil, na África e na Europa e também com crioulos de base lexical portuguesa do Atlântico.

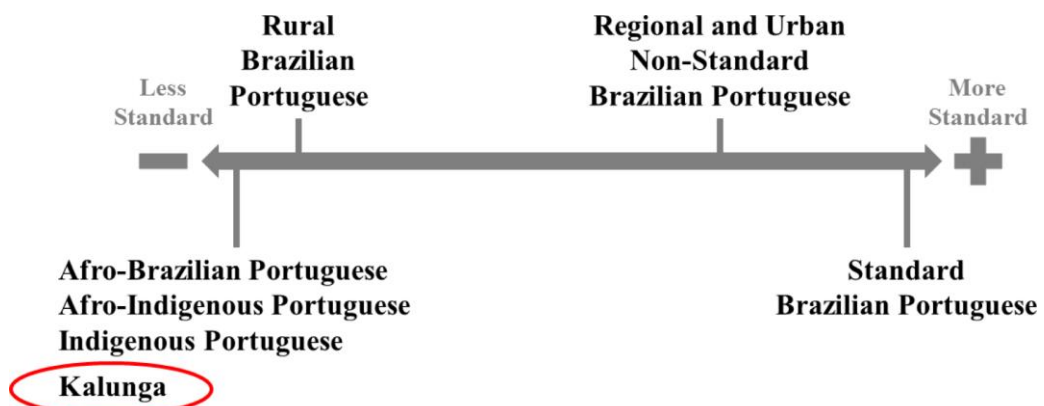
Mattos (2019) utilizou três fontes principais de dados: i) *corpus* de variedades de português faladas em Goiás, mais especificamente, em Kalunga, Barreirão e São João D’Aliança, coletado por meio de trabalho de campo etnográfico; ii) conjunto de dados baseados em questionários em forma de tabelas para 11 variedades de português e 5 línguas crioulas de base lexical portuguesa; e iii) *corpus* histórico eletrônico do português com textos escritos entre os séculos XIV e XX. A análise combina métodos qualitativos e quantitativos computacionais, sob perspectivas sincrônicas e diacrônicas. Foram entrevistados 21 falantes, entre homens e mulheres de 51 a 98 anos. As entrevistas duraram de 30 minutos a uma hora e foram feitas nas comunidades de Vão de Almas e Vão do Moleque, município de Cavalcante/GO.

A pesquisadora informa que, para a análise computacional apresentada no artigo 2, desenvolveu um questionário de características dialetais, utilizando muitas das propriedades encontradas em Kalunga, a fim de coletar dados que fossem comparáveis entre variedades. Além disso, a autora adaptou as 48 características tipológicas compartilhadas por dois bancos de dados linguísticos baseados em particularidades: APICS (MICHAELIS *et al.*, 2013), que fornece dados sobre traços fonológicos, gramaticais e lexicais de 76 pidgin, crioulos e outras línguas de contato em todo o mundo; e WALS (DRYER; HASPELMATH, 2013), que fornece informações sobre aspectos fonológicos, gramaticais e lexicais de 2.676 línguas, ao redor do mundo.

A autora apresenta o *continuum* dialetal do português proposto por Campos (2014, p. 58), conforme Figura 4, como forma de abarcar a variedade de Jurussaca/PA, denominado por

ele de português afro-indígena, e insere a variedade Kalunga no referido *continuum*, na extremidade esquerda dos dialetos das variedades do PB e mais distante do português padrão, já que ela se aproxima de outros falares rurais, como a variedade afro-indígena citada.

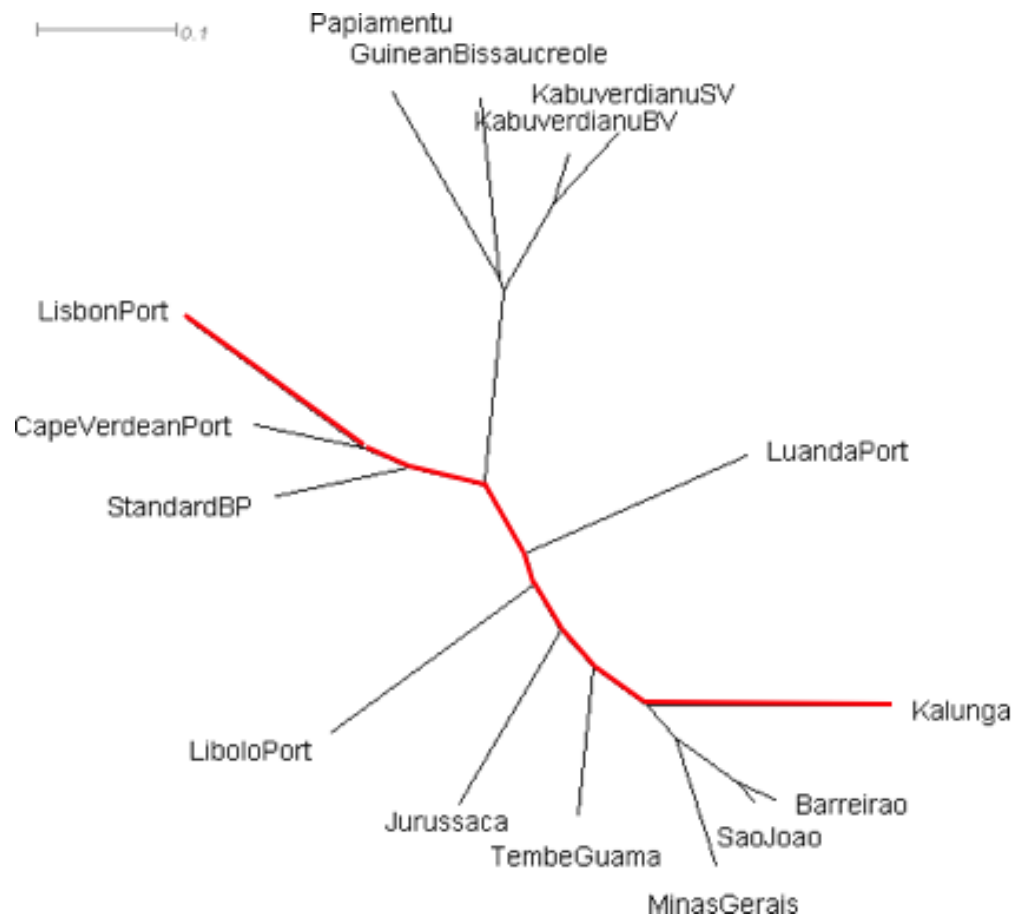
Figura 4 — *Continuum* dialetal do português proposto por Campos (2014, p. 182) com adição da variedade Kalunga.



Fonte: Mattos (2019, p. 33).

Na Figura 4, a autora busca evidenciar sua proposta de que a variedade Kalunga se distancia do português padrão e dos crioulos de base portuguesa e se aproxima de outros falares rurais, como a variedade afro-indígena de Jurussaca, no Pará.

Figura 5 — Gráfico dividido de Neighbor-Joining Tree de 47 características dialetais morfossintáticas em 15 variedades de idiomas



Fonte: Mattos (2019, p. 35).

Já na Figura 5, produzida pelo algoritmo Neighbor-Joining Tree, a autora mostra a distância da variedade Kalunga em relação a outras 14 variedades e as proximidades, utilizando 48 traços morfossintáticos para mensurar essa divisão. Mattos (2019) e classifica o falar Kalunga como uma variedade do português afro-brasileiro. A autora faz uma breve análise de algumas características fonológicas, como a palatalização, e morfossintáticas na fala Kalunga para mostrar as diferenças e similaridades entre a fala Kalunga e outras variedades do português não padrão, analisando as seguintes características: a) marcação de pessoa e número no verbo; b) negação; c) possessivos; d) sistema de pronome indefinido; e) construções com duplo objeto; f) concordância de gênero dentro do NP; g) preposições.

De acordo com Mattos (2019), os dados analisados mostram que o português Kalunga compartilha muitas características linguísticas e sócio-históricas com outras variedades afro-brasileiras, como visto no *continuum* e no gráfico acima. A autora assim conclui:

Minhas análises sugerem que Kalunga compartilha dados sócio-históricos e linguísticos com outras variedades PB e diferenças de outras variedades do português vernacular do Brasil. Muitas das características que o Kalunga compartilha com outras variedades de PB foram definidas por outros estudiosos como resultado de uma forte influência das línguas africanas, especialmente quando elas também são encontradas em diferentes línguas reestruturadas, como as línguas crioulas. Alguns exemplos desses recursos compartilhados são: (i) concordância de gênero alterada ou irregular, (ii) concordância nominal alterada ou irregular, (iii) concordância verbal alterada ou irregular, (iv) formas analíticas de relacionamentos possessivos com pronomes da primeira pessoa. Em comparação com o discurso de Helvécia (outra variedade mais fortemente reestruturada), Kalunga compartilha ainda os seguintes recursos: (i) construções de objetos duplos, (ii) omissão de preposições no NP, (iii) falta de concordância de gênero no PNP, e (iv) negação verbal com sujeito marcado negativamente. (MATTOS, 2019, p. 110).

Mattos (2019) compara ainda a variedade Kalunga com outras variedades de português faladas em Angola, no Brasil, em Cabo Verde e Portugal e crioulos de base portuguesa. Investiga as semelhanças tipológicas, diferenças e possíveis conexões entre essas variedades, e os resultados corroboram estudos sócio-históricos e linguísticos anteriores que revelam diferenças significativas entre a fala Kalunga e variedades padronizadas do português, bem com a distinção tipológica entre crioulos, variedades mais vernáculas e variedades mais padronizadas.

A pesquisadora denomina de variedades de língua no contexto lusófono as variedades com uma ligação com a língua portuguesa, seja uma relação de base genealógica ou de contato, e informa que utiliza o termo “variedade” de forma ampla, para se referir ao conjunto de dialetos portugueses e às línguas crioulas lexificadas em português. Investiga as semelhanças e diferenças entre onze variedades de português faladas em Angola, no Brasil, em Cabo Verde e Portugal, que incluem variedades mais padrão e mais vernáculas, e cinco crioulos de base portuguesa. São elas: i) seis variedades vernáculas do português brasileiro – Kalunga, Barreirão e São João d’Aliança (Goiás), Minas Gerais (Minas Gerais), Jurussaca e Tembê do Guamá (Pará); ii) português brasileiro padronizado; iii) duas variedades vernáculas do português angolano — faladas no Libolo e em Luanda; iv) vernáculo português cabo-verdiano; v) português de Lisboa e arredores; vi) quatro crioulos de base portuguesa — Kabuverdianu (Sotavento – SV e Barlavento – BV), Santomé, crioulo guineense e papiamentu.

Como já apontado, a autora citada defende a tese de que a variedade Kalunga, no geral, é tipologicamente mais próxima dos crioulos do que das variedades padronizadas, possivelmente devido a características que são resultados da situação de contato específica da qual o Kalunga emergiu. Além disso, Kalunga tem características específicas que não são



compartilhadas por outras variedades, possivelmente características que são desenvolvimentos independentes devido ao grau de isolamento. Ademais, a autora trata do isolamento da comunidade Kalunga como um fator que a faz se afastar das variedades padrões do português.

Mattos (2019) defende que a variedade Kalunga compartilha mais características com as variedades do português vernacular brasileiro do que com variedade padrão de Portugal e línguas crioulas e, geralmente, mais características com os crioulos do que com as variedades padrões do português, de modo que está estruturalmente muito mais próxima daquelas do que destas.

A pesquisadora ressalta que foram considerados na sua pesquisa apenas dados de língua falada, coletados de maneira compatível dentro das microáreas comparadas, como as de comunidades afro-indígenas de Jurussaca e Tembê do Guamá (CAMPOS, 2014), de uma comunidade afro-brasileira (Kalunga), uma comunidade rural (Barreirão), e das macroáreas, como o estado de Minas Gerais, no Brasil, e Lisboa e arredores, em Portugal. Mattos (2019) insere a variedade Kalunga no *continuum* em posição oposta à das variedades padrões, enquanto Lucchesi (2015, p. 218), ao observar as comunidades quilombolas rurais e remanescentes de quilombos, insere a variedade dessas comunidades numa outra disposição, o que poderia também abarcar a variedade Kalunga.

Outra pesquisa sobre a variedade Kalunga foi realizada por Araújo (2022) nas comunidades Vão de Almas e Vão do Moleque e esteve voltada para o estudo de aspectos sociolinguísticos e morfossintáticos presentes na variedade dessas comunidades. Em relação aos aspectos morfossintáticos, a autora destacou na pesquisa a concordância nominal de gênero, a ordem das sentenças, a retomada anafórica, a concordância verbal, o preenchimento do sujeito e os tempos dos verbos para analisar como tais aspectos aparecem nas sentenças proferidas pelos informantes e, posteriormente, julgá-los como sendo traços crioulistas ou não, isto é, como sendo característicos de uma possível semicrioulização pela qual passou o Português Brasileiro através do contato com as línguas crioulas e línguas africanas que aportaram no Brasil, conforme informa a referida pesquisadora.

Para Araújo (2022), o passado socio-histórico, a realidade atual vivida pelos Kalunga nas comunidades selecionadas para a pesquisa e os traços morfossintáticos identificados são fortes indícios de que o Português Brasileiro (PB) passou por um processo de semicrioulização, deixando vestígios na estrutura da língua. Essa hipótese é respaldada por estudos sociolinguísticos e crioulistas que investigam comunidades afro-brasileiras com alto grau de isolamento, como Vão de Almas e Vão do Moleque, que apresentam características semelhantes às línguas crioulas e às línguas africanas de base portuguesa e, conforme os resultados obtidos,

como a ausência de concordância nominal de gênero e concordância verbal na fala Kalunga, confirmariam a validade dessa hipótese, a qual não será considerada nesta presente pesquisa.

A partir dessas reflexões, poderíamos então perguntar: onde localizar a variedade Kalunga no mapa linguístico brasileiro? Ela poderia compor o *continuum* de variedades potenciais da norma popular brasileira no eixo rural-urbano proposto por Lucchesi (2015), como vemos abaixo?

Quadro 4 — *Continuum* de variedades do PB.

<b>português afro-brasileiro</b>
<b>português popular rural</b>
<b>português popular rurbano do interior</b>
<b>português popular urbano do interior</b>
<b>português popular rurbano das grandes cidades</b>
<b>português popular urbano das grandes cidades</b>

Fonte: Lucchesi (2015, p.218).

O autor separa o português popular rural e cria o conceito de português afro-brasileiro. De acordo com Lucchesi (2015), a variedade Kalunga estaria no topo dessa escala, como as comunidades baianas analisadas por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009). Isso significa que tal variedade apresenta alterações produzidas no passado em razão do contato entre línguas, diferentemente do que aconteceu com o português popular urbano das grandes cidades, por exemplo.

Do ponto de vista sócio-histórico, é fato que a variedade Kalunga surgiu do contato entre falantes de línguas indígenas, línguas africanas e da língua do colonizador. Do ponto de vista social, Kalunga é uma variedade rural estigmatizada, como todas as outras que se aproximam mais do topo do referido *continuum*.

Se o povo Kalunga ficou isolado tantos anos — alguns falam em torno de 300 anos — e só foi “descoberto” pela antropóloga Mari Baiocchi em 1985, pode-se perguntar se há achados linguísticos que diferenciam essa comunidade rural quilombola de outras, as quais embora tenham passado por processos históricos semelhantes, não têm um histórico de isolamento. Que sinais a língua pode mostrar caso ela tenha ficado isolada por tantos séculos? Ou a fala Kalunga é semelhante aos falares rurais que não tiveram contato com a escolarização? É o que se pretende discutir no próximo capítulo.

Assim, as discussões trazidas nestas seções levarão ao Capítulo 3 e serão analisados alguns fenômenos linguísticos da variedade Kalunga, a serem comparados com o que se observa em outras variedades rurais quilombolas, como forma de situar a gramática Kalunga no mapa linguístico dos falares do Brasil e verificar, por meio desses fenômenos, qual a intensidade dos contatos linguísticos que a comunidade Kalunga sofreu, de que forma se deu o isolamento da comunidade e como isso afetou a sua variedade linguística.

## CAPÍTULO 3

### AMPLIANDO OS DADOS E PANORAMA LINGUÍSTICO KALUNGA

[...]

*Senhores*

*Quero de volta*

*Os meus tambores*

*Quero de volta*

*Os meus orixás*

*Quero de volta*

*Meu Pai Olorum*

*Em seu esplendor sem par*

*Quero de volta*

*O meu modo de viver*

*Quero de volta*

*As minhas asas negras e belas*

*Com que costumava voar*

[...]

Carlos de Assumpção

Foto 6 — Mulher Kalunga



Fonte: André Dib.

Neste capítulo, serão apresentadas a metodologia, a construção e organização do *corpus* da pesquisa, bem como será elaborado um panorama linguístico visando a descrever quais as similaridades e diferenças do falar Kalunga com outros falares rurais quilombolas, em uma comparação entre os dados recolhidos na comunidade Kalunga<sup>39</sup> e os resultados de análises dos mesmos fenômenos em outras comunidades rurais quilombolas do estado da Bahia (Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé), descritas em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

A justificativa para essa comparação se deve ao fato de que as comunidades baianas guardam semelhanças com o povo Kalunga em seus processos sócio-históricos e linguísticos, assim será possível verificar se os fenômenos linguísticos são característicos do falar rural goiano ou se também ocorrem em outras localidades.

Nesse sentido, serão descritos de forma panorâmica sete fenômenos linguísticos para demonstrar as suas características gerais e compreender como se deu o contato linguístico entre negros, brancos e índios nessa comunidade e, ainda, se o isolamento da comunidade Kalunga produziu algumas marcas que remetem a um português conservador.

Os fenômenos linguísticos a serem abordados e comparados são: a) as estruturas de tópico; b) a realização do sujeito pronominal; c) a negação sentencial; d) a concordância verbal; e) a representação da primeira pessoa do plural (nós/a gente); f) o sistema de expressão de posse; e g) a concordância de gênero.

Além desses fenômenos, no próximo capítulo, será analisada a emergência de sujeitos locativos definidos e referenciais com traço (+humano) na fala Kalunga com o objetivo de refletir se a variedade Kalunga guarda ou não aspectos que convergem com outras variedades do PB ou divergem destas ou apresentam vestígios de uma língua isolada.

### **3.1 Metodologia e organização do *corpus* da pesquisa**

Nesta seção, serão apresentados a metodologia para a coleta e o tratamento dos dados referentes à fala Kalunga, o trabalho de campo, as entrevistas e alguns aspectos sócio-históricos da comunidade Kalunga Vão de Almas, localidade escolhida para análise nesta pesquisa.

---

<sup>39</sup> Os colaboradores da pesquisa são todos falantes idosos, a partir de 60 anos, que sempre moraram na comunidade de Vão de Almas e tiveram pouco ou nenhum acesso à educação formal.

### 3.1.1 Vão de/das Almas

Conforme já exposto, de acordo com Baiocchi (2006), a ocupação do território onde está situado o Vão de Almas remete à implantação do Ciclo do Ouro nas minas de Goyazes. A partir de então, surgiu o povoamento dessa região, cuja estrutura econômica era voltada para a mineração do ouro, com base no trabalho escravo. Com a instalação das minas do Tocantins, no século XVIII, vários povoados surgiram na primeira metade do século, entre eles o arraial de Cavalcante (fundado em 1740) e Santo Antônio do Chapéu (1769), hoje Monte Alegre.

No território do Vão de Almas (90 km de Cavalcante e cerca de 400 km de Brasília), vivem cerca 215 famílias, cerca de 1.075 pessoas. A agricultura de subsistência é a principal fonte da comunidade, contudo muitos Kalunga têm aproveitado as riquezas naturais da sua região e preparam doces, licores, óleos para vendê-los nas cidades próximas à sua localidade — tudo de forma muito artesanal e sem muita orientação dos órgãos de controle. O turismo também tem sido uma fonte de renda das comunidades.

A seguir, um depoimento de uma moradora de Vão de Almas em que ela relata a realidade da sua comunidade:

A maioria da população do Vão de Almas pratica a agricultura de subsistência. Além disso, muitas pessoas da comunidade recebem benefícios do governo, tais como aposentadoria por idade e bolsa família, que complementam a renda das famílias. Esses sujeitos têm uma lida diária pela posse definitiva da terra, objeto de promessas de titulação e possibilidades de melhores condições de sobrevivência. (ROSA, 2013, p. 20).

Dentre as comunidades Kalunga, o Vão de Almas e o Vão do Moleque são considerados um dos locais mais isolados e de difícil acesso dos territórios, por estarem localizados em meio a íngremes serras, grandes morros, rios e córregos, havendo somente uma precária e estreita estrada de terra que leva até à comunidade. É bem complexo chegar ao Vão de Almas pela primeira vez sem um guia local. Os Kalunga lutam há tempos para mudar esse quadro.

Para chegar à comunidade, é preciso utilizar um carro traçado ou esperar o caminhão da prefeitura, que pode não vir. Como não há pontes — o que pude constatar nas minhas idas ao campo —, a estrada, em alguns pontos, é uma extensão dos rios e córregos que atravessam o território Kalunga. Na época das chuvas, a opção de locomoção é pelo rio, o que torna mais difícil a mobilidade dos Kalunga.

Como relatam os moradores, hoje já está mais “fácil” a mobilidade espacial, já que antes só era possível deixar a comunidade e ir até Cavalcante, por exemplo, a pé ou no lombo de um

animal, o que era uma tarefa quase exclusiva dos homens. Caso alguém precisasse de atendimento médico urgente, a opção era conduzir o doente em uma rede por horas e horas, de modo que muitas vezes ele vinha a óbito. A presença de carros circulando na comunidade é bem recente.

Do mesmo modo que outros territórios Kalunga, Vão de Almas sofre com condições precárias de saneamento básico, somadas à falta de eletricidade, de água encanada e de assistência médica, além de a imensa maioria da população não dispor de água potável e banheiro em suas casas. O rio é o lugar onde se lava a roupa, toma-se banho e lavam-se os utensílios domésticos, além de também servir de lazer. Algumas casas possuem gerador, mas o acesso à internet ainda é precário e praticamente restrito ao espaço da escola da comunidade, bem como o uso do celular é bastante reduzido. As casas no Vão de Almas são geralmente feitas de adobe e cobertas de palha e estão completamente distantes umas das outras, dando a impressão de que não há vizinhos ao redor.

Em relação ao sistema educacional, só algumas comunidades possuem escolas e apenas no Vão do Moleque há uma escola de ensino médio, obrigando a ir para a cidade de Cavalcante, por exemplo, quem quer continuar os estudos — se tiver condições. Quase todos os idosos não frequentaram o ensino formal.

Dentre as festividades da comunidade Kalunga, o calendário é variado e rico, e algumas festas destacam-se: em janeiro, Folia de Reis e festa de São Sebastião; em junho, festa de Santo Antônio, na Maiadinha, folias em algumas comunidades e festa de São João, com matinas, império, levante de mastros que se encerram com a festa de São Pedro. No Vão de Almas, os grandes festejos são a Festa do Divino e de Nossa Senhora d'Abadia, no mês de agosto. Essas comemorações religiosas e profanas acontecem todo ano e são o momento de os Kalunga se encontrarem com os parentes, celebrarem casamentos, dançarem a sussa e o forró, realizarem batizados etc. São momentos de forte presença das tradições, que constituem o diferencial do turismo desse território, aliados à inclusão de novos elementos, como os ritmos musicais apreciados pelos jovens e o próprio formato da festa, que antes tinha um cunho mais religioso e atualmente apresenta características de um evento cultural — o que preocupa alguns Kalunga que temem que a comunidade perca seu espaço de memória.

Para Rosa, manter as festas, romarias e rezas é uma forma de se conectar com as memórias dos seus antepassados, já que as festas eram comuns nos quilombos:

Seguindo essa tradição a população de Vão de Almas realiza anualmente festas ou romarias, que são elementos da tradição religiosa daquela comunidade e a principal forma de organização coletiva daquele povo.



Elementos do sincretismo religioso católico, como imagem de santos, bandeiras, altar e outros elementos ocupam espaços sagrados de devoção e fé que se misturam aos ritos de origem afro-brasileira. As ladainhas e os benditos, cantados com grande influência do latim, sempre foram ofícios das pessoas mais idosas, embora conte com grande participação das pessoas mais jovens residentes na comunidade. Porém, de alguns anos para cá, os idosos se queixam da falta de interesse da juventude em acompanhar essas tradições, que se mantêm vivas graças à transmissão de uma geração para outra. (ROSA, 2013, p. 11).

Mais do que uma comunidade isolada geograficamente e de difícil acesso, Vão de Almas vive ainda em estado de abandono por parte dos governos goianos. Felizmente, essa realidade tem se modificado nos últimos anos, e os Kalunga têm cada vez mais se organizado, exigido o cumprimento dos seus direitos e conquistado algumas melhorias para a comunidade. E, como já visto, o acesso dos Kalunga à Educação do Campo teve um papel primordial nessa mudança.

Enfim, essa falta de mobilidade, somada à falta de ensino formal e de acesso aos meios de comunicação, poderiam ter ocasionado aos Kalunga um contato restrito com o mundo fora da comunidade e, por conseguinte, ter deixado marcas singulares na fala Kalunga. Até que ponto essa hipótese pode ser comprovada? Como se comporta a variedade Kalunga nesse contexto de relativo isolamento?

### **3.1.2 Trabalho de campo**

É importante ressaltar, no que diz respeito a um estudo envolvendo seres humanos, as gravações foram realizadas consoante as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília. O projeto de pesquisa foi devidamente aprovado por esse Comitê, e as entrevistas só tiveram início após a obtenção de parecer favorável<sup>40</sup>.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Ciências Humanas da UnB, iniciamos os trabalhos de campo na comunidade quilombola/Kalunga Vão de Almas/GO. Faz-se necessário destacar que o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da UnB – CEP/IH realiza um trabalho relevante, orientando o pesquisador a proceder de forma ética na condução da pesquisa e priorizar o bem-estar dos entrevistados.

No Parecer aprovado, constam, entre outros, o documento de aprovação deste trabalho, o documento de autorização/anuência para o desenvolvimento desta pesquisa, emitido pela comunidade quilombola/Kalunga Vão de Almas/GO, representada por Maria Lúcia M. Gudinho, uma liderança Kalunga do território kalunga, licenciada em Educação do Campo pela

---

<sup>40</sup> Número do Parecer: 3.444.892.

FUP/UnB e presidente da Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais – Epotecampo, à época.

Assim, o projeto foi apresentado à Maria Lúcia M. Gudinho, que o encaminhou ao Vilmar Souza Costa, na época presidente do Associação Quilombola Kalunga e, atualmente, prefeito de Cavalcante/GO, para que eles pudessem conhecer e aprovar minha entrada em campo. Relataram já estarem cansados de acolher pesquisadores sem compromisso nenhum com o território e decidiram, há algum tempo, conhecer os pesquisadores antes de eles entrarem nas comunidades Kalunga para realizarem suas pesquisas acadêmicas. Essa foi também a forma que encontraram de ter o compromisso dos pesquisadores em garantirem uma devolutiva à comunidade — ainda que um dos requisitos do Comitê de Ética em Pesquisa seja justamente esse, mas, como se observa, muitos pesquisadores não cumprem tal requisito, e a atitude da comunidade foi acertada e necessária.

O projeto de pesquisa também foi apresentado aos professores da escola de Vão de Almas.

### **3.1.3 Entrevistas**

Nesta tese, foi realizada uma pesquisa qualitativa, e a recolha das amostras de fala na comunidade foi realizada por meio de entrevistas conduzidas pela autora desta tese junto aos moradores, em suas residências. O *corpus* da pesquisa é composto por dados de fala produzidos por falantes em entrevistas de tema livre gravadas. Para a seleção dos falantes, foram adotados dois critérios: idade e tempo de permanência na comunidade. Participaram apenas das entrevistas falantes com mais de 60 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade.

Realizaram-se entrevistas abertas, em que não há controle da temática nem do curso da conversação pelo entrevistador, e semi-estruturadas, com um direcionamento parcial da conversação para que alguns temas de interesse dos entrevistados proporcionassem envolvimento e interesse expressivo para narrarem suas experiências, o que pode ser o melhor caminho para uma conversação espontânea, conforme já atestou Labov (1972) em suas pesquisas. Foram entrevistados 06 moradores de Vão de Almas com mais de 60 anos que sempre moraram na comunidade. As entrevistas foram feitas em dois momentos das visitas à comunidade: em agosto de 2019 e em outubro de 2019 e foram priorizadas, tanto quanto possível, as situações mais espontâneas de conversação, embora outros tipos de interação tenham sido também registrados.

Seguindo as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa da UnB, firmou-se um compromisso em: manter em sigilo o nome dos entrevistados; usar o gravador apenas com autorização dos entrevistados; respeitar a vontade e o tempo dos entrevistados em relação à entrevista; ir até a comunidade a partir do convite de algum(a) morador(a). Todos esses requisitos foram cumpridos.

O *corpus* que compõe esta tese são fontes primárias de coletas de dados feitas na comunidade Kalunga do Vão de Almas. Como forma de respeitar o anonimato, cada participante da pesquisa será denominado com a inicial VA (Vão de Almas).

Além das entrevistas, um caderno foi reservado para anotações de campo, com registros de momentos e situações envolvendo os moradores da comunidade como forma de conhecer mais os entrevistados.

Após a gravação das entrevistas, seguiu-se à transcrição de dados, que visou a retratar, com o máximo de precisão possível, exatamente o que os sujeitos da pesquisa enunciaram. As degavações foram realizadas da seguinte forma: foram ouvidos todos os áudios das entrevistas feitas, posteriormente transcritos segundo algumas diretrizes da “chave de transcrição” do Projeto Vertentes (LUCCHESI, 2009), conforme o modelo de transcrição grafemática.

Vale ressaltar que a pesquisa não teve como objetivo tratar sociolinguisticamente os dados, já que não é um estudo das variações internas da fala Kalunga no que diz respeito à sintaxe do sujeito. Dado o propósito da pesquisa, a construção do *corpus* priorizou a representatividade do fenômeno no português rural, em vez da heterogeneidade dos dados a ponto de permitir comparações quantitativas entre diferentes perfis de informantes. Portanto, na análise, os resultados não são comparados quantitativamente nem organizados por falantes. Não há diferenças em relação ao sexo dos participantes, nem em relação à variedade de língua falada, uma vez que nenhum deles teve acesso à normal dita padrão. Considerando que os dados coletados são de fala espontânea, entende-se que as afirmações sobre eles não precisam ser justificadas por meio de inúmeras ocorrências.

### **3.2 Panorama linguístico Kalunga**

Como já exposto, as comunidades rurais quilombolas, como a Kalunga, são segmentos que historicamente se originaram de antigos quilombos e são compostas majoritariamente por descendentes diretos de escravizados africanos que se fixaram em localidades remotas no interior do país, de difícil acesso (MOURA, 2020). Devido a essa origem, são populações geralmente

privadas de seus direitos mais básicos, como o direito à moradia, à terra, à cidadania e a demais políticas públicas do país.

Muitos desses grupos mantiveram-se em relativo isolamento geográfico durante boa parte do século XX como estratégia de sobrevivência e autodefesa. Já no século XXI, esse suposto isolamento permaneceu em muitas comunidades rurais devido à ausência de estradas e pontes suficientes, o que impedia essas populações de exercerem o direito de ir e vir, como se vê em muitas comunidades quilombolas, a exemplo da Kalunga.

Dado esse quadro de relativo isolamento e a falta de escolarização formal, muitos estudiosos afirmaram que as variedades linguísticas faladas por moradores dessas áreas, em especial das desfavorecidas do ponto de vista econômico, eram conservadoras por guardarem características linguísticas em desuso e por se afastarem da língua considerada padrão. (AMARAL, 1920; MELO, 1946; SILVA NETO, 1950, entre outros).

Segundo esses estudiosos citados, a fala Kalunga seria, então, considerada conservadora na sua formação, por estar condicionada ao contexto de isolamento geográfico vivido durante séculos por essa comunidade rural negra.

Como forma de entender esse condicionamento e o grau de conservadorismo da fala rural, Rezende-Santos (2008, p. 29)<sup>41</sup>, com base em amostras da oralidade das regiões goianas geograficamente mais isoladas, constatou que “a fala rural goiana resulta de diferentes processos sócio-históricos, em diferentes momentos da formação do estado de Goiás e apresenta características linguísticas semelhantes às características gerais do PB, inclusive das variedades urbanas”.

Assim, a pesquisadora afirma que a fala das comunidades rurais pesquisadas, Acaba Vida, Pombal e Traíras (Goiás) e Barra Longa (Minas Gerais), pode ser conservadora em muitos aspectos e ainda apresentar inovações tal qual qualquer outra variedade da língua portuguesa. Além disso, Rezende-Santos (2008) atenta para que esse chamado conservadorismo deve ser relativizado, bem como o isolamento geográfico e linguístico dessas comunidades.

Considerando esse cenário, o objetivo nesta seção é apresentar um breve panorama linguístico e sócio-histórico da comunidade quilombola rural Kalunga, para verificar o estatuto de certas construções sintáticas envolvendo os locativos usadas pelos Kalunga.

---

<sup>41</sup> O objetivo de Rezende (2008) é “discutir o *conservadorismo da fala rural goiana*, a partir da descrição e análise da posição do adjetivo adnominal no SN, em amostras de fala de três comunidades rurais de Goiás: Acaba Vida, Pombal e Traíras. Como parâmetro, na discussão do conservadorismo da fala rural de Goiás, considerou-se uma outra fala rural, a de Barra Longa, em Minas Gerais, a escrita em LP do século XX e dados urbanos, orais e escritos, do PB contemporâneo”.

Grande parte das pesquisas do campo linguístico estão mais voltadas para as áreas urbanas, enquanto as dedicadas às áreas rurais ocupam um lugar mais periférico e acabam por não serem conhecidas, de maneira que não há como recuperar o passado linguístico do país e os efeitos do contato entre as matrizes indígenas e africanas e a língua do colonizador. Seria importante também que as pesquisas contemplassem a dinâmica dos falares rurais, bem como refletissem sobre as suas novas demandas. O sentimento é que se conhece pouco o falar da zona rural, em especial o falar das comunidades remanescentes de quilombo, e há muito a ser pesquisado. O fato de haver poucas pesquisas já reflete a desvalorização do meio rural e de seus falantes, muitas vezes estigmatizados e vítimas de preconceito por conta da sua variedade linguística.

A metodologia utilizada foi a comparação das propriedades sintáticas entre as construções usadas pela comunidade Kalunga e as de outras variedades do meio rural brasileiro descritas em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009). Os dados com base nos quais foram feitas as análises foram coletados por meio de entrevistas com falantes da comunidade rural quilombola Kalunga do Vão de Almas, região nordeste de Goiás, a qual, juntamente com as regiões centro-norte e norte do estado, apresentam um grau de isolamento geográfico considerável e retratam um importante grupo sócio-histórico na formação do português do Centro-Oeste.

Após essas reflexões, segue este panorama de alguns fenômenos linguísticos da fala Kalunga para se conhecer mais a sua estrutura e, desse modo, poder valorizá-la e inseri-la num *locus* dentro do quadro das variedades do PB.

Os fenômenos linguísticos a serem abordados e comparados serão:

- a) as estruturas de tópico;
- b) a realização do sujeito pronominal;
- c) a negação sentencial;
- d) a concordância verbal;
- e) a representação da primeira pessoa do plural;
- f) o sistema de expressão de posse;
- g) a concordância de gênero.

### **3.2.1 Estruturas de tópico**

Esta seção apresenta construções de tópicos encontradas na gramática da comunidade rural Kalunga que serão comparadas com as construções atestadas por Araújo (2009) nas

comunidades quilombolas rurais de Helvécia, Cinzento, Rio das Contas e Sapé, situadas no estado da Bahia<sup>42</sup>.

Serão analisados os seguintes tipos de tópicos: topicalização de objeto direto, tópico com cópia pronominal ou duplo sujeito e tópico locativo.

Araújo (2009) comparou essas construções com as atestadas por Pontes (1986, 1987) e Galves (1998, 2001) no português brasileiro urbano e apresentou uma interpretação teórica do tópico sob a perspectiva da Gramática Gerativa. A autora também discutiu uma provável influência do contato do português com as línguas africanas em relação às construções de tópico.

A seguir, serão elencadas as construções de tópico pesquisadas por Araújo (2009), as quais serão comparadas com os dados da comunidade rural quilombola Kalunga Vão de Almas, para identificar semelhanças e diferenças entre essas comunidades quilombolas rurais.

### 3.2.1.1 Topicalização de objeto direto

Segundo Araújo (2009), a topicalização de objeto direto é um dos tipos de tópico mais comum na amostra e caracteriza-se da seguinte forma: (i) apresenta um objeto direto deslocado à esquerda sem retomada clítica interna à oração (1-6); (ii) apresenta o sintagma nominal que compõe esse objeto normalmente definido (quer dizer, acompanhado por um determinante definido (1-2); (iii) não sofre restrições de ilhas (3-4); e (iv) pode ocorrer em contextos de encaixada (5-6):

- (1) os pé de café trocô<sup>43</sup>. (HV-20<sup>44</sup>)
- (2) A cachaça eu bebo todo dia, se eu todo dia eu fô lá na praça. (RC-8)
- (3) ... esses criatório (porco, galinha) tamém eu tem muitos ano qu'eu num crio, né? (HV-12)
- (4) certas coisa tem hora que num pode vendê mais caro, o preço é aquele, né? (RC-26)

<sup>42</sup> Para constituir o *corpus*, Araújo (2009) selecionou 26 inquéritos com afro-brasileiros de quatro comunidades rurais isoladas do interior do estado da Bahia, com a seguinte distribuição: 7 inquéritos de Helvécia (HV); 7 de Cinzento (CZ); 6 de Rio de Contas (RC); e 6 de Sapé (SP). A autora estabeleceu a relação entre os dados linguísticos e os dados sociais para analisar as construções de tópico. Para os objetivos deste capítulo, os dados sociais não serão considerados na análise ou na comparação.

<sup>43</sup> Assim como na comunidade Kalunga, o falante usa “trocô” em vez de “troquei”. Ele não flexiona o verbo na primeira pessoa do singular, uma prática comum dos falantes mais velhos.

<sup>44</sup> As siglas significam Helvécia (HV), Cinzento (CZ), Rio de Contas (RC) e Sapé (SP), e o número ao lado da sigla refere-se ao participante.

- (5) É mais perigoso, porque uma... uma mulé... grávida, pá ganhá neném em casa, eu acho muito perigo, porque lá no hospital... já é ôta coisa, né? (HV-4)
- (6) Parece que o poquim que ocê aprende na escola que dorme, quando é no ôto dia parece que já num sabe mais, puquê tanto pá fazê. (CZ-1)

Araújo (2009) argumenta que essas construções não são exclusivas do português afro-brasileiro, visto que aparecem em todas as modalidades do português do Brasil.

Nas falas da comunidade Kalunga, encontramos as seguintes amostras:

- (7) Os brejo, acabô tudo.
- (8) Laranja também até pranta. (Araújo, 2022)
- (9) A sussa us instrumentu eu num lembriu. (Araújo, 2022)
- (10) Netu eu tem dimais. (Araújo, 2022)
- (11) O mio pai eu num sei nem aondi eli... naum... foi nascidu na Bahia, que eli era baianu. (Araújo, 2022)
- (12) jiló nós pranta aí. (Araújo, 2022)

Nos exemplos Kalunga, é possível identificar: um objeto deslocado à esquerda sem retomada clítica interna à oração, em (7), (8) e (9); o sintagma nominal que compõe esse objeto é definido, isto é, acompanhado por um determinante definido, em (7) e (9); ocorrência possível em contextos de encaixada, em (11).

### 3.2.1.2 Tópico com cópia pronominal ou duplo sujeito

Araújo (2009, p. 241) informa que a construção de tópico com cópia pronominal ou duplo sujeito se caracteriza “pelo deslocamento de um sintagma nominal para a posição de tópico e uma retomada pronominal deste sintagma na posição de sujeito interna à oração”. Nas comunidades por ela pesquisadas, há os seguintes exemplos:

- (13) A sussuarana, ela pensa carnêro tá no mato, que... que 'cê num tocô, elas vai no rebanho e mata. (CZ-12)
- (14) E aqueles mele, eles é que faz arco. (RC-26)

Nos dados Kalunga, há:

- (15) meu pai, ele dançava mermo. (VA-2)
- (16) a sussa, ela é uma dança. (VA-3)
- (17) esse povo, eles era tão preparado. (VA-2)

Como se atesta nos exemplos acima, a variedade Kalunga também utiliza essas construções e desloca o SN para o início da sentença, posição de tópico, e em seguida faz a retomada por meio de um pronome como acontece em outras variedades do PB. Na sentença (17), por exemplo, o SN “esse povo” é retomado por eles.

### 3.2.1.4 Tópico locativo

Nas construções em que o elemento topicalizado é um locativo, este funciona como adjunto ou de verbos existenciais (25) ou de verbos tradicionalmente considerados intransitivos (26-27) e, em geral, a preposição acompanha o sintagma nominal deslocado, conforme se verifica nas amostras de Araújo (2009):

- (25) nesse sertão nosso aqui tem cascavel demais. (CZ-6)
- (26) pra Conquista ela sempe vai, mais eu... mas só. (CZ-1)
- (27) No eucalipto, eu trabalhei... no tempo da PLANIBA. (HV-12)

De acordo com Araújo (2009), essas construções, que geraram um percentual muito baixo de realização (apenas 2%).

Nos dados Kalunga:

- (28) Na sussa io batu a buraca. (Araújo, 2022)
- (29) No elevador eu fui. (Araújo, 2022)
- (30) Dus índiu eu ainda lembriu delis. (Araújo, 2022)

Algumas das conclusões de Araújo (2009, p. 249) que interessam a esta tese são:

- a) as construções de tópico presentes nessas comunidades também estão presentes no português urbano;



- b) parece haver uma tendência para maior número de realizações de tópico por pessoas mais velhas dentro das comunidades, o que reforça a hipótese da influência do contato entre línguas na formação do português brasileiro;
- c) os dados levam à evidência de que a realização oral de construções de tópico sujeito, topicalização do objeto direto e topicalização selvagem pode ter começado já no início do século XX.

Como se observa, as construções de tópico do português urbano e do português rural afro-brasileiro comparadas por Araújo (2009) assemelham-se, e isso leva a autora a acreditar que o português urbano tenha sido influenciado pelo falar rural, tendo em vista o número de negros na população brasileira e os contatos linguísticos, entre outros dados (MATTOS E SILVA, 2004).

Segundo os dados referentes à comunidade Kalunga, também se observam essas construções que dialogam com o português urbano e o português de outras comunidades rurais.

### 3.2.2 Realização do sujeito pronominal

Dante Lucchesi (2009) faz uma análise variacionista da realização do sujeito pronominal com base nas amostras de fala vernácula colhidas em três comunidades rurais afro-brasileiras do interior do estado da Bahia, consideradas isoladas — Helvécia, Cinzento e Barra/Bananal, no município de Rio de Contas —, comparando essas amostras com os dados de Duarte (1995).

Em relação aos dados das comunidades rurais analisadas, Lucchesi (2009) aponta que os resultados encontrados nas amostras das comunidades rurais e nas encontradas por Duarte (1995) nas amostras da fala da norma urbana culta são bem próximas e:

parecem exibir um resultado semelhante em um plano da gramática, a marcação paramétrica, que, segundo a visão aqui adotada, teria sido afetado pelo contato entre línguas; o que constitui, em princípio, uma contraevidência a essa visão, pois o que se espera é que as duas variedades apresentariam comportamentos diferenciados, em função de só as comunidades rurais afro-brasileiras terem sido afetadas diretamente pelo contato maciço e abrupto entre línguas na sua formação. (LUCCHESI, 2009, p. 176). É o que o autor atesta na Tabela 2.

Tabela 2 — Frequência do sujeito pronominal nulo no português brasileiro urbano culto e no português rural afro-brasileiro.

Variedade do português brasileiro	N. de ocor./total	Frequência
Variedade urbana culta	415/1756	29%
Comunidades rurais afro-brasileiras	1255/4599	27%

Fonte: Lucchesi (2009, p. 176).

Para Lucchesi (2009), houve uma convergência na evolução gramatical dessas duas variedades: na variedade urbana considerada padrão, ou culta, houve uma reorganização estrutural dos pronomes, e *tu* e *nós* foram substituídos por *você* e *a gente*, respectivamente; já na norma vernácula, a diminuição do sujeito nulo decorreria da queda de morfemas flexionais de pessoa e número do verbo, e não de uma reorganização dos pronomes, o que teria influenciado as variedades populares do PB, entre elas a variedade das comunidades rurais. Para o autor, é um reflexo da transmissão linguística irregular.

Em relação aos resultados da variável pessoa do discurso, os resultados das pesquisas realizadas por Lucchesi (2009, p.177) indicam:

que o sujeito pronominal nulo é mais elevado na terceira pessoa, seguida bem de perto pela primeira pessoa; sendo a segunda pessoa o contexto menos favorável ao sujeito nulo. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Duarte (1995, p. 48), e podem ser explicados pela possibilidade de recuperação do referente do sujeito, seja pelo mecanismo da correferência com um SN antecedente, no caso da terceira pessoa, seja pela presença de um morfema flexional, no caso da primeira pessoa. (LUCCHESI, 2009, p.177)

Assim, o contexto de segunda pessoa apresenta-se como o contexto mais propício para a retenção pronominal, já que não se encontra o fenômeno da correferência nem morfemas flexionais específicos no PB, segundo o autor citado.

Quais as estratégias do PB para preencher o sujeito nas comunidades Kalunga? Já podemos dizer que há uma tendência a preencher o sujeito, o que se assemelha ao que ocorre nas outras variedades do PB.

Nos dados Kalunga, temos a ocorrência das variáveis detalhadas a seguir.

### 3.2.2.1 Primeira pessoa do singular

(31) ieu cantava sussa, eu dançava sussa. (VA-3)

(32) ieu dançava mesmo. (VA-4)

(33) Eu só aqui dento, eu cunheçu só um homi, um rapaz novu que gosta de sapatιά a sussa. (VA-3)

A posição de sujeito tem sido majoritariamente preenchida na 1ª pessoa do singular. Trata-se de um resultado inesperado, pois, comumente, não há redução ou alternância na flexão dessa pessoa do discurso, isto é, o sujeito pode ser identificado pelo próprio morfema interno

ao verbo. No entanto, constata-se que a presença do morfema flexional não implica um aumento significativo na frequência de uso do sujeito nulo.

### 3.2.2.2 Primeira pessoa do plural

- (34) nois viajarra memo. (VA-1)
- (35) e aqui é um lugar que nós tem grande respeito por aqui. (VA-1)
- (36) não, béju nós já enjuo. (VA-2)

Pode-se dizer que a maior manifestação de sujeito preenchido se deu na 1ª pessoa do plural e o constante preenchimento desse sujeito pronominal pode estar atrelado à redução que o paradigma flexional do PB tem sofrido e os casos de não-preenchimento explicaria a hipótese da cisão pronominal. Destaca-se também a existência de predicados meteorológicos com sujeito nulo.

### 3.2.2.3 Terceira pessoa do plural

Quanto à 3ª pessoa do plural, os sujeitos também foram preenchidos, uma vez que o paradigma flexional concernente a essa pessoa do discurso sofreu redução na maior parte dos casos e, quando há sujeito nulo, a identificação de plural só é possível com uma retomada às questões feitas aos participantes e, também, quando se busca o contexto inicial de uma dada oração pronunciada por eles.

- (37) eles num qué mar dançá di graça (VA-1)
- (38) a sussa ela é uma dança que tem que sê rodada, num é pulada que nem eles faz hoje. (VA-1)

### 3.3.2.4 Terceira pessoa do singular

A 3ª pessoa do singular também é preenchida na fala Kalunga. Seguem os exemplos:

- (39) Ele dá umas frutinha (VA-1)
- (40) Ele num quis mandá (VA-1)
- (41) Aé, ele arranjô um pedacinho de terra aqui pra comprá (VA-1)

Esse é um fenômeno que também remete à drástica redução na flexão de seus referentes verbais, exigindo que a posição de sujeito seja preenchida, para que, principalmente, seja possível distinguir se se trata de uma manifestação no singular ou no plural. A erosão morfológica afeta a 1ª e a 3ª pessoa do plural e também a 2ª do plural, mas não a 2ª pessoa do singular, realizada pelo pronome “você” e a 1ª pessoa do plural, realizada por “a gente”.

A redução da morfologia verbal que tem ocorrido está ocasionando um maior preenchimento dos sujeitos, indo contra o parâmetro da língua *pro-drop*. Pela impossibilidade de se identificar a pessoa pelas flexões do verbo, por conta de sua simplificação, os contextos de fala têm exigido a marcação lexical do sujeito. Além dessa erosão morfológica, há a hipótese de que o preenchimento do sujeito é para satisfazer o EPP<sup>45</sup>. Os diversos estudos dedicados à análise dos sujeitos plenos têm apontado para uma maior ocorrência desse fenômeno no PB, quando comparado às demais línguas românicas que se encaixam no parâmetro *pro-drop*, ou seja, o PB tem sido considerado uma língua de sujeito nulo parcial (no Capítulo 5 será discutido esse tema).

Quadro 5 — Comparação do paradigma sujeito

Pessoa	Paradigma 1	Paradigma 2	Português afro-brasileiro (rural e Kalunga)
1ª p.s.	eu	eu	Eu/ieu/Io
2ª p.s.	tu	você	Você/ocê
3ª p.s.	ele	ele	Ele/Ela/ei/éa
1ª p.p.	nós	nós/a gente	Nós/nois/nor/a gente
2ª p.p.	vós	vocês	Vocês/oceis/cocéis
3ª p.p.	eles	eles	Eles/eis/ês/ezi/eza/elas <sup>46</sup>

Fonte: Elaboração própria com base em Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009).

A segunda pessoa do singular, *tu*, não aparece nos dados Kalunga. Para se referir a essa pessoa do discurso, usam-se *você* e *ocê*, o que leva a crer que a ausência de “tu” indica que a erosão envolve crucialmente a marca de plural, não a marca de pessoa. Em relação ao preenchimento do sujeito, nos dados da fala Kalunga encontrou-se uma ocorrência que não foi atestada por Dante (2009): o sujeito locativo definido na posição pré-verbal — no Capítulo 5,

<sup>45</sup> A noção do princípio de projeção estendida (EPP) exige que toda sentença tenha um sujeito (CHOMSKY, 1981, 1982).

<sup>46</sup> Na comunidade Kalunga, o pronome de terceira pessoa plural pode ser pronunciado como [‘ezi] para “eles” e [‘eza] para “elas”, por exemplo, assim como em outras variedades mineiras. Ver o trabalho de Corrêa (1988) sobre o tema.

esse fenômeno será analisado e será apresentada uma proposta teórica acerca de sua manifestação na fala Kalunga.

### 3.2.3 Negação sentencial

Para descrever a negação sentencial presente nas comunidades Kalunga, é relevante trazer os dados de Cavalcante (2009) e os resultados da pesquisa com os quilombolas Kalunga realizada por Mattos (2019) sobre o fenômeno da negação, somadas aos nossos dados.

O trabalho de Cavalcante (2009) foi realizado em três comunidades afro-brasileiras do interior do estado da Bahia: Cinzento (no município de Planalto), Sapé (no município de Valença) e Barra e Bananal (no município de Rio de Contas).

No PB contemporâneo, assim como na gramática Kalunga, coexistem três padrões de negação sentencial, consoante a posição em que a partícula negativa aparece em relação ao sintagma verbal (VP): um primeiro padrão, pré-verbal [Não VP], em (a); um segundo padrão, com dois marcadores, um em posição pré- e outro pós-verbal [Não VP não], em (b); e um terceiro padrão, pós-verbal [VP não], em (c):

- (a) Não sei o nome dela. [Não VP]
- (b) Não sei o nome dela não. [Não VP não]
- (c) Sei o nome dela não. [VP não]

Cavalcante (2009, p. 266) chega à seguinte conclusão em relação aos resultados apresentados na sua análise, os quais mostram que:

o uso das negativas sentenciais é fortemente condicionado por fatores linguísticos e discursivos. De um modo geral, foi possível confirmar a intuição de que o uso de [Não VP não] e [VP não] atende, prioritariamente, a uma função de negação de pressuposições. Isso se evidencia no favorecimento dessas variantes tanto pelos contextos de perguntas e respostas diretas, quanto pelo apagamento dos argumentos verbais e pelas orações matrizes, ao passo que a negativa [Não VP], considerada discursivamente neutra, é favorecida pelos contextos de não resposta, por orações encaixadas e pela realização lexical dos argumentos verbais. (CAVALCANTE, 2009, p. 266).

Já na pesquisa de Mattos (2019), a autora apresentou e analisou o sistema de negação no português Kalunga, enfocando três aspectos da negação nessa variedade:

- i) o uso de três estratégias sentenciais (NEG1, NEG2 e NEG3);
- ii) o uso de *ninguém* e *nem* combinados entre si e com outros marcadores negativos;
- iii) o uso de *nunca* como marcador negativo sentencial em contraste com o seu uso como quantificador temporal negativo.

O uso dos três tipos de negação<sup>47</sup> em Kalunga geralmente segue padrões gerais das variedades do português do Brasil. No entanto, conforme a autora citada, a distribuição de *ninguém*, *nem* e outros marcadores negativos em Kalunga difere daquela observada nos sistemas descritos para outras variedades do português. Nesse sentido, Mattos (2019) acredita que estamos diante de uma inovação da gramática Kalunga e cita alguns exemplos que a diferem de outras variedades:

- (42) Nesse lugar aqui **ninguém num** tem futuro **não**. (MATTOS, 2019)
- (43) **Ninguém num** ranjava dado. (MATTOS, 2019)

Nos dados desta tese, foram encontrados os seguintes exemplos:

- (44) Ieu **num** moru aqui **naum**. (VA-1)
- (45) **Num** sei que qui foi **naum**. (VA-1)
- (46) **Naum**, cantiga eu **num** sei **naum**. (VA-4)
- (47) minha criação foi assim **naum**. (VA-5)
- (48) mar graças a deus **nunca** morreu **niuma naum**. (VA-5)

Esses dados Kalunga assemelham-se aos encontrados nas comunidades baianas analisadas por Cavalcante (2009), como visto acima e são bem próximos ao falar mineiro (TEIXEIRA DE SOUZA, 2007).

### 3.2.4 Concordância verbal

De acordo com Lucchesi, Baxter e Silva (2009, p. 331), “a concordância verbal está no centro dos debates acerca da relevância do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira”. Ao lado da concordância nominal de número, esse é um dos aspectos da

---

<sup>47</sup> Sobre esse tema, ver Teixeira de Sousa (2007).

gramática que mais exibem os amplos processos de variação, um dos fatores que torna o português do Brasil distinto da variante europeia.

Basta olharmos para os diversos paradigmas verbais existentes no português do Brasil para entender como a concordância verbal de número e pessoa é um aspecto importante para a compreensão dos mecanismos de variação do PB.

O paradigma prescrito pela Gramática Tradicional (GT), há tempos, mostra-se diferente daquele presente nas outras variedades do PB, que já não têm um morfema para cada pessoa do discurso. Além disso, alguns pronomes vêm sendo progressivamente substituídos ou descartados, conforme vemos no quadro abaixo.

Quadro 6 — Comparação do paradigma de concordância verbal

Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3	Português afro-brasileiro ( rural e Kalunga)
eu amo tu amas ele ama nós amamos vós amais eles amam	eu amo você ama ele ama nós amamos vocês amam eles amam	eu amo você ama ele ama nós ama vocês ama eles ama	Eu/ieu/lo amo Você/ocê ama Ele ama Nós/nois/nor/a gente ama Vocês/océis ama Eles/eis ama

Fonte: Elaboração própria com base em Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009).

Como a concordância aparece na comunidade Kalunga? Esse fenômeno não difere muito do que mostram outras variedades urbanas e rurais e pode ser explicado por alguns pesquisadores pelo fato de a comunidade ter tido um contato massivo com outras línguas.

- (49) aqui é um lugar que nois tem grande respeito. (VA-1)
- (50) nós tinha aqui, tinha sussa, tinha ronda, tinha tinha aivorada aqui. (VA-1)
- (51) nos rio num tinha (VA-3)
- (52) tinha era umas conoinha que eles fazia de machado. (VA-3)
- (53) a sussa ela é uma dança que tem que sê rodada, num é pulada que nem eles faz hoje.
- (54) eles num qué dançá. (VA-1)
- (55) e os homi tombém dançava, sapatiaava bonito, agora num qué mais (VA-1)

No quadro 6 acima, com base em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p.32), a variedade Kalunga seria inserida no português afro-brasileiro, de modo semelhante ao que se vê nas variedades rurais goianas.

### 3.2.5 Representação da 1ª pessoa do plural (*nós/a gente*)

Lucchesi (2009) destaca que, em todas as variedades da língua portuguesa na América e na África, o pronome pessoal canônico da 1ª pessoa do plural *nós* enfrenta uma concorrência crescente com a forma *a gente*, que constituía, antes de seu processo de gramaticalização, um sintagma nominal, formado pelo artigo e pelo nome, cujo significado era “comunidade, população” e, para a leitura coletiva, entendemos que a presença do artigo definido é fundamental, o que constitui o sintagma como definido genérico.

O autor entende que o significado relacionado a “comunidade” desapareceu, e hoje *a gente* concorre com o pronome *nós* e “suas formas do caso oblíquo, em todas as funções sintáticas e em todos os níveis de referencialidade com que esse pronome é usado, desde a indeterminação do sujeito até o chamado plural de modéstia, em que o pronome *nós* refere-se exclusivamente à pessoa do falante” (LUCCHESI, 2009, p. 457).

Em relação ao português afro-brasileiro, Lucchesi (2009) afirma que nessa variedade *a gente* tem uma frequência maior do que no português da norma culta.

Lopes (1999) identifica no século XVI o início do processo de gramaticalização da expressão nominal *a gente* como pronome pessoal na língua portuguesa, mas só encontra ocorrências inequívocas para o uso de *a gente* como pronome pessoal nos séculos XVIII e XIX. No século XX, o processo de gramaticalização de *a gente* se consolidou principalmente no português brasileiro e no português moçambicano, no continente africano.

Lucchesi (2009) afirma que, no Brasil, *a gente* já superou *nós* em frequência de uso na língua falada, em todas as variedades do PB, mesmo na norma urbana culta. Porém, o *nós* ainda predomina fortemente na escrita, sobretudo nos textos formais.

Nas análises feitas por Lucchesi (2009) nas quatro comunidades rurais quilombolas do interior da Bahia, o autor indica que a frequência de uso de *a gente* como pronome de 1ª pessoa do plural atinge praticamente três quartos do total de ocorrências. São 73% de *a gente* e 27% de *nós*. Nas comunidades Kalunga, não é o que acontece. Além disso, os Kalunga usam também *povo* e *pessoas*.



*Nós* e *a gente* estão em constante alternância na fala dos Kalunga de Vão de Almas, todavia o *nós* apresentou maior predominância, alternando apenas a forma como é expresso foneticamente, sendo realizado como “nós”, “nóis” e “nor”, conforme mostram os exemplos.

(56) Nós sai aí ieu vô mostrá pá senhora (VA-2)

(57) Lá, nor num tem lugá lá (VA-5)

(58) Nóis põe os trem tudo junto (VA-5)

O dado em (58), pode ser encontrado na variedade goiana e mineiro. Nas pesquisas de Ferreira (2003, p. 59) e Araújo (2022) verifica-se que há uma predominância do uso de *nós* na fala Kalunga

As ocorrências verbais, às quais corresponde um preenchimento da posição de sujeito pela forma *a gente*, têm marcas de concordância pessoal de 3ª p.s., mas podem alternar com ocorrências verbais com marcas morfológicas de 1ª p.p, conforme já apontado por Negrão (1999). Também em Negrão (1999), assim como em Duarte (1995), entre outros, são encontradas evidências linguísticas e uma discussão aprofundada sobre a reorganização do paradigma pronominal com da inserção de *você* e *a gente*.

### 3.2.6 Sistema de expressão de posse

A expressão de posse no português do Brasil por meio dos pronomes possessivos tem sido tema de muitas investigações, a exemplo dos trabalhos de Perini (1985), Kato (1985), Neves (1993, 2000), entre outros.

De acordo com Lucchesi (2009), esse interesse se deve a uma série de mudanças que atingem segmentos de maior nível de escolaridade, entre as quais está a ascensão do pronome *você* como pronome de referência ao interlocutor na maior parte do território brasileiro, que implicou o uso extensivo do possessivo *seu* (e suas formas flexionadas: *sua*, *seus*, *suas*) com referência à segunda pessoa do discurso.

Como consequência, há o surgimento do sintagma preposicionado (SP) *dele* (e suas formas flexionadas: *dela*, *deles*, *delas*), que surge para eliminar qualquer ambiguidade que possa aparecer em relação à posse da terceira pessoa do discurso.

Outro fator foi a gramaticalização da expressão nominal *da gente*, que atinge a expressão de posse e compete com o pronome canônico *nosso* (e suas flexões: *nossa*, *nostros*, *nostras*), sendo aquela expressão não flexionável quanto ao número e ao gênero.

É importante descrever o sistema de posse nas comunidades rurais porque, há outros processos de variação, além dos referidos acima, que estão relacionados mais diretamente com as situações de contato entre línguas, e tais processos são mais notáveis por conta da formação histórica da comunidade.

Lucchesi (2009) assim argumenta:

Desse modo, expressões como *é de eu* (em vez de *é meu*) e *terra de nós* (em vez de *nossa terra*), que ainda podem ser encontradas nas variedades rurais mais recônditas do português brasileiro, podem ser vistas como vestígios de processos de alterações mais amplos que teriam caracterizado as antigas variedades linguísticas que se formaram na socialização e nativização de um modelo defectivo de língua portuguesa adquirida precariamente como segunda língua por uma ampla massa de escravos africanos e indígenas aculturados, no interior do país, no período da Colônia e do Império. (LUCCHESI, 2009, p. 508).

Como já foi comentado, Lucchesi (2009) analisou a fala de quatro comunidades rurais isoladas de diferentes regiões do estado da Bahia: Helvécia, no extremo sul; Barra-Bananal, na Chapada Diamantina; Cinzento, no sudoeste, próximo ao município de Vitória da Conquista; e Sapé, no Recôncavo Baiano, próximo à cidade de Valença.

Na comunidade Kalunga, a forma analítica *de+pronome* é também uma forma de expressar posse, conforme atesta Mattos (2019):

(60) A valência **de nós** aqui é aquele Jonas (MATTOS, 2019).

De acordo com Mattos (2019):

Embora a forma analítica seja encontrada em Kalunga para indicar posse na primeira pessoa do singular, o pronome possessivo é muito mais comum. Na primeira pessoa do plural, no entanto, não há ocorrências de pronomes possessivos para indicar posse em meu *corpus*, apenas a forma analítica. (MATTOS, 2019, p. 104).

Apesar de as formas analíticas *de mim*, *de eu*, *de nós* não serem admitidas no português brasileiro urbano culto, foram encontradas ocorrências nas comunidades analisadas por Lucchesi (2009), assim como nas comunidades Kalunga. Ainda que tenham sido encontradas apenas três ocorrências nas comunidades pesquisadas pelo autor, são registros importantes para conhecer o passado do contato de línguas. São os seguintes usos:

- (61) Num aumentô, a menina aumentô, ela tá do tamaim de eu. (SP-05)
- (62) No caso de eu, todo dia eu saio pra trabaiaá, plantá mandioca, colhê guaraná. (SP-06)
- (63) Mas no caso de eu, dá pra encher o pé, por que a gente sobe lá pra cima. (SP-06)

Lucchesi (2009) assim resume:

a presença residual das expressões *de eu* e *de nós* na fala das comunidades rurais afro-brasileiras remete para um estágio de formação dessas comunidades em que, em função do tipo de variação e mudança que ocorre nos processos de transmissão linguística irregular desencadeados pelo contato maciço entre línguas, predominaram as formas analíticas em detrimento das formas sintéticas com flexão de caso. (LUCCHESI, 2009, p. 511).

Nas comunidades pesquisadas por Lucchesi (2009), foram encontradas as seguintes formas de expressar posse: nós~da gente~nosso. Isso significa que formas analíticas e sintéticas se alternam para expressar posse na gramática das comunidades rurais afro-brasileiras ditas isoladas.

### 3.2.7 Concordância de gênero

A categoria gramatical de gênero apresenta-se de forma bastante diferenciada nas línguas naturais, quer em seus aspectos semânticos, quer em sua configuração morfológica. Em algumas línguas, constitui apenas um marcador gramatical, sem qualquer implicação no plano do significado, como lembra Lucchesi (2009).

Na formação das línguas românicas, verifica-se a passagem de um sistema tripartido, encontrado no chamado latim clássico, para um sistema fundado na oposição entre o masculino e o feminino, com o desaparecimento do neutro. Esse cenário define as linhas gerais do gênero em português, tanto para seres inanimados como para animados. Para o autor, a falta de concordância de gênero é um fato raro no português, encontrado, em números drasticamente reduzidos, nas comunidades que carregam um passado de descendência mais próxima com aqueles que sofreram as mazelas da colonização.

De acordo com Lucchesi (2009), quando o gênero não se encontra interligado ao conteúdo semântico carregado pelo vocábulo, pode-se pensar que é um reflexo das situações existentes, no decorrer da história da língua, em que houve constantes mudanças concernentes à expressão do gênero.

Para Lucchesi (2009, p. 305):

a variação na concordância de gênero não é comum entre as variedades rurais do português. Só se registra um nível significativo de variação na concordância de gênero em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história.

A variação na concordância de gênero não permite estabelecer um padrão comum e foi relatada em alguns falares: aquelas de comunidades rurais isoladas, como as analisadas por Lucchesi (2009, p. 305), como também no português falado em Cuiabá, no estado de Mato Grosso (DETTONI, 2003)<sup>48</sup> e a variação pode se dar tanto em elementos antepostos quanto nos pospostos. Esse fenômeno também foi relatado anteriormente por Baiocchi para a variedade Kalunga, como cita Lucchesi (2009, p. 305).

Seguem alguns exemplos recentes retirados da fala Kalunga:

(64) Mio **pai** é **fia** da... da Juana. (Araújo, 2022)

(65) Parece que u **juizu** vai ficanu assim **descontrolada**. (Araújo, 2022)

Esse é um fenômeno de interesse por se manifestar com a forma feminino, que seria a forma marcada. Conforme Joaquim Mattoso Câmara Jr. (2004), o gênero é marcado pela desinência de feminino e a marca no masculino é vogal temática. Se fosse o inverso, isto é, o nome feminino associado à vogal temática (masculino), seria possível afirmar que se trata de ausência de marca de gênero ou um uso inovador da marcação “neutra”.

Com base nessas comparações, é possível elaborar um apanhado sobre as características da gramática Kalunga e discutir o seu lugar no mapa das variedades do português: se está dentro do chamado português afro-brasileiro ou se faz parte dos falares rurais goianos; em que medida se assemelha ao português urbano; e, ainda, se compartilha características com a variedade afro-indígena, pesquisada por Campos (2014). A hipótese deste estudo é que a variedade Kalunga não é mais conservadora que outras variedades do português brasileiro e que há semelhanças entre o falar rural e o urbano, como também atestou Rezende-Santos (2008).

Nesses termos, os resultados das análises empreendidas com a comparação conduziram à hipótese fundamental de que a fala Kalunga apresenta convergências e divergências em relação a outros falares rurais e ao não-padrão urbano. Assim, é possível argumentar que a

---

<sup>48</sup> Outras pesquisas que registraram a variação da concordância de gênero em prováveis comunidades brasileiras remanescentes de quilombo: Baxter e Lucchesi (1997); Careno (1991); Ferreira (1994); Petter (1999).

comunidade Kalunga, ainda que tenha permanecido isolada, não pode ser considerada uma variedade conservadora, “congelada” e nem um que documento vivo da criouliização (ALKMIM, 2028).

Faz-se necessário, portanto, relativizar esse isolamento geográfico e linguístico e assumir que, pelo menos no que se refere aos aspectos linguísticos analisados, a fala Kalunga guarda traços semelhantes aos de outras variedades do PB e que não são consideradas isoladas geograficamente.

## CAPÍTULO 4

### O USO INOVADOR DOS LOCATIVOS AQUI E AÍ NA GRAMÁTICA KALUNGA: ANÁLISE DOS DADOS

*Disse que era quilombola. Escutou que ninguém nunca havia falado sobre quilombo naquela região. “Mas a nossa história de sofrimento e luta diz que nós somos quilombolas”, respondeu, tranquila, diante do escrivão e do delegado.*

Trecho do livro *Torto Arado*, de Itamar Vieira Jr.

Foto 7 — Festa de Nossa Senhora D'Abadia em Vão de Almas.



Fonte: Fábio Tito/G1

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar as propriedades sintáticas e semânticas de um tipo específico de construção em que a posição pré-verbal da oração é ocupada por um locativo, que exhibe propriedades inovadoras por recuperar informações de pessoa do discurso, tais como as sentenças encontradas na fala Kalunga: *Aí caminhava* (com interpretação equivalente a “naquela época a gente caminhava”) e *Aí inventa coisa* (com interpretação equivalente a “essa menina aí inventa coisa”). A inovação desse tipo de oração, portanto, consiste no fato de a referência do pronome locativo ser a pessoa do discurso, e não uma noção de local ou tempo. Considerando as diversas questões em aberto sobre esse tipo de construção sintática, este capítulo as analisa sob três aspectos: 4.1 contexto de ocorrência dessas orações no recorte da fala Kalunga e em outros ambientes, tais como internet e músicas; 4.2 comportamento de tais orações frente a testes sintáticos; 4.3 percepções de falantes brasileiros e portugueses sobre a ocorrência de frases com locativo sujeito definido e referencial.

#### **4.1 *Aqui e aí* na fala Kalunga e nas redes sociais brasileiras**

Nesta seção, apresentaremos alguns dados<sup>49</sup> — retirados de entrevistas com os moradores da comunidade Kalunga do Vão de Almas realizadas pela autora da presente tese — e descreveremos o contexto discursivo no qual foram coletados. O objetivo desta seção é argumentar a favor da hipótese de que a referência do pronome locativo em posição pré-verbal está ligada às pessoas do discurso presentes no contexto.

As construções que exibem esse fenômeno foram encontradas na fala de moradores da comunidade Kalunga, mas, como será demonstrado nesta seção e na seção 4.3 deste capítulo, são bem aceitas por falantes de outras variedades do PB.

O interesse por tais construções nesta tese se dá por vários motivos: 1) trata-se de construções inovadoras do português brasileiro e parece ainda não haver estudos sobre o tema na literatura; 2) são sentenças encontradas na fala Kalunga e presentes na variedade linguística da região Centro-Oeste e nas demais regiões do Brasil e a aceitação de tais construções foi testada no Brasil e em Portugal; 3) por fim, dada a originalidade do estudo sobre essas estruturas, é importante que se investiguem as propriedades sintáticas e semânticas subjacentes a tais elaborações inovadoras, principalmente por serem atestadas na gramática Kalunga, o que oferece pistas para descrever essa variedade e seu processo de formação, bem como refutar a hipótese do seu total isolamento geográfico e linguístico.

---

<sup>49</sup> Cada capítulo desta tese apresenta numeração independente dos dados a serem analisados.



Os dados que ilustram esse fenômeno são os seguintes:

- (1) Aí inventa coisa<sup>50</sup>. (VA-1)<sup>51</sup>
- (2) Aqui é esperta! (VA-1)

A sentença (1) foi proferida num contexto em que o falante, na entrevista, referia-se a uma terceira pessoa, sua neta, e teve como objetivo enfatizar as características dela, como se dissesse: *Minha neta é muito arteira, criativa, inventiva, está sempre brincando*. Já em (2), o falante referia a si próprio, reforçando e enaltecendo uma qualidade sua.

Pilati e Naves (2018) discutem o licenciamento dos locativos *aqui/ali/lá* — pode ser acrescentado o *aí* —, denominados pelas autoras pronomes/advérbios pronominais locativos, quando ocorrem em posição pré-verbal no PB, em construções com ordem verbo-sujeito (VS) consideradas como inversão locativa (*Aqui/ali/lá dorme a Maria*) e em construções com interpretação arbitrária do sujeito (*Aqui/ali/lá faz conserto de roupa*) e consideram a hipótese de que tais locativos vêm se gramaticalizando e se comportam “como quase-expletivo, ocupando a posição de especificador de TP (SpecTP) em PB, fato que está associado à reestrutura do sistema de concordância nessa língua” (PILATI; NAVES, 2018, p. 195).

As pesquisadoras ainda observam que o PB também licencia sujeitos nulos cuja interpretação tem sido descrita na literatura como indefinida/genérica, a exemplo das sentenças: *Vende frutas* e *Aqui faz conserto de roupas*. Essas discussões, bem como as apresentadas em Pilati, Naves e Salles (2017a), são importantes para esta investigação e ponto de partida para a análise dos locativos encontrados nos dados desta tese, portanto serão retomadas posteriormente para embasar a proposta de análise.

O locativo da sentença *Aqui faz conserto de roupas* ocupa a posição de SpecTP, mas conserva traços semânticos de locativo, sendo interpretado como indefinido e genérico, e indica uma tendência do PB, a saber: a) preenchimento da posição pré-verbal por elementos locativos; b) enrijecimento da ordem SVO; e c) ocorrência de sujeitos inovadores, não canônicos, preenchendo a posição de sujeito na sentença.

Para além desses fenômenos, na análise dos dados com locativos na posição do sujeito, foco de estudo principal desta tese, foi observado que os sujeitos considerados inovadores, os

<sup>50</sup> Dados recolhidos pela autora da tese. Quando os dados utilizados nesta tese tiverem sido retirados de outros estudos, sua fonte será indicada abaixo do conjunto das sentenças.

<sup>51</sup> “(VA-1)” significa que a entrevista foi realizada pela autora da tese. “VA” representa a comunidade Kalunga de Vão de Almas, e o número logo após identifica o/a entrevistado/a, como forma de garantir o anonimato dos participantes, como sugerido pelo Comitê de Ética.

locativos à esquerda dos verbos, apresentaram um novo traço, (+ humano), e, por conta disso, surgiu a hipótese de que tais locativos, como nas sentenças (1) e (2) acima, recebem interpretação definida e referencial, que sinaliza uma mudança no quadro pronominal semelhante ao ocorrido com o sintagma nominal *a gente*, que se transformou em um pronome pessoal.

Vale ressaltar que as propriedades formais inovadoras associadas aos locativos *aqui* e *aí* implicam que tais elementos satisfazem a estrutura argumental dos predicados envolvidos. Nesse aspecto, o traço é interpretável, o que o distingue dos expletivos, por exemplo, que podem ter traço não interpretável de pessoa.

Assim, dentro do contexto, os locativos *aí* e *aqui* em (1) e (2) atuam como um DP<sup>52</sup> e exercem a função sintática de sujeito, sendo retomados pelo pronome *ela* e *eu*, comportando-se, assim, como sujeitos prototípicos em posição pré-verbal e reforçando a tendência do PB como uma língua de sujeito nulo parcial, tópico que será explorado no próximo Capítulo.

Os dados abaixo também evidenciam a mudança de valor dos locativos e o seu esvaziamento semântico, ao passar do significado de lugar e assumir o traço (+pessoa), (+definido) e ocupar a posição de pronome.

- (3) Ixi, caminhava demais... **aí caminhava!** Tinha qui saí daqui du vão di alma a pé pra i pegá carru lá nu... passá nu funi, numa serrona, ia pegá carru lá nu asfalto já. Era longi, era longi... **aí caminhava bunitu.** (ARAÚJO, 2022)
- (4) depois **esses** que tava lá saía girando aqui nessa rua até o dia amanhecê, comu se fosse uma fulia. **Aí dançava! Eles** andava a noite inteira aqui de barraca em barraca” (VA-1)

Em (3), o enunciador narra ser preciso os moradores caminharem muito para chegar a determinado local. Ao enfatizar essa necessidade, ele usa o locativo *aí* como uma alternativa ao *A gente caminhava muito*, *A gente caminhava bunitu*. Em (4), o locativo *aí* refere-se aos dançarinos e, na segunda sentença, aparece o pronome manifesto com interpretação referencial, *eles*, o que confirma que há uma alternativa ao *Eles dançavam*. Os verbos encontrados nos dados que favorecem essas construções foram os transitivos, o inergativo<sup>53</sup> e a cópula.

<sup>52</sup> *Determiner Phrase*. Em português, “sintagma determinante”.

<sup>53</sup> No quadro da teoria gerativa, aqueles que a Gramática Tradicional nomeia como verbos intransitivos são denominados monoargumentais e recategorizados em duas subclasses: os inergativos, que selecionam apenas argumento externo, como, por exemplo, os verbos “falar”, “viajar”, “dançar”; e os inacusativos, que possuem apenas argumento interno, como “chegar”, “crescer”, “sair”. Essa diferença é importante porque está ligada à localização em que o argumento é gerado no esquema arbóreo.

É interessante notar que, sem os locativos na posição pré-verbal, as sentenças deixam de ser tão naturais no PB. Isso porque, caso sejam omitidos, há alteração no conteúdo da proposição e confirmam a nossa análise em relação ao morfema flexional de 3ª pessoa de singular no verbo, que seria desprovido de traço referencial de pessoa.

- (1a) \*\_\_ inventa coisa.  
 (2b) \*\_\_ é esperta.  
 (3c) \*\_\_ caminhava.  
 (4d) \*\_\_ dançava.

Em suma, conforme apontado nas construções analisadas acima, os locativos *aí* e *aqui* estão exibindo um traço de pessoa do discurso e assumindo o papel de pronome referencial/definido.

Após detectar dados com pronomes locativos com interpretação de pessoa do discurso na fala Kalunga, pesquisou-se se esse fenômeno também estaria ocorrendo em outras variedades do PB ou se seriam estruturas exclusivas da variedade Kalunga, tendo sido atestado que sentenças com pronomes locativos com interpretação referencial estão presentes em diversos registros do PB coloquial, como mostram os exemplos analisados a seguir — retirados de um *corpus* formado a partir de fontes diversas, tais como redes sociais, músicas, conversas informais e intuição.

Antes da apresentação dos dados coletados e dos contextos em que ocorrem, para que se percebam, de forma geral, os tipos de construções encontradas, é possível afirmar que os exemplos retirados das redes sociais podem ser organizados e classificados em três grupos principais de verbos que favorecem os locativos na posição de sujeito: i) verbos transitivos; ii) verbos existenciais; e iii) cópula.

Quadro 7 — Tipos de verbos

<b>Verbo transitivo</b>	<b>Verbo existencial</b>	<b>Cópula</b>
Aí sabe fazer vagabundo sofrer.	Aqui tem história, viu?	Aqui é Flamengo!
Aí sabe me fazer beber.	Aqui tem borogodó!	Aqui é Bahia, pai!
Aí sabe me iludir bonito.	Aí tem talento!	Aqui é Grêmio!
Aí coloca pra latir viu?!		Aqui é Lula!
Aí coloca pra miar!		Aí é amiga!
Aí sabe me fazer ranço!		
Aqui faz farofa!		
Aqui vende!		

Fonte: elaboração própria.

A seguir, será apresentado esse conjunto de dados com os locativos *aí* e *aqui* em posição canônica de sujeito.

- (5) *Aí* sabe fazer vagabundo sofrer.
- (6) *Aí* sabe me fazer beber.
- (7) *Aí* sabe me iludir bonito.

Os exemplos (5), (6) e (7) fazem parte da canção “Localiza *Aí* BB”<sup>54</sup> e, segundo o contexto, há referência a uma pessoa do discurso que provoca no outro sensações e sentimentos que o levam a ser iludido pela namorada ou ex-namorada, fazendo-o sofrer e beber. Trata-se de um locativo ocupando a posição de sujeito e exercendo a função deste, em substituição ao pronome *ela* — o que pode ser denominado como um pronome locativo. Sendo assim, *aí* não sustenta o valor dêitico e ocupa uma posição mais alta na hierarquia sintática, no domínio do CP, que liga a sentença ao discurso e é fundamental para dar ênfase à construção — ao contrário do que ocorre no título da canção, no qual *aí* é plenamente dêitico locativo.

Além dessa canção, os outros dados, apresentados a seguir, provêm de fontes diversas, tais como entrevistas, internet, intuição e conversas informais.

- (8) *Aí* coloca pra latir viu?!
- (9) *Aí* coloca pra miar!
- (10) *Aí* sabe me fazer ranço!
- (11) *Aqui* faz farofa!
- (12) *Aqui* vende!

As sentenças (8) e (9) também fazem alusão a uma terceira pessoa do discurso e tiveram como mote a canção referida acima. Foram usadas como legendas de uma foto no Twitter, de modo a indicar que as pessoas do discurso, ele ou ela, substituídas por *aí*, provocavam no(a) outro(a) um encantamento capaz de fazê-lo(a) miar e latir, ações que sugerem um estado

---

<sup>54</sup> Os compositores da canção são Rafael Quadros, Vine Miranda, Vitor Ferrari e Waléria Leão. Segue a letra da canção: “Pelo menos troca essa foto de perfil/Esse seu corpo bronzeado/Essa marquinha de fio/Só de pensar que esse fiozinho/Outro arranca com o dente, eu fico doente/Ver você feliz sem eu tá fritando a minha mente/Você fica *aí* beijando uns carinhas/Nada a ver e eu pensando em você/Fico grilado quando cê posta foto no bar lotado/E escreve localiza *aí* bebê/*Aí* sabe me fazer beber/*Aí* sabe fazer vagabundo sofrer/*Aí* sabe iludir bonito/É nós só apaixonada em mulher desse tipo”.

alterado. Igualmente, as frases (10), (11) e (12) seguem a mesma configuração sintática e semântica de (8) e (9).

- (13) Aqui tem história, viu?
- (14) Aqui tem borogodó!
- (15) Aí tem talento!

A sentença (13) foi retirada de uma postagem em uma rede social, na qual um grupo de amigas faz pose para uma foto, e a legenda e a foto querem reforçar a imagem de uma amizade longa e cheia de histórias. O locativo *aqui* pode ser uma alternativa a *nós* e exerce a função de argumento externo do predicado, compondo a estrutura sintática S (locativo) + V + O. Outros exemplos com verbos existenciais, como (14) e (15), também ocorrem em contextos específicos, em que se enfatiza uma característica fundamental, e os locativos *aqui* e *aí* comportam-se como um constituinte nominal.

Foto 8 — Exemplos com os locativos Aqui e Aí.



The image contains three screenshots from social media:

- Left screenshot (Instagram post):** Shows a group of five women posing for a photo. The caption reads "Aqui tem história, viu?". The post is from June 9, 2019, and has been liked by 72 people. The caption also says "Aí é amiga! Amo muito! #artistas #amigas".
- Middle screenshot (Instagram post):** Shows two women standing together. The caption reads "Aí é amiga! Amo muito! #artistas #amigas". The post is from June 9, 2019, and has been liked by 72 people.
- Right screenshot (Facebook comments):** Shows a video of a man singing. The comments section is visible, with two comments: "Boa quarta Las Chiquitos!!!!" and "Aí tem talento!!!!".

Fonte: retiradas do Instagram e Twitter.

Foto 9 — Exemplos com os locativos Aqui e Aí



11 Publicações 0 Seguidores 0 Seguindo

Dicionário Baianês Oficial  
Aqui é Bahia, pai!  
Por [redacted]  
Ver tradução

---

[redacted] @ [redacted] · 6d

Sonhei que eu tava **grávida e** ganhava um irmão que eu cuidava como filho, gente tô sonhando direto com isso.  
Eu vou logo fazer laqueadura, **aqui** não! **Aqui** não

3 1 192 25,1K

---

[redacted] @ [redacted] ... · 37min

Realmente foi vacilo meu não notar que estava **grávida**, pq eu fico muito mais bonita **grávida**, **E ESSAS ÚLTIMAS SEMANAS EU TÔ BONITA PRA CARALHO**

kkkkkkkk humildade passou longe **aqui**

1 4

---

[redacted] · 12/02/2023

Essa **aqui** sabe fazer um show



102k visualizações · De Joe...

1 25 878

---



**AQUI É GREMIO**

Fonte: retiradas do Instagram e twitter.

- (16) a. Aqui é Flamengo!  
b. Aqui é Bahia, pai!  
c. Aqui é Grêmio!  
d. Aqui é Lula!  
e. Aí é amiga!

Vejamos alguns exemplos de sujeitos locativos com interpretação de pessoa do discurso (definida e referencial) usados com cópula, como em (16 a-e). Em (16a), sentença enunciada por um falante para enfatizar a ideia de ele não ser um flamenguista qualquer, mas um torcedor exageradamente adepto do clube, a qual poderia ser substituída, possivelmente, por *Eu sou Flamengo*, já que o torcedor está falando de si.

Essas construções têm sido relativamente comuns nas redes sociais e são ditas com muita ênfase para demarcar preferências e deixar categóricas as convicções e ideologias da pessoa que as profere. Exemplos dessa análise são também as estruturas de (17), (18) e (19), em que os locativos *aqui* e *aí* podem ser analisados como um pronome definido, de leitura

definida, em substituição ao pronome *eu* — trata-se, então, do que está sendo apontado nesta tese como pronome locativo. Em (20), o pronome locativo *aí* se refere à terceira pessoa do discurso.

Do ponto de vista sintático, *aqui* e *aí* locativos, sendo preservada a dêixis, quando adquirem o traço (+ pessoa), diferenciam-se no que diz respeito às posições/funções que ocupam na hierarquia sintática. No entanto, em relação aos aspectos semânticos, os dois tipos de locativos assemelham-se e precisam de um contexto para serem interpretados de forma adequada.

Na próxima seção, serão analisadas com mais detalhes as configurações sintáticas das sentenças com verbos transitivos e serão aplicados testes para comprovar o comportamento de sujeito dos pronomes locativos em análise.

Contudo, antes de avançar aos testes, vale notar que, pelo menos no que se refere aos aspectos sintáticos analisados neste capítulo, a variedade Kalunga não apresenta uma sintaxe destoante do que se tem classificado como português brasileiro em sua variedade coloquial. No campo das propriedades dos sujeitos, por exemplo, aquela variedade linguística segue as tendências típicas das “inovações” exibidas pelo PB.

#### **4.2 Testes sintáticos com construções com locativo em referência às pessoas do discurso**

Como apresentado na seção anterior, as sentenças analisadas ocorrem com três tipos principais de verbos:

- A) Ocorrem com verbos que selecionam dois argumentos: verbos transitivos, cópulas e verbos existenciais (verbo *ter*). Apesar de não serem dados atestados no *corpus*, parece ser possível que tais sentenças ocorram com inacusativos também.
- B) São construções usadas no presente e no imperfeito do indicativo.
- C) O pronome locativo ocorre sempre em posição pré-verbal, sendo agramaticais sentenças com o mesmo sentido e locativos pós-verbais

(17) a. *Aí* viaja direto.

a'. \* viaja direto *aí*.

(18) a. *Aí* dorme!

b. \* dorme *aí*.

D) O pronome não pode ser nulo.

(19) a. *Aí* viaja direto. (Ela viaja direto)

b. \* *viaja* direto. (Ela viaja direto)

(20) a. *Aí* dorme. (Ela dorme muito)

b. \* *dorme*. (Ela dorme muito)

Outros testes interessantes a serem aplicados para verificar a hipótese de os pronomes locativos se comportarem como sujeitos da oração são o de controle da correferencialidade com sujeitos nulos em oração encaixada e o de alçamento do locativo a partir de encaixada selecionada pelo verbo *parecer*. Apresentamos, então, os testes abaixo, adaptados de Pilati (2006), com algumas construções em que o pronome locativo está à esquerda do verbo.

i) Possibilidade de o pronome locativo controlar o elemento nulo da oração encaixada:

(21) a. *Aí*<sub>i</sub> sabe me fazer beber porque <sup>55</sup>*e*<sub>i</sub> quer.

b. \**Aí*<sub>i</sub> sabe me fazer beber porque *e*<sub>i</sub> é mais quente.

(22) a. *Aí*<sub>i</sub> sabe me fazer sofrer porque *e*<sub>i</sub> gosta.

Em (21), na oração com infinitivo há correferência entre *PRO*<sup>56</sup> e seu antecedente, o pronome locativo *aí*, e no teste fica premente a relação de controle, sempre obrigatória, exercida por ele. Por serem termos correferentes, *aí* e *Pro* são indexados com o mesmo símbolo, o “i” subscrito, que denota a relação entre esses dois elementos.

Assim, uma indicação de que o pronome locativo *aí* está na posição de sujeito é que ele pode controlar um sujeito nulo em orações encaixadas, da mesma forma que um sintagma nominal (DP) pode fazer na posição de sujeito, já que o referido sujeito nulo não apresenta referência distinta do sujeito da oração matriz.

<sup>55</sup> Nos dados, o sujeito nulo é representado pelo *e* (categoria vazia).

<sup>56</sup> *PRO* é uma categoria vazia e o argumento externo de “quer” e será sempre sujeito de orações infinitas não flexionadas.



ii) Possibilidade de alçamento do locativo a partir de encaixada selecionada por “parecer”<sup>57</sup>:

(23) a. Aí parece que caminhava muito.

b. Parece que aí caminhava muito.

(24) a. Aí parece que inventa coisa.

b. Parece que aí inventa coisa.

(25) a. Aí parece que sabe das coisas.

b. Parece que aí sabe das coisas.

Evidência de que o locativo *aí*, nas sentenças (23), (24) e (25), encontra-se na posição de sujeito, em SpecTP, é que ele pode sofrer alçamento semelhante ao que ocorre com o expletivo *there*, em inglês, conforme descrito por Chomsky (1995).

A expressão “alçamento do locativo” refere-se à possibilidade de mover o locativo de sua posição original para uma posição mais alta na estrutura da frase, ou seja, envolve o movimento sintático do locativo de uma posição interna, como uma oração encaixada, para uma posição mais alta na estrutura da frase. Esse movimento é determinado pela seleção do verbo “parecer”.

Em (23), temos a expressão *aí* como o locativo que pode sofrer alçamento. A oração encaixada é “que caminhava muito”, e o verbo “parecer” seleciona essa oração encaixada, o que indica que ela desempenha um papel crucial na interpretação do verbo principal.

Portanto, os testes acima indicam que há a possibilidade de mover o locativo de uma oração encaixada selecionada por “parecer” para uma posição mais alta na estrutura da sentença, para se associar semanticamente ao verbo “parecer”, de modo a evidenciar que *aí* está na posição e função de sujeito.

Nas frases analisadas, os pronomes locativos *aqui* e *aí* perdem suas cargas semânticas de lugar e adquirem novos traços. No entanto, como os testes revelaram, os pronomes locativos podem controlar sujeitos nulos em orações encaixadas, tais como outros elementos que ocupam a posição de Spec-TP, diferentemente dos expletivos<sup>58</sup>, que são vazios.

<sup>57</sup> Teste inspirado em Levin e Rappaport (1995, p. 262), ex. 83 e 85.

<sup>58</sup> Retomaremos essa discussão no capítulo seguinte.

Assim, ao analisarmos o comportamento das sentenças acima, podemos concluir que o locativo "aí" está ocupando uma posição típica de sujeito no PB, ou argumento externo, e é interpretado como um especificador de TP (SpecTP), satisfazendo EPP.

Dado o caráter inovador dos dados apresentados, na próxima seção avaliaremos a percepção dos falantes do Pb e do PE acerca desses tipos de sujeitos locativos referenciais nas sentenças.

### 4.3 Percepção de falantes brasileiros e portugueses sobre sujeito locativo referencial

Nesta seção, serão apresentados os resultados de um questionário *on-line*<sup>59</sup>, cuja intenção foi, finalmente, avaliar como brasileiros e portugueses percebem sentenças com sujeito locativo referencial.

O objetivo geral do questionário foi verificar:

- a) A aceitabilidade desse tipo de oração estaria restrita à região Centro-Oeste do país ou ele seria amplamente aceito no território nacional?
- b) Como seria o julgamento de gramaticalidade dessas orações sob a perspectiva de falantes do português europeu?

A fim de responder a esses dois questionamentos, o questionário foi formulado com perguntas, de maneira que os entrevistados teriam de responder qual a interpretação dada às questões apresentadas e qual o nível de aceitabilidade das sentenças em análise.

Os materiais utilizados neste estudo foram elaborados com a ferramenta Google Forms, em um questionário composto de 8 perguntas. Cada participante foi solicitado a informar idade, gênero, nacionalidade, cidade e estado.

As sentenças apresentadas estão dispostas a seguir:

- A) Aí é amiga!
- B) Aqui tem história, viu?
- C) Tem pão?
- D) Aí sabe fazer vagabundo sofrer.

---

<sup>59</sup> Agradecemos aos pesquisadores José Ferrari e Maria do Carmo Lourenço Gomes pelas sugestões para o questionário. Após sua contribuição, assumimos integralmente a responsabilidade pelos erros que tenham persistido.

As sentenças A, B e C estavam acompanhadas de uma imagem e foram retiradas do Instagram; a sentença D faz parte de uma canção sertaneja, descrita na seção 4.1.

Solicitou-se que o falante analisasse a imagem e a sentença para responder qual a sua interpretação e a aceitabilidade para cada uma. Responderam ao questionário 119 informantes: 43 respostas de falantes portugueses; e 75 respostas de falantes brasileiros; e 1 falante não identificou a nacionalidade. Em relação aos procedimentos da pesquisa, o estudo foi disponibilizado pelas redes sociais e compartilhado por professores brasileiros e portugueses.

### 4.3.1 Resultados

Para realizar as análises e produzir os gráficos, cada sentença será apresentada em um bloco contendo duas perguntas. Na primeira, foram apresentados um contexto e uma imagem, para, em seguida, o falante responder qual era a interpretação que ele dava à sentença, entre cinco opções de respostas disponibilizadas. Na segunda, perguntava-se o nível de aceitabilidade da referida sentença em uma escala de 1 a 5. Assim, foi possível observar os significados e a agramaticalidade de cada uma das sentenças e compreender como os falantes do PB e do PE se relacionam com elas.

A seguir, serão apresentados os resultados desse questionário e algumas reflexões com base nas estatísticas<sup>60</sup> produzidas, tendo em vista as respostas dos falantes do PB e do PE. Vale dizer que esse questionário tinha o objetivo tão somente de analisar a percepção dos falantes dos dois países, portanto não tinha caráter de experimento. Além disso, não houve a intenção de analisá-lo de forma exaustiva em suas inúmeras possibilidades, considerando características sociais e demográficas dos falantes. Ainda, para atender os objetivos desta tese, não foi necessária a análise da sentença C, por isso ela não estará presente nos resultados abaixo. Dito isso, segue a análise dos dados.

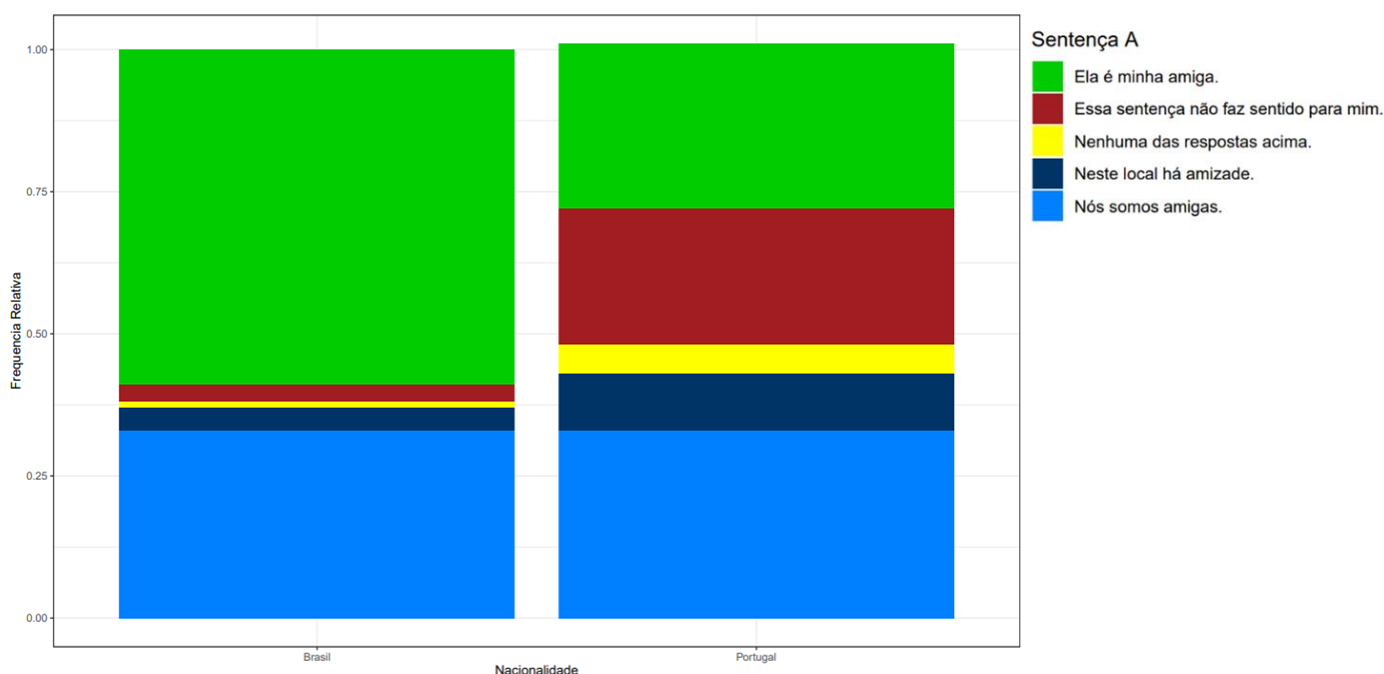
---

<sup>60</sup> Os testes estatísticos foram realizados pelo consultor Matheus Martinez, bem como todos os gráficos e todas as tabelas apresentadas nesta seção — motivo pelo qual a fonte de cada um não será acrescentada a cada elemento individualmente. Foi utilizado o teste qui-quadrado de independência, cujo objetivo é verificar se existe associação entre duas variáveis, sendo mais recomendado para variáveis qualitativas (principalmente nominais). O princípio básico desse método é comparar proporções, ou seja, as possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para certo evento.

### 4.3.1.1 Bloco 1

A primeira pergunta do questionário para a sentença “A” foi: “No contexto em que ocorre, a frase ‘Aí é amiga!’ quer dizer”.

Gráfico 1 — Percepção da sentença A, por nacionalidade



Nesta comparação entre as respostas de brasileiros e portugueses, a observação é que ambos os grupos conseguem compreender o significado das frases apresentadas. No entanto, há uma diferença significativa na interpretação dessas sentenças entre os dois grupos.

Os resultados mostram que os brasileiros tendem a avaliar com mais facilidade o locativo *aí* como um termo que está substituindo um pronome, considerando-o, assim, gramaticalmente aceitável. Por outro lado, os portugueses têm uma taxa substancialmente mais alta de respostas que indicam que “essa sentença não faz sentido para mim”, o que sugere que a construção linguística apresentada pode parecer estranha ou inaceitável em seu padrão linguístico.

Essa diferença de percepção pode ser atribuída a variações na gramática e no uso da língua entre o PB e o PE, como já apontado, o que indica a emergência de sujeitos inovadores no PB.

Já em relação ao teste quiquadrado de independência (tabela 1), os resultados indicaram que há uma diferença significativa nas percepções desses dois grupos, com um valor de p menor que 0,001, o que sugere que essa diferença não ocorreu por acaso, mas sim devido a uma diferença real entre os grupos. A principal discrepância observada nos resultados do teste se deve ao fato de que uma proporção significativa de portugueses escolheu a opção "Essa sentença não faz sentido para mim" como resposta para a sentença proposta, o que não foi observado entre os brasileiros. Em contraste, os brasileiros tendem a responder de forma mais uniforme, com a opção "Ela é minha amiga" sendo a resposta predominante, como mencionado anteriormente.

Essa diferença significativa nas respostas sugere que a sentença testada pode parecer mais natural e compreensível para os brasileiros do que para os portugueses, que apresentam uma taxa mais alta de dificuldade em entender essa sentença.

Tabela 3 — Relação entre a nacionalidade e a percepção da sentença A

<b>Variáveis</b>	<b>Teste</b>	<b>Estatística de teste</b>	<b>P-valor</b>
Nacionalidade	Quiquadrado	42,07	< 0,001
Resposta sentença A			

Após o teste quiquadrado de independência, foi encontrada diferença significativa entre as percepções de brasileiros e portugueses (< 0,001). A principal discrepância ocorre devido à alta proporção de portugueses que selecionaram a opção “Essa sentença não faz sentido para mim”, o que não foi observado entre os brasileiros, para quem a resposta predominante foi “Ela é minha amiga.”

Gráfico 2 — Percepção da sentença A, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade

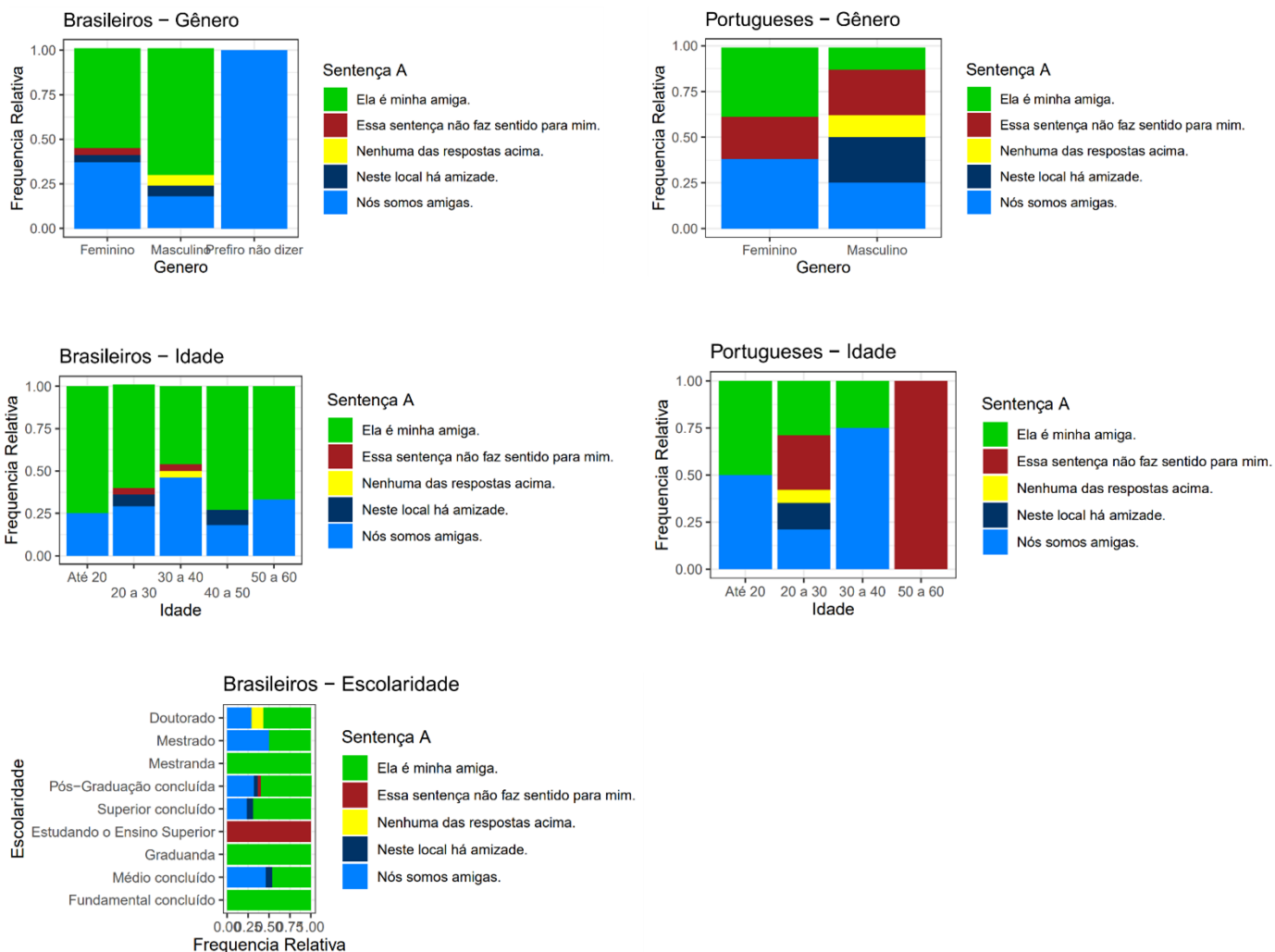


Tabela 4 — Testes qui-quadrado de independência (percepção da sentença A)

Nacionalidade	Variável	Teste	P-valor
Brasil	Gênero	Quiquadrado de independência	0,11
	Idade	Quiquadrado de independência	0,32
Portugal	Gênero	Quiquadrado de independência	0,04
	Idade	Quiquadrado de independência	0,08

Além disso, ao analisar as características sociodemográficas, não foram encontradas diferenças significativas no entendimento da sentença na maioria dos casos. No entanto, ao adotar um nível de significância ( $\alpha$ ) de 5%, pode-se inferir que existe uma diferença significativa entre homens e mulheres em Portugal. Isso se deve ao fato de que homens escolheram uma variedade maior de opções, como “Nenhuma das respostas acima” e “Neste local há amizade”. É interessante observar também que, dos poucos respondentes que selecionaram a opção “Ela é minha amiga”, a grande maioria (75%) é do sexo feminino.

No contexto brasileiro, os homens selecionaram mais a opção “Ela é minha amiga” do que as mulheres. No que diz respeito às faixas etárias apresentadas, não foram identificadas diferenças entre as idades por país.

A segunda pergunta do questionário para a sentença “Aí é amiga!” pedia ao respondente uma avaliação da aceitabilidade da construção em uma escala de 1 a 5.

Gráfico 3 — Avaliação de aceitabilidade da sentença A, por nacionalidade

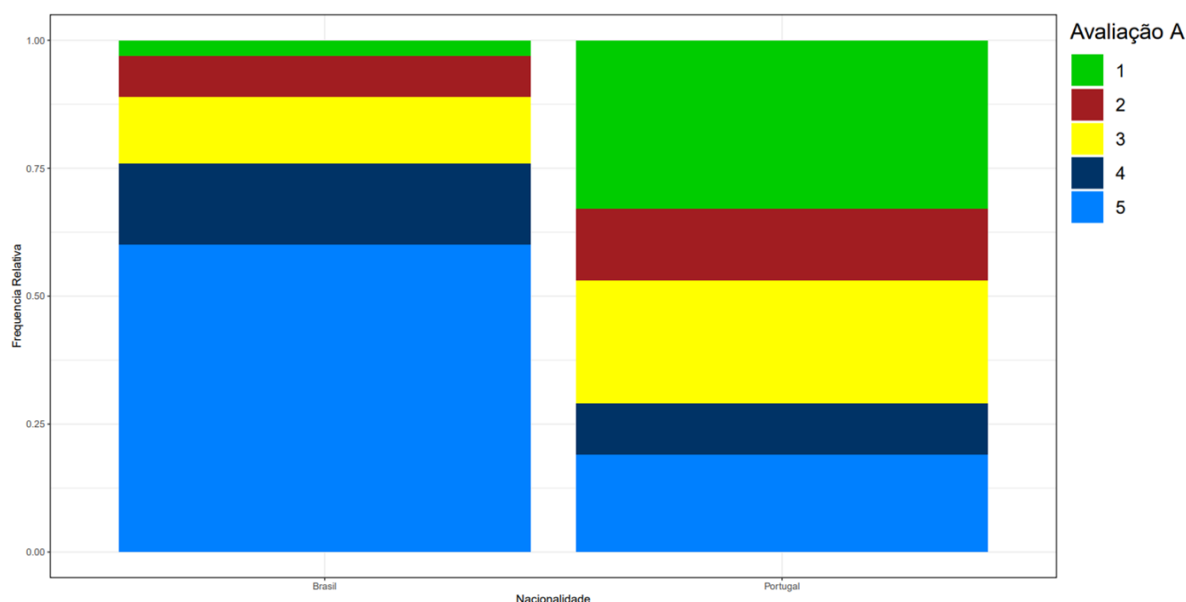


Tabela 5 — Relação entre a nacionalidade e a avaliação da sentença A

Variáveis	Teste	Estatística de teste	P-valor
Nacionalidade	Quiquadrado	28,32	< 0,001
Resposta avaliação A			

Com base nos resultados estatísticos apresentados, nomeadamente o valor do teste (28,32) e o p-valor (<0,001), pode-se inferir que há uma diferença significativa na avaliação

entre portugueses e brasileiros. Essa diferença estatística expressiva ocorre principalmente porque pessoas do Brasil avaliam de maneira mais positiva a primeira sentença apresentada, em comparação aos portugueses.

Nesse contexto, é possível estabelecer uma relação causal: a razão pela qual os portugueses não selecionam a mesma sentença dos brasileiros (“Ela é minha amiga”) é a grande parte dos portugueses não considerar apropriada a utilização do termo “aí”, avaliando-o de forma negativa (71%). Em contrapartida, quase 60% dos brasileiros optaram pela opção 5 na escala, indicando que consideram a expressão “aí” extremamente adequada.

Gráfico 4 — Avaliação de aceitabilidade da sentença A, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade.

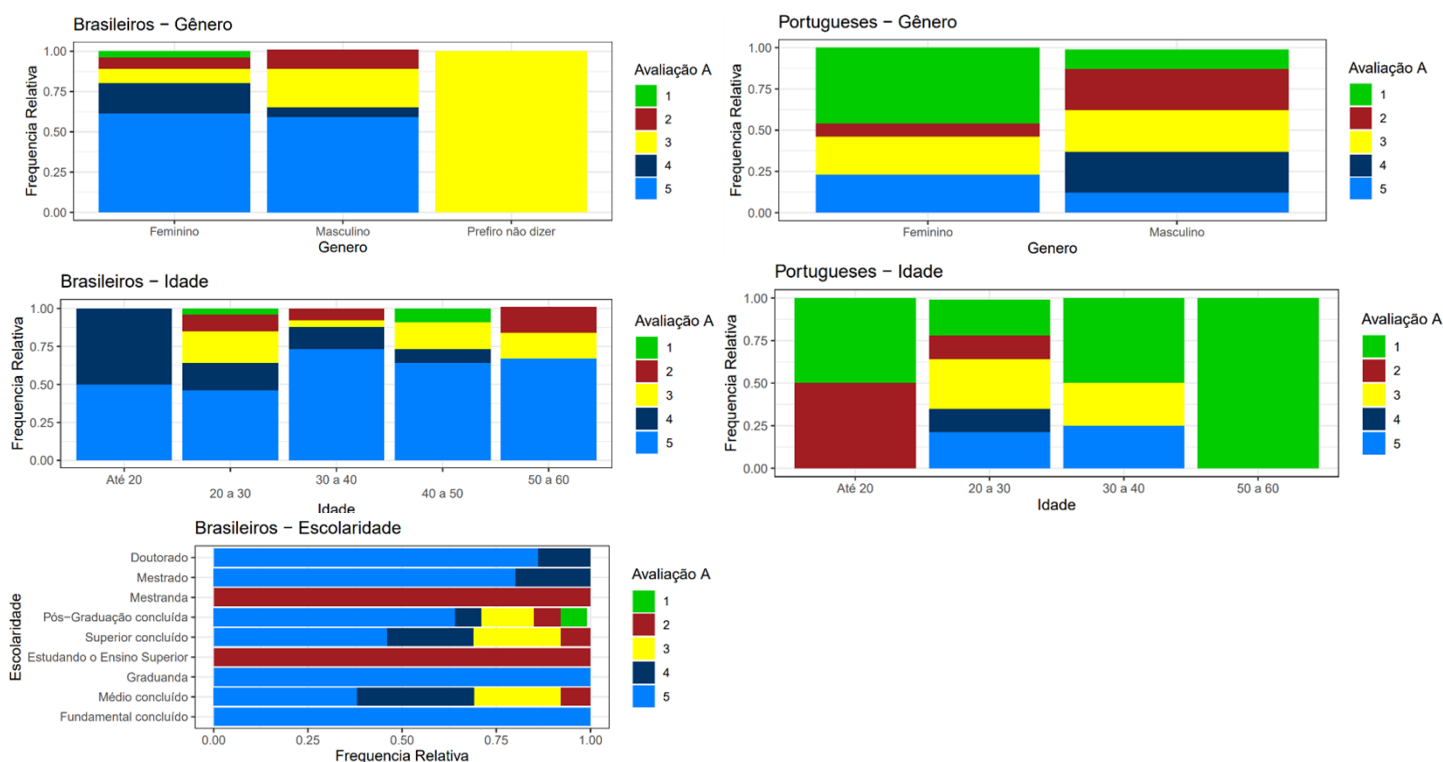


Tabela 6 — Testes qui-quadrado de independência (avaliação da sentença A)

Nacionalidade	Variável 2	Teste	P-valor
Brasil	Gênero	Quiquadrado de independência	0,21
	Idade	Quiquadrado de independência	0,31
Portugal	Gênero	Quiquadrado de independência	< 0,001
	Idade	Quiquadrado de independência	0,06



Com base nos resultados apresentados no Gráfico 4, é possível compreender em maior profundidade as diferenças nas avaliações. O gráfico intitulado “Portugueses – Gênero”, apresentado acima, revela uma significativa discrepância entre as respostas dos participantes do sexo masculino e aquelas dos respondentes do sexo feminino, o que é corroborado pelo teste quiquadrado, com um p-valor inferior a 0,001. Portanto, há uma diferença estatisticamente significativa nas respostas de homens e mulheres que indicaram o país Portugal. Essa diferença, provavelmente, ocorre devido à considerável diversidade nas respostas masculinas, com proporções equilibradas.

#### 4.3.1.2 Bloco 2

A primeira pergunta do questionário para a sentença b foi: “no contexto em que ocorre, a frase ‘Aqui tem história, viu?’ quer dizer”.

Gráfico 5 — Percepção da sentença B, por nacionalidade

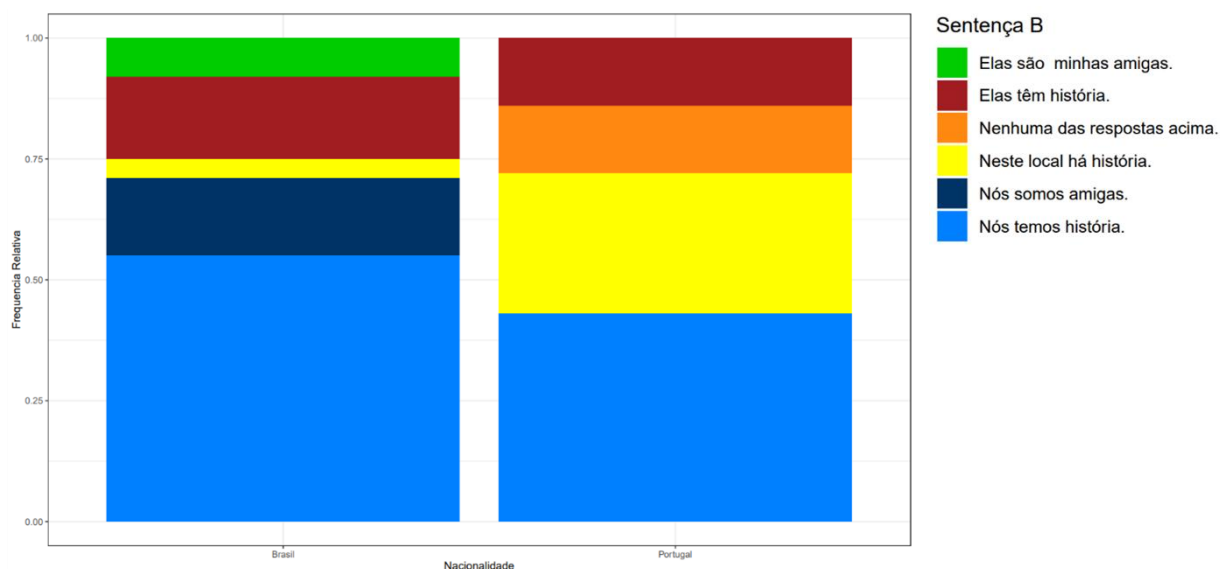


Tabela 7 — Relação entre a nacionalidade e a percepção da sentença B

Variáveis	Teste	Estatística de teste	P-valor
Nacionalidade	Quiquadrado	31,07	< 0,001
Resposta sentença B			

Ao considerar o contexto da frase “Aqui tem história, viu?”, observa-se que a diferença identificada entre brasileiros e portugueses é menos pronunciada, em comparação com a diferença anteriormente mencionada.

Com base nos resultados do teste qui-quadrado, pode-se afirmar que existem diferenças significativas nas percepções entre brasileiros e portugueses ( $p < 0,001$ ). Mais de 50% dos participantes brasileiros selecionaram a opção “Nós temos história”, enquanto em Portugal a distribuição foi mais diversificada, com mais da metade da amostra optando por respostas como “Eles têm história”, “Neste local há história” e “Nenhuma das respostas acima”.

A segunda pergunta do questionário para a sentença “Aqui tem história, viu?” pedia ao respondente uma avaliação da aceitabilidade da construção em uma escala de 1 a 5.

Gráfico 6 — Percepção da sentença B, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade

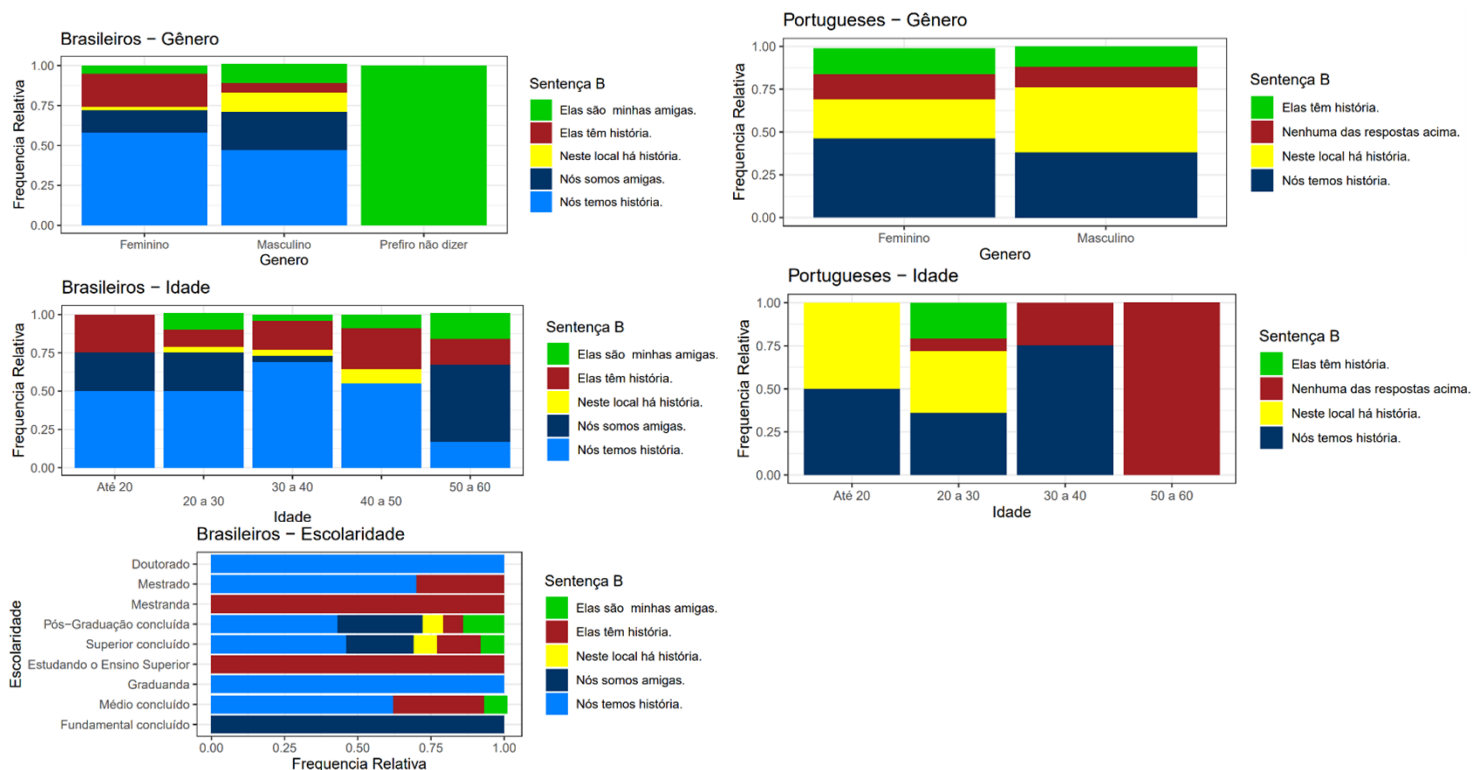


Tabela 8 — Testes quiquadrado de independência (percepção da sentença B)

Nacionalidade	Variável 2	Teste	P-valor
Brasil	Gênero	Quiquadrado de independência	0,11
	Idade	Quiquadrado de independência	0,32
Portugal	Gênero	Quiquadrado de independência	0,08
	Idade	Quiquadrado de independência	0,04

Ao examinar os recortes do Gráfico 6 acima, é possível compreender melhor o cenário em relação às características sociodemográficas. No presente caso, foram identificadas diferenças significativas entre as faixas etárias em Portugal. Por um lado, apenas os participantes com idade até 30 anos selecionaram predominantemente a opção “Neste local há história”. Por outro lado, a partir de 30 anos, os indivíduos portugueses optaram em maior quantidade pela alternativa “Nenhuma das respostas acima”.

No que concerne às porcentagens apresentadas, não foram identificadas diferenças significativas entre os gêneros nos respectivos países.

A segunda pergunta do questionário para a sentença “Aqui tem história, viu?” pedia ao respondente uma avaliação da aceitabilidade da construção em uma escala de 1 a 5.

Gráfico 7 — Avaliação de aceitabilidade da sentença B, por nacionalidade

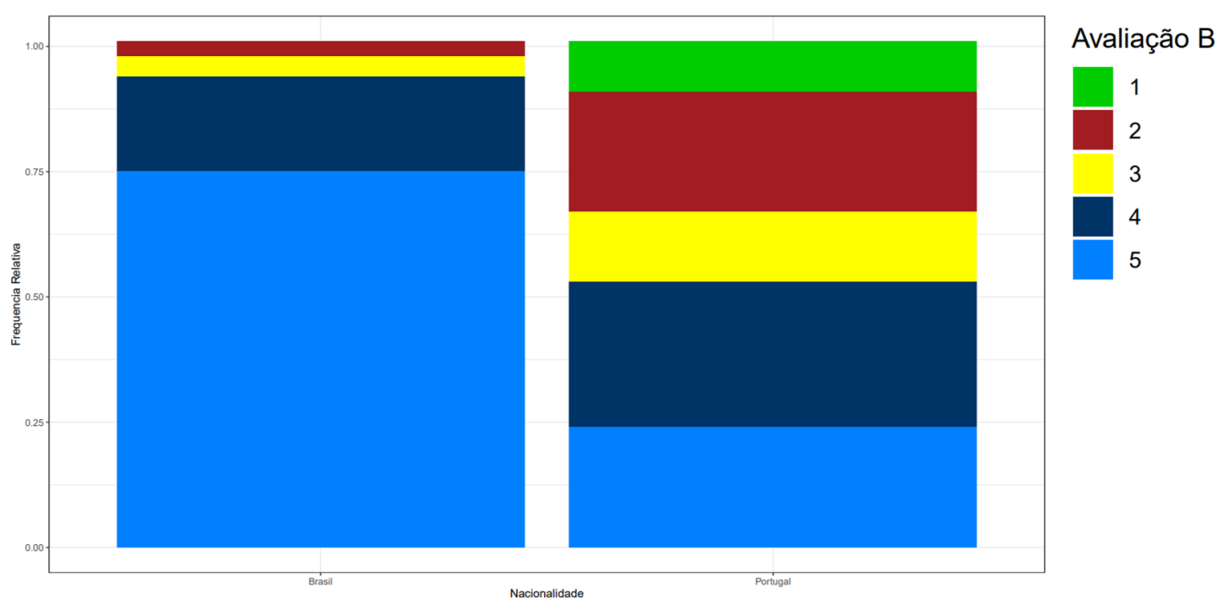


Tabela 9 — Relação entre a nacionalidade e a avaliação da sentença B

Variáveis	Teste	Estatística de teste	P-valor
Nacionalidade	Quiquadrado	70,21	< 0,001
Resposta avaliação B			

Ao analisar a segunda avaliação, com base no Gráfico 7, pode-se observar que os participantes brasileiros avaliaram predominantemente de forma positiva a utilização do termo “aqui” na legenda da foto apresentada. Na direção oposta, menos de 25% dos respondentes portugueses selecionaram a opção 5 da escala, e quase 50% da amostra desse grupo optou por respostas até a opção 3. Essa diferença encontrada é altamente significativa, conforme indicado pelo teste estatístico aplicado.

#### 4.3.1.3 Bloco 3

A primeira pergunta do questionário para a sentença D foi: “No contexto em que ocorre, a frase ‘Aí sabe fazer vagabundo sofrer’ quer dizer”.

Gráfico 8 — Percepção da sentença D, por nacionalidade

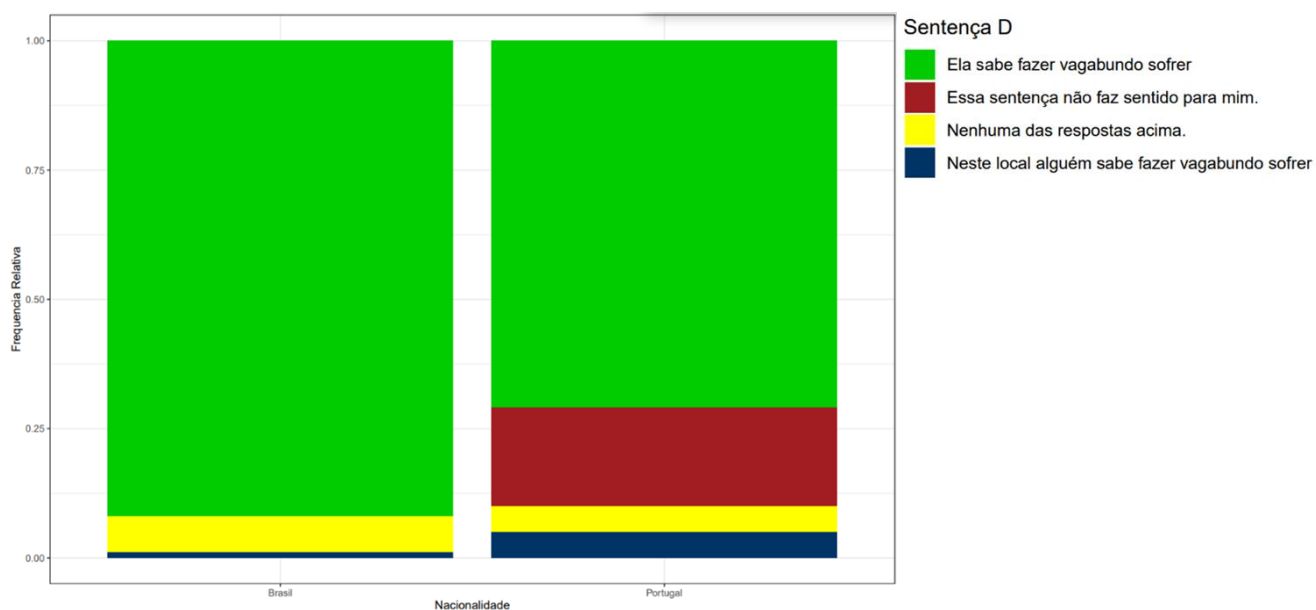


Tabela 10 — Relação entre a nacionalidade e a percepção da sentença D

Variáveis	Teste	Estatística de teste	P-valor
Nacionalidade	Quiquadrado	113,28	< 0,001
Resposta sentença D			

Ao analisar a sentença “Aí sabe fazer vagabundo sofrer”, observa-se que a opção principal selecionada tanto por brasileiros quanto por portugueses foi “Ela sabe fazer vagabundo sofrer”. Notavelmente, cerca de 20% dos participantes portugueses afirmaram que a sentença não faz sentido, corroborando as suposições mencionadas anteriormente. Além disso, o p-valor calculado ( $p < 0,001$ ) indica que há uma diferença estatisticamente significativa entre as respostas de brasileiros e portugueses.

Esse resultado pode ter relação com o contexto da pergunta, já que um trecho da música estava à disposição do falante, e pode ter ficado mais evidente essa relação entre o “aí” e o pronome “ela”. Assim, a opção “Ela sabe fazer vagabundo sofrer” foi selecionada pela maioria dos participantes.

Gráfico 9 — Percepção da sentença D, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade

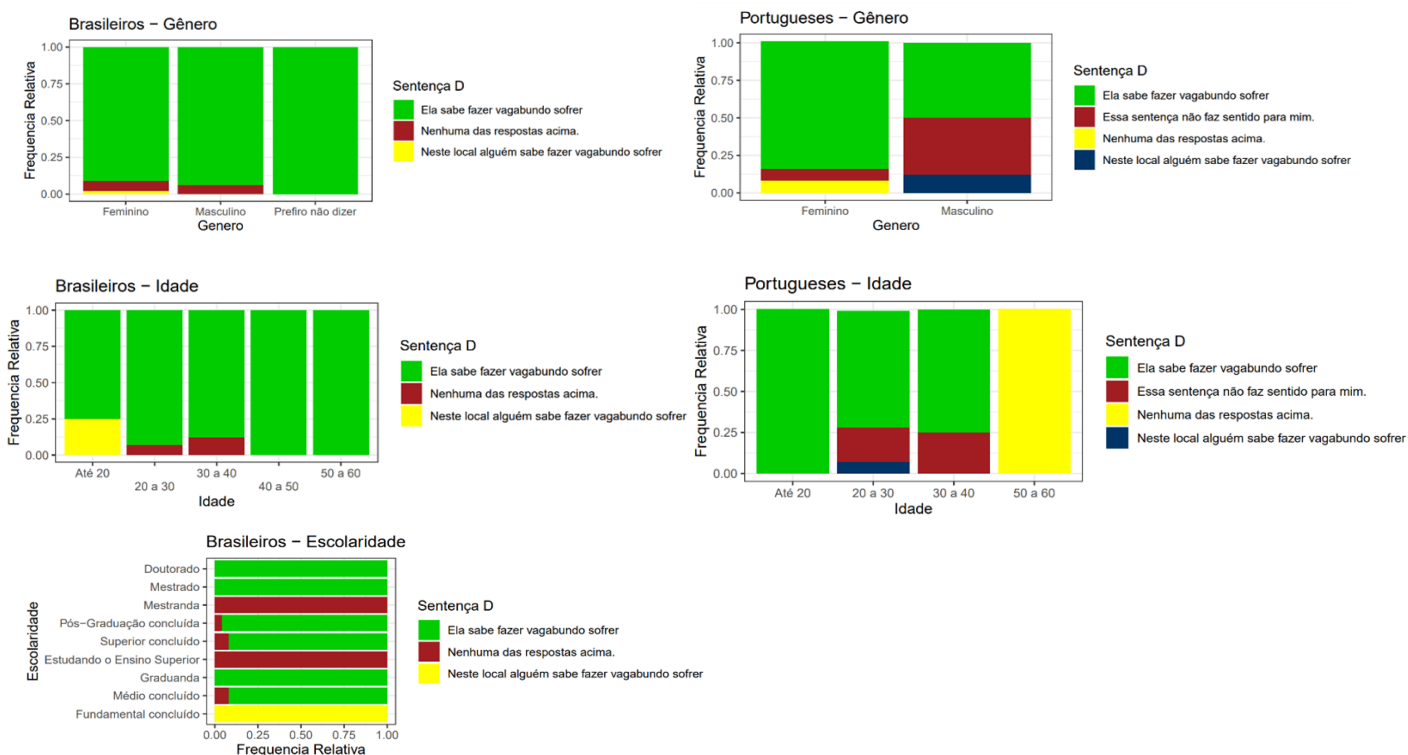


Tabela 11 — Testes quiquadrado de independência (percepção da sentença D)

Nacionalidade	Variável 2	Teste	P-valor
Brasil	Gênero	Quiquadrado de independência	< 0,001
	Idade	Quiquadrado de independência	< 0,001
Portugal	Gênero	Quiquadrado de independência	< 0,001
	Idade	Quiquadrado de independência	< 0,001

Com base nos testes realizados, observou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas em todas as características sociodemográficas avaliadas, como idade e gênero. A opção “Ela sabe fazer vagabundo sofrer” foi selecionada pela maioria dos participantes. Esse resultado pode ter relação com o contexto da pergunta, já que um trecho da música estava à disposição do falante, e pode ter ficado mais evidente essa relação entre o “aí” e o pronome “ela”.

A segunda pergunta do questionário para a sentença “Aí sabe fazer vagabundo sofrer” solicitava ao respondente uma avaliação da aceitabilidade da construção em uma escala de 1 a 5.

Gráfico 10 — Avaliação de aceitabilidade da sentença D, por nacionalidade

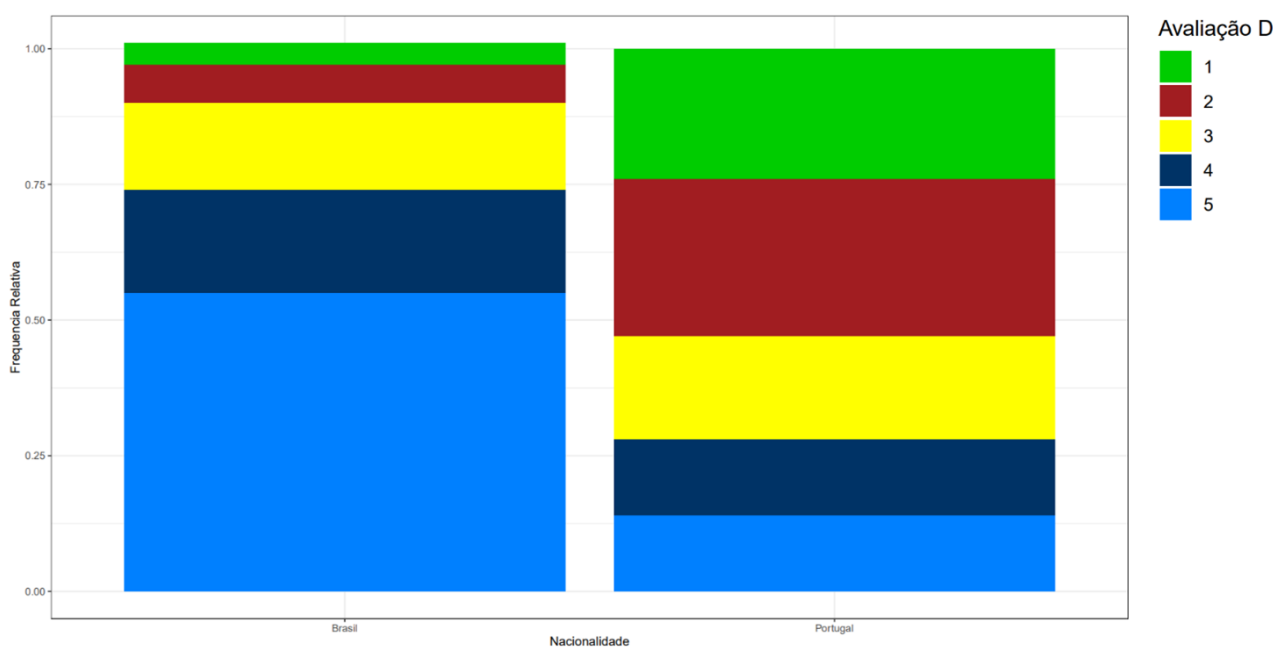


Tabela 12 — Relação entre a nacionalidade e a percepção da sentença D

Variáveis	Teste	Estatística de teste	P-valor
Nacionalidade	Quiquadrado	29,93	< 0,001
Resposta avaliação D			

Com base na estatística de teste (29,93) e no p-valor (<0,001) apresentados acima, pode-se inferir que há diferença significativa entre a avaliação de portugueses e brasileiros. A grande diferença estatística se dá, majoritariamente, por pessoas do Brasil avaliarem de maneira mais positiva a primeira sentença apresentada, ao contrário de portugueses. Os portugueses interpretam como os brasileiros, mas não aceitam tal sentença, o que pode revelar que a gramática do português do Brasil inova em relação a uma língua de sujeito nulo parcial.

Gráfico 11 — Avaliação de aceitabilidade da sentença D, por nacionalidade, com recorte de gênero, idade e escolaridade

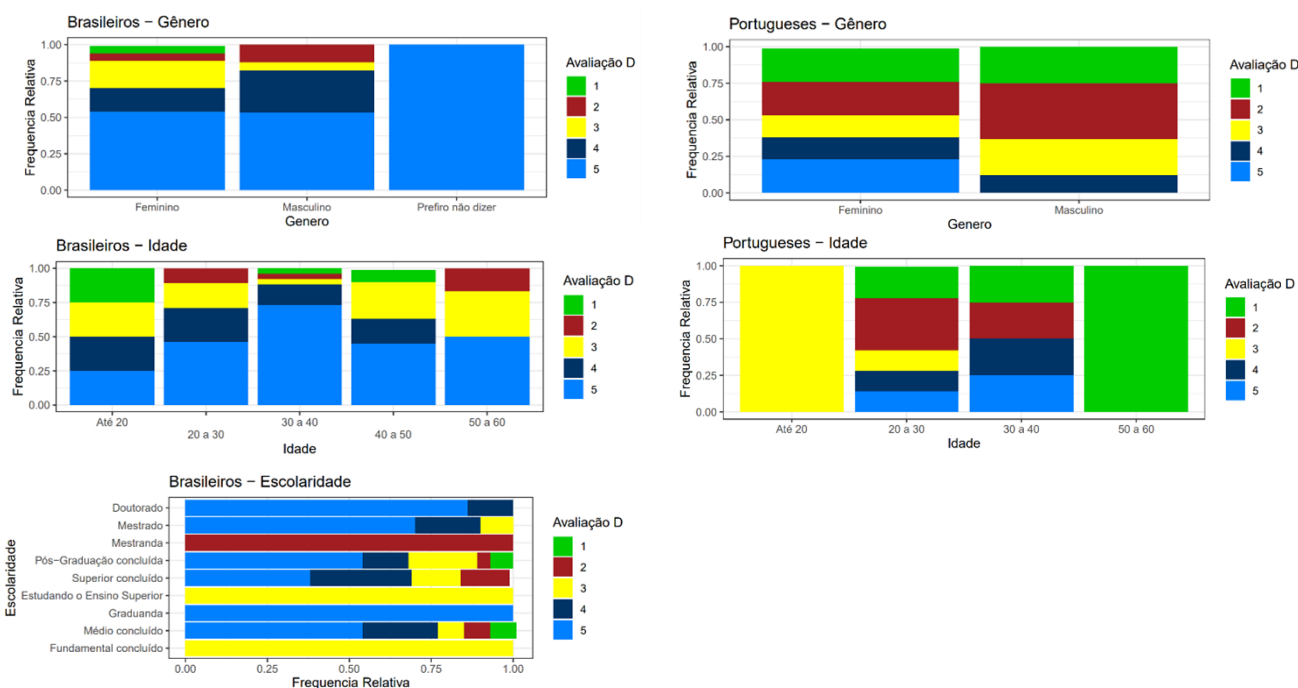


Tabela 13 — Testes quiquadrado de independência (avaliação da sentença D)

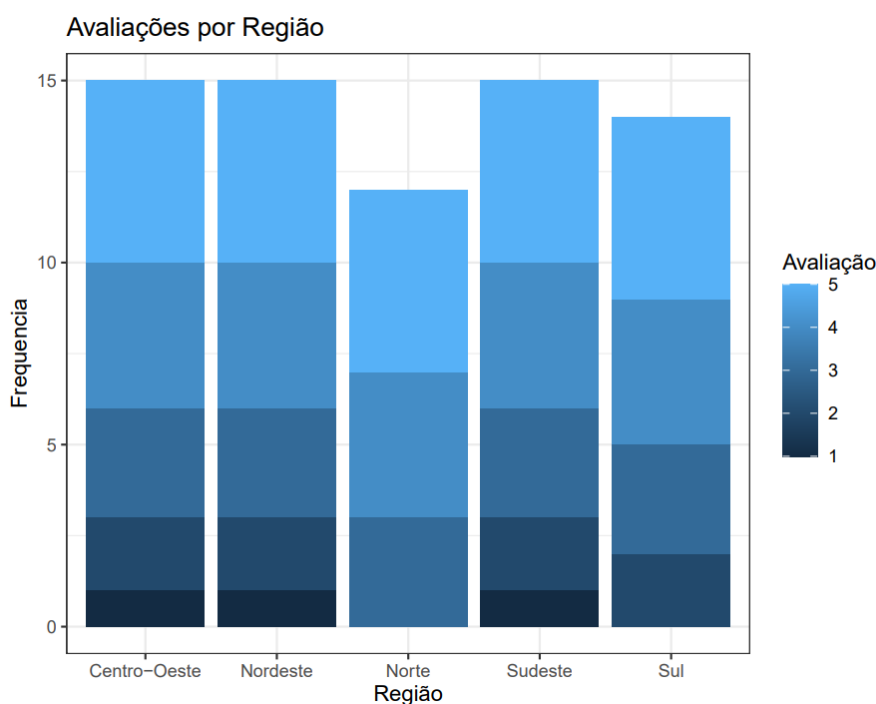
Nacionalidade	Variável	Teste	P-valor
Brasil	Gênero	Quiquadrado de independência	0,718
	Idade	Quiquadrado de independência	0,279
Portugal	Gênero	Quiquadrado de independência	0,647
	Idade	Quiquadrado de independência	0,328

Com base nos resultados demonstrados no Gráfico 11, é possível compreender as diferenças nas avaliações de maneira mais profunda. Porém, unicamente neste tópico, não foram encontradas diferenças significativas ligadas às características sociodemográficas.

#### 4.3.1.4 Análise regional

É importante pontuar que as avaliações não variaram de maneira significativa, conforme as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Para entender essas diferenças, é crucial observar o Gráfico 12.

Gráfico 12 — Avaliação de aceitabilidade das sentenças A, B e D, por região do Brasil.



O Gráfico 12 evidencia que não é encontrada diferença visual entre as avaliações, de acordo com a região geográfica. Para confirmar a hipótese, é fundamental realizar o teste quiquadrado de Pearson.

Tabela 14 — Relação entre a região do Brasil e as avaliações das sentenças, em geral

Variáveis	Teste	Estatística de teste	P-valor
Região	Quiquadrado	15,524	0,4866
Avaliações			



Tendo em vista os resultados mencionados anteriormente, a hipótese de igualdade entre os grupos não é rejeitada ( $p = 0,4866$ ). Isso significa que não há evidências substanciais de diferenças significativas entre as avaliações dos respondentes de cada região. Esse resultado sugere que o uso e/ou a aceitação dos locativos referenciais na função de sujeito já estão amplamente difundidos em todas as regiões do país.

Nossa pesquisa experimental mostrou, assim, que falantes de diversas regiões do país compartilham de uma mesma percepção e do mesmo julgamento de aceitabilidade no que se refere aos locativos na posição de sujeito locativo definido e referencial. A análise estatística dos dados revela que uma possível mudança em progresso.

Os resultados da análise estatística dos dados revelaram que, entre os falantes portugueses, essas sentenças foram menos aceitas e mais frequentemente consideradas agramatical em comparação com os falantes brasileiros. Isso indica que os brasileiros têm uma maior tendência a considerar essas construções como gramatical e naturalmente aceitáveis.

Diante dos dados analisados e das características acima apontadas, é possível verificar que os locativos passaram a licenciar referências a pessoas do discurso e a ocuparem a posição de sujeito definido e específico na oração, o que vem confirmar as pesquisas que mostram que não só os sujeitos convencionais ocupam a posição à esquerda do verbo, mas que há outros elementos como os expletivos e tópicos, e os apresentados neste artigo, que também passaram a ocupar a posição à esquerda do verbo em PB como forma de valorar o traço EPP, ou seja, no PB há categorias sintáticas distintas preenchendo a função de sujeito em determinados contextos.

Em suma, nossos resultados corroboram e expandem a hipótese da cisão no sistema pronominal/flexional do PB, distinguindo a 1ª e 2ª pessoa da 3ª pessoa do discurso, e essa cisão é identificada como um dos fatores determinantes para o surgimento de construções inovadoras em português do Brasil, nas quais os locativos passam a desempenhar funções sintáticas típicas de sujeitos, satisfazendo as propriedades argumentais do predicado, em que o referente é marcado pelo traço (+humano).

## **CAPÍTULO 5**

### **PROPOSTA DE ANÁLISE**

*Quão perfeita é a linguagem?*

Noam Chomsky

Após a análise das ocorrências das orações contendo pronomes locativos com interpretação de pessoa do discurso referencial, desenvolvida no capítulo anterior, e das percepções dos falantes do PB e do PE, este capítulo traz uma proposta de análise teórica sobre os dados, usando como base o arcabouço da teoria gerativa, em uma das suas versões mais recentes, conhecida como Programa Minimalista (1995), em diálogo com pesquisas sobre o sujeito locativo no português do Brasil, desenvolvidas sob o mesmo escopo teórico.

Antes de apresentar a proposta de análise dessas construções, será feito um breve retrospecto dos estudos sobre pronomes e advérbios, sintaxe dos sujeitos nulos e preenchidos e emergência da ordem (X)VS no português brasileiro. É importante trazer esses tópicos, já que eles darão suporte às reflexões e à materialização da proposta de análise que será discutida na seção 5.5.

Além desta e da referida seção 5.5, o capítulo constitui-se de três seções. Na seção 5.2, são apresentadas algumas definições de pronome e advérbio de acordo com algumas gramáticas tradicionais e de usos. O objetivo é compreender as características morfossintáticas atribuídas pelas gramáticas tradicionais aos termos *aqui* e *aí*, estabelecendo um contraponto claro entre a previsão tradicional para os locativos na oração e o caráter inovador dos dados analisados nesta tese.

A seção 5.3 traz um breve histórico dos estudos linguísticos sobre o sujeito nulo e preenchido no PB. Além da questão do sujeito, a ordem (X)VS também tem destaque nessa seção, por se tratar de um fenômeno que apresenta interface direta com a questão da emergência dos locativos em posição pré-verbal no PB.

Na seção 5.4, serão discutidos os pronomes locativos na posição de sujeito<sup>61</sup> e a proposta da cisão morfológica formulada por Pilati, Naves e Salles (2017a), a qual servirá de base para a apresentação da proposta desta tese para análise da mudança de valor dos locativos *aqui* e *aí* em posição pré-verbal, (X)VS, como veremos na seção 5.5.

## 5.1 Termos *aqui* e *aí* nas gramáticas tradicionais e de usos

Esta seção sintetiza conceitos e classificações de pronomes locativos/advérbios do tipo *aqui* e *aí* (classificados de pronome e advérbio) nas gramáticas tradicionais e de usos. O objetivo

---

<sup>61</sup> Cf. Duarte (1993,1995), Pilati (2002, 2006), Kato e Tarallo (2003), Coelho (2006), Coelho e Martins (2012), Gravina (2008, 2014), Avelar (2009), Buthers (2018), Munhoz e Naves (2012), Pereira (2011), Pilati (2002, 2006, 2018), Pilati, Salles e Naves (2017a), Pilati e Naves (2018), entre outros.

da análise é verificar se, na tradição gramatical, há previsão de pronomes locativos com interpretações do tipo (+referencial).

As gramáticas, apresentadas por ordem cronológica, serão as seguintes: Said Ali (1964), Bechara (1984), Cunha e Cintra (1985), Mira Mateus (1989), Neves (2000) e Vilela e Koch (2001). Além disso, foram acrescentados os estudos de Mattoso Câmara Jr. (2004) e Bomfim (1988), que também trazem elementos capazes de contribuir para a compreensão do conceito de pronome e advérbio e suas intersecções.

Inicialmente, merece destaque uma classificação apontada por Said Ali (1964), um dado relevante para as discussões desta seção. O referido autor classifica o advérbio como palavras que denotam circunstância de lugar, tempo, modo, grau ou intensidade e que servem de determinante do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio. Em seguida, Said Ali (1964) faz um histórico de alguns advérbios e, de forma enfática, classifica *aqui*, *aí*, *cá*, *lá* e *ali* como advérbios pronominais, visto que se originaram de pronomes demonstrativos do latim:

Originaram-se os nossos advérbios *aqui*, *cá* e *lá* das formas ablativas *hic*, *hac* do pronome demonstrativo latino aglutinadas a outras palavras (*eccu(m)*), *ill(e)*. *Aí*, outrora *hi* ou *i* ainda que pareça filiar-se a *ibi*, é provavelmente o próprio vocábulo *hi(c)* com função adverbial. *Ali* procede de *illic*. Poderíamos, pois, atendendo à etimologia, classificar as formas portuguesas como advérbios pronominais. (SAID ALI, 1964, p. 209).

O referido autor, ao destacar a diacronia dos advérbios, dá indicações para entender por que os termos *aqui* e *aí* são considerados multifacetados, heterogêneos nas gramáticas tradicionais e denotam ambiguidade na classificação gramatical, já que são apresentados ora como advérbios, ora como pronomes. É interessante reparar nessa análise diacrônica que indica que os termos *aqui* e *aí* são a junção de um pronome com um advérbio.

Os pronomes são uma categoria gramatical bastante diversa e, tradicionalmente, são definidos como palavras que substituem o nome ou equivalem a este nas orações, representando ou acompanhando um substantivo. Há nas gramáticas tradicionais uma lista diversificada de atributos para se referir aos pronomes, como, por exemplo, pronomes demonstrativos, indefinidos, relativos, pessoais etc., como será exposto a seguir com as definições elaboradas por alguns gramáticos.

Bechara define pronome como uma:

Classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto. De modo geral, esta referência é feita a um objeto substantivo

considerando-o apenas como pessoa localizada do discurso. (BECHARA, 1984, p. 138).

Para o gramático, os pronomes podem funcionar como núcleo de sintagma nominal ou como adjuntos do núcleo. Ao classificar os pronomes demonstrativos, indica que estes podem ser reforçados pelos dêiticos *aqui, aí, ali, acolá: este aqui, esse aí, aquele ali* ou *acolá*, o que remete à classificação feita por Said Ali (1964), comentada anteriormente.

Já em relação aos advérbios, Bechara (1984, p. 242) define-os como “a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial”. O autor enfatiza que o advérbio, “pela sua origem e significação, se prende a nomes ou pronomes, havendo, por isso, advérbios nominais e pronominais” (BECHARA, 1984, p. 247). Assim, entre os pronominais, há os demonstrativos, que incluem os termos *aqui* e *aí*, objetos de estudos nesta tese.

Bechara (1984) também valida a ideia de que os advérbios pertencem a uma classe heterogênea e apresentam grande mobilidade semântica e funcional, de maneira que, devido a essas características, há uma grande dificuldade em se obter uma classificação uniforme, uma vez que esta pode se pautar por critérios léxicos ou funcionais.

Na classificação do advérbio, ora se pauta pelos valores léxicos (semânticos) das unidades que o constituem, ora por critérios funcionais. No primeiro caso, são os advérbios classificados como denotadores de tempo (*agora, antes, tarde, etc.*), de lugar (*aqui, fora, etc.*), de quantidade (*tanto, muito, bastante, etc.*), etc. Pelo segundo critério, teremos os demonstrativos (*aqui, então, agora, aí, etc.*), os relativos (*onde, como, quando, etc.*) e interrogativos (*quando?, onde?, como?*). (BECHARA, 1984, p. 245).

Portanto, Bechara (1984) sublinha o papel singular do advérbio na frase e a sua autonomia e complexidade, indicando que essa categoria possui certa flexibilidade de posição, já que sua função não está ligada apenas ao verbo, mas também ao conteúdo expresso pelo predicado e ao domínio do sujeito. No entanto, o autor não especifica em quais posições os advérbios podem ocorrer.

Cunha e Cintra (1985) também têm o mesmo posicionamento de Bechara (1984) em relação à heterogeneidade dos advérbios e afirmam que “sob a denominação de ADVÉRBIO reúnem-se, tradicionalmente, numa classe heterogênea, palavras de naturezas nominal e pronominal com distribuição e funções às vezes muito diversas” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 530).

Consoante os autores citados, os advérbios são fundamentalmente modificadores de verbos. Além dessa função básica, os advérbios de intensidade podem reforçar o sentido de um

adjetivo, de um advérbio ou até mesmo modificar uma oração inteira. Não há nenhuma alusão à possibilidade de os advérbios assumirem o papel de argumentos, e os termos *aqui* e *aí* são classificados como advérbios de lugar, o que será contestado por b Jr. (1970 e Bomfim (1988), por exemplo, como será discutido posteriormente.

Em se tratando ainda da heterogeneidade já ressaltada dos advérbios, a linguista Mira Mateus (1989) afirma:

o advérbio é uma classe ou categoria de palavras bastante heterogênea e complexa, cuja designação repousa na ideia, ilusória, de que modifica apenas verbos e de que vem geralmente junto deles; na verdade, os advérbios modificam vários tipos de constituintes e podem ocupar posições distintas. O advérbio é a categoria nuclear do Sintagma Adverbial, podendo apresentar-se como uma única palavra ou como uma locução adverbial (formada por preposição +advérbio / adjetivo / nome, como em *por aqui*, *de novo*, *com certeza*, ou com uma estrutura mais complexa como *de onde em onde*, *de vez em quando*, etc.). O advérbio é uma palavra invariável, sem marcas de concordância, e, neste aspecto, aproximável das preposições e das conjunções. (MIRA MATEUS, 1989, p. 407).

Vale ressaltar que a autora redimensiona o olhar para a categoria dos advérbios e apresenta uma nova categorização, ao enfatizar que se trata de uma classe ou categoria de palavras heterogênea e complexa, cuja designação apoia-se na ideia ilusória de que modifica apenas verbos e geralmente vem ao lado deles. No entanto, Mira Mateus (1989) lembra que os advérbios modificam vários tipos de constituintes e podem ocupar posições diversas nas sentenças, inclusive a posição de sujeito dos locativos *aqui* e *aí*, como vimos no Capítulo 4, o que prova que a linguista tinha razão ao definir advérbio.

Em consonância com Mira Mateus (1989), Neves (2000, p. 234), já na perspectiva do uso, entende que o advérbio é uma classe híbrida, podendo ser analisada de acordo com sua forma, natureza e suas subclasses. Para ela, as formas dos advérbios são duas: o advérbio simples e as locuções adverbiais. Sua natureza pode ser estudada sob o ponto de vista morfológico, entendendo o advérbio como uma palavra invariável, e do ponto de vista sintático, compreendendo-o como uma palavra periférica ou satélite de um núcleo.

Neves (2000) destaca que o advérbio ou a locução adverbial atua nas diversas camadas do enunciado. Em relação às subclasses dos advérbios, reforça que estes caracterizam uma classe heterogênea quanto à função e abrigam duas grandes subclasses: os advérbios modificadores — que vão ao encontro da noção tradicional de advérbio como modificador do elemento sobre o qual ele incide e que afeta; e os advérbios não modificadores — que “não afetam o significado do elemento sobre o qual incidem” (NEVES, 2000, p. 238).

Vilela e Koch (2001), por sua vez, ao definirem o advérbio como modificadores, incluindo nesse rol os nomes (*hoje, ontem*), pronomes (*aqui e aí*) e operadores (*ainda, mesmo*), também fazem coro com os outros estudiosos já vistos, na compreensão de que o advérbio é uma classe heterogênea com capacidade de combinação que lhe permite exercer “as funções mais díspares na frase” (VILELA; KOCH, 2001, p. 255).

Os autores ainda destacam a dificuldade de definir o advérbio na frase, já que ele consegue modificar elementos individuais, estado de coisas e textos e, assim, torna-se uma classe gramatical difícil de enquadramento e explicação de modo sistemático. Os autores classificam os advérbios em categorias funcional e gramatical, tendo em vista os dados semânticos, a função e as características sintáticas, ampliando, assim, as noções previstas na Gramática Tradicional.

Para eles, há um grupo de advérbios, os pronominais, que podem servir de pró-palavras, pró-frases e mesmo pró-textos, catafórica ou anaforicamente, e tais advérbios aproximam-se, por força do seu caráter pronominal, dos pronomes, como os termos *aqui e aí*.

Com base nesse panorama, faz-se evidente uma convergência nos estudos gramaticais na definição dos termos *aqui e aí* como advérbios de lugar e também como pronomes, sendo consenso também que tais termos apresentam comportamentos considerados de natureza heterogênea e complexa.

Nota-se também que nenhuma das gramáticas analisadas evidenciou os termos *aqui e aí* como correferentes a pessoas do discurso, o que pode indicar que, no contexto desta pesquisa, eles configuram-se como uma inovação da gramática do português do Brasil (PB).

A seguir, serão apresentadas algumas reflexões sobre os locativos nas visões de Câmara Jr. (1970) e Bomfim (1988), para trazer mais subsídios às reflexões sobre os locativos de lugar.

Câmara Jr. (2004), em *Estruturas da Língua Portuguesa*, dedica o capítulo 9 aos vocábulos formais, os quais ele divide em nome, verbo, pronome e conectivo. As três primeiras classes são constituídas basicamente de palavras variáveis, e a última, de palavras invariáveis. Os vocábulos são organizados de acordo com sua hierarquia funcional, ou seja, podem ser primários, secundários e terciários.

De acordo com essa classificação, os substantivos são principais ou primários, pois constituem o elemento determinado de um sintagma; os adjetivos, secundários ou adjuntos, por serem determinantes; e os advérbios são terciários ou subjuntos, por serem determinantes de outros determinantes: “o advérbio é o determinante de outro determinante: modifica assim o adjetivo, o verbo ou o verbo conjugado com seus complementos essenciais, porque este [...] é determinante de um nome ou pronome sujeito” (CÂMARA JR., 1970, p. 160).

Desse modo, em relação à classificação do advérbio, o referido autor utiliza o critério morfossemântico e inclui os advérbios na classe dos nomes e dos pronomes. Com base no critério funcional, Câmara Jr. classifica-os como termos determinantes de um verbo. Ainda, acrescenta que, embora alguns advérbios possam acrescentar uma qualidade ao adjetivo (“muito feliz”, por exemplo), essa não é a sua função essencial e, nesse sentido, não pode constar na sua definição.

Assim, o advérbio não faz parte de uma classe de palavras, sendo deveras um nome ou um pronome exercendo uma função que determinados vocábulos (nomes ou pronomes) exercem na frase. É o que se vê no tratamento que o autor dá aos vocábulos “aqui”, “aí”, “ali” e “lá”, tradicionalmente classificados na GT como advérbios de lugar, ao chamá-los de locativos, isto é, pronomes demonstrativos com função adverbial. Essa classificação será focalizada no capítulo 15 de *Estruturas da Língua Portuguesa* (“O sistema de pronomes um português”), e o autor divide os locativos em três séries: as duas primeiras estabelecem a posição em função de falante, e a terceira, com base em um ponto de referência.

Ainda que as classificações dos vocábulos formais da língua portuguesa propostas por Câmara Jr. (1970) aproximem-se de alguma forma da GT, é inegável a sua contribuição para uma classificação objetiva, coerente e rigorosa dos vocábulos, além de ser didaticamente satisfatória e organizada.

Bomfim (1988) inicia suas reflexões questionando a classificação dos advérbios e o aparente consenso entre diferentes gramáticas de abordagem tradicional que definem essa classe como palavra invariável, modificadora do verbo, do adjetivo, de outro advérbio ou de todo o enunciado, que pode expressar circunstâncias. A autora afirma que esse aparente consenso “não resiste a um exame mais acurado. Basta atentar para a variação, de compêndio para compêndio, dos elementos que integram as listas de exemplos” (BOMFIM, 1988, p. 5).

A referida autora propõe novos olhares, classificações e subclassificações para os advérbios e discute sobre os pseudo-advérbios, corroborando a visão de Câmara Jr. (1970), no que diz respeito à classificação como dêiticas de palavras como *aqui*, *aí*, *ali* e *lá*, incluindo-as também entre os pronomes, acrescentando que estas podem exercer função de sujeito, como ocorre nas frases: “Aqui é o melhor lugar do mundo” e “Lá continua um paraíso”. Conforme entendido por Pilati, Naves e Salles (2017a) estaria ocupando apenas a posição de sujeito.

De modo semelhante, os locativos temporais, como “ontem”, “hoje”, também apresentam a mesma classificação dos espaciais, e a autora cita os seguintes exemplos: “Ontem foi um dia péssimo” e “Amanhã será outro dia”. Segundo a autora, esses advérbios apresentam um ponto de referência no contexto extralinguístico da mesma maneira que o fazem os



pronomes, diferentemente do que acontece com a frase: “Ele chegou anteontem”, em que o advérbio indica que a chegada está localizada no tempo, na emissão do enunciado, e não há possibilidade de contexto extralinguístico. Nesse sentido, nem todos os advérbios de tempo e lugar fazem parte de um mesmo grupo, já que podem apresentar funcionalidades diferentes na frase.

Todos esses argumentos de Bomfim (1988) visam a refletir sobre a necessidade de subclassificar os chamados advérbios de tempo (como os locativos das frases acima): ainda que esses elementos compartilhem com o advérbio a noção de tempo de lugar, ficam evidentes uma identificação com os pronomes e que podem exercer a função de sujeito na frase. Sendo assim, a autora reflete sobre a pertinência da inclusão desses elementos na classe dos advérbios e a necessidade de que sejam “agrupados de acordo com suas características semânticas e sintáticas” (BOMFIM, 1988, p. 40).

Essas reflexões de Bomfim (1988) são interessantes para as análises propostas nesta tese. Os dados desta pesquisa apontam para outra direção: os locativos *aqui* e *aí* aparecem na frase substituindo de fato um nome ou pronome, que pode ser facilmente recuperado no contexto, e assumem traços de pessoa. Já nas reflexões da autora, esses locativos estão somente na frase ocupando a posição de um sujeito, como se fossem um expletivo, forçando uma leitura genérica, indefinida.

Sabe-se que há uma imprecisão relacionada às definições de todas as categorias gramaticais presentes na Gramática Tradicional, não sendo uma questão somente dos locativos *aqui* e *aí*, que são classificados ora como advérbios, ora como pronomes. Ao finalizar esse breve panorama sobre os termos *aqui* e *ali*, fica evidente, de modo geral, que os autores, seja de um ponto de vista da tradição gramatical, seja sob a ótica linguística, como o de Câmara Jr. (2004) e Bomfim (1988), concordam com a leitura de que a categoria dos advérbios é controversa.

Em suma, para Câmara Jr. (2004), os dêiticos *aqui* e *aí* são pronomes, assim como para Bomfim (1988). Já Bechara (1984) define-os como advérbios pronominais. Diante disso, faz-se necessário repensar as classificações dos advérbios/pronomes para estudos mais atentos dessas categorias, bem como a classificação dos locativos de lugar, objetivo também desta tese, os quais têm assumido várias posições na hierarquia sintática, como será detalhado posteriormente.

## 5.2 Sintaxe dos sujeitos nulos e preenchidos no PB

No campo da pesquisa linguística gerativista e variacionista, diversos estudos feitos nas últimas décadas têm verificado mudanças em alguns aspectos da gramática do português do Brasil (PB), principalmente quando esta é comparada com a gramática do português europeu (PE). Alguns dos temas pesquisados e amplamente discutidos nesse âmbito são a sintaxe dos sujeitos, a concordância verbal e a ordem *SV versus VS*<sup>62</sup>. Considerando a relevância do tema da sintaxe do sujeito para esta tese, esta seção terá início com um breve panorama das primeiras pesquisas que trataram do parâmetro *pro-drop*<sup>63</sup> ou o parâmetro do sujeito nulo (PSN) dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa. Em seguida, serão apresentados estudos que investigaram as propriedades sintáticas e semânticas dos sujeitos nulos e preenchidos no PB.

### 5.2.1 Breve histórico do parâmetro de sujeito nulo

As pesquisas de Perlmutter (1971) e Kayne (1980) foram as primeiras tentativas de relacionar determinadas propriedades sintáticas à realização do sujeito pronominal nas línguas naturais, ainda sem nomear o fenômeno, relativo ao fato de o sujeito poder ser realizado foneticamente na sentença ou não e à relação desse fenômeno com a sua gramaticalidade.

Com o advento do modelo de princípios e parâmetros (P&P), Chomsky (1981) propôs a terminologia parâmetro *pro-drop* ou parâmetro do sujeito nulo (PSN) e estabeleceu que os parâmetros seriam uma propriedade abstrata de natureza variável, operando em dois polos, positivo ou negativo, os quais estariam associados aos princípios cuja formatação se dá no processo de aquisição da linguagem, definidos como universais e inatos. Cada um desses polos seria responsável pelas diferenças entre as línguas naturais.

Nesse sentido, o parâmetro *pro-drop* estaria ancorado em um conceito binário: para que esse fenômeno acontecesse, era preciso comparar línguas com e sem um paradigma. No caso do sujeito nulo, o italiano *versus* o inglês foram as línguas exemplares para ilustrar a marcação positiva e negativa para tal parâmetro. O italiano apresentava um sistema com um paradigma flexional verbal diverso e o inglês, por sua vez, um sistema com um paradigma limitado, de forma que caracterizariam, respectivamente, um sistema [+*pro-drop*] e [-*pro-drop*].

<sup>62</sup> Cf. Pontes (1987), Lobato (1988), Tarallo (1990), Duarte (1993, 1995), Galves (1998), Kato (2000), Rabelo (2010), Gravina (2014), Pilati (2016), Pilati, Naves e Salles (2017a), entre muitos outros.

<sup>63</sup> O termo inglês *pro-drop* (*pronominal dropping*) significa queda do pronome.

Quadro 8 — Diferenças entre línguas [+*pro-drop*] e [-*pro-drop*]

[+ <i>pro-drop</i> ]	[- <i>pro-drop</i> ]
Português: Ø Chove.	Francês: <b>Il</b> pleut.
Italiano: Ø Piove.	Inglês: <b>It</b> rains.
Espanhol: Ø Llueve.	

Fonte: elaboração própria.

A diferença entre as línguas [+*pro-drop*] e [-*pro-drop*], como exemplificado no quadro acima, torna-se mais nítida nos casos em que o sujeito da frase em inglês e francês (*il e it*) não possui significado nem denota nenhuma entidade e é inserido apenas para preservar o parâmetro do sujeito nulo. Essas línguas [-*pro-drop*] lançam mão de pronomes expletivos — o que é explicado pelo princípio da projeção estendida (EPP), que exige que toda sentença tenha um sujeito (CHOMSKY, 1981, 1982) —, usados tão somente para preencher a posição sintática do sujeito e garantir a gramaticalidade da frase.

No caso das línguas que formatam [+*pro-drop*], não há necessidade de preenchimento do sujeito e, se o verbo não tiver sujeito referencial, como nos exemplos acima, “chover” receberá um sujeito nulo: Ø Chove.

Chomsky (1981, p. 240) elenca as seguintes propriedades que caracterizariam uma língua marcada positivamente para o parâmetro *pro-drop*<sup>64</sup>:

- (i) omissão do sujeito;
- (ii) inversão livre do sujeito em frases simples;
- (iii) movimento “longo” de constituintes wh-;
- (iv) pronomes lembretes nulos em orações encaixadas;
- (v) violação do filtro \* [that-t]

Chomsky (1981, p. 240) enfatiza que línguas [-*pro-drop*], como o francês e o inglês, não possuem todas essas propriedades acima elencadas. Já o italiano, uma língua tipicamente [+*pro-drop*], apresenta todo esse conjunto de propriedades, conforme se pode constatar por meio dos exemplos a seguir.

<sup>64</sup> No original:

- (i) missing subject;
- (ii) free inversion in simple sentences;
- (iii) “long wh-movement” of subject;
- (iv) empty resumptive pronouns in embedded clause;
- (v) apparent violations of the \* [that-t] filter.

(i) ho trovato il libro

("I found the book")

(ii) ha mangiato Giovanni

("Giovanni ate")

(iii) l'uomo [ che mi domando [ chi abbia visto ]]

(With the interpretation: "the man x such that I wonder who x saw")

(iv) ecco la ragazza [ che mi domando [ chi crede [ che possa VP]]]

("This is the girl who I wonder who thinks that she may VP")

(v) chi credi [ che partirà]

("Who do you think [ (that) will leave]")

Em relação a esses exemplos, Chomsky explica:

Em (i), o italiano não possui um sujeito explícito, ao contrário do francês ou inglês. Vamos assumir provisoriamente que o sujeito seja [NPe]. Em (ii), o sujeito é invertido, uma opção que é possível no francês, mas apenas sob condições altamente restritas. A interpretação indicada em (iii) é excluída no francês e inglês. No caso (iv), retirado de Taraldsen (1978b), sabemos que o sujeito ausente de "possa" não é o rastro de um movimento wh- (pois isso violaria a subjacência), então deve ser um pronome resumptivo vazio, gerado na base, de acordo com a estratégia do pronome resumptivo que opera no italiano (talvez, na variedade não padrão); novamente, não há um análogo no francês ou inglês. Podemos assumir que esse pronome resumptivo também é [NPe], para os fins presentes. O caso (v) ilustra o fenômeno \*[that-t], já discutido<sup>65</sup>. (CHOMSKY, 1981, p. 240, tradução nossa).

Com base nesse conjunto de propriedades, Chomsky (1981) conclui que o parâmetro *pro-drop* distingue as línguas em duas categorias: as do tipo *pro-drop*, como a italiana, e as

<sup>65</sup> No original: In (i), Italian has no overt subject, as distinct from French or English. Let us tentatively assume the subject to be [NPe]. In(ii), the subject is inverted, an option that is open in French but only under highly restricted conditions. The interpretation indicated in (iii) is excluded in French and English. In case (iv), taken from Taraldsen (1978b), we know that the missing subject of possa is not the trace of wh-movement (since this would violate subadjacency), so it must be an empty resumptive pronoun, base generated, in accordance with the resumptive pronoun strategy that operates in Italian (perhaps, non-standard); again, there is no analogue in French or English. We may assume that this resumptive pronoun too is [NPe], for present purposes. Case (v) illustrates the \* [that-t] phenomenon, already discussed.

línguas do tipo não *pro-drop*, como o inglês. O autor reforça ainda que a língua italiana, devido à sua diversidade flexional, que distingue pessoa e número, licenciaria sujeito nulo, ao contrário do inglês, cujo sistema flexional limitado não permite omitir o sujeito na frase.

Ainda que a binaridade tenha sido de fato constatada, Chomsky (1981) já acenava para a possibilidade de haver línguas, como o hebraico e o irlandês, que poderiam não apresentar correlações absolutas com o conjunto de propriedades que definia o parâmetro *pro-drop*, sugerindo que:

Uma língua pode ter um sistema misto, permitindo a omissão do sujeito em algumas construções, mas não em outras, uma propriedade que poderíamos esperar que variasse conforme a flexão é ou não é expressa; Taraldsen fornece exemplos do irlandês; o hebraico é outro caso. A correlação com a flexão explícita não precisa ser exata. Esperamos, no máximo, uma **tendência** nessa direção<sup>66</sup>. (CHOMSKY, 1981, p. 241, grifo nosso).

Esses postulados de Chomsky (1981) foram refinados por Rizzi (1982), em seu estudo com a língua italiana, o qual propôs uma reformulação dessa visão binária do parâmetro *pro-drop* e apontou que tal parâmetro deveria ser dividido em dois sub-parâmetros como forma de abrigar as línguas que apresentassem tanto sujeito nulo referencial quanto expletivo e aquelas que só podiam licenciar sujeito nulo expletivo, como no caso do italiano. Para os dois pesquisadores citados, o sujeito nulo só era possível se a língua apresentasse um sistema flexional diverso.

No entanto, as pesquisas de Huang (1984) em torno das línguas orientais trouxeram novas descobertas e discussões para o parâmetro *pro-drop*. O autor mostrou que línguas como o chinês e o japonês admitem sujeito nulo, mesmo sem possuírem flexão verbal, o que obriga o sujeito nulo a ser identificado pelo antecedente discursivo. O chinês, por exemplo, seria uma língua voltada para o tópico que, além de permitir o sujeito nulo na posição de sujeito, também possibilita que o objeto permaneça nulo na sentença, mesmo não tendo desinências verbais, apresentando somente radicais.

Os dados abaixo, retirados de Huang (1984), ilustram esse contexto acima descrito para o mandarim, em que o sujeito da oração encaixada é correferente com o sujeito da oração matriz.

---

<sup>66</sup> No original: A language might have a mixed system, permitting subject drop in some constructions but not in others, a property that we might expect to find varying as inflection is or is not overt; Taraldsen gives examples from Irish; Hebrew is another case. The correlation with overt inflection need not be exact. We expect at most a tendency in this direction. (CHOMSKY, 1981, p. 241).

- (1) Zhangsan i shuo [ e <sub>i/j</sub> bu renshi Lisi ].  
 Zhangsan say not know Lisi  
 ‘Zhangsan said that [he] did not know Lisi.’

Já por meio de dados como (2), o autor conclui que o objeto nulo seria uma variável ligada por um tópico nulo, um operador foneticamente não realizado, representado na estrutura sintática de uma sentença, cujo conteúdo só poderia ser recuperado no ambiente discursivo em que estava inserido.

- (2) Zhangsan i shuo [ Lisi bu renshi e\*<sub>i/j</sub> ].  
 Zhangsan say Lisi not know  
 ‘Zhangsan said that Lisi did not know [him].’

A partir desse trabalho de Huang (1984), a natureza do sujeito nulo foi repensada, de maneira que o sistema flexional diverso ou limitado já não determinaria a existência ou não de sujeitos nulos, sendo questionada a hipótese dessa relação de causa e efeito.

Dando sequência às pesquisas sobre o parâmetro do sujeito nulo, Holmberg (2005) e Holmberg, Nayudu e Sheehan (2009) propõem a existência de línguas de sujeito nulo parcial, como o finlandês, que admite sujeitos nulos referenciais opcionais e sujeitos nulos expletivos ou lexicais, além de admitirem sujeitos nulos genéricos. Rodrigues (2004) foi a primeira autora a propor que o português do Brasil seja uma língua de sujeito nulo parcial, questão que será retomada adiante.

### 5.2.2 Sujeito nulo no PB

As primeiras pesquisas sobre a sintaxe dos sujeitos no PB remontam aos trabalhos de Tarallo (1990, 1993) e Duarte (1993, 1995). Para esses autores, entre os séculos XIX e XX, o PB estaria apresentando inúmeras construções com sujeito nulo<sup>67</sup> e que havia uma diminuição da ordem verbo-sujeito na língua.

Tarallo (1990, 1993) já atestava que, até o século XVIII, o PB compartilhava a gramática do PE no que diz respeito ao sujeito nulo e apontava, por meio das suas pesquisas, que, no final

<sup>67</sup>As pesquisas de Duarte (1993, 1995, 2012), Figueiredo Silva (1996), Kato (1999), Avelar e Cyrino (2008), Buthers (2009), Buthers e Duarte (2012), Duarte e Figueiredo Silva (2016), Gravina (2014), entre outros, também entendem que o PB contemporâneo está se voltando para uma língua de sujeito nulo parcial.

do século XIX, haveria “mudanças dramáticas”, entre elas a mudança do PB como língua de sujeito nulo para uma língua de sujeito preenchido.

Assim, sintetiza Tarallo (1996, p. 78-79):

Certamente, estes novos traços gramaticais entraram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa. Isso significa que não descartamos a hipótese de que essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século. E isso também não significa que nossa evidência se encontra enviesada pelos dados. Certamente que não! Nosso argumento é que as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta. E neste sentido fica comprovado quão importante é o exame de dados linguísticos à luz de evidências sociais. Sem vias de dúvidas, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática. (TARALLO, 1996, p. 78-79)

Duarte (1993, 1995) pesquisou trechos de peças de teatro escritas nos séculos XIX e XX, as quais serviram para indicar o uso cada vez menor de pronomes nulos. Seguem alguns dos dados encontrados que ilustram o uso cada vez maior de pronomes e sujeitos manifestos.

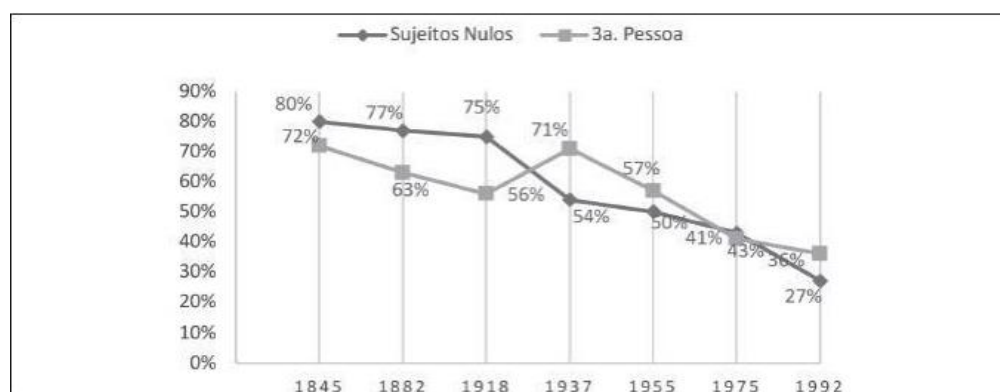
### Século XIX

- (5) a. Quando Ø **1ps** te vi pela primeira vez, Ø **1ps** não sabia que Ø **2ps** eras viúva e rica. Ø **1ps** Amei-te por simpatia. (*O noviço*, Martins Pena, 1845).
- b. Ø **2ps** Terá o cavalo que Ø **2ps** deseja. (*O simpático Jeremias*, G. Tojeiro, 1918).
- c. Ø **1ps** Já ontem comprei-lhei o hábito com que Ø **i** andarás vestido. Assim Ø **i** não estranhará. Ø **i** Será frade feliz. (*O noviço*, Martins Pena, 1845).

### Século XX

- (6) a. Se **eu** ficasse aqui **eu** ia querer ser a madrinha.
- b. **Você** não entende meu coração porque **você** ‘tá sempre olhando pro céu e procurando chuva.
- c. Agora **ele** não vai mais poder dizer as coisas que **ele** queria dizer.  
(*No coração do Brasil*, M. Falabella, 1992).

Gráfico 13 — A perda do sujeito nulo referencial



Fonte: Duarte (1993, p. 116).

Consoante o gráfico acima, há um nítido decréscimo de uso do sujeito nulo, que vai de um percentual de 80% no primeiro período analisado por Duarte (1993), século XIX, a 27% em 1992, no século XX, o que indica uma preferência pelo uso da forma plena.

Constata-se, desse modo, que, à medida que os textos das peças de teatro datam de período mais recente, o percentual de sujeito preenchido também aumentava. A autora lembra que, mesmo com essa preferência pelo sujeito pleno, ainda há a possibilidade de uso do sujeito nulo e ressalta que a terceira pessoa é a mais resistente à mudança, conforme vemos no Gráfico 13.

O principal motivo dessa mudança, para muitos linguistas, é o empobrecimento do sistema flexional, como já dito. Para Kato (2020, p. 76), ainda é cedo “para definirmos o tipo de gramática que vem emergindo”. Ainda assim, já há um consenso de que o PB vem perdendo as suas características de uma língua de sujeito nulo, como se mostrava no século XVIII, quando compartilhava as estruturas linguísticas da gramática do PE.

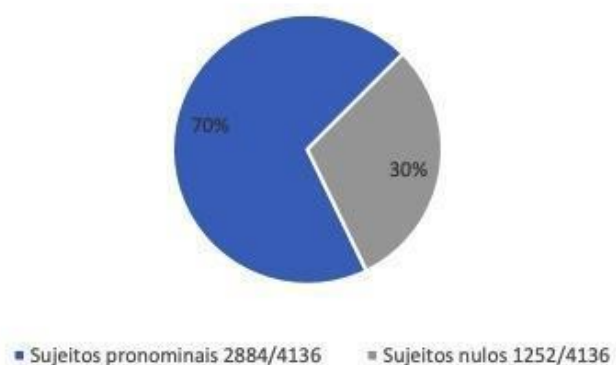
Atualmente, os fatos atestados por Duarte (1995) continuam válidos, ainda que o PB não apresente restrições tão categóricas em relação ao licenciamento do sujeito nulo. Por conta disso, o PB vem sendo classificado por muitos pesquisadores como uma língua de sujeito nulo parcial, como vemos em Holmberg (2005), Rodrigues (2004) e Gravina (2014), por exemplo. De acordo com Gravina (2014, p. 33), o PB se encaixa nesse tipo de língua, de sujeito nulo parcial, já que “ainda licencia sujeito nulo, mas com restrição de contextos”, ou seja, tais contextos restritos possuem propriedades sintáticas e semânticas específicas<sup>68</sup>.

<sup>68</sup> Cf. Figueiredo Silva (1986), Duarte (1995), Negrão (1999), Modesto (2000, 2004, 2008), Galves (2001), Kato e Duarte (2008), Ayres (2021), entre muitos outros.



Ayres (2021), ao investigar o *corpus* “LínguaPOA” — composto de entrevistas sociolinguísticas com informantes da cidade de Porto Alegre (acervo de março de 2015 a fevereiro de 2019) — e após analisar todas as entrevistas de todos os informantes em conjunto, encontrou 4.136 ocorrências de sujeitos, das quais 2.884 foram de sujeitos expressos por pronome e 1.252 foram de sujeitos nulos, conforme Gráfico 14.

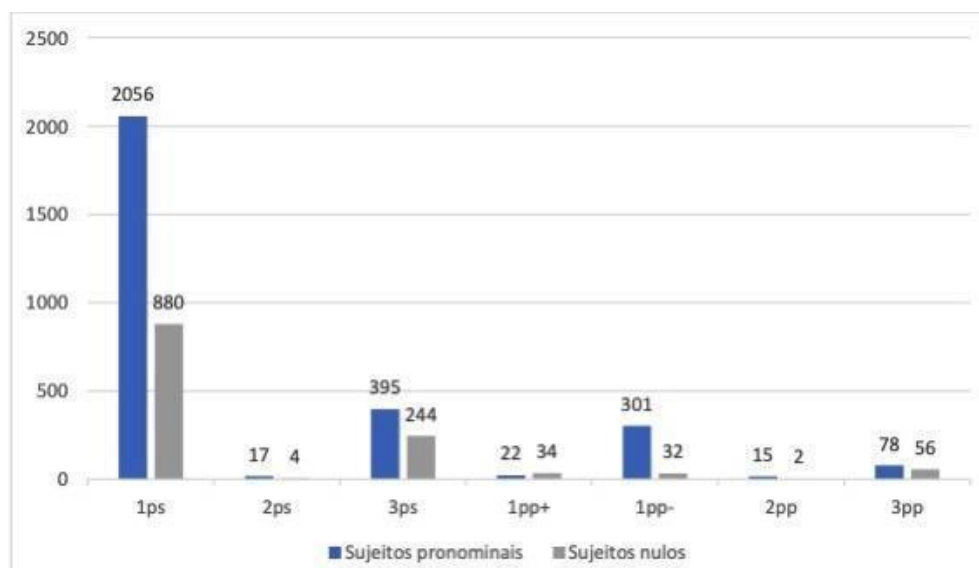
Gráfico 14 — Distribuição entre sujeitos pronominais e sujeitos nulos, total



Fonte: Ayres (2021, p. 71).

Nesse gráfico, a autora enfatiza que os sujeitos nulos, que já configuraram a maior parte dos sujeitos em períodos anteriores do PB, agora são apenas residuais: 30% das ocorrências.

Gráfico 15 — Distribuição entre sujeitos pronominais e sujeitos nulos, por pessoas gramaticais



Fonte: Ayres (2021, p. 72).

Ayres (2021, p. 72) analisa o gráfico reproduzido acima e conclui que “a grande maioria das ocorrências foi com a 1ª pessoa singular, tanto para sujeitos nulos quanto para sujeitos pronominais”. Ou seja, os dados das pesquisas sociolinguísticas revelam incontestavelmente que o traço de pessoa do discurso é variável importante para o licenciamento (ou não) de sujeitos nulos no PB.

Em suma, as pesquisas linguísticas demonstram que o PB, diferentemente do PE, que é considerado uma língua de sujeito nulo consistente, tem se comportado como uma língua de sujeito nulo parcial, mais próxima do finlandês do que das línguas do seu ramo linguístico, como o italiano e o próprio PE. Em relação à variedade Kalunga, pode-se dizer que esta também apresenta contextos de preenchimento do sujeito pronominal, conforme mostram os dados abaixo, recolhidos pela autora desta tese, mas não quantificados.

- (7) Eu fui obrigado a corrê atrais do prefeito que eu não tava dando conta. (VA-2)
- (8) Eu fico pensando assim: cumo as coisa acontece, que hoje ninguém sabe contá essa aivorada mais. (VA-1)
- (9) Meu pai era fulião. (VA-1)
- (10) Eles num qué dançá. Eu só aqui dento eu cunheçu só um homi, um rapais novu que gosta de sapatíá a sussa. (VA-1)

### **5.2.3 Sujeitos nulos e inversão do sujeito — fenômenos de mudança na gramática do PB**

Nesta seção, será apresentada pesquisa de Gravina (2014) e a sua proposta para o licenciamento de sujeitos nulos parciais no PB. A autora realizou um estudo comparativo-diacrônico que investigou a relação entre o sujeito nulo e a inversão do sujeito na diacronia do PB e do PE, o qual foi conduzido a partir de um corpus composto por jornais que circularam em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, e Évora, Distrito de Évora, Portugal, durante a primeira e segunda metade do século 19, e a primeira metade do século 20. Os jornais selecionados para análise foram três brasileiros - *O Recreador Mineiro* (1845 -1848), *O Jornal Mineiro* (1897-1900) e *Tribuna de Ouro Preto* (1945-1948) — e três portugueses — *A Ilustração luso-brasileira* (1856-1858), *O Manuelinho de Évora* (1890-1898) e *Notícias de Évora* (1945-1948).

Para descrever os fenômenos estudados, foram analisadas mais de 14 mil sentenças presentes nesse corpus. Os dados de Gravina (2014) acerca da ordem SV e VS no PB e PE com os verbos inacusativos (os monoargumentais que selecionam apenas um argumento interno)

nos jornais brasileiros e portugueses indicam que esse tipo de verbo favorece a inversão. As tabelas abaixo comparam a produtividade nos periódicos analisados por Gravina (2014).

Tabela 15 — Ordem SV/VS com verbos inacusativos no PB

<b>Jornais</b>	<b>Ordem SV</b>	<b>Ordem VS</b>
<i>Recreador Mineiro</i>	24/58 – 41%	34/58 – 59%
<i>Jornal Mineiro</i>	29/74 – 40%	45/74 – 60%
<i>Tribuna de Ouro Preto</i>	51/92 – 56%	41/92 – 44%

Fonte: Gravina (2014, p. 174).

Tabela 16 — Ordem SV/VS com verbos inacusativos no PE

<b>Jornais</b>	<b>Ordem SV</b>	<b>Ordem VS</b>
<i>Ilustração luso-brasileira</i>	26/60 – 44%	34/60 – 56%
<i>Manuelinho de Évora</i>	23/53 – 44%	30/53 – 56%
<i>Notícias de Évora</i>	27/66 – 40%	39/66 – 60%

Fonte: Gravina (2014, p. 175).

Na comparação dos dados das Tabelas 15 e 16, verifica-se que não há uma grande diferença entre os percentuais encontrados no que toca ao licenciamento da ordem VS/SV com verbos inacusativos.

Na diacronia do português brasileiro e do português europeu, a ordem verbo-sujeito (VS) é produtiva. Por um lado, no PB, a presença de um elemento locativo ou adverbial — (X) VS — na posição de sujeito é o que diferencia essa estrutura. Observa-se uma tendência de um elemento anterior ao verbo (XVS), o que possibilita a licença das orações com ordem VS no PB. Por outro lado, no PE, o verbo inacusativo aparece na primeira posição, o que reforça a tese de Pilati (2006) de que as orações com ordem VS no PB são do tipo inversão locativa. Essas orações apresentam um elemento de natureza locativa em TP, que, caso seja nulo, é identificado como um pronome locativo (*pro loc*).

Nas tabelas reproduzidas a seguir, Gravina (2014) apresenta dados sobre a relação entre elementos adverbiais e a ordem.

Tabela 17 — Proporção de cada tipo de inversão no português brasileiro

	VS	XVS	VOS	XVOS	OVS	XOVS	VXS
Recreador Mineiro (1845-1848)	22/72 30%	28/72 39%	9/72 12%	1 0,5%	7/72 10%	4/72 5%	3/72 3,5%
Jornal Mineiro (1890-1898)	15/83 18%	43/83 52%	10/83 12,5%	2/83 2%	5/83 6%	8/83 9,5%	0/83 0%
Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	13/61 21%	20/61 33%	22/61 37%	3/61 4%	0/61 0%	1/61 1,5%	2/61 3,5%

Fonte: Gravina (2014, p. 182).

Tabela 18 — Proporção de cada tipo de inversão no português europeu

	VS	XVS	VOS	XVOS	OVS	XOVS	VXS
Recreador Mineiro (1845-1848)	27/91 30,5%	8/91 9%	7/91 7,5%	10/91 11%	2/91 2%	34/91 37%	3/91 3%
Jornal Mineiro (1890-1898)	24/100 24%	4/100 4%	6/100 6%	8/100 8%	4/100 4%	48/100 48%	6/100 6%
Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	17/119 14,5%	3/116 2,5%	12/119 10%	13/119 11%	4/119 3%	63/119 53%	7/119 6%

Fonte: Gravina (2014, p. 183).

O que interessa a esta tese nessas duas tabelas são a primeira coluna (VS) e a segunda coluna (XVS), cujos percentuais demonstram de forma evidente as enormes diferenças dos contextos entre PB e PE em que a ordem VS ocorre com um locativo. No PB, os percentuais do locativo à esquerda do verbo, nos três periódicos analisados, são 39%, 52% e 33%, enquanto, no PE, são 9%, 4% e 2,5%. Com base nos dados de Gravina (2014), pode-se dizer que as inversões locativas já se apresentavam desde o século XIX, o que mostra, na diacronia, que os contextos de licenciamento da ordem VS do PB e do PE são distintos desde o século XIX.

Gravina (2014) segue Pilati (2006) e Sheehan (2010) e assume que a derivação da ordem VS pode ser pela possibilidade de o EPP da oração ser satisfeito pelo elemento locativo/temporal na posição de sujeito.

- (11) **Nasceu** El-Rei Dom João II. (*Tribuna de Ouro Preto*, 1945).
- (12) **Existem** poucas propriedades de casas com vidraças. (*Recreador*, 1846).
- (13) 1º de abril **chegou** El rei à província. (*Recreador*, 1847).

(GRAVINA, 2014, p. 199).

Ao analisar os exemplos acima, Gravina (2014, p. 199) assim explica: “o verbo inacusativo gera um argumento nulo locativo movido para o SpecT, satisfazendo o EPP da sentença. Dessa forma, consegue-se manter a ordem da sentença”.

Como já mencionado, Gravina (2014) assumiu a proposta de Holmberg (2010) sobre a sintaxe das línguas de sujeito nulo parcial. Para explicar seus dados formalmente, a autora defende que a existência de traços discursivos no domínio de C e, segundo essa hipótese, os pronomes de 1ª e 2ª pessoa têm traços de pessoa (+pessoa), enquanto os pronomes de 3ª pessoa possuem traços (-pessoa). Nesse caso, os pronomes de 1ª e 2ª pessoa são movidos para a posição SpecTP e são apagados por um elemento mais alto, os traços-*speaker/addressee*, que valorariam os traços de pessoa presentes nesses pronomes.

A autora faz referência à proposta de Holmberg (2010) sobre o licenciamento de sujeitos em T e adota no que se refere à presença ou ausência de traços-D não interpretáveis em T para as línguas com sujeito nulo consistente e sujeito nulo parcial, respectivamente.

De acordo com Holmberg, o T contém o traço [D] ininterpretável, ou seja, é um traço que requer verificação e eliminação e é responsável por atrair uma categoria D-marcada para o seu domínio de checagem (T ou Spec-TP). Essas categorias podem ser DPs (sintagmas nominais definidos), pronomes, clíticos pronominais e, em algumas línguas, o morfema de concordância do verbo. O traço [uD] em T pode ser verificado por meio do movimento (*Merge* interno), que envolve o verbo que move para T ou um sujeito temático movendo-se para a posição de Spec-IP.

Em relação à proposta de Holmberg (2010), seguida por Gravina (2014), temos a seguinte observação: se T, uma categoria funcional, é defectiva, deveria licenciar de forma igual sujeitos de 1ª, 2ª e 3ª pessoas, o que não acontece no PB (cf. AYRES, 2021). Basta analisarmos sentenças do PB como *Tenho medo*, em que a primeira sentença é perfeitamente compreendida como sendo de 1ª pessoa. Já em *Tem medo*, não é interpretada necessariamente como um sujeito de 3ª pessoa, nem a omissão do sujeito é sentida com a mesma naturalidade das demais frases citadas. Nesse sentido, devido às assimetrias no licenciamento de sujeitos nulos de 1ª pessoa de um lado e de 3ª de outro, atribuir a explicação à defectividade de T não soluciona o problema, pois a defectividade não está em T, mas sim nos traços apresentados pelos diferentes itens

lexicais. Nesse sentido, consideramos ser preciso recorrer a outros elementos teóricos para explicar as diferenças entre o licenciamento dos sujeitos nulos do sistema pronominal do PB (RABELO, 2010).

### 5.3 Sujeitos locativos na posição pré-verbal no PB

Esta seção se debruçará sobre a questão dos locativos na posição de sujeito sob a ótica da proposta da cisão morfológica formulada por Pilati, Naves e Salles (2017a), a qual servirá de base para apresentação da proposta de análise desta tese sobre a mudança de valor dos locativos *aqui* e *ai* em posição pré-verbal<sup>69</sup>, como se verá na seção 5.5.

Os trabalhos de Pilati (2002, 2006) propuseram, de forma pioneira na literatura sobre o PB, que a ordem verbo-sujeito, em suas ocorrências mais produtivas no PB, tais como nas sentenças *Chegaram as Cartas*, *Morre Hebe Camargo*, era licenciada quando ocorriam elementos locativos na posição pré-verbal, de forma nula ou manifesta. Para a autora, era possível analisar as orações com ordem VS como inversões locativas<sup>70</sup>.

Pilati (2006, 2018), seguindo Bresnan e Kanerva (1989), Bresnan (1994), Pinto (1997) e Levin e Hovav (1995), defendeu que construções com ordem VS eram contextos de inversões locativas e que tais construções apresentavam as características descritas a seguir.

a) Não são usadas em contextos de respostas a perguntas Qu- com foco estreito, ocorrendo, portanto, em contextos de foco largo.

(14) A: Quem dormiu / Quem comeu o bolo?

B1: Foi a Bruna (que dormiu / que comeu o bolo).

B2: A Bruna.

B3: \*Dormiu a Bruna / \*Comeu o bolo a Bruna.

b) São licenciadas com mais frequência com verbos inacusativos, como atesta a maioria dos estudos variacionistas<sup>71</sup>.

<sup>69</sup> Entre as inúmeras pesquisas que examinaram e atestaram a ocorrência de locativos na posição pré-verbal típica de sujeitos podemos citar, por exemplo, Duarte (1993,1995), Pilati (2002, 2006, 2018), Gravina (2008, 2014), Kato e Tarallo (2003), Coelho (2006), Avelar (2009), Pereira (2011), Coelho e Martins (2012), Munhoz e Naves (2012), Pilati, Salles e Naves (2017a), Pilati e Naves (2018), Butters (2018).

<sup>70</sup> Para Levin e Hovav (1995, p. 218), construções com inversão locativa apresentam duas propriedades principais: a ordem PP V NP, em que o PP pré-verbal é, de modo geral, um termo locativo.

<sup>71</sup> Cf. Lira (1986), Berlinck (1989), Pezatti (1993), Coelho (2000) e Alberton (2001).

c) Podem ocorrer com verbos inergativos e transitivos, como defendido por Naro e Votre (1999) e atestado por Pilati (2002) e Scherre e Cardoso (2007).

- (15) a. Toma posse o deputado.  
 b. Tem a palavra a Senadora Heloisa Helena.  
 c. Merece destaque a nova seção deste jornal.

(PILATI, 2006, 2018).

Para atestar a sua hipótese, ou seja, a presença de sujeito na sentença em casos em que o *Determiner Phrase* (DP) ocorre em posição pós-verbal, Pilati (2006, p. 199) realizou alguns testes, detalhados a seguir.

a) Possibilidade de o pronome locativo controlar o elemento nulo da oração encaixada.

- (16) a. As crianças<sub>i</sub> dormem aqui porque  $e_i$  querem.  
 b. Aqui dormem as crianças<sub>i</sub> porque  $e_i$  é mais quente.

b) Possibilidade de alçamento do locativo a partir de encaixada selecionada por *parecer*.

- (17) a. Ali parece que caíram as folhas.  
 b. Ali parece que tomou posse o Deputado.  
 c. Ali parece que morreu uma pessoa.

c) Interpretação dêitica de orações com VS.

- (18) a. Morreu Fellini. (Eu acabei de ouvir que Fellini morreu)  
 b. Fellini morreu. (Fellini morreu (há algum tempo))

Os exemplos anteriores são uma evidência de que o locativo está na posição de sujeito, é ele que pode controlar um pronome nulo em orações encaixadas, exatamente como um DP lexical faz na posição de sujeito. Segundo a pesquisadora citada, a estrutura de uma oração com inversão locativa seria a seguinte: [CP [IP Ali [I moravam [VP os meninos [vti ]]]]].

No Capítulo 4, os testes a) e b) foram adaptados e comprovou-se que os locativos *aí* e *aqui*, presentes na gramática Kalunga e nos dados retirados da internet, quando assumem a posição e a função de sujeito referencial nos contextos apresentados, comportam-se como um pronome pleno e exibem novos traços, o de (+pessoa), tal como um DP, e, por conta disso, não poderia ser considerado um expletivo por receber papel temático. Essa diferença será retomada na seção 5.5.

Ainda na seara dos estudos sobre os locativos, destacamos o estudo de Pereira (2011), cujo objetivo é descrever e analisar, de um ponto de vista formal, as diversas realizações de do pronome locativo *lá* no português brasileiro, que vão além dos valores da dêixis.

Nesse sentido, a pesquisadora cataloga as diferentes realizações do locativo *lá*, descreve as suas propriedades e explica as suas posições na hierarquia sintática. A referida pesquisa indicou um tratamento formal às sentenças com “*lá*” no português brasileiro e seguiu a proposta cartográfica (CINQUE; RIZZI, 2008) de mapeamento das categorias sintáticas, evidenciando que:

há advérbios que ocupam a posição de especificador e checam traços dos núcleos de projeções funcionais e que a periferia esquerda é um campo rico em projeções funcionais que se caracterizam por comportar elementos de interface, isto é, relacionados concomitantemente à sintaxe e ao discurso. (PEREIRA, 2011, p. 7).

Com base nesses pressupostos, Pereira (2011) levanta a hipótese de que *lá* ocuparia a posição de especificador em projeções diversas das periferias do IP, VP e NP, conforme exemplos abaixo, que mostram as realizações de *lá* em cada periferia.

- (19) Eu *lá* sou mulher de levar desaforo pra casa?
- (20) O João (*lá*) comprou (*lá*) um carro?
- (21) Comprei (um livro *lá*) da COPEC.
- (22) *Lá* vem Maria.
- (23) *Lá* vai o ônibus.

(PEREIRA, 2011, p. 65, 90, 151, 191).

Os trabalhos de Pereira (2011, 2012) mostram as possibilidades de projeções ocupadas por *lá*, as suas propriedades e as singularidades de cada realização no PB e enfatizam os aspectos sintáticos de *lá*, identificando as posições que ele ocupa no esquema arbóreo e os papéis que



exerce na sintaxe. A autora, em (22) *Lá vem Maria*, analisa esse locativo como um tópico que se encontra no domínio do CP, e não do SpecTP, isto é, *lá* é um locativo e não ocupa posição de sujeito como se fosse um expletivo (BUTHERS, 2009).

Se estabelecermos uma comparação entre os achados de Pilati (2006) e Pereira (2011) podemos perceber dois aspectos importantes da sintaxe dos locativos no PB: o primeiro é que pronomes locativos são capazes de checar os traços EPP de T e, segundo, que há um tipo de gramaticalização nos traços dos pronomes locativos do PB que parecem estar perdendo seus traços de dêixis relacionada exclusivamente à local (cf. exemplos em 19).

### 5.3.1 Cisão do sistema pronominal — Proposta de Pilati, Naves e Salles (2017a)

Dando continuidade aos estudos sobre os sujeitos no PB, esta seção apresenta a proposta de Pilati, Naves e Salles (2017a) para explicar o licenciamento de sujeitos nulos e sua interação com os locativos na posição de sujeito no PB. O conjunto de dados que as autoras pretendem explicar será apresentado a seguir.

- (24) a. Morreu Pavarotti. (Acabou de acontecer)  
 b. Ergue o braço o juiz. / *Levanta a mão do árbitro.*  
 c. Ali entrou Dante. / *Lá entrou Dante.*  
 (exemplos adaptados de PILATI, 2006)
- (25) a. Cabe muita roupa nessa(s) mala(s).  
 b. Essa(s) mala(s) cabe(m) muita roupa.  
 c. Furou o pneu fazer carro.  
 d. O(s) carro(s) furou / furaram o pneu.  
 (exemplos adaptados de PONTES, 1986)
- (26) a. Tem monumentos lindos em Brasília / lá.  
 b. Brasília / Lá tem monumentos lindos.  
 (exemplos adaptados de PILATI; NAVES; SALLES, 2015)
- (27) a. Chove pouco nessa(s) cidade(s) / aqui.  
 b. Essa(s) cidade(s) chove(m) pouco.  
 c. Aqui chove pouco.  
 (exemplos adaptados de PILATI; NAVES; SALLES, 2015)

- (28) a. Vende CD nessa loja.  
 b. Essa(s) loja(s) vende(m) CD. / *Aqui vende CD.*

(exemplos adaptados de PILATI; NAVES; SALLES, 2015)

Segundo as autoras, os dados acima revelam a tendência do PB de preencher o sujeito e explicam que:

Há uma tendência de usar sujeitos preenchidos em vez de sujeitos nulos no português brasileiro. Sujeitos nulos na terceira pessoa do singular são considerados agramaticais em contextos "inesperados", porém são permitidos em contextos específicos, como quando estão em uma oração encaixada e são controlados pelo sujeito da oração matriz. (PILATI; NAVES; SALLES, 2017a, p. 107).

As autoras ainda mencionam que sujeitos locativos de terceira pessoa, sejam eles espaciais ou temporais, são observados em construções específicas, como exemplificado nos exemplos de (24) a (28) e, nessas construções, o verbo concorda em número no plural com sujeitos locativos que não são pronominais e estão no plural. Em outras palavras, quando o sujeito da frase é um locativo e está na terceira pessoa, o verbo concorda em número com esse sujeito.

Nesse sentido, Pilati, Naves e Salles (2017a) propõem uma análise uniforme para as sentenças de (26) a (30) e argumentam que a divisão no sistema pronominal/flexional do PB é a característica principal que define a mudança sintática ocorrida na língua. Ainda conforme as pesquisadoras, essa mudança pode ser explicada em termos de variação paramétrica nas características formais da morfologia de concordância no PB/pronomes nulos.

Trata-se, assim, de um fenômeno de cisão na categoria pronominal do PB, que passa a distinguir a 1ª e a 2ª pessoas, com traço de referencialidade, da 3ª pessoa, sem traço de referencialidade, indicando haver uma mudança nos traços formais da 3ª pessoa, permitindo que a posição de sujeito da sentença seja ocupada por sujeitos não canônicos, como locativos de lugar, por uma questão de checagem de traços.

Pilati, Naves e Salles (2017a) aproximam-se, parcialmente, de Bhat (2004) e Rabelo (2010), para quem há uma divisão no sistema flexional do PB que torna a flexão da 3ª pessoa incapaz de licenciar sujeitos nulos referenciais/definidos, em oposição à 2ª e à 3ª pessoas. As autoras argumentam “que o surgimento dessa propriedade inovadora está diretamente relacionado ao fato de a flexão de 3ª pessoa não conseguir licenciar o EPP, o que ainda está relacionado à perda de SE indefinido” (PILATI; NAVES; SALES, 2017a, p. 127). Nessa perspectiva, as pesquisadoras enfatizam que o requisito de EPP é então satisfeito com a inserção

de um sujeito locativo, realizado por um DP locativo ou por um pronome/advérbio pronominal locativo nulo, fazendo com que a variante nula seja recuperada no discurso.

Ainda consoante as autoras, a flexão da 3ª pessoa no verbo: 1) é licenciada como referencial quando apresenta um DP referencial na posição de sujeito, como em (a); 2) é como um pronome manifesto na posição de sujeito, como em (b); e 3) na ausência de um DP/pronome referencial completo, é ocupada por um pronome locativo nulo, e o argumento externo (3ª pessoa) é interpretado como genérico/arbitrário, tal como em (c).

- a) Maria conserta roupas. [DP + 3ª pessoa = significado referencial]
- b) Ela conserta roupas. [Pronome + 3ª pessoa = significado referencial]
- c) Aqui conserta roupas. [Pronome locativo ou expletivo = leitura arbitrária]

(PILATI; NAVES; SALLES, 2017a, p. 127-128).

Assim, segundo as autoras, a mudança sintática que tem ocorrido no português brasileiro tem relação com o sistema de checagem de traços do sujeito, e um exemplo apresentado são construções do tipo “Conserta sapato”: essa sentença, no PE, pode ser interpretada como “João conserta sapato”; já no PB, essa construção perdeu a exclusividade de pessoa e pode representar “alguém”, “ninguém”, “João”, “aqui”. Esse tipo de dado revela a possibilidade de um argumento locativo ocupar a posição de sujeito, como o locativo *aqui* (-pessoa).

Para as autoras, sempre que o locativo ocorre em posição pré-verbal, a interpretação da sentença é de sujeito genérico ou arbitrário, como na sentença “Aqui vende fruta”. Porém, com base na argumentação construída no Capítulo 4, há também no PB sentenças com locativos pré-verbais em que o pronome é interpretado com referência à pessoa do discurso (+pessoa), a exemplo das encontradas na fala da comunidade Kalunga, foco desta tese.

A seguir, o Quadro 9 compila um conjunto de dados, já apresentados no Capítulo 4, visando à comparação destes com os dados de Pilati, Naves e Salles (2017a) descritos no início desta seção.

Quadro 9 - Compilação de dados apresentados no Capítulo 4.

<b>Verbo transitivo</b>	<b>Verbo existencial</b>	<b>Cópula</b>	<b>Inergativos</b>
Aí sabe fazer vagabundo sofrer.	Aqui tem história, viu?	Aqui é Flamengo!	Aí dançava!
Aí sabe me fazer beber.	Aqui tem borogodó!	Aqui é Bahia, pai!	Aí caminhava!

Aí sabe me iludir bonito.	Aí tem talento!	Aqui é Grêmio!	
Aí coloca pra latir viu?!	Aqui é esperta!	Aqui é Lula!	
Aí coloca pra miar!		Aí é amiga!	
Aí sabe me fazer ranço!			
Aqui faz farofa!			
Aqui vende!			
Aí inventa coisa!			

Fonte: elaboração própria.

Como já apontado pelas pesquisadoras, na ausência de um DP/pronome referencial completo, a flexão de 3ª pessoa é ocupada por um pronome locativo nulo, e o argumento externo (3ª pessoa) é interpretado como genérico/arbitrário, tal como em *Aqui conserta roupas*, definido como um pronome locativo ou expletivo de leitura arbitrária.

Nas construções acima, que compõem o *corpus* desta tese, como em *Aí caminhava, aí inventa coisa*, presentes na fala Kalunga, analisadas e testadas no Capítulo 4, os locativos também figuram na posição de sujeito, como atestado por Pilati, Naves e Salles (2017a). No entanto, as sentenças em análise não recebem interpretação arbitrária (-definido) e (-humano).

Esta tese propõe, portanto, um novo tipo de análise dos dados como se vê na letra d abaixo:

- a) Maria conserta roupas. [DP + 3ª pessoa = significado referencial]
- b) Ela conserta roupas. [Pronome + 3ª pessoa = significado referencial]
- c) Aqui conserta roupas. [Pronome locativo ou expletivo = leitura arbitrária]
- d) Aí sabe me iludir bonito. [Pronome locativo = leitura definida]**

Em síntese, diferentemente do que se observou nos dados analisados na proposta das autoras citadas, nos dados desta tese os locativos manifestam novos traços, são interpretados como (+definidos) e (+humanos) e assumem a referência do contexto, comportando-se como pronomes plenos.

Vejam-se estas comparações:

- (29) Aqui vende fruta (em placa de supermercado) = vende-se fruta neste lugar.  
-REFERÊNCIA -ESPECÍFICA +HUMANA -DETERMINADA
- (30) Aí vende muito! = ela/ele/nós/a gente vende muito.  
-REFERÊNCIA +ESPECÍFICA +HUMANA +DETERMINADA

- (31) *Aí inventa coisa* = *ela/ele/nós/a gente*  
 - REFERÊNCIA + ESPECÍFICA + DETERMINADA -HUMANA
- (32) *Brasília, aqui há invenção!* = *nesse lugar, é comum inventar coisa*  
 -REFERÊNCIA LOCATIVA +ESPECÍFICA +DETERMINADA -HUMANA

Conforme se observa, dependendo do elemento na posição de tópico, a referência do pronome locativo pode ser arbitrária, locativa ou referencial. Com base nessas reflexões, somadas aos testes apresentados no Capítulo 4, fica evidente que os locativos ocupam a mesma posição na estrutura sintática que argumentos externos dos verbos ocupariam, hipótese que vai orientar a formulação da proposta de análise desta tese, descrita na próxima seção.

#### 5.4 A Proposta de análise

Na seção anterior, foram discutidos o licenciamento dos pronomes locativos na posição de sujeito e a proposta da cisão morfológica formulada por Pilati, Naves e Salles (2017a), a qual servirá de base para a proposta de análise desta tese sobre a mudança de valor dos locativos *aqui* e *aí* em posição pré-verbal. Como exposto, Pilati, Naves e Salles (2017a) apresentam uma análise unificada para explicar um conjunto de dados considerados inovadores no PB. Partindo da hipótese inicial das autoras citadas, esta seção apresentará a proposta desta tese para análise de sujeitos locativos com interpretação definida, referencial, recuperada contextualmente e verbos que selecionam sujeitos com traços (+humanos), (+definidos), que ainda não têm sido atestados pela literatura.

Ainda segundo as autoras citadas, não apresentar traços referenciais era a condição para a ocorrência desses sujeitos locativos, o que não acontecia com a 1ª e a 2ª pessoas, por serem inerentemente referenciais<sup>72</sup>.

Pautadas por essa reflexão, como já visto, as autoras formularam uma proposta que desse conta das diferenças entre a 1ª e a 2ª pessoas em relação à 3ª pessoa e, assim, foi proposto

---

<sup>72</sup> “Bhat (2004) argumenta, seguindo Benveniste (1971) e Lyons (1977), que a classe gramatical tradicionalmente conhecida como ‘pronomes’ não é uniforme e abriga elementos de naturezas distintas: de um lado, estão as formas pronominais que se referem aos indivíduos que participam do ato de fala e, de outro lado, as formas pronominais que não desempenham essa função. As primeiras o autor identifica como sendo os pronomes pessoais propriamente ditos e restringe-as aos pronomes de 1ª e 2ª pessoas do discurso; as últimas o autor identifica sob o rótulo de proformas, que são as demais formas pronominais, incluindo os pronomes pessoais de 3ª pessoa, os demonstrativos, os indefinidos, os interrogativos, etc.” (PILATI; NAVES, 2013, p. 245-247).

que o sistema pronominal do PB fosse dividido em dois subsistemas: a) um constituído pela 1ª e pela 2ª pessoas; e b) outro, pela 3ª pessoa — mostrando que o PB lida de forma diferente com as características de 3ª pessoa em oposição, à 1ª e à 2ª pessoas, conforme encontramos em Pilati e Naves (2013) e Pilati, Naves e Salles (2015, 2017a).

As referidas autoras defendem duas hipóteses sobre a sintaxe do PB: a primeira é haver uma divisão no sistema pronominal, uma vez que a 1ª e a 2ª pessoas exibem propriedades sintáticas e semânticas diferentes em comparação com as exibidas pela 3ª pessoa; a segunda é que o PB licencia elementos locativos na posição de sujeito. Dito isso, as autoras entendem que essa característica da 3ª pessoa constitui uma propriedade inovadora no PB.

Nessa perspectiva, ainda que a hipótese inicialmente formulada pelas pesquisadoras não tenha abarcado os locativos com traços (+humano) na posição de SpecTP, ela continua válida para descrevê-los e explicá-los dentro de contextos específicos. Nesse sentido, a proposta desta tese amplia a hipótese trazida pelas citadas pesquisadoras e contribui para as discussões sobre a sintaxe do sujeito e as inovações presentes no PB, em especial no que diz respeito aos locativos *aí* e *aqui*, já disseminados nas várias regiões do país, inclusive na gramática Kalunga — o que demonstra que essa comunidade faz parte de tal movimento de mudança do PB e que a pouca mobilidade não impediu inovações em sua gramática, de modo a só fortalecer a hipótese de um isolamento relativo vivido pelo povo Kalunga.

No que diz respeito às sentenças analisadas nesta pesquisa, podemos dizer que elas só reforçam a hipótese da cisão e que não cabe somente à erosão morfológica a determinação de preenchimento do sujeito. Há em curso uma reorganização do sistema pronominal do PB, e a cisão parece contribuir para o surgimento de sujeitos inovadores, o que pode estar conectado com a necessidade de preenchimento da posição de sujeito no PB para satisfazer o EPP. O PB torna-se, assim, uma língua de sujeito nulo parcial em que a preferência nacional tem sido a ordem SVO.

Tais sentenças apresentam tendências, previamente demonstradas, sobre a emergência de locativos na posição de sujeito e é possível assim sintetizá-las:

1. preenchimento da posição pré-verbal à esquerda do verbo;
2. enrijecimento da ordem SVO;
3. ocorrência de sujeitos inovadores, ou seja, sujeitos não canônicos preenchendo a posição de sujeito locativo, como já atestado em Pilati, Naves e Salles (2017a);
4. surgimento da interpretação de sujeito definido/referencial como uma novidade;
5. pronomes locativos apresentando novos traços (+humano) e (+específico).

Com o apoio dessas reflexões, será listado abaixo um resumo das características sintáticas e semânticas desses sujeitos locativos pronominais ora analisados, que se diferem do sujeito canônico e do tipo tópico/foco, por exemplo, de maneira que podem ser chamados de sujeitos não canônicos com interpretação definida e referencial com traço (+humano):

- a) apresentam estruturas S(locativo pronominal)VO;
- b) podem ser licenciados com verbos de alçamento (não seleciona argumento externo);
- c) exibem características de DPs em posição típica de sujeito pré-verbal;
- d) não podem ser nulos;
- e) ocorrem em Spec de TP;
- f) licenciam-se com verbos que selecionam sujeitos agentivos, cópula e transitivos;
- g) apresentam, em sua maioria, verbos no indicativo, presente e imperfeito e na 3ª p.s.;
- h) aparecem em contextos específicos de assertivas enfáticas e em textos orais e escritos com marcas de oralidade;
- i) não têm mobilidade na sentença;
- j) estão sempre à esquerda dos verbos;
- k) não respondem satisfatoriamente à pergunta “onde?”, como o fazem locativos de lugar;
- l) apresentam uma semântica própria;
- m) não são expletivos (não correspondem ao *it* do inglês nem ao *there*);
- n) estão presentes nas várias regiões do Brasil.

Além dessas características, pode-se dizer que sujeito locativo pronominal, em posição pré-verbal, é um elemento referencial, definido e percebemos que os locativos *aí* e *aqui* nos contextos analisados não são intercambiáveis, ou seja, *aí* é usado para 3ª p.s. e p.p. e *aqui*, para a 1ª p.s. e p.p. Por fim, não foram encontradas construções com outros locativos nos dados analisados.

Uma observação em referência à tendência no PB de preencher a posição sujeito, discutida no Capítulo 4, era que a 3ª p.s. se mostrava mais resistente à mudança e conservava o sujeito nulo, ao contrário da 1ª p.s. (DUARTE, 1993). Atualmente, o que se percebe é uma tendência no PB de preencher o sujeito na 3ª pessoa, mesmo que seja com locativos. Como defende esta tese, a 3ª pessoa tem adquirido traços (+humano) e (+específico) e vem ocupando espaço reservado antes à definitude.

A seguir, apresentamos o quadro abaixo como forma de comparar as diferenças e semelhanças do comportamento sintático e semântico do locativo pré-verbal à esquerda do verbo, com base em duas sentenças.

Quadro 10 — Comparação entre usos do locativo *aqui*

<b>AQUI CONSERTA SAPATO.</b> <sup>73</sup>	<b>AQUI É KALUNGA!</b> <sup>74</sup>
Genérico/indefinido	Definido/não arbitrário/específico
Sujeito não canônico	Sujeito não canônico
Ocupa SpecTP	Ocupa SpecTP
Pode ser nulo	Não pode ser nulo
- Alternativa à queda do clítico SE. - Alternativa ao “Conserta-se sapato.”	- Estratégia de preenchimento do sujeito (EPP). Equivale a “Eu sou Flamengo!” - Atende à cisão morfológica.
(+dêítico) (-pessoa)	(+dêítico) (+pessoa)
Ocupa a posição típica de sujeito	Ocupa a posição típica de sujeito
Não tem mobilidade na frase	Não tem mobilidade na frase
Papel temático é o de agente	Papel temático é o de agente
Pronome locativo ou quase expletivo	Locativo sujeito referencial
Propriedade inovadora no PB	Propriedade inovadora no PB
Boa aceitabilidade no PB, mas não no PE	Boa aceitabilidade no PB, mas não no PE

Fonte: elaboração própria.

Considerando a comparação acima, propõe-se que tais construções possam ser tratadas como um fenômeno que exhibe propriedades já atestadas na literatura sobre o tema, como a presença de sujeitos locativos, ocorrência com verbos de 3ª pessoa e ordem S(Locativo)V(O). Ao mesmo tempo, elas parecem revelar uma propriedade específica ainda não reconhecida nos estudos linguísticos: o fato de os sujeitos locativos receberem interpretação definida e específica com traços de pessoa do discurso, ou seja, o locativo passa a ser considerado pronominal e estabelece relações anafóricas entre o domínio do CP e TP.

<sup>73</sup> Escrito num estabelecimento comercial.

<sup>74</sup> Dito por uma pessoa para enfatizar que ela é torcedora convicta do time.



No quadro 10 acima, observa-se que os sujeitos locativos pronominais não apresentam características de um expletivo, como ocorre no caso do *it* e do *there* em inglês, uma vez que tais sujeitos possuem papel temático, ao contrário dos expletivos que não contribuem com nenhum significado para a sentença e não se refere a nenhum ente do discurso.

Na tradição gerativa, o papel temático é uma propriedade semântica atribuída aos argumentos de um verbo que descrevem sua relação com o evento ou estado expresso pelo verbo. Por exemplo, em uma frase como “O João comeu o bolo”, o argumento “O João” recebe o papel temático de agente.

No caso do sujeito expletivo, ele não recebe um papel temático, porque não está relacionado semanticamente com o evento ou estado expresso pelo verbo. O sujeito expletivo é uma posição sintática preenchida apenas para fins gramaticais, a fim de cumprir requisitos estruturais da sentença. Ele não contribui com nenhum significado semântico específico para a frase e não desempenha um papel temático, porque sua presença na sentença não está relacionada à sua participação ativa na ação ou no estado descrito pelo verbo, representando uma necessidade estrutural da língua para preencher uma posição sintática específica.

Um exemplo clássico de expletivo é o pronome “it” em construções como “It is raining” (Está chovendo). Nesse caso, o “it” não se refere a algo específico, mas é utilizado para preencher a posição de especificador vazia na estrutura da sentença.

No Capítulo 4, foram realizados testes sintáticos para evidenciar que os sujeitos locativos pronominais exibem comportamento de um sujeito e recebem papel temático, como já dito, ao contrário dos expletivos.

Considerando a importância que a concordância assume no contexto do Programa Minimalista (PM), já que ela vai além de um fenômeno gramatical, a seguir discutiremos algumas diretrizes do PM como forma de descrever as sentenças formadas por sujeitos locativos pronominais em posição pré-verbal no que diz respeito à checagem de seus traços.

Desse modo, nesta tese, adotaremos a proposta de checagem de traços do Programa Minimalista (PM), uma vez que tal Programa procura fornecer explicações e compreender como os diferentes sistemas, cognitivos ou não, interagem entre si e com a língua, partindo do pressuposto de que a língua é um sistema com base biológica. Antes de nos determos à checagem de traços, relembremos alguns pressupostos da teoria gerativa.

Como já exposto, a Gramática Gerativa é o estudo da capacidade linguística como parte da cognição humana e o ponto de partida, segundo Chomsky; Galego; Ott (2019) foi a observação de Descartes, que aponta para a capacidade exclusiva dos seres humanos de combinar palavras e formar enunciados compreensíveis para expressar seus pensamentos:

A Gramática Gerativa (GG) é o estudo da capacidade linguística como componente da cognição humana. Seu ponto de partida é a observação de Descartes de que "não há homens tão embotados ou estúpidos [...] que sejam incapazes de arranjar várias palavras juntas e formar um enunciado a fim de que seus pensamentos sejam entendidos; enquanto não há outro animal, por mais perfeito e bem dotado que seja, que possa fazer o mesmo" (Discurso do Método, 1662). Estudos na área de cognição comparada nas últimas décadas confirmam a percepção de Descartes: apenas os seres humanos parecem possuir uma gramática mental - uma "língua-I" ou sistema linguístico interno e individual - que permite a composição de infinitas expressões significativas a partir de um estoque finito de unidades discretas (Hauser et al. 2002, Anderson 2004, Chomsky 2012a, 2017)<sup>75</sup>. (CHOMSKY; GALEGO; OTT, 2019, p. 230).

Conforme Chomsky; Gallego; Ott (2020), a Gramática Universal (GU) é o termo utilizado para descrever a diferença fundamental entre humanos e outros animais em termos de capacidade cognitiva relacionada à linguagem. A GU implica que apenas os seres humanos possuem uma gramática mental, também conhecida como Língua-I, um conhecimento interno e individual presente na mente dos falantes, que lhes permite gerar e compreender uma variedade ilimitada de expressões linguísticas e as manifestações reais de tal conhecimento é por meio da Língua-E. Essa gramática mental é inata e compartilhada por todos os seres humanos, independentemente da língua específica que aprendem, ou seja, nosso cérebro está pronto para a linguagem.

Isso implica que os mecanismos e princípios associados à GU devem ser simples o suficiente e plausíveis para terem surgido como resultado de um evento evolutivo único e relativamente rápido. Essa exigência é necessária para explicar por que somente os seres humanos possuem a capacidade de adquirir e utilizar a linguagem de maneira complexa.

Diante desses postulados, pretendemos apresentar uma proposta para os locativos *aí* e *aqui* em posição pré-verbal, os quais vêm adquirindo *status* de sujeito não-canônico nas sentenças. Diante dessa perspectiva, faz-se necessário descrever como tais locativos realizam a checagem de traços numa abordagem minimalista.

De acordo com Chomsky (1999), são identificados dois mecanismos de concordância no sistema computacional: um operando no nível da sentença e outro ocorrendo internamente

---

<sup>75</sup> No original: Generative Grammar (GG) is the study of linguistic capacity as a component of human cognition. Its point of departure is Descartes' observation that "there are no men so dull-witted or stupid [...] that they are incapable of arranging various words together and forming an utterance from them in order to make their thoughts understood; whereas there is no other animal, however perfect and well endowed it may be, that can do the same" (Discours de la méthode, 1662). Studies in comparative cognition over the last decades vindicate Descartes' insight: only humans appear to possess a mental grammar—an "I-language," or internal-individual language system—that permits the composition of infinitely many meaningful expressions from a finite stock of discrete units (Hauser et al. 2002; Anderson 2004; Chomsky 2012a, 2017).

ao DP, que é denominado de concordância (*concord*). Na concordância ao nível da sentença, a verificação de traços é realizada por meio de um processo chamado *Agree*. Para o autor citado, a concordância é considerada uma relação entre um núcleo funcional e um núcleo lexical em uma estrutura sintática. Essa relação ocorre quando o núcleo funcional "verifica" uma propriedade específica no núcleo lexical. No PM, a concordância verbal envolve a transferência de traços entre o sujeito e o verbo, a fim de garantir a concordância verbal adequada em número e pessoa.

A introdução dos conceitos de *merge* e *agree* representou uma simplificação ainda maior do arcabouço teórico gerativista. O processo de *merge* ocorre por meio da numeração ou seleção lexical, em que as entradas lexicais são etiquetadas, resultando na formação de um único constituinte, ou através da concatenação ou união de dois constituintes para formar um novo constituinte maior.

As operações gramaticais são motivadas pela necessidade dos elementos sintáticos de verificarem seus traços formais, divididos em traços interpretáveis e não interpretáveis. Os traços de gênero, pessoa e número, os chamados traços phi ( $\phi$ )<sup>76</sup>, são traços interpretáveis, os que recebem interpretação na interface com o sistema conceitual-intencional. Já entre os traços não interpretáveis estão os traços de Caso dos DPs, os traços  $\phi$  associados a categorias funcionais e o traço EPP (*Extended Projection Principle*) e são assim denominados por não receberem interpretação na interface conceito-intencional.

A eliminação dos traços não interpretáveis acontece mediante relações de checagem entre um núcleo funcional e os traços formais de outro elemento. Essa checagem de traços é realizada por meio do conceito de *agree* (concordância), no âmbito do sistema do *probe-goal* (Chomsky, 1999). Por exemplo, na concordância presente na frase "os meninos correm", o verbo "correm" concorda em número e pessoa com o DP "Os meninos". Consoante a perspectiva minimalista, essa concordância ocorre porque o núcleo funcional do verbo verifica a propriedade de número presente no núcleo lexical do DP num sistema *probe-goal*, ou seja, uma relação de sonda-alvo. Assim, podemos dizer que o verbo funciona como uma sonda (*Probe*) que busca um alvo (*goal*) para valorar seus traços, já que a valoração é um processo necessário para a boa formação de uma sentença.

Nesse sistema, a sonda contém um conjunto de traços formais não interpretáveis presentes em um núcleo funcional. Por sua vez, o alvo é um elemento que possui traços formais

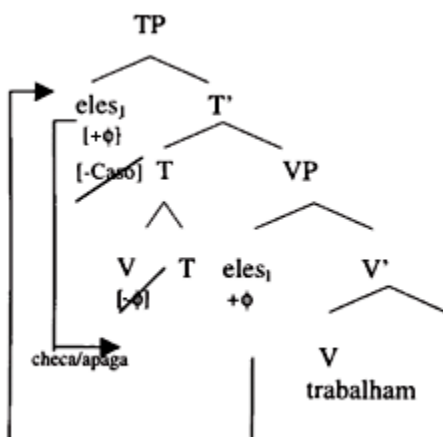
---

<sup>76</sup> No modelo gerativista, a letra grega  $\phi$  (phi) é usada como uma variável que simboliza diferentes características morfossintáticas em uma língua, como concordância e movimento.

interpretáveis do mesmo tipo dos traços do núcleo funcional da sonda. O processo de concordância ocorre por meio da verificação dos valores dos traços entre a sonda e o alvo. Quando os traços correspondentes são verificados, isso resulta na concordância entre eles. Após a verificação, os traços não interpretáveis da sonda são eliminados. Para que um elemento seja considerado um alvo para uma sonda, ele precisa estar sob o domínio da sonda. Isso significa que a sonda deve c-comandar (ou seja, exercer controle sintático) sobre o alvo.

Em resumo, no PM a concordância é um processo em que uma sonda verifica os traços formais com um alvo e, se houver correspondência, ocorre a concordância. Esse processo envolve a eliminação dos traços não interpretáveis da sonda e a relação de c-comando entre a sonda e o alvo.

A verificação do Princípio de Interpretação Plena é fundamental para garantir a interpretação completa e correta das estruturas sintáticas. Ele indica que somente os traços relevantes para a interpretação dos diferentes componentes da linguagem serão derivados e interpretados nos respectivos domínios. Isso evita que traços desnecessários ou inapropriados sejam derivados e interpretados, resultando em uma interpretação ambígua ou incorreta da sentença. Esse movimento pode ser ilustrado abaixo:



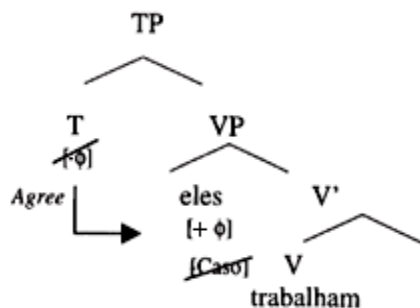
(MAGALHÃES, 2004, p. 151)

Baseada na teoria de checagem de Chomsky (1995), Magalhães (2004) assim explica como se deu a checagem dos traços acima:

A checagem dos traços se dá via movimento de traços, que são atraídos por um alvo que tem traços não-interpretáveis. O traço D-forte de T (alvo), por exemplo, desencadeia o movimento do sujeito até seu Spec para satisfazer o EPP. T, então, tem seu traço D checado e apagado e o sujeito também tem seu

traço de Caso checado por T. Os traços- $\phi$  do sujeito serão checados quando o verbo for elevado e adjungido a T. Então, o sujeito checa e apaga os traços- $\phi$  do verbo. O traço de Caso do sujeito, por ser não-interpretável, é apagado quando checado, mas os seus traços- $\phi$  permanecem mesmo depois da checagem porque são interpretáveis. (MAGALHÃES, 2004, p. 151).

Segundo Chomsky (1998), no componente encoberto, não há movimento de traços. As relações de verificação ocorrem abertamente por meio da operação chamada *Agree*, estabelecida entre dois elementos: uma sonda (*probe*) e um alvo (*goal*). No caso de uma relação-A, por exemplo, a sonda possui traços não-interpretáveis e busca os traços interpretáveis do alvo. O alvo, por sua vez, deve possuir um traço de Caso estrutural não verificado, o que o torna ativo para participar das relações de verificação com a sonda. Durante o processo de correspondência dos traços entre a sonda e o alvo, o *Agree* elimina os traços não-interpretáveis somente se a sonda e o alvo estiverem adequadamente relacionados (com o alvo na posição de complemento da sonda), forem completos (possuindo um conjunto completo de traços) e se o alvo estiver ativo, isto é, possuir um traço não-interpretável a ser verificado. É que vemos abaixo de acordo com



(MAGALHÃES, 2004, p. 151)

Se a concordância é vista como um processo sintático que envolve a verificação e correspondência de traços entre o verbo e seu sujeito, como será a checagem de traços da sentença *Aqui é Kalunga!* no contexto desta pesquisa?

A posição onde ocorre a concordância com o sujeito é em T. Codificamos que T procura um argumento para concordar como [u $\phi$ ]<sup>77</sup>. O "u" se refere a um traço não valorado, indicando que T requer certos traços para serem atribuídos. Nesse caso, T está buscando especificamente traços  $\phi$ , que incluem pessoa e número.

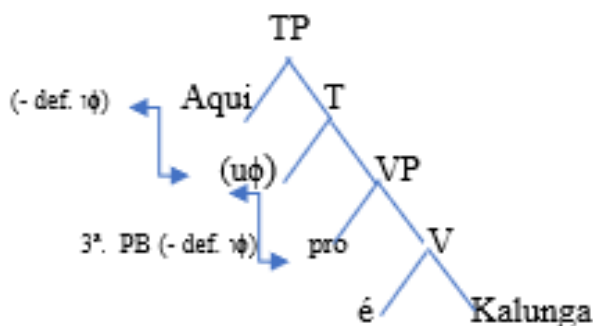
<sup>77</sup> Quando um traço de concordância é representado como "u $\phi$ ", significa que seu valor não está determinado e pode ser preenchido por meio de concordância com outros elementos na estrutura da frase.

Em relação à sentença *Aqui é Kalunga!*, T procura um argumento para concordar com os traços não interpretáveis de pessoa e número - [u $\phi$ ], como *pro* de 3.<sup>a</sup> pessoa no PB é defectivo em relação aos traços *phi*<sup>78</sup> o pronome *aí* passa a ocupar o SpecTP valorando os traços de pessoa do discurso de T.

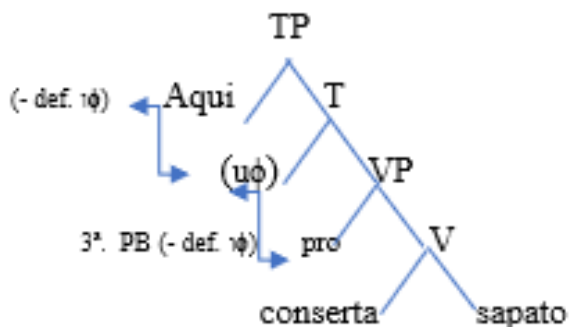
A sonda (T) possui traços- $\phi$  não interpretáveis e *pro* em Spec de vP não pode validar esses traços (cf. Pilati, Naves e Salles, 2017a). O alvo (Aí) possui traços- $\phi$  interpretáveis não checados, permitindo que o alvo possa se relacionar com a sonda para fazer a checagem. A sonda e o alvo se combinam, resultando na checagem e apagamento dos traços- $\phi$  não interpretáveis da sonda, assim como do traço de Caso estrutural do alvo.

Utilizando uma representação arbórea simplificada, apenas com VP e TP, representamos abaixo o sistema de checagem de traços das sentenças estudadas na tese, conforme proposto acima (usaremos a categoria V para representar qualquer tipo de verbo).

*Aqui é Kalunga.*



*Aqui conserta sapato.*



<sup>78</sup> No modelo gerativista, a letra grega  $\phi$  (phi) é usada como uma variável que simboliza diferentes características morfossintáticas em uma língua, como concordância e movimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diversas abordagens para o estudo da linguagem e uma delas consiste em focar naquilo que podemos denominar como a produção linguística do falante (o que dizemos, escrevemos, etc.), que desempenha um papel central na comunicação. Outra abordagem visa a caracterizar o que possibilita essa produção: um conhecimento interno presente na mente/cérebro do falante, viabilizando a sua capacidade linguística.

Esse conhecimento tem sido objeto de debates e controvérsias, questionando se é aprendido, por meio de estratégias conscientes, memorização, etc., ou adquirido de forma inconsciente a partir da exposição à língua de uma comunidade linguística durante a infância. Há evidências significativas em favor desta última conclusão, bem como da hipótese de que a Faculdade da Linguagem e suas manifestações reais nas línguas naturais, como o português, inglês, espanhol, por exemplo, é uma capacidade cognitiva exclusivamente humana, cujo surgimento é relativamente recente em termos evolutivos (CHOMSKY; GALLEGO, 2020).

Esta tese apoiou-se nesses pressupostos e teve como enfoque principal, sob a perspectiva da teoria gerativa, com base nos desenvolvimentos mais recentes do Programa Minimalista de Chomsky (1995, 1999, 2000, 2001), descrever como ocorre no sistema computacional o licenciamento dos sujeitos locativos definidos e referenciais na posição pré-verbal, em relação a seus aspectos sintáticos e semânticos, na variedade linguística da comunidade quilombola Kalunga do Vão de Almas, situada no estado de Goiás, bem como apresentar uma proposta de análise teórica acerca desse fenômeno.

Em razão das características sócio-históricas e culturais que permeiam tal comunidade, a pesquisa também envolveu e alcançou outros propósitos, como a construção de um panorama de fenômenos linguísticos presentes na fala Kalunga, cotejando-os com os de outras variedades rurais e a discussão sobre os aspectos relativos à formação do povo Kalunga. Apesar do caráter inovador, e das especificidades gramaticais das estruturas investigadas, abordamos esses aspectos por consideramos importante que essa retomada histórica fosse evidenciada para entendermos a dinâmica social por trás de alguns fenômenos que influenciaram os aspectos linguísticos da comunidade.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, buscamos reunir dados de fala espontânea produzidos por falantes adultos a partir de 60 anos, não escolarizados, que nasceram e vivem na comunidade Kalunga do Vão de Almas. A análise desses dados prezou por uma abordagem qualitativa do fenômeno estudado: a ocorrência de um tipo de estrutura gramatical em que se verifica o uso de um advérbio locativo que satisfaz as propriedades argumentais do predicado,

em que o referente é marcado pelo traço [+humano]. A proposta teórica foi sustentada no quadro da gramática gerativa e se justificou mediante a análise apoiada na hipótese de que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial, em que se constata um tipo de cisão na expressão das propriedades formais da flexão verbal e do sistema pronominal.

Assim, a presente investigação foi dividida em cinco capítulos, além da introdução e destas considerações finais. No Capítulo 1, foram apresentadas algumas características do povo Kalunga, um sucinto panorama sobre o conceito de quilombo e a sócio-história da comunidade, suas lutas, suas memórias, seus interesses e o crescente protagonismo nos vários âmbitos na atualidade. Também foram expostas as características demográficas do território escolhido para a pesquisa, a localidade de Vão de Almas.

Como sabemos, a região Centro-Oeste, em particular o estado de Goiás, mesmo durante o período aurífero, viveu um reconhecido isolamento social e político, não havendo proximidade com a Corte (CHAUL, 1997). No que se refere aos Kalunga, a comunidade sofreu isolamento próprio da região, mesmo após a abolição, e isso não significava desconhecimento a respeito da sociedade que os circundava, tendo em vista que, antes de serem “descobertos” pela antropóloga Mari Baiocchi, circulavam pelas cidades vizinhas, mantendo relações sociais e econômicas com outras comunidades, como relatado pelos moradores nas entrevistas realizadas. É mais produtivo ponderar sobre o abandono e a marginalização social de tal comunidade do que ressaltar o estereótipo do isolamento total, que, em termos socioculturais, nunca é completo e definitivo.

Ainda que muitos se refiram ao falar Kalunga como “diferente”, “estranho”, “errado”, a constatação desta pesquisa é que a sintaxe da comunidade Kalunga apresenta muitas características semelhantes às de outras variedades do PB, e o desconhecimento dessas semelhanças e das questões sobre variação e inatismo contribuem para reforçar a discriminação contra os falantes das zonas rurais.

No Capítulo 2, foi apresentado um resumo da literatura sobre a origem e a formação do português do Brasil, considerando o contato de línguas (ou confronto de línguas). Foram revisitadas as principais hipóteses interpretativas para a formação do PB e suas implicações, e também foi investigado como esses contatos influenciaram a gramática do PB em Goiás durante o século XVIII. Além disso, o objetivo foi compreender a presença africana em Goiás, a fim de entender as características sócio-históricas e linguísticas da fala Kalunga, foco principal desta tese.

No Capítulo 3, foram apresentadas a metodologia, a construção e a organização do *corpus* da pesquisa. Além disso, foi elaborado um panorama linguístico com o intuito de



descrever as similaridades e diferenças do falar Kalunga em comparação com outros falares rurais quilombolas. Essa comparação foi realizada entre os dados coletados na comunidade Kalunga e os resultados de análises dos mesmos fenômenos em outras comunidades rurais quilombolas do estado da Bahia (Helmécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé), como foi descrito em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

Para respondermos à pergunta: Qual o estatuto dos locativos na posição pré-verbal que ocupam a posição de sujeito tendo em vista os dados desta pesquisa? Quais os contextos em que aparecem e junto a quais tipos de verbos? O Capítulo 4 teve como objetivo descrever as propriedades sintáticas e semânticas de um novo tipo de construção, caracterizada por sujeitos locativos pronominais com referência à pessoa do discurso. Essa possibilidade foi identificada na gramática Kalunga, uma variedade rural, bem como em variedades urbanas, como atestam os dados coletados em redes sociais e na música. Foram examinadas sentenças que apresentam um tipo de locativo não previsto nas gramáticas tradicionais, como “aí” e “aqui”, que adquirem uma interpretação referencial, no âmbito do discurso, definida, associada à pessoa do discurso. Esses sujeitos locativos passam a ocupar a posição de sujeito pleno na sentença e apresentam propriedades específicas que ainda não haviam sido descritas na literatura, especialmente no que diz respeito à interpretação definida e específica do sujeito, recuperada no discurso.

Por meio da realização de testes sintáticos, comprovou-se que os locativos podem ocupar posições típicas de sujeito e controlar *pro* em orações encaixadas, exatamente como um DP lexical se comporta numa posição de sujeito, e concluiu-se que tais construções apresentam propriedades já validadas na literatura, como a presença de sujeitos locativos, a ocorrência com verbos de 3ª pessoa e a ordem locativo-verbo-complemento. No entanto, a análise revela uma propriedade específica ainda não reconhecida no campo dos estudos linguísticos, o fato de os sujeitos locativos receberem uma interpretação definida e específica com traços de pessoa do discurso, bem como papel temático, diferentemente dos expletivos, que são vazios.

Os dados apresentados nesta tese revelaram uma descoberta que corrobora estudos anteriores realizados por Pilati (2002, 2006), Pilati, Salles e Naves (2017a) e Pilati e Naves (2018) em duas direções. Em primeiro lugar, demonstram a possibilidade de licenciamento dos pronomes/advérbios pronominais locativos em posição pré-verbal no português do Brasil, exercendo a função de sujeito. Em segundo, indicam uma reestruturação do sistema flexional do PB, conforme destacado pelas autoras e mencionado neste estudo.

Esses locativos estão se comportando como constituintes nominais, semelhantes a um sintagma nominal (SN), assumindo a função/posição de sujeito e os traços de pessoa do discurso (+humano). Apesar de preservarem a dêixis, podem ser reinterpretados como sujeitos plenos,

uma vez que recebem uma interpretação definida e não genérica. O aludido fenômeno representa uma inovação na sintaxe do sujeito do PB e pode estar relacionado ao fato de que o PB está se tornando cada vez mais uma língua com sujeito preenchido, diferenciando-se, assim, do português europeu (PE) — o que vale ser sublinhado aqui.

Além disso, foi preparado um questionário como forma de analisar as percepções de falantes do PB e do PE em relação às construções envolvendo sujeitos locativos pronominais, e ficou evidente a aceitabilidade daqueles em relação a essas construções inovadoras, diferentemente do que se observou com os falantes do PE.

No Capítulo 5, foi feito um breve retrospecto dos estudos sobre pronomes e advérbios, sintaxe dos sujeitos nulos e preenchidos, sujeitos locativos, emergência da ordem (X)VS no português brasileiro. Consideramos importante trazer esses tópicos, pois eles deram suporte às nossas reflexões e à materialização para a nossa proposta de análise. Assim, apresentamos algumas definições do pronome e do advérbio de acordo com algumas gramáticas tradicionais e de uso. O objetivo foi compreender as características morfossintáticas apresentadas pelas gramáticas tradicionais para os termos *aqui* e *aí*, estabelecendo um contraponto evidente entre a previsão tradicional para os locativos na oração e o caráter inovador dos dados analisados nesta tese.

Em seguida, apresentamos um panorama acerca dos estudos linguísticos sobre o sujeito nulo e preenchido no PB. Além da questão do sujeito, a ordem (X)VS também teve destaque, por se tratar de um fenômeno que apresenta interface direta com a questão da emergência dos locativos em posição pré-verbal no PB. Discutimos os pronomes locativos na posição de sujeito e a proposta da cisão morfológica formulada por Pilati, Naves e Salles (2017a), o que serviu de base para a apresentação da nossa proposta de análise sobre a mudança de valor dos locativos *aqui* e *aí* em posição pré-verbal, derivando a ordem SVO e demonstrando seu esvaziamento semântico de significado de lugar.

Por fim, no Capítulo 5 fizemos uma proposta de análise para os locativos em posição pré-verbal. Tendo em vista os dados analisados no Capítulo 4 e nas características observadas, foi possível constatar que os locativos, os quais estão sendo denominados nesta tese como sujeitos locativos pronominais, passaram a fazer referência a pessoas do discurso e a ocupar a posição de sujeito definido e específico na oração. Isso confirma as pesquisas, as quais vêm indicando que não apenas os sujeitos convencionais ocupam a posição à esquerda do verbo, mas também outros elementos, como os expletivos, os tópicos e os apresentados nesta tese. Todos passaram a ocupar a posição à esquerda do verbo no português do Brasil visando a

satisfazer o traço EPP, que requer que toda sentença exiba um sujeito (CHOMSKY, 1995), sendo sujeito a categoria situada em SpecTP e destinada a checar os traços-*phi* do núcleo I.

Isso significa que existem categorias sintáticas distintas dos sujeitos canônicos que desempenham a função de sujeito em contextos específicos, conforme analisado nesta pesquisa, que são bem aceitas no PB, e a checagem dos seus traços é realizada no domínio do C, que liga a sentença ao discurso.

Com base nesses estudos, ao examinarmos os aspectos sócio-históricos e sintáticos da gramática Kalunga, bem como a emergência de sujeitos locativos definidos como uma inovação, assumimos que a comunidade Kalunga não é de fato uma sociedade isolada do ponto de vista linguístico, uma vez que não encontramos vestígios na sua gramática que comprovem esse apartamento. Faz-se necessário relativizar esse isolamento geográfico e linguístico e assumir que a fala Kalunga preserva traços semelhantes aos do falar rural goiano. Os resultados desta pesquisa indicaram que há algumas convergências entre a variedade Kalunga e a variedade urbana, o que fortalece a hipótese de que aquela, apesar do insulamento relativo da comunidade, não pode ser considerada essencialmente uma fala conservadora e está em um *continuum* das variedades do PB, sendo reconhecível e legítima.

De modo semelhante ao que ocorreu na variedade urbana, também na gramática Kalunga, a morfologia perdeu o papel de licenciar o sujeito nulo, e o preenchimento do sujeito avança, como se observa em vários falares urbanos e rurais do PB contemporâneo. Tal averiguação reitera a nossa hipótese de que o isolamento Kalunga foi relativo, e essa comunidade, assim como tantas outras, apresenta inovações e conservadorismo na língua, mesmo com as diferenças sócio-históricas que marcam a sociedade urbana e a rural e, em especial, os remanescentes de quilombo, sendo que os condicionamentos internos em vários aspectos unificam essas variedades em torno de uma gramática brasileira que vem se distanciando do PE.

Em suma, a similaridade das características presentes nos falares examinados nesta tese, tornou-se aparente mediante a análise comparativa. Tal similaridade sugere que a língua utilizada pelos Kalunga compartilha propriedades que refletem um padrão de contato linguístico semelhante ao observado em outras comunidades rurais do Brasil.

De forma geral, pode-se afirmar que a maioria dos estudos aponta como características sintáticas típicas do PB, também encontradas na fala Kalunga: 1) preferência pelo preenchimento da posição pré-verbal (posição típica de sujeitos da oração); 2) certo enrijecimento da ordem sujeito-verbo-objeto na língua; 3) decréscimo no uso de concordância verbal; 4) ocorrência de sujeitos considerados inovadores na língua, quando a posição pré-verbal na oração é preenchida por termos não canônicos, como os sujeitos locativos pronominais encontrados na fala Kalunga e em outros contextos de fala.

A fala da comunidade Kalunga de Vão de Almas apresenta essas características e contribui, por exemplo, para a mudança em progresso da perda do princípio “evite pronome”. Para Duarte (1995), a perda do parâmetro *pro-drop* decorre do enfraquecimento da concordância (*Agree*) e do fato de o PB estar se tornando uma língua de sujeito nulo parcial. Além disso, o que pode também estar favorecendo o preenchimento do sujeito é uma reorganização do quadro pronominal, e esse decréscimo no uso da concordância verbal é um fenômeno que atinge variedades urbanas que não foram afetadas por fortes contatos linguísticos ocorridos no Brasil. Nesse sentido, conforme Pilati, Naves e Salles (2017a), o sistema pronominal do PB está organizado em dois subsistemas: um constituído pela 1ª e 2ª pessoas (licenciando sujeitos +definido/+referencial); outro formado pela 3ª pessoa (licenciando sujeitos indefinidos) — o que as autoras denominam cisão morfológica. Como se viu nesta pesquisa, com base nessa proposta, analisamos a 3ª pessoa do singular de sentenças da fala Kalunga, como *Aí inventa coisa!*, e constatamos que o locativo *aí*, nesse contexto específico, vem assumindo a função de sujeito, ao assumir os traços definido/referencial da sentença e, assim, reforçamos e ampliamos a proposta das autoras no que se refere à cisão no sistema de complementação pronominal.

Ainda sem negar as influências desses contatos na língua das comunidades rurais remanescentes de quilombo, não defendemos uma hipótese de orientação crioulista para explicar a ausência da concordância verbal na fala Kalunga, já que é um fenômeno presente igualmente em diversas áreas urbanas não afetadas fortemente pelos contatos linguísticos como aconteceram aos quilombos. Desse modo, respondemos às perguntas de pesquisa: a) Como é possível caracterizar a variedade do português falado pela comunidade Kalunga? e b) Quais as semelhanças e diferenças do falar Kalunga em relação a outras variedades do PB rural?

Os resultados da pesquisa indicaram que há convergências entre a variedade Kalunga e a variedade urbana, o que fortalece a hipótese de que a fala Kalunga, apesar do isolamento relativo da comunidade, não pode ser considerada essencialmente uma fala conservadora.

O relato de uma moradora da comunidade quilombola de Vão de Almas sobre as relações que a comunidade exercia com outras cidades, no caso Barreiras/BA e Belém/PA, entre outros municípios, deixa evidente que o isolamento era relativo:

- (1) No tempo passado, meu pai levarra sabão pra vendê em **Barreiras**. Tinha que ir **comprá o sal em Barreiras**, café, aí às veze aqui pru lado de **São Jusé, São Domingu**, comprava café, mar mais trazido de **Barreiras**, as panela vinha do **Belém do Pará**. (Grifos nossos)
- (2) Tinha que ir comprá o sal em **Barreiras**, o café e aí às veze aqui pru lado de **São Jusé, São Domingu**, comprava café, as panela vinha do **Belém do Pará**. (Grifos nossos)

É certo que houve e ainda há uma segregação geográfica e social em muitas comunidades Kalunga, por conta do difícil acesso, da falta de infraestrutura e do descaso das autoridades para com essas comunidades, mas isso não quer dizer que sempre houve isolamento social e linguístico. O mito em causa suscitou curiosidade e interesse da comunidade acadêmica, que o acolheu e o perpetuou nas suas teses, como um atrativo dos Kalunga, ao afirmarem que estes só entraram em contato com “o homem branco” e a cidade há pouco mais de 30 anos — discurso estereotipado ainda repetido por muitos moradores e estudiosos. Sendo a comunidade Kalunga um remanescente de quilombo situado no estado de Goiás, a sua variedade linguística, do ponto de vista sócio-histórico, surgiu do contato entre línguas africanas (provavelmente da família banto), línguas indígenas e a língua portuguesa do colonizador, como aconteceu com a maioria das comunidades rurais afro-brasileiras e afro-indígenas (CAMPOS, 2014).

De que forma esses achados relacionados à variedade dos Kalunga tocam questões caras à teoria gerativa, como a gramática universal (GU)? Sabemos que a questão fundamental no estudo da Gramática Gerativa é investigar quais são as propriedades do sistema biológico que capacitam todos os indivíduos a adquirirem uma língua natural de maneira uniforme e até espontânea, contanto que estejam expostos aos estímulos do ambiente.

Para Chomsky, a GU é a base genética para a aquisição da linguagem, e todas as línguas humanas possíveis devem ser apenas pequenas variações dessa gramática universal presente no genoma humano, estabelecendo o formato para as línguas humanas. Diante disso, as mudanças e inovações relacionadas ao papel e à função dos locativos nas sentenças, por exemplo, só corroboram a importância da GU e nos mostram o seu pleno funcionamento, operando na mente dos falantes quilombolas Kalunga, participantes desta pesquisa. Ainda que tenham passado e passem por um relativo isolamento geográfico, por conta do descaso do Estado, tenham pouco acesso à educação formal e aos meios de comunicação, a mudança se faz presente; embora não

se possa afirmar categoricamente como essa mudança foi provocada, para além da influência dos contatos linguísticos, o relevante é que ela está evidenciada na comunidade, e a teoria gerativa pode explicá-la e descrevê-la em termos estruturais de modo consistente.

A tese em questão buscou, por princípio basilar, apresentar uma contribuição efetiva à área dos estudos linguísticos, colocando em relevo as singularidades dos falares de uma comunidade quilombola do Brasil Central. Tal empreendimento acadêmico está em sintonia fina com diversas políticas públicas do Ministério da Cultura do passado e do presente — como a Fundação Cultural Palmares e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) —, voltadas para o reconhecimento e a valorização do PB também como patrimônio imaterial constitutivo da formação tensionada do Brasil como nação soberana de origem colonial-escravocrata, resultante de tantos entrecruzamentos sociais, culturais e linguísticos, sendo possível encontrar por aqui as nossas “partes de África”, pois se trata de um território em constante disputa, desde as origens, por indígenas, quilombolas e colonizadores.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTON, C. **O português falado no Rio Grande do Sul: a ordem verbo sujeito**. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.
- ALI, M. S. **Gramática histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- AMORIM, W. M. Kalunga: O difícil trajeto pela posse da terra. *In*: ALMEIDA, M. G. de (org.). **O Território e a Comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares**. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.
- ARAÚJO, E. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 231-250.
- ARAÚJO, N. **Variedades Kalungas de Goiás: reminiscências crioulezantes no português brasileiro**. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- ARRUTI, J. M. A. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.
- AULETE, C. **Aulete Digital**. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete. Versão *on-line*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2007.
- AVELAR, J. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 232-252, 2009.
- AVELAR, J.; CYRINO, S. Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, Porto, v. 3, p. 55-75, 2008.
- BAIOCCHI, D. N. **Kalunga: Povo da Terra**. Brasília: Ministério de Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A Relevância dos processos de pidginização e crioulezização na formação da língua portuguesa no Brasil. *In*: **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador: UFBA, n. 19, p.65-83, mar/1997.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BHAT, D. N. S. **Pronouns**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...** — autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos e oferecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra. Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

BOMFIM, E. **Advérbios**. São Paulo: Ática, 1988.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. *In*: FIORIN, J. L; PETTER, M. (org.) **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 5-62.

BONVINI, E. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. *In*: FIORIN, J. L; PETTER, M. (org.) **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 101-144.

BORGES, D. V. C. **Construções causativas no português do Centro-Oeste nos séculos XVIII-XIX e no português atual**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2023].

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 jun.2023.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 30 jun. 2023.

BRESNAN, J. Locative inversion and universal grammar. **Language**, Whashington D. C., v. 70, n. 1, p. 72-131, 1994.

BRESNAN, J.; KANERVA, J. M. Locative inversion in Chichewa: A case study of factorization in grammar. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 20, n. 1, p. 1-50, 1989.

BRITO, E. G. de. **Estigmatização Linguística no Colégio Estadual Elias Jorge Cheim em Cavalcante- GO**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BUENO, F. da S. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. 2.º volume. São Paulo: Saraiva, 1964.



BUTHERS, C. M. **Emergência da ordem [XP V (DP)] no PB Contemporâneo e o Parâmetro do Sujeito Nulo**: uma abordagem minimalista. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BUTHERS, C. M. **Aspectos morfossintáticos de construções com XPs pré-verbais no português brasileiro**: uma análise a partir da fatoração de EPP. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CÂMARA JR., J. M. **Princípios de linguística geral**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMPOS, E. A. **A sintaxe pronominal na variedade afro-indígena de Jurussaca**: uma contribuição para o quadro da pronominalização do português falado no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARENO, M. F. do. **A linguagem rural do Vale do Ribeira**: a voz e a vez das comunidades negras. 1991. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 1991.

CARVALHO, J. J. de. Quilombos: Símbolos da Luta pela Terra e pela Liberdade. **Cultura Vozes**, São Paulo, v. 91, n. 5, p. 149-160, 1997.

CARVALHO, M. C. P. **Bairros negros do Vale do Ribeira**: do “Escravo” ao “Quilombo”. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CAVALCANTE, R. A negação sentencial. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 251-267.

CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997.

CHOMSKY, N. Conditions on Transformations. *In*: ANDERSON, S. R.; KIPARSKY, P. (ed.). **A Festschrift for Morris Halle**. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1973.

CHOMSKY, N. **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1975.

CHOMSKY, N. **Estruturas Sintáticas**. Lisboa: Edições 70, 1980. (Coleção Signos).

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris Publications, 1981.

CHOMSKY, N. **Some Concepts and Consequences of the Theory of Binding**. Cambridge: MIT Press, 1982.

CHOMSKY, N. **Knowledge of language**: its nature, origin and use. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. **Minimalist Inquiries: the Framework**. MIT, manuscript, 1998. 89-155.

CHOMSKY, N. **Minimalist Inquiries: The Framework, Preliminary Version** in MIT Working Papers in Linguistics n. 15. *In*: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (ed.). **Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik**. Cambridge: MIT Press, 1998. p. 89-155.

CHOMSKY, N. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. São Paulo: UNESP, 2005.

COELHO, I. L. **A ordem V-DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica**. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CORRÊA, L. T. **A forma clítica de pronome pessoal no dialeto mineiro: uma variante sociolinguística**. 1998. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

COSTA, V. S. **A luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga**. 2013. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Faculdade UnB de Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. 4. ed. rev. pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexiton, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DEALDINA, S. dos S. (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras**. São Paulo: Suely Carneiro: Jandaíra, 2020.

DETTONI, R. do V. **A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da baixada cuiabana – Mato Grosso**. 2003. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

DUARTE, M. E. **Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil**. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). **Português Brasileiro uma viagem diacrônica**. Campinas: Unicamp, 1993. p. 107-128.

DUARTE, M. E. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro**. 1995. 141 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L. **A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos**. *In*: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 115-128.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, C. C. **A variação do pronome sujeito na fala Kalunga**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística), Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (Helvécia - Bahia) *In: Diversidade do português do Brasil - estudos de dialetologia rural e outros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, p. 21-32, 1994.

FUNARI, P. P. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da cultura afro-americana. *In: REIS, J. J.; GOMES, F. S. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 34, p. 19-32, 1998.

GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Unicamp, 2001.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. Lei 11.409, de 21 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o sítio histórico e patrimônio cultural que especifica. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 1991. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/84176/pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GRAVINA, A. **Sujeito nulo e ordem VS no português brasileiro**: um estudo diacrônico comparativo baseado em *corpus*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GUY, G. R. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese**: aspects of phonology, syntax and language history. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1981.

HOLMBERG, A. Is There a Little Pro? Evidence from Finnish. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 36, n. 4, p. 533-564, 2005.

HOLMBERG, A.; NAYUDU, A.; SHEEHAN, M. Three partial null-subject languages: a comparison of Brazilian Portuguese, Finish and Marathi. **Studia Linguistica**, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 59-97, 2009.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL**: patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília: IPHAN, 2016.

KARASCH, M. Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás. *In*: REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KATO, M. A. A restrição de mono-argumentalidade da ordem VS no português do Brasil. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 2, p. 97-127, 2000.

KATO, M.; DUARTE, M. E. **Indefinite subjects in Brazilian Portuguese, a Topic and Subject-prominent language**. 2008. Trabalho apresentado ao VII Workshop on Formal Linguistics, Curitiba, 2008.

KROCH, A. Syntactic change. *In*: BALTIN, M.; COLLINS, C. (org.). **The handbook of contemporary syntactic theory**. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, W. **Sociolinguistics patterns**. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

LEVIN, B.; HOVAV, M. The problem of locative inversion. *In*: LEVIN, B.; RAPPAPORT, H. **Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface**. Cambridge: the MIT Press, 1995. p. 215-277.

LIRA, S. Subject postponement in Portuguese. **DELTA**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1986.

LOBATO, L. M. P. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 14, n. 2, p. 11-47, 2006.

LOIOLA, M. L. **Trajetórias atlânticas: percursos para a Liberdade: africanos descendentes na Capitania dos Guayazes**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

LOPES, C. R. dos S. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico**. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOPES, R. E. V. ; QUADROS, R. M. **Traços semânticos na aquisição da linguagem: há efeitos de modalidade de língua?**. Revista da ABRALIN, Belo Horizonte, v. 4, n. 1/2, p. 75-108, 2005.

LOURENÇO, E. **A Nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, D. A realização do sujeito pronominal. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 167-183.

LUCCHESI, D. A concordância de gênero. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 295-318.

LUCCHESI, D. A representação da primeira pessoa do plural. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 457-469.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Linguística Galega**, v. 4, pp. 45-65, 2012.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 33, p. 347-382, 2017.

LUCCHESI, D. Por que a criouliização aconteceu no Caribe e não aconteceu no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. **Revista Gragoatá**, Rio de Janeiro, v. 24, pp. 227-255, 2019.

LUCCHESI, D.; ARAÚJO, S. S. F. O sistema de expressão de posse. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 489-545.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A concordância verbal. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 331-371.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACHADO, J. P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Vol. 2 (C-E). Lisboa: Livros Horizontes, 1977.

MAGALHÃES, T.M.V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. **D.E.L.T.A.**, v. 20, n. 1, p. 149-170, 2004.

MATTOS, A. P. B. **Kalunga – An Afro-Brazilian Portuguese Variety**. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Escola de Comunicação e Cultura, Aarhus University, Dinamarca, 2019.

MATTOS E SILVA, R.V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOSO, K. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELLO, H. Formação do português brasileiro sob a perspectiva da linguística de contato. *In*: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

- MIRA MATEUS, M. H. *et al.* **Gramática de Língua Portuguesa**. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.
- MOURA, C. **História do Negro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- MOURA, C. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: USP, 2004.
- MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MUFWENE, S. S. **The ecology of Language Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do Quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.
- MUNHOZ, A. T. M.; NAVES, R. Construções de Tópico-Sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços de C. **Signum: Estudos de Linguagem**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 245-265, 2012.
- MUSSA, A. B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- NARO, A.; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 9, n. especial, p. 437-54, 1993.
- NARO, A.; SCHERRE, M. M. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
- NARO, A.; VOTRE, S. Discourse Motivations for Linguistic Regularities: verb/subject order in spoken Brazilian Portuguese. **PROBUS**, Nova Iorque, v. 11, n. 1, p. 76-100, 1999.
- NASCIMENTO, M. B. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- NASCIMENTO, H. B. **Inclusão de educandos de comunidades quilombolas em uma escola urbana. Situação e desafios**. 2017. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Faculdade UnB de Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- NEGRÃO, E. V. **O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso**. 1999. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a discourse-oriented language. *In*: KATO, M.; NEGRÃO, E. (ed.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Frankfurt: Editorial Vervuert/Iberoamericana, 2000.
- NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. C. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. *In*: FIORIN, J. L.; PETTER, M. M. T. (org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.
- NEVES, M. H. de. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos-identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OKOUDOWA, B. Uma história da Bantuística. *In*: PANTOJA, S.; BERGAMO, E. A.; SILVA, A. C. (org.). **África contemporânea em cena: perspectivas disciplinares**. São Paulo: Entremeios, 2010. p. 137-154.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. 1996. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf) Acesso em: 13 jul. 2021.

PAGOTTO, E. G. Crioulo sim, crioulo não — uma agenda de problemas. *In*: CASTILHO, A.T.; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R. E.; CYRINO, S. M. L. (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes/FAPESP, 2007. p. 461-482.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás**. 3. ed. Goiânia: Oriente; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. **História de Goiás**. Goiânia: UCG, 2001.

PEREIRA, B. K. **A sintaxe cartográfica de 'lá' no português brasileiro: um estudo da periferia esquerda**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PETTER, M. A linguagem do Cafundó: crioulo ou anticrioulo? *In*: ZIMMERMANN, K. (ed.) **Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa**. Frankfurt am Main: Vervuet, p. 101-117, 1999.

PETTER, M; CUNHA, A. S. Línguas Africanas no Brasil. *In*: PETTER, M. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, M.; NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. The Africa-Brazil continuum: the case of passives and impersonal constructions. *In*: ÁLVAREZ LÓPEZ, L.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (org.). **The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil**. Amsterdam: John Benjamins, 2018. p. 211-236.

PILATI, E. **Sobre a ordem verbo sujeito no português do Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

PILATI, E. **Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PILATI, E. Sobre a ordem verbo-sujeito no português brasileiro: 30 anos em mirada crítica. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 183-205, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/5474/6220>. Acesso em: 3 jan. 2022.

PILATI, E.; NAVES, R. **A hipótese do sistema de transferência de traços de T para C e o licenciamento da posição de sujeito no português brasileiro**. Trabalho apresentado no VII Congresso Internacional da ABRALIN, Curitiba-PR, 2011.

PILATI, E.; NAVES, R. Aqui/ali/lá em posição pré-verbal de construções com inversão locativa e com sujeito arbitrário em português brasileiro. *In*: CARVALHO, D.; BRITO, D. (org.). **Pronomes: morfossintaxe e semântica**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 179-194.

PILATI, E.; NAVES, R.; SALLES, H. A cisão no sistema pronominal do português brasileiro: evidências na diacronia. *In*: PILATI, E.; SALLES, H. L.; NAVES, R. (org.). **Novos Olhares para a Gramática do Português Brasileiro**. Campinas: Pontes, 2017a. p. 151-169.

PILATI, E.; NAVES, R.; SALLES, H. On the syntax of subjects in Brazilian Portuguese: using the “split” pronominal system as the basis for an alternative analysis. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 19, n. especial, p. 99-139, 2017b.

PINTO, L. M. Da S. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PONTES, E. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

PONTES, E. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

PRICE, R. Palmares como poderia ter sido. *In*: REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

RABELO, P. C. **Argumentos (EPP) nulos no Português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitos**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RATTS, A. **Eu sou atlântica** – sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

REZENDE-SANTOS, T. F. **A mudança adjetivo/nome > nome/adjetivo e o conservadorismo da fala rural goiana**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RIZZI, L. **Issues in Italian Syntax**. Dordrecht: Foris, 1982.

ROBERTS, I. A deletion analysis of null subjects. *In*: BIBERAUER, T. *et al.* **Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ROEPER, T. Universal bilingualism. **Bilingualism: Language e Cognition**, v. 2, n. 3, p. 169-186, 1999.

ROSA, W. **Rezas, rezadeiras e juventude na comunidade vão de almas, Cavalcante – GO**. 2013. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Faculdade UnB de Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



SILVA, A. de M. **Diccionario da lingua portugueza**. 2v. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922. Ed. fac-sim. 2 ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

SILVA, A. L. **A revolução de 30 em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Câneone, 2005.

SILVA, A. L. S. **Variações linguísticas da comunidade Tinguizal, município de Monte Alegre de Goiás**. 2015. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Faculdade UnB de Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, W. S. **A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro: um capítulo da história dos contatos no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

TARALLO, F. **Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Unicamp, 1996. p. 69-106.

TEIXEIRA DE SOUSA, L. **Formas reduzidas de itens negativos no Português Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

THOMASON, S. G. **Language contact: an introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press; Washington D. C.: Georgetown University Press, 2001.

TSIMPLI, I. **Interpretability of features in first and second language acquisition: Greek clitics and determiners**. Aristotle University of Thessaloniki, 2003.

VIEIRA JR., I. R. **“Trabalhar é tá na luta”**: vida, morada e movimento entre o povo da Iuna, Chapada Diamantina. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

VILELA, M.; KOCH, I. V. **Gramática da língua portuguesa. Gramática da palavra. Gramática da frase. Gramática do texto/discurso**. Coimbra: Almedina, 2001.